

MICHAEL BAIGENT
RICHARD LEIGH
HENRY LINCOLN

A HERANÇA MESSIÂNICA

Tradução

Maria Luiza X. de A. Borges

EDITORA
NOVA
FRONTEIRA

SUMÁRIO

Agradecimentos, 1

Introdução, 3

PARTE I O MESSIAS

1 Conhecimento especializado e visão popular, 9

2 Jesus como rei de Israel, 29

3 Constantino como Messias, 39

4 Jesus como um revolucionário, 51

5 O movimento zadoquita de Qumran, 59

6 A formação do cristianismo, 69

7 Os irmãos de Jesus, 89

8 A sobrevivência do ensinamento nazareno, 99

9 Final dos tempos, 121

PARTE II A BUSCA DE SENTIDO

10 A ativação do símbolo, 129

11 A perda da fé, 133

12 Fés substitutas: Rússia soviética e Alemanha nazista, 141

13 A crise e o desespero social do após-guerra, 157

14 Confiança e poder, 163

15 O artista como sacerdote, o rei como símbolo, 179

16 Rumo a uma adesão ao Armagedon, 193

PARTE III A CABALA

17 Fragmentos no correio, 215

18 A conexão britânica, 229



- 19 O panfleto anônimo, 255
- 20 O elusivo "contingente americano", 269
- 21 O panorama se amplia, 285
- 22 Resistência, cavalaria e os Estados Unidos da Europa, 295
- 23 A volta de De Gaulle, 309
- 24 Poderes secretos de grupos clandestinos, 321

Epílogo, 341

Notas e referências, 351

Bibliografia, 367

INTRODUÇÃO

Em 1982, cerca de doze anos de pesquisa sobre um pequeno mistério local no sul da França culminaram com a publicação de *O santo graal* e *a linhagem sagrada*. Bérenger Sauniere, um obscuro sacerdote que viveu no Languedoc no final do século XIX, nos havia metaforicamente tomado pela mão e nos guiara até as pedras que tínhamos de virar para discernir o padrão subjacente à sua história. Ele nos conduziu até uma sociedade secreta, ou semi-secreta, o Prieuré de Sion, cujas origens remontavam a quase mil anos, que contou entre seus membros muitas figuras ilustres e que permanecia ativo na França e possivelmente em outros lugares até os nossos dias. O objetivo declarado do Prieuré de Sion era restaurar na França moderna a estirpe merovíngia – uma estirpe que desapareceu do palco da história há mais de treze séculos. Isso não parecia fazer sentido. Que poderia haver de tão especial com O sangue merovíngio? Por que sua restauração poderia ser do interesse de homens como Leonardo da Vinci e Victor Hugo e, mais recentemente, de homens como André Malraux, Alphonse Juin e talvez Charles de Gaulle?

Uma resposta parcial, mas decisiva, para esta pergunta surgiu quando descobrimos que os próprios merovíngios se proclamavam descendentes em linha direta da Casa de Davi do Antigo Testamento, e que a validade dessa pretensão foi reconhecida pela dinastia que os suplantou, por outros monarcas e pela Igreja católica da época. Pouco a pouco, os indícios foram se encaixando, como que por impulso próprio. Eles nos levaram ao delicado território dos estudos bíblicos. Estimularam-nos a sugerir uma hipótese provocativa, a de que Jesus fora um legítimo rei de Israel, de que se casara e gerara filhos, e que esses filhos tinham perpetuado sua linhagem até que, cerca de três séculos e meio depois, ela seu fundiu à dinastia merovíngia da França.

Nossas conclusões, à medida que ganhavam forma, pareciam de início tão surpreendentes para nós quanto depois se mostraram para nossos leitores. Para nós, porém, a magnitude do que estávamos descobrindo só se revelou gradativamente, infiltrando-se pouco a pouco na nossa consciência ao longo de um certo período. Para os nossos leitores, o mesmo processo de descoberta foi condensado nos limites de um único livro, e seu efeito foi por isso mais repentino, mais inesperado e mais perturbador - ou mais intrigante. Não envolveu nenhum trabalho lento e penoso de coleta de fatos, correlação de dados e montagem de confusas peças de quebra-cabeça num quadro coerente, semana após semana, mês após mês. Ao contrário, foi brusco e desnorteante como uma explosão. Dada a esfera em que essa explosão ocorreu, os resultados talvez fossem inevitáveis. Para muitos dos nossos leitores, o ponto polêmico fundamental - senão o único, na verdade - no nosso livro são "os elementos referentes a Jesus".

Jesus projetou nosso trabalho nas primeiras páginas dos jornais pelo mundo afora e conferiu-lhe uma nota de "sensacionalismo". No que diz respeito à mídia, em particular, tudo mais que havíamos

escrito passou a segundo plano, quando chegou a ser mencionado. O entusiasmo que havíamos sentido quando, por exemplo, descobrimos uma nova dimensão das Cruzadas, um novo fragmento de informação sobre a criação dos Templários ou novos indícios sobre a fonte dos famigerados *Protocolos dos sábios de Sião* não encontrou uma repercussão geral. Todas essas descobertas foram eclipsadas pela sombra de Jesus e nossa hipótese a seu respeito.

Para nós, no entanto, nossa hipótese sobre Jesus não era de modo algum o único aspecto da nossa pesquisa. Não era nem mesmo, afinal de contas, o mais importante. Ainda que a mídia e muitos leitores estivessem se concentrando nas nossas conclusões bíblicas, já podíamos perceber o rumo que nossas investigações subseqüentes teriam de tomar. Nossa atenção teria de se concentrar no Prieuré de Sion nos dias de hoje.

Qual era a verdadeira *raison d'être* do Prieuré? Se o objetivo final era a restauração da linhagem merovíngia, de que meios lançaria mão? Pessoas como Malraux e Juin não eram idealistas ingênuos, nem fanáticos religiosos. Isto se aplicava igualmente aos membros da Ordem que pudemos conhecer pessoalmente. Como, então, se propunham implementar seus objetivos? A resposta parecia residir, muito claramente, em áreas como a psicologia de massas, o poder político e as altas finanças. Estávamos lidando com pessoas atuantes no "mundo real", e era nos termos do "mundo real" da década de 1980 que tínhamos de compreender a história centenária que as precedia.

Mas que estava o Prieuré fazendo naquele momento? Que pistas poderiam ser encontradas de sua atividade contemporânea, de seu envolvimento em negócios atuais? Quem eram os membros da Ordem? Que poder tinham? De que tipo de recursos dispunham? Se nossa hipótese se mostrasse válida, como poderiam eles tentar se valer da pretensão a uma descendência direta dos merovíngios e/ou de Jesus, e/ou da Casa de Davi? E quais poderiam ser, no mundo moderno, as repercussões sociais e políticas de semelhante pretensão?

Parecia claro que o Prieuré estava trabalhando em prol de algum tipo de "grande plano" ou "projeto mestre" para o futuro da França, em última análise para o futuro da Europa como um todo, e talvez mais. Era isso, sem dúvida, que se deduzia de muitos indícios, sugestões e fragmentos de informação com que havíamos topado. Tampouco podíamos esquecer a maneira simples, categórica e prosaica como o homem que em seguida se tornaria o Grão-Mestre do Prieuré nos contou que a Ordem realmente possuía o tesouro perdido do Templo de Jerusalém. Seria devolvido a Israel, disse ele, "no momento certo". De que dependia esse momento? Somente de fatores sociais e políticos, e talvez de um "clima psicológico".

Estava óbvio para nós que nossa pesquisa sobre o Prieuré moderno nos obrigaria a investigar simultaneamente em várias direções. Primeiro, teríamos de recapitular nossa pesquisa sobre história religiosa e material bíblico, reconstituindo nosso próprio caminho, reexaminando e se possível ampliando o nosso trabalho nesses campos. Antes, havíamos procurado provas da existência de uma linhagem sagrada. Desta vez, teríamos de nos concentrar basicamente no conceito de

Jesus como messias. Tínhamos observado que, no próprio pensamento do Prieuré, o messiado parecia gozar de especial relevância. Teria sido impossível, por exemplo, não notar a insistência com que a dinastia merovíngia era repetidamente descrita numa linguagem geralmente reservada a figuras messiânicas. Teríamos de determinar o significado preciso da idéia de "messias" no tempo de Jesus, de que modo ela se alterara nos séculos seguintes e como seria possível conciliar as idéias antigas e as modernas.

Em segundo lugar, teríamos de estabelecer de que modo o conceito de messiado seria aplicado na prática atualmente. Num nível mais básico, teríamos de nos convencer de que o conceito podia ter alguma pertinência no século XX. Isso exigiria uma análise do clima espiritual e psicológico que caracteriza o mundo moderno. Teríamos de enfrentar certos aspectos da sociedade ocidental que parecem já explorados: a crise de sentido e a busca de valores espirituais.

Finalmente, é claro, seríamos obrigados a levar adiante nossos contatos pessoais com o próprio Prieuré de Sion, com seu Grão-Mestre e com aqueles ..membros ou associados que tínhamos

identificado ou chegado a conhecer. Neste ponto, logo ficou claro que teríamos de nos mover em meio às areias movediças de eventos em rápida sucessão, de situações em rápida mudança. Teríamos de inferir a presença de algum tipo de verdade sob alegações e negativas absurdas. Teríamos de testar novas provas documentais, descobrir falsificações, abrir caminho num labirinto de "desinformação" deliberadamente disseminada - "desinformação" gerada pelas obscuras maquinações de figuras espectrais.

Pouco a pouco, começamos a discernir alguns extraordinários amálgamas de possibilidades. Começamos a entender como uma organização como o Prieuré de Sion podia lidar com a atual "crise de sentido" e até tirar partido dela. Aprendemos também que um conceito aparentemente tão rarefeito, etéreo e místico como "messiado" podia de fato figurar no mundo prático da sociedade e da política do século XX.

I O MESSIAS

1 CONHECIMENTO ESPECIALIZADO E VISÃO POPULAR

(...) Isto caiu nas minhas mãos por acaso, há pouco tempo. Até então eu não tinha noção alguma do que estava sendo feito atualmente no campo da pesquisa bíblica ou dos ataques que estavam sendo desferidos por competentes historiadores. Foi um choque para mim - e uma revelação! (...) Tomei conhecimento de toda sorte de fatos que eram inteiramente novos para mim. Que os Evangelhos, por exemplo, foram escritos entre os anos 65 e 100. Isto significa que a Igreja foi fundada, e conseguiu se manter, sem eles. É espantoso! Mais de sessenta anos depois do nascimento de Cristo! É como se alguém hoje quisesse registrar as palavras e os feitos de Napoleão sem poder consultar um único documento escrito, só vagas lembranças e anedotas.

A não ser pela referência a Napoleão, a citação acima poderia expressar quase literalmente, a julgar pelas cartas que recebemos e as declarações verbais que ouvimos, a reação de um leitor contemporâneo a *O santo araal e a linhaaem saarada* quando foi publicado, em 1982. Na verdade, as palavras são de um romance de Roger Martin du Gard, *Jean BaTois*, publicado em 1912, e no próprio romance elas suscitam a seguinte resposta:

(. . .) Não vai demorar para que todos os teólogos de qualquer posição intelectual cheguem a estas conclusões. Na verdade, vai lhes parecer espantoso que os católicos do século XIX tenham conseguido acreditar por tanto tempo na verdade literal dessas lendas poéticas.²

Mesmo antes da época em que se situa este diálogo fictício, a década de 1870, Jesus e as origens do cristianismo já tinham começado a emergir como um florescente campo de trabalho para pesquisadores, escritores e divulgadores. Há registro de que, no início do século XVI, o papa Leão X teria declarado: "Esse mito de Cristo prestou-nos bons serviços." Na década de 1740, estudiosos já haviam desenvolvido o que hoje reconhecemos como uma metodologia histórica válida para o questionamento da veracidade dos relatos das Escrituras. Assim, entre 1744 e 1767, Hermann Samuel Reimarus, um professor de Hamburgo, afirmou que Jesus nada mais fora do que um revolucionário judeu malsucedido, cujo corpo fora removido do sepulcro por seus discípulos. Em meados do século XIX, os estudos bíblicos alemães já haviam de fato chegado à maturidade e fora estabelecida uma datação dos Evangelhos que - em sua abordagem e na maior parte de suas conclusões - ainda é considerada válida. Hoje, nenhum renomado historiador ou estudioso da Bíblia negaria que os primeiros Evangelhos foram compostos pelo menos uma geração depois dos eventos neles descritos. O impulso da pesquisa alemã culminaria finalmente numa posição sintetizada por Rudolf Bultmann, da Universidade de Marburgo, um dos mais importantes, famosos e respeitados comentadores

bíblicos do século XX:

De fato, penso que hoje não podemos saber quase nada acerca da vida e da personalidade de Jesus, pois as fontes cristãs mais antigas não mostram interesse em nenhuma das duas coisas, sendo ademais fragmentárias e muitas vezes legendárias.

No entanto, Bultmann não deixou de ser um cristão devoto. Justificou isso sublinhando uma distinção decisiva entre o Jesus da história e o Cristo da fé. Enquanto essa distinção fosse admitida, a fé podia ser mantida. Se não fosse admitida, a fé se veria inevitavelmente corroída e confundida pelos fatos inelutáveis da história.

Foi a esse tipo de conclusão que os estudos bíblicos alemães do século XIX acabaram por levar. Ao mesmo tempo, porém, o bastião da autoridade tradicional em estudos bíblicos estava sendo desafiado também em outras frentes. Em 1863, enquanto as controversas teses da investigação germânica permaneciam confinadas numa esfera rarefeita de especialistas, o escritor francês Ernest Renan gerou uma enorme discussão internacional com seu célebre *best-seller* *A vida de Jesus Cristo*. Essa obra, que procurou desvestir o cristianismo de seus atavios sobrenaturais e apresentar Jesus como "um homem incomparável", foi talvez o livro mais comentado em sua época. Seu impacto sobre o público foi imenso, e entre as pessoas que ele mais influenciou estava Albert Schweitzer. Mesmo a abordagem de Renan, porém, viria a ser considerada piegas e marcada por um sentimentalismo acrítico pela geração dos modernistas, que começava a despontar no último quartel do século XIX. Cabe notar que, em sua maioria, os modernistas trabalhavam no âmbito da Igreja - isto é, até sua condenação oficial pelo papa Pio X, em 1907, e a introdução de um juramento antimodernista em 1910.

Nessa altura, tanto as descobertas resultantes dos estudos bíblicos alemães quanto as dos católicos modernistas começavam a encontrar expressão nas artes. Assim, em 1916, o romancista anglo-irlandês George Moore publicou sua própria história romanceada de Jesus em *The Brook Kerith*. Moore causou considerável escândalo ao propor que Jesus teria sobrevivido à crucificação e recobrado a saúde graças aos cuidados de José de Arimatéia. Desde a publicação de *The Brook Kerith*, foram muitas as versões ficcionais da história dos Evangelhos. Em 1946, Robert Graves publicou seu ambicioso retrato romanceado, *Kina Jesus*, em que novamente Jesus sobrevive à cruz. Em 1954, Nikos Kazantzakis, autor grego laureado com o Prêmio Nobel, causou um tumulto internacional com *A última tentação de Cristo*. Ao contrário das figuras de Jesus em Moore e Graves, o protagonista de Kazantzakis morre na cruz. Antes, porém, tem uma visão do que teria sido sua vida caso não se tivesse submetido voluntariamente ao sacrifício final. Nessa visão - uma espécie *deflash-forward* na fantasia - Jesus se vê casado com Madalena (a quem desejara ao longo de todo o livro) e gerando com ela uma família.

Estes exemplos mostram até que ponto os estudos bíblicos abriram um novo espaço para as artes. Há duzentos anos, um romance que tratasse de assuntos bíblicos seria impensável. Nem a poesia ousava abordar esses temas, exceto na forma mais ou menos ortodoxa, mais ou menos piedosa de *O paraíso perdido*. No século XX, porém, Jesus e seu mundo já eram vistos, não como alvos aceitáveis para explorações notoriamente sensacionalistas, mas como objetos válidos de investigação e exploração por literatos de renome internacional. Através dessas obras de ficção, os frutos dos estudos bíblicos especializados se disseminaram entre um público cada vez mais amplo.

Os próprios estudos bíblicos não permaneceram inalterados. Jesus e o mundo do Novo Testamento continuaram a receber a atenção de historiadores e pesquisadores profissionais que, com crescente rigor e novos elementos de prova a seu dispor, buscavam apurar os fatos que envolviam aquele enigmático personagem de 2 mil anos atrás. Muitos desses trabalhos destinavam-se basicamente a outros especialistas no campo e atraíram pouca atenção popular. Alguns, no entanto, foram expostos ao público leitor em geral e deram origem a considerável controvérsia. *The Passo ver Plot* (1963), do dr. Hugh Schonfield, afirmou que Jesus encenou a farsa da sua própria crucificação, não tendo morrido na cruz; o livro tornou-se um *best-seller* internacional, com mais de 3 milhões de cópias em

circulação. Mais recentemente, *Jesus the Maaician*, em que o dr. Morton Smith descreve seu protagonista como um típico milagreiro da época, uma espécie de figura muito comum no Oriente Médio no início da era cristã, gerou controvérsia. O Jesus de Morton Smith não difere significativamente, por exemplo, de Apolônio de Tiana ou do protótipo da figura lendária (se é que existiu alguma) de Simão, o Mago.

Além do material dedicado especificamente a Jesus, têm surgido inúmeros trabalhos sobre as origens do cristianismo, a formação da Igreja primitiva e suas raízes no judaísmo do Antigo Testamento. Neste aspecto, o dr. Schonfield desempenhou novamente papel de destaque, com uma série de trabalhos voltados para o pano de fundo do Novo Testamento. E, em 1929, Elaine Pagels atraiu a atenção do mundo todo e alcançou um imenso contingente de leitores com *The Gnostic Gospels* - um estudo dos manuscritos de Nag Hammadi, cuja descoberta no Egito, em 1945, permitiu uma interpretação radicalmente nova da doutrina e da tradição cristãs.

Os estudos bíblicos fizeram enormes avanços nos últimos quarenta anos, com a imensa ajuda representada pela descoberta de novas fontes primárias, material fora do alcance dos pesquisadores do passado. As mais famosas dessas fontes são, evidentemente, os manuscritos do Mar Morto, descobertos em 1947 nas ruínas da comunidade ascética essênia de Qumran. Além de grandes descobertas como essa, da qual muitas partes ainda estão por ser publicadas, outras fontes têm vindo à luz gradualmente, ou começam a ser postas em circulação e estudadas após longos períodos de ocultação. O resultado é que Jesus está deixando de ser um vago personagem que existiu no mundo simplista e fictício dos Evangelhos. A Palestina e o advento da era cristã não é mais um lugar nebuloso que pertence mais ao mito do que à história. Ao contrário, hoje sabemos muito sobre o ambiente de Jesus, e muito mais do que a maioria dos cristãos praticantes imagina sobre a Palestina no século I - sua sociologia, sua economia, sua política, sua atmosfera cultural e religiosa, sua atualidade histórica. Grande parte do mundo de Jesus emergiu da bruma da conjectura, da especulação e da hipérbole mítica, e está mais claramente e mais bem documentada do que, digamos, o mundo do rei Artur. E embora o próprio Jesus permaneça envolto num grau considerável de indefinição, é tão possível fazer inferências plausíveis a seu respeito quanto sobre o rei Artur ou Robin Hood.

O malogro dos estudos bíblicos

Apesar de tudo isso, a profecia otimista que citamos no início deste capítulo não se realizou. Teólogos intelectualmente respeitados não passaram - pelo menos, não publicamente - a partilhar dessas conclusões, nem a se espantar com a credulidade de seus predecessores do século XIX. Em certos setores, o dogma se tornou apenas mais arraigado do que nunca. A despeito dos problemas atuais de superpopulação, o Vaticano ainda é capaz de impor restrições ao controle da natalidade e ao aborto - por razões não sociais ou morais, mas teológicas. Um incêndio causado por um raio em York Minster ainda pode ser visto como sinal da ira divina, por causa da nomeação de um bispo duvidoso. As afirmações ambíguas desse bispo sobre aspectos da biografia de Jesus ainda podem ultrajar pessoas que crêem que seu salvador foi concebido numa virgem pelo próprio Espírito Santo e se recusam a acreditar em qualquer outra coisa. Em comunidades dos Estados Unidos, grandes obras literárias podem ser banidas de escolas e bibliotecas - ou até, eventualmente, queimadas - por contestarem descrições bíblicas tradicionais, enquanto uma nova corrente do fundamentalismo é efetivamente capaz de influenciar a política do país graças ao apoio de milhões de pessoas ansiosas por se extasiar num céu bastante parecido com a Disneylândia.

Por menos ortodoxa que seja sua apresentação de Jesus, *A última tentação de Cristo*, de Kazantzakis, é uma obra apaixonadamente religiosa, apaixonadamente devota, apaixonadamente cristã. Isso não impediu, porém, que o romance fosse proibido em muitos países, entre os quais a Grécia, pátria do autor, e que o próprio Kazantzakis fosse excomungado. Entre as obras não ficcionais, *The Passo ver*

Plot, de Schonfield, embora tenha vendido enormemente, provocou muita indignação.

Em 1983, David Rolfe, a serviço da London Weekend Television e do Channel 4, começou a planejar um documentário em três partes intitulado *Jesus: the Evidence*. A série não tomava nenhuma posição própria, não endossava nenhum ponto de vista particular. Pretendia simplesmente dar uma visão do campo dos estudos sobre o Novo Testamento e estimar o valor das várias teorias propostas. No entanto, antes mesmo que o projeto começasse a ser executado, grupos de pressão britânicos já faziam *lobby* para que fosse suspenso. Quando a série foi concluída, em 1984, teve de ser exibida em sessão privada para vários membros do Parlamento, antes de ter sua transmissão liberada. Depois, embora as críticas subseqüentes a tenham considerado perfeitamente equilibrada e incontestável, clérigos da Igreja da Inglaterra foram a público declarar que estariam de prontidão para atender a quaisquer membros de sua congregação perturbados pelo programa.

A intenção de *Jesus: the Evidence* fora levar ao conhecimento do público leigo alguns avanços feitos nos estudos do Novo Testamento. Afora *The Passo ver Piot*, praticamente nada desses estudos chegara à consciência popular. Umas poucas obras, como *Jesus the Maoidan* e *The Gnostic Gospels*, tinham sido amplamente resenhadas, discutidas e difundidas, mas sua leitura se limitara em grande parte a pessoas especialmente interessadas no tema. A maior parte do trabalho realizado nos últimos anos só atingiu especialistas. Em grande medida, esses trabalhos são também escritos especificamente para especialistas, sendo praticamente impenetráveis para o leitor não iniciado.

No que diz respeito ao grande público, bem como às igrejas que atendem a esse público, tudo se passa como se as obras acima citadas jamais tivessem sido produzidas. A versão de George Moore de que Jesus teria sobrevivido à crucificação fazia eco a uma tese sustentada não apenas por algumas das mais antigas heresias, mas também pelo Corão, sendo portanto amplamente aceita no islame e no mundo islâmico. No entanto, essa mesma afirmação, quando divulgada por Robert Graves e depois pelo dr. Schonfield em *The Passo ver Piot*, provocou tanto escândalo e incredulidade como se isso jamais tivesse sido aventado antes. No campo dos estudos sobre o Novo Testamento, é como se cada nova descoberta, cada nova afirmação, fosse anulada com a mesma rapidez com que é feita. Cada uma tem de ser constantemente reapresentada, só para desaparecer novamente. Muita gente reagiu a certas afirmações do nosso próprio livro como se *The Passo ver Piot* ou *King Jesus*, de Graves, ou *The Brook Kerith*, de Moore - ou até o próprio Corão - nunca tivessem sido escritos.

Esta é uma situação extraordinária, talvez única em todo o espectro da pesquisa histórica moderna. Em todas as demais esferas da investigação histórica, novos dados são admitidos. Podem ser contestados. Pode haver tentativas de suprimi-los. Podem também ser digeridos e assimilados. Mas pelo menos as pessoas sabem o que já foi descoberto, o que já foi dito vinte ou setenta anos atrás. Há uma espécie de progresso genuíno, mediante o qual velhas descobertas e teses fornecem base para novas descobertas e teses, dando origem a um corpo de conhecimento. Teorias revolucionárias podem ser aceitas ou descartadas, mas pelo menos se toma conhecimento delas e do que as precedeu. Existe um contexto. As contribuições cumulativas de sucessivas gerações de pesquisadores criam uma compreensão mais ampla e em ampliação. É assim que adquirimos nosso conhecimento de história em geral, bem como de épocas e eventos específicos. É assim que chegamos a uma imagem coerente de personagens como o rei Artur, Robin Hood ou Joana d' Arc. Essas imagens estão sempre crescendo, mudando constantemente, sendo cada vez mais ampliadas por novos dados, à medida que estes se tomam disponíveis.

Entre isso e a história do Novo Testamento, no que diz respeito ao grande público, há um contraste impressionante. Ela permanece estática, inatingida por novos desenvolvimentos, novas descobertas, novos achados. Cada tese controversa é tratada como se estivesse sendo proposta pela primeira vez. Assim, os pronunciamentos teológicos do bispo de Durham produzem tamanho choque e horror como se o inspirador declarado do próprio bispo, o arcebispo Temple, não tivesse existido, não tivesse presidido a Igreja Anglicana entre as duas grandes guerras e jamais tivesse feito pronunciamentos essencialmente semelhantes.

Cada contribuição no campo da pesquisa bíblica é como uma pegada na areia. Cada uma delas é quase imediatamente encoberta e, no que diz respeito ao grande público, praticamente não deixa vestígio. Cada uma tem de ser constantemente refeita, somente para ser de novo encoberta.

Por que isso acontece? Por que os estudos bíblicos, que são pertinentes para tantas vidas, são assim subtraídos à evolução e ao desenvolvimento? Por que os cristãos convictos, em sua grande maioria, sabem na verdade menos sobre a figura que adoram do que sobre personagens históricos de relevância tão menor? No passado, quando esse tipo de conhecimento era inacessível, ou sua divulgação perigosa, pode ter havido alguma justificação. Hoje o conhecimento é acessível e sua divulgação segura. No entanto, o cristão praticante permanece tão ignorante quanto seus antecessores de séculos atrás; essencialmente, aceita os mesmos relatos simplistas que ouvia quando criança.

Um fundamentalista poderia por certo argumentar que tal situação atesta a firmeza e a tenacidade da fé cristã. Esta explicação não nos parece satisfatória. A fé cristã pode sem dúvida ser firme e tenaz. A história provou que é. Mas não estamos falando de fé, o que seria por força uma questão extremamente privada, intensamente subjetiva. Estamos falando de fatos históricos documentados.

Na esteira da série de televisão acima mencionada, foi transmitido um painel sobre o assunto. Vários comentaristas eminentes, em sua maioria clérigos, foram reunidos para avaliar os programas e suas implicações. Durante esse painel, muitos dos participantes concordaram num ponto revelador. Em 1985, a mesma opinião foi repetida não só pelo bispo de Durham mas também pelo arcebispo de Canterbury. Ela esteve também no centro de um debate num sínodo subsequente da Igreja da Inglaterra.

Segundo vários participantes do painel, a ignorância que reina quanto aos estudos sobre o Novo Testamento é em grande parte culpa das próprias igrejas e da instituição eclesiástica. Qualquer pessoa que exerça o sacerdócio, qualquer pessoa que esteja se preparando para exercê-lo é, evidentemente, confrontada com os últimos desenvolvimentos da pesquisa bíblica. Todo seminarista atualmente aprenderá pelo menos alguma coisa sobre os manuscritos do Mar Morto, os manuscritos de Nag Hammadi, a história e a evolução dos estudos do Novo Testamento, as teses mais controversas sustentadas tanto por teólogos como por historiadores. *Esse conhecimento, contudo, não foi transmitido aos leigos.* Conseqüentemente, abriu-se um abismo entre clérigos e suas congregações. Entre eles mesmos, os clérigos se tornaram extremamente sofisticados e eruditos. Reagem às últimas descobertas com uma serenidade *blasé*, não se deixando abalar pela controvérsia teológica. Afirmções como as que fizemos podem lhes parecer questionáveis, mas não surpreendentes ou escandalosas. No entanto, nada dessa sofisticação se transmitiu a seu rebanho. O rebanho não recebe praticamente nenhuma informação histórica de seu pastor, que é reputado a autoridade máxima nessas questões. Assim, quando essas informações são apresentadas por autores como nós, e não pelo pastor oficial, ela pode muitas vezes produzir uma reação de verdadeiro trauma, ou uma crise pessoal de fé. Ou passamos a ser encarados como iconoclastas gratuitamente destrutivos, ou o próprio pastor incorre na suspeita de ter sonegado informação. O efeito global é precisamente o mesmo que seria produzido por uma conspiração organizada de silêncio entre os sacerdotes.

É esta, portanto, a situação atual. Por um lado, há a hierarquia eclesiástica, imbuída do que foi escrito no passado, versada em todos os mais recentes aspectos dos estudos bíblicos. Por outro lado, há a congregação leiga, para quem os estudos bíblicos são um território totalmente desconhecido. O sacerdote moderno, mais ou menos culto, tem profunda consciência, por exemplo, da diferença entre o que está no Novo Testamento propriamente dito e o que é acréscimo de uma tradição posterior. Sabe precisamente quanto - ou, para ser mais preciso, quão pouco - as escrituras realmente dizem. Sabe quanto espaço existe para a interpretação, e na verdade o quanto ela é necessária. As contradições entre fato e fé, entre história e teologia, foram pessoalmente confrontadas e resolvidas. há muito tempo por esse sacerdote. Ele há muito reconheceu que sua crença pessoal não se confunde com os indícios históricos e já operou algum tipo de conciliação pessoal entre as duas coisas - uma

conciliação que, em maior ou menor grau, consegue acomodar uma e outra. Um sacerdote como esse em geral já "ouviu falar de tudo isso antes". É pouco provável que fique chocado com indícios ou hipóteses como os apresentados por nós e por outros autores. Já estará familiarizado com eles e já terá tirado suas próprias conclusões há muito tempo.

Em contraste com o pastor culto, o rebanho não teve oportunidade sequer de se familiarizar com o indício em questão ou de encarar as incoerências entre relatos bíblicos e o pano de fundo da história real. Para o cristão devoto, nunca houve necessidade de conciliar fato e fé, história e teologia, simplesmente porque ele nunca teve qualquer razão para supor que poderia haver distinção entre essas coisas. Talvez não tenha sequer pensado conscientemente na Palestina de 2 mil anos atrás como um lugar muito real, situado no espaço e no tempo, sujeito a um confusa mescla de fatores sociais, psicológicos, políticos, econômicos e religiosos - o mesmo tipo de fatores que operam em qualquer localidade "real", passada ou presente. Ao contrário, nos Evangelhos a história está com frequência inteiramente divorciada de qualquer contexto histórico - uma narrativa de absoluta, mítica e intemporal simplicidade, encenada numa espécie de limbo, uma terra do nunca de muito tempo atrás e muito longe daqui. Jesus, por exemplo, aparece ora na Galiléia, ora na Judéia; ora está em Jerusalém, ora nas margens do Jordão. O cristão moderno, contudo, com frequência não faz idéia da relação geográfica e política existente entre esses lugares, a que distância podiam estar um do outro, quanto tempo poderia demandar a viagem de um a outro. Os títulos dos vários funcionários públicos parecem muitas vezes sem sentido. Romanos e judeus circulam confusamente em segundo plano, como figurantes num cenário de filmagem e, quando há alguma imagem concreta deles, ela em geral deriva de uma ou outra superprodução de Hollywood - Pilatos com sotaque do Brooklin.

Para a congregação leiga, os relatos das Escrituras são história literal, uma história independente e não menos verdadeira por estar dissociada de um contexto histórico. Não tendo aprendido outra coisa de seus mentores espirituais, muitos crentes devotos nunca sentiram qualquer necessidade de enfrentar os problemas suscitados por tal contexto. Quando subitamente formulados por um livro como o nosso, esses problemas assumem para essas pessoas, de maneira muito compreensível, a forma de revelação ou de sacrilégio. E nós mesmos passamos a ser instintivamente vistos como "anticristãos", como escritores plenamente engajados numa cruzada que nos lança, como adversários militantes, contra o *establishment* eclesiástico - como se estivéssemos pessoalmente interessados em derrubar o edifício da cristandade (e fôssemos ingênuos a ponto de pensar que isso é possível).

Nossa conclusão em perspectiva

Como seria desnecessário dizer, não acalentamos tais intenções. Não estamos engajados em nenhum tipo de cruzada. Não temos nenhum desejo particular de "converter" ninguém. Certamente não estamos tentando deliberadamente abalar a fé do povo. Em *O santo graal e a linhagem sagrada* nossa motivação foi, na verdade, bastante simples. Tínhamos uma história para contar, e essa história nos parecia merecer, especialmente, ser contada. Estivéramos envolvidos numa aventura histórica tão palpitante quanto uma história de detetive ou um romance policial. Ao mesmo tempo, a aventura se mostrara também bastante informativa, revelando vastos tratos do passado da nossa civilização - e não apenas bíblico - que de outro modo nós e nossos leitores não poderíamos explorar. Desejávamos partilhar nossa história, num espírito muito semelhante àquele que nos leva a puxar o braço de uma pessoa amiga e chamar sua atenção para uma paisagem surpreendente ou um pôr-do-sol espetacular.

Nossa conclusão sobre Jesus era parte integrante da nossa aventura. Na verdade, a própria aventura nos levava a ela. Simplesmente convidamos nossos leitores a testemunhar de que modo isso acontecera. De fato, dissemos: "Estas são as conclusões a que chegamos. São as *nossas* conclusões, baseadas na nossa própria pesquisa, nas nossas próprias predisposições, nossa própria estrutura, nossa própria falta de preconceitos. Não estamos tentando impingir-las a você. Se elas lhe parecerem fazer

sentido, muito bem. Se não, sinta-se à vontade para descartá-las e tirar as suas próprias. Enquanto isso, esperamos que ache sua estada conosco interessante, divertida e informativa." Apesar disso, era inevitável, dado o nosso tema, que nos víssemos apanhados no conflito básico entre fato e fé. Um simples exemplo pode ilustrar as complexidades e os paradoxos desse conflito.

Em 1520, Hernán Cortés, ao penetrar na antiga capital mexicana de Tenochtitlán, foi tomado por um deus pelos astecas. Como jamais tinham visto armas de fogo ou cavalos, os astecas viram essas coisas não só como sobrenaturais mas como confirmação da condição divina de Cortés - de sua identidade como um avatar do seu deus supremo, Quetzalcóatl. Hoje, obviamente, podemos compreender como tal equívoco pôde acontecer. Até para um europeu ocidental da época, ele teria sido compreensível. É bastante claro que Cortés não tinha absolutamente nada de divino. No entanto, é igualmente claro que, nas mentes daqueles que acreditaram em sua divindade, ele era realmente um deus.

Suponhamos que um índio mexicano moderno, talvez com vestígios de uma ascendência asteca, afirme que *acredita* na divindade de Cortés. Talvez isso nos pareça um tanto esquisito, mas não poderíamos nos atrever a contestar a crença do índio - especialmente se sua origem social, educação, criação, cultura, tudo isso tiver contribuído para fomentá-la. Ademais, essa "fé" poderia envolver algo muito mais profundo do que a mera crença na divindade de Cortés. O índio poderia afirmar que experimentava Cortés dentro de si, que comungava pessoalmente com Cortés, que Cortés lhe aparecia em visões, que através de Cortés ele se aproximava de uma unidade com Deus ou com o sagrado. Como poderíamos cogitar de contestar afirmações como estas? O que um homem experimenta na intimidade da sua psique deve necessariamente permanecer inviolado e inviolável. E há muitas pessoas, perfeitamente lúcidas, perfeitamente equilibradas, merecedoras de todo o respeito que, na privacidade da sua psique, acreditam em coisas muito mais estranhas que a divindade de Cortés.

Mas o tempo em que Cortés viveu, como o tempo em que Jesus viveu, está documentado. Sabemos um bocado sobre o contexto histórico, o mundo em que esses personagens existiram. Esse conhecimento não é uma questão de crença pessoal, mas de simples fato histórico. E se um homem permite que sua crença pessoal distorça, altere ou transforme o fato histórico, ele não pode esperar que outros, quer partilhem ou não da sua crença, fechem os olhos para esse processo. O mesmo princípio se aplica se um homem permite que sua fé pessoal desarrume consideravelmente as leis da probabilidade ou o que sabemos sobre a natureza humana. Não poderíamos, como dissemos, discutir com um homem que acredita na divindade de Cortés, ou que, de alguma maneira, "experimentou" Cortés dentro de si. Poderíamos, no entanto, discutir com um homem que afirmasse que Cortés, mesmo sem a sua armadura, era imune a lanças e flechas, que atravessou a cavalo os céus ou os mares, ou que usava armas que sabemos só terem sido inventadas dois séculos depois.

Não é que os registros estabelecidos sobre Cortés neguem explicitamente essas coisas. Eles não o fazem - pela simples razão de que nada disso foi afirmado a propósito de Cortés enquanto ele estava vivo. Mas essas afirmações contrariam de maneira tão flagrante a história conhecida, a experiência humana e a simples probabilidade, que é extremamente difícil acreditar nelas. Como crença pessoal, podem ser inatacáveis. Apresentadas como fato histórico, porém, repousam numa base demasiado improvável e tênue.

Jesus suscita um problema essencialmente análogo. Não temos nenhum desejo de contestar a fé pessoal, a crença pessoal de ninguém. Não estamos tratando do Cristo ou *Christus* da teologia, a figura que goza de uma existência muito real e muito vigorosa nas psiques e consciências dos que têm fé. Estamos tratando de um outro personagem, alguém que realmente caminhou pelas areias da Palestina 2 mil. anos atrás, assim como Cortés pisou as pedras do deserto mexicano em 1519. Estamos tratando, em suma, do Jesus da história - e a história, por mais vaga e incerta que por vezes possa ser, está sempre pondo em xeque nossos desejos, nossos mitos, nossas imagens mentais, nossas idéias preconcebidas.

Para fazer justiça ao Jesus da história, devemos nos despir efetivamente de nossas idéias

preconcebidas - especialmente aquelas alimentadas pela tradição posterior. Devemos estar preparados para contemplar os elementos bíblicos tão desapaixonadamente quanto poderíamos contemplar crônicas relativas a César ou a Alexandre... ou a Cortés. E temos de nos abster de atos ou crenças *a priori*.

Na verdade, pode-se pôr em questão a sensatez de acreditar ou desacreditar. A palavra "crença" pode sem dúvida ser perigosa, uma vez que implica um ato de fé que muitas vezes pode ser injustificado. As pessoas estão demasiado dispostas a matar em nome da crença. Ao mesmo tempo, desacreditar é igualmente um ato de fé, uma presunção tão carente de fundamento quanto a crença. A descrença – tal como exemplificada pelo ateu militante ou pelo racionalista, por exemplo - é em si mesma uma outra forma de crença. Dizer que não acreditamos em telepatia, ou em fantasmas, ou em Deus é tanto um ato de fé quanto não acreditar neles.

É preferível pensar em termos de conhecimento. Em última análise, a questão é bastante simples. Ou sabemos alguma coisa de maneira imediata, direta e em primeira mão, ou não sabemos. Um homem que toca num fogão quente não precisa acreditar na dor. Ele conhece a dor; experimenta a dor; a dor é uma realidade que ele não pode pôr em dúvida. Um homem que recebe um choque elétrico não indaga a si mesmo se acredita na forma de energia conhecida como eletricidade. Experimenta alguma coisa cuja realidade não pode ser negada, seja qual for a palavra que se associe a ela. Mas se estamos lidando com algo diverso desse tipo de conhecimento empírico - se, em suma, não *sabemos* pessoalmente, no sentido que acabamos de explicar - a única coisa honesta que podemos dizer é que não sabemos. No que diz respeito aos atributos teológicos conferidos a Jesus pela tradição cristã, simplesmente não sabemos.

Dentro do espectro geral das "coisas não sabidas", praticamente tudo é possível. Mas, com base na nossa própria experiência, com base na história e no desenvolvimento humanos, algumas delas são mais possíveis que outras, mais ou menos plausíveis, mais ou menos prováveis que outras. Se formos honestos, só nos resta reconhecer essa situação - que todas as coisas são possíveis, mas algumas são mais possíveis que outras. Isso equivale a um simples equilíbrio entre probabilidades e plausibilidades. Que acontecimentos teriam sido mais ou menos plausíveis? O que está mais de acordo com a experiência da humanidade? Na falta de conhecimento verdadeiramente conclusivo sobre Jesus, parece-nos mais plausível, mais provável, mais de acordo com nossa experiência humana supor que um homem ter-se-ia casado e tentado recuperar o trono que lhe era de direito do que admitir que teria nascido de uma virgem, caminhado sobre as águas e levantado de seu túmulo. No entanto, também esta conclusão deve permanecer, forçosamente, hipotética. É uma conclusão reconhecida como possibilidade mais plausível, não adotada como um credo.

Interpretação a serviço da crença

Como dissemos, sabe-se muito atualmente sobre o mundo em que Jesus viveu, a Palestina de 2 mil anos atrás. Porém, no tocante ao próprio Jesus e aos acontecimentos que envolvem sua vida, há uma ausência de conhecimento conclusivo. Os Evangelhos, e na verdade toda a Bíblia, são bosquejos, documentos que nenhum estudioso responsável sequer por um momento consideraria absolutamente fidedigno como testemunho histórico. Diante dessa situação, somos obrigados a traçar hipóteses, se não quisermos silenciar. Certamente não devemos traçar hipóteses a torto e a direito; temos de limitar nossas especulações à moldura dos dados históricos conhecidos e das probabilidades. Dentro dessa moldura, contudo, é perfeitamente válido, e de fato necessário, especular - interpretar os parcos, opacos e muitas vezes contraditórios indícios existentes. A maior parte dos estudos bíblicos envolve um certo grau de especulação. O mesmo pode ser dito, aliás, da teologia e dos ensinamentos das igrejas. Mas, enquanto a pesquisa histórica especula com base no fato histórico, a teologia e os ensinamentos clericais especulam quase exclusivamente sobre as próprias escrituras - muitas vezes sem qualquer referência ao fato histórico.

Ao longo dos últimos 2 mil anos, pessoas discutiram, se mataram umas às outras, fizeram guerras por causa do modo como determinadas passagens das escrituras deveriam ser compreendidas. No processo de consolidação da tradição cristã, um princípio permaneceu constante. No passado, quando os doutores da Igreja se viam diante de uma ou várias ambigüidades bíblicas, eles *especulavam* sobre seu significado. Tentavam *interpretá-lo*. Uma vez aceita, a conclusão de sua especulação - isto é, sua interpretação - passava a ser venerada como um dogma. Com o correr dos séculos, vinha a ser considerada um fato estabelecido. Tais conclusões absolutamente não são fatos. Ao contrário, são especulações e interpretações cristalizadas numa tradição; e é essa tradição que é freqüentemente tomada como fato.

Um único exemplo pode ilustrar esse processo. Segundo todos os quatro Evangelhos, Pilatos afixou na cruz uma inscrição que trazia o título "Rei dos Judeus". Afora isso, os Evangelhos não nos dizem praticamente nada a respeito. Em João 6:15 há a curiosa afirmação de que "Jesus percebeu que eles iriam chegar e levá-lo para fazê-lo rei; fugiu então de novo para a montanha, sozinho".. E em João 19:21-22: "Em vão os altos sacerdotes dos judeus disseram a Pilatos, 'Não deveríeis escrever «Rei dos judeus», mas «Este homem disse: Eu sou rei dos judeus»'. Pilatos respondeu: 'O que escrevi está escrito.'" Não há, porém, nenhuma elaboração ou elucidação destas passagens. Não nos é dada nenhuma indicação real de que o título era justificado ou não, oficial ou não, reconhecido ou não. Tampouco nos é dada qualquer indicação sobre como, precisamente, Pilatos pretendia que a designação fosse entendida. Qual era sua motivação? Que pretendia com isso?

Em algum ponto no passado, *supôs-se*, com base em interpretação especulativa, que Pilatos usara o título como zombaria. Supor outra coisa teria sido levantar muitas questões espinhosas. Hoje, a maioria dos cristãos aceita cegamente, como fato consumado, que Pilatos usou o título por escárnio. Mas isso não é de modo algum um fato estabelecido. Se lermos os próprios Evangelhos, sem nenhuma idéia preconcebida, não encontraremos nenhuma sugestão de que o título não foi usado com absoluta seriedade, de que não era perfeitamente legítimo e reconhecido como tal pelo menos por alguns dos contemporâneos de Jesus, entre os quais Pilatos. A julgar pelos próprios Evangelhos, Jesus pode de fato ter sido rei dos judeus - e/ ou assim considerado. Somente a tradição persuadiu as pessoas do contrário. Sugerir que Jesus pode realmente ter sido rei dos judeus não é, portanto, ir contra as evidências. É meramente divergir de uma tradição há muito estabelecida - um sistema de crenças há muito estabelecido, baseado em última análise na interpretação especulativa de alguém. Se alguma coisa vai contra as evidências é esse sistema de crenças. Pois, no relato que Mateus faz do nascimento de Jesus, os três "magos" perguntam: "Onde está o Rei dos judeus que acaba de nascer?" Se Pilatos pretendia usar o título a pretexto de zombaria, como podemos resolver a questão dos magos? Será que eles também o usavam por zombaria? Certamente não. No entanto, se estavam aludindo a um título legítimo, por que Pilatos não poderia ter feito o mesmo?

Os Evangelhos são documentos de uma simplicidade chapada, mítica. Retratam um mundo reduzido a uns poucos traços toscos, um mundo de caráter intemporal, arquetípico, quase de conto de fadas. Mas a Palestina, quando do advento da era cristã, não era um reino de faz-de-conta. Ao contrário, era um lugar absolutamente real, povoado por pessoas reais, como poderíamos encontrar em qualquer parte do mundo em qualquer outra época na história. Herodes não foi o rei de uma lenda obscura. Foi um potentado muito real, cujo reinado (37- 4 a.C.) se estende além do contexto bíblico para coincidir no tempo com o de figuras seculares bem conhecidas - como Júlio César, Cleópatra, Marco Antônio, Augusto, por exemplo, e outros personagens que nos são familiares a partir dos manuais escolares e até a partir de Shakespeare. Como dissemos, a Palestina no século I, como qualquer lugar do mundo, estava sujeita a um complexo emaranhado de fatores sociais, psicológicos, políticos, econômicos, culturais e religiosos. Numerosas facções lutavam entre si e intestinamente. Complôs manipulavam e maquinavam nos bastidores. Vários partidos perseguiam objetivos conflitantes, muitas vezes fazendo frouxas alianças entre si com propósitos meramente oportunistas. Tratos eram feitos na clandestinidade. Jogos de interesses marcavam a luta pelo poder. O povo em geral, como o povo de

qualquer lugar e de outras épocas, oscilava entre o torpor apático e o fanatismo histérico, entre o medo ignóbil e a convicção ardorosa. Muito pouco disso, ou nada, é transmitido pelos Evangelhos - apenas um resíduo de confusão. No entanto, essas correntes, essas forças, são essenciais para qualquer compreensão do Jesus histórico - o Jesus que realmente palmilhou o solo da Palestina 2 mil anos atrás, e não o Cristo da fé. Foi esse Jesus que nos esforçamos por discernir e compreender mais claramente. Fazer semelhante esforço não é declarar-se anticristão.

O contexto

Na esteira de *O santo graal e a linhaaem sagrada*, quando certos "cristãos" nos acusaram com veemência de sermos anticristãos, só pudemos dar de ombros, impotentes. Nós próprios, é preciso repetir, não tínhamos nenhum desejo de assumir o papel de iconoclastas; fomos simplesmente apanhados no conflito entre fato e fé.

As sugestões que fizemos sobre Jesus tampouco nos pareciam ter algo de chocante ou ultrajante. Como o leitor terá notado, praticamente todas as sugestões tinham sido feitas antes, em sua maioria muito recentemente, e foram bastante divulgadas. Além disso, não estávamos sozinhos. Não estávamos maquinando uma tese excêntrica, temerária, feita sob medida para produzir um "*best-seller* instantâneo". Ao contrário, praticamente todas as nossas sugestões coincidiam muito com as principais tendências dos estudos bíblicos contemporâneos, e era precisamente nesses estudos que grande parte da nossa pesquisa tinha origem. Consultamos os especialistas reconhecidos no campo, muitos dos quais não eram conhecidos pelo grande público; e, no geral, pouco mais fizemos do que sintetizar suas conclusões de uma maneira facilmente digerível. Essas conclusões já eram bastante conhecidas pelos membros dos cleros, que em grande parte as aceitaram prontamente. O que não conseguiram fazer foi, no entanto, transmiti-las aos leigos.

Em discussões privadas, tivemos contato com sacerdotes de muitas religiões. Poucos expressaram alguma hostilidade às conclusões do nosso livro. Alguns discordaram de um ou outro ponto específico, mas a maioria julgou nossa tese geral plausível, até provável em certos casos, e de modo algum desabonadora da estatura de Jesus ou da fé cristã. A cristãos leigos, contudo, as mesmas conclusões pareceram envolver blasfêmia, heresia, sacrilégio, e quase todos os outros pecados religiosos catalogados. Foi essa discrepância de reação que nos pareceu particularmente espantosa e instrutiva. Clérigos, de quem poderíamos esperar uma atitude mais combativa nesse campo, reagiram com algo entre a indiferença cética mas não surpreendida e o endosso completo. Seus rebanhos reagiram com algo entre a desilusão horrorizada e o ultraje vociferante. Nada teria podido deixar tão a nu o fracasso das igrejas em manter suas congregações a par dos desenvolvimentos no campo das investigações bíblicas.

Ainda assim, há sinais de que a situação começa a mudar lentamente. Pode ser, é claro, que esses sinais sejam enganosos ou ilusórios, e que o pêndulo volte a oscilar em favor da "fé simples", e que os frutos dos estudos históricos continuem a ser ignorados ou silenciados. Nesse aspecto, o contágio do fundamentalismo norte-americano é sem dúvida um mau agouro. Seja como for, há no ar diferentes sinais de melhora, numerosos a ponto de corresponder, em escala modesta, a uma espécie de *Zeitgeist* - um espírito, ou corrente, ou movimento que se espalha pelo mundo.

Durante os anos em que fizemos nossa pesquisa, muitas outras publicações já estavam em circulação, ajudando a criar um clima favorável. Na década de 1970, pelo menos dois romances - um deles um trabalho literário sério, bem-visto pela crítica - partiram da hipótese da descoberta do corpo mumificado de Jesus. Outro romance popular pôs os Evangelhos em questão, sugerindo a existência de um novo *corpus* de relatos bíblicos de primeira mão - e este livro foi transformado numa minissérie de televisão. Em sua monumental obra *Terra nostra* - certamente um dos doze mais importantes romances publicados em qualquer língua desde a Segunda Guerra Mundial - o respeitado romancista mexicano Carlos Fuentes descreve como Jesus escapou da morte por meio de uma

crucificação fraudulenta, envolvendo um substituto. Pelo menos um romance, *Magdalene*, de Carolyn Slaughter, apresenta Madalena como amante de Jesus. E Liz Greene, inspirando-se na nossa própria pesquisa, escreveu sobre uma linhagem que descenderia de Jesus em *The Dreamer of the Vine*, um romance sobre Nostradamus publicado em 1980.

No que diz respeito a trabalhos mais acadêmicos, os manuscritos de Nag Hammadi foram publicados pela primeira vez em tradução inglesa em 1977 e, em menos de dois anos, inspiraram o *best-seller* de Elaine Pagel, *The Gnostic Gospels*. Morton Smith, que havia divulgado seus achados sobre a Igreja primitiva em *The Secret Gospel*, traçou em seguida um controverso retrato de Jesus em *Jesus the Magician*. Haim Maccoby voltou sua atenção para o Jesus histórico em *Revolution in Judaea* e o mesmo fez Geza Vermes em obras como *Jesus the Jew*. A série de estudos que Hugh Schonfield está desenvolvendo sobre a Palestina do século I foi sendo publicada a intervalos regulares ao longo da década de 1970. Num nível teológico, alguns clérigos anglicanos suscitaram considerável controvérsia ao pôr em questão a divindade de Jesus numa coletânea de ensaios, *The Myth of God Incarnate*. Por fim, merece menção *The Jesus Scroll*, da autoria do australiano Donovan Joyce, um livro curioso, sem respaldo nos fatos, mas fascinante.

Assim, em 1982, quando *O santo graal e a linhagem sagrada* foi publicado, as águas já haviam sido agitadas por uma onda recente de elementos relativos ao Jesus histórico. É verdade que muita gente ainda não sabe sequer em que medida, por exemplo, os Evangelhos se contradizem entre si. Ou que há outros Evangelhos além dos que constam do Novo Testamento, que foram excluídos do cânon de maneira mais ou menos arbitrária por concílios compostos de homens obviamente mortais, obviamente falíveis. Ou que a divindade de Jesus foi decidida pelo voto no Concílio de Nicéia, cerca de três séculos depois da morte do próprio Jesus. É verdade também que o fundamentalismo continua fanático nos Estados Unidos. E, como observamos antes, ainda há na Grã-Bretanha pessoas capazes de atribuir um incêndio provocado por um raio em York à ira de Deus provocada pela nomeação de um bispo um tanto boquirroto - como se, em meio à violência, à animosidade, ao preconceito, à insensibilidade e aos perigos do mundo moderno, Deus não tivesse mais nada com que se preocupar, nada de melhor para fazer com Seus recursos. E quando esse mesmo bispo faz uma declaração tão óbvia, tão corriqueira, como a de que a Ressurreição não pode ser cabalmente "provada", ainda há quem grite blasfêmia ou heresia e peça seu afastamento. Seja como for, há alguma coisa "no ar", da qual o próprio bispo é uma manifestação.

Seria falso de nossa parte afetar ignorância quanto ao impacto causado por nosso livro, tanto em vendas como em controvérsia. Pela primeira vez, desde *Passo ver Plot*, de Hugh Schonfield, de 1963, algumas questões relativas ao Novo Testamento, a Jesus e à origem do cristianismo foram levantadas para o público leitor em geral - para o chamado "mercado de massa", e não para um punhado de especialistas acadêmicos e teólogos. E ficou patente que o grande público leitor estava não só preparado, mas positivamente ávido por ouvir.

Nem a televisão nem as empresas editoriais ficaram cegas para as possibilidades. Desde 1982, vários novos livros foram lançados. Em 1983, *The illusionist*, um romance de Anita Mason, propôs uma perspectiva controversa mas historicamente válida sobre a consolidação da Igreja primitiva; foi incluído na lista final de indicações para o Booker Prize, o mais prestigioso prêmio literário da Grã-Bretanha. Em 1985, Anthony Burgess, de maneira talvez ainda mais controversa, explorou quase o mesmo território em *The Kingdom of the Wicked*. Uma tempestade incipiente foi provocada pelo romance de Michele Roberts, *The Wild Girl*. Inspirando-se, como nós, em dados dos manuscritos de Nag Hammadi, Michele Roberts apresenta Madalena como amante de Jesus e mãe de seu filho. Publicado em brochura em 1985, *The Wild Girl* provocou medonhas fulminações, não somente de grupos de pressão, como era previsível, mas também de um pretenso Torquemada com assento no Parlamento; até que avaliações bem mais lúcidas tivessem conseguido se impor, o livro ficou sob a ameaça de ação penal nos termos da antediluviana lei britânica da blasfêmia. Nesse ínterim, *King Jesus*, de Robert Grave, que faz afirmações não menos escandalosas, teve a primeira nova tiragem

desde 1962, numa edição em brochura facilmente acessível. (Ao que se presume, o livro de Grave era opaco demais para os pretensos guardiães do pensamento que condenavam Michele Roberts. Ou talvez as figuras consagradas da literatura gozem de certa imunidade contra um zelo rabugento. Seria sensato alegar que o mais provável retrato de Jesus jamais feito em qualquer lugar foi *The Man Who Died*, de D.H. Lawrence, publicado há mais de cinquenta anos, uma obra-prima em miniatura em que Jesus aparece tendo o que se costumava chamar de "conúbio sexual" com uma sacerdotiza de Ísis num templo egípcio. No momento do clímax, ele declara: "Ressuscitei!".)

Entre os estudos bíblicos destinados a um público não especialista, dois livros de Hugh Schonfield foram reeditados, ao passo que um novo, *The Essene Odyssey*, foi publicado em 1985. As obras de Morton Smith e Elaine Pagels foram todas lançadas em brochuras de boa qualidade. Na televisão e no cinema, fizeram-se dramatizações (ainda que estilizadas e não polêmicas) do cerco a Massada e da contenda entre Pedro e Paulo. De maneira mais significativa, Karen Armstrong, uma ex-freira, contestou a tradição cristã estabelecida numa série inteligente, bem fundamentada e claramente apresentada sobre São Paulo, intitulada *The First Christian*. Como já comentamos, David Rolfe fez o mesmo em sua série amplamente divulgada, *Jesus: the Evidence*, que foi seguida por um livro com o mesmo título. Por fim, em *The Sea of Faith*, Don Cupitt, professor-conferencista de teologia e decano do Emmanuel College, Cambridge, apresentou o que talvez, seja o mais penetrante estudo já feito na televisão sobre o cristianismo nos dias de hoje - um estudo que contém afirmações muito mais controversas do que as do bispo de Durham.

Não teríamos a presunção de afirmar que *O santo graal e a linhagem sagrada* por si mesmo influenciou qualquer desses trabalhos. Na verdade, algumas das pessoas citadas acima iriam indubitavelmente se ver às voltas com algumas das nossas conclusões. Gostaríamos, porém, de pensar que o sucesso do nosso livro deu, tanto aos editores quanto aos produtores de televisão, uma maior consciência do público existente para informações relativas ao Jesus histórico e à origem do cristianismo - um público cujo apetite torna viáveis livros e filmes sobre esses temas. A emergência desse público é um movimento novo extremamente significativo. Ela confere também uma nova e salutar responsabilidade às igrejas, tornando cada vez mais insustentável a espécie de censura condescendente até agora praticada pelos sacerdotes com suas congregações. Se, como no passado, pastores sonegarem informação ao seu rebanho, o rebanho não mais se resignará. Em vez disso, recorrerá aos livros e à televisão.

Se esta suposição estiver correta, temos razões para nos sentir compensados. Não por estarmos numa cruzada, convém repetir. Não por termos algum interesse pessoal em contestar, desacreditar ou aviltar a instituição eclesiástica. Mas porque também nós vivemos no mundo moderno. Percebemos as pressões desse mundo e somos afetados por elas. Somos vulneráveis ao preconceito e, como quaisquer outras pessoas, estamos conscientes de quanta devastação o fanatismo, os excessos da fé cega e a tirania que freqüentemente a acompanha podem infligir ao mundo. É em nosso benefício, bem como em benefício de todos, que algum senso de perspectiva precisa ser restaurado.

2

JESUS COMO REI DE ISRAEL

Certa vez, ao cruzar os Estados Unidos de avião, fomos informados pela aeromoça: "Aterrisaremos por alguns momentos [*momentarily*] em Chicago." Logo procuramos nos certificar de que o avião ficaria pousado tempo suficiente para nos permitir sair. As palavras estão imbuídas de um significado que muitas vezes pode ser afetado pelo contexto, a cultura e a história, todos por sua vez sujeitos a mudança. Nossos colegas americanos não compreendem a palavra "*momentarily*" do mesmo modo que nós. Algumas palavras e seus significados podem alcançar notável longevidade. "Cão" continua sendo "cão" através dos séculos e das mudanças culturais. (Embora até uma palavra tão simples vá evocar uma variedade de imagens diferentes segundo as preferências caninas do leitor.) Mas a palavra

"avião" certamente não poderia ter transmitido aos nossos ancestrais do século XVIII o sentido que tem no alto desta página.

Temos, necessariamente, de interpretar a linguagem. Pensamos saber o que certas palavras significam, mas essa presunção pode ser perigosa. Isso ocorre especialmente quando tentamos impor nossa interpretação do século XX a uma palavra que em algum momento, no passado, transmitiu um sentido sutilmente, ou radicalmente, diferente. Mais perigoso ainda é quando insistimos em que um homem de 2 mil anos atrás queria expressar o mesmo que nós numa esfera tão contenciosamente abstrata quanto a da fé religiosa.

Muitas das nossas atitudes ou crenças em relação a Jesus são fruto de interpretação - correta ou não - de material bíblico. E a Bíblia é composta de palavras (elas próprias traduções de outras palavras) que tentam transmitir idéias. Talvez uma das mais importantes dessas idéias seja a de Jesus como um messias.

Nas palavras de um hino muito apreciado, Jesus é qualificado de "profeta, sacerdote e rei" . Todas essas denominações estão implícitas quando o cristão fala de Jesus como messias. De fato, para a maioria das pessoas, essa palavra, aplicando-se unicamente a Jesus, como ocorre em nossos dias, implica também Deus. Devemos ser cuidadosos, contudo, ao supor que palavras como "rei", "profeta" ou "messias" ainda carregam o mesmo significado que tinham no tempo e no mundo de Jesus.

Discutimos indícios de que Jesus seria um rei no nosso livro anterior, mas informações adicionais serão apresentadas e enfatizadas aqui. Pois dizer que Jesus era um "rei legítimo" significa muito mais do que isso poderia implicar no mundo de hoje - muito mais que uma mera posição herdada e legítima como chefe, simbólico ou não, de um Estado secular. Dois mil anos atrás, a "nação de Israel" era percebida basicamente como uma entidade mais espiritual do que secular. Ela representava um exemplo extremo de teocracia - de um corpo político essencialmente organizado em torno de princípios religiosos. Religião e Estado não eram apenas praticamente sinônimos, como talvez sejam atualmente no Irã, por exemplo. O Estado em si mesmo era uma manifestação da religião. Todos os demais aspectos da cultura eram igualmente absorvidos numa estrutura religiosa. A própria paisagem era vista como favorecida de maneira única e especial por Deus. Cavernas, vales, montanhas, rios - tudo era investido de um significado reverencial profundo. Embora fatores sociais, políticos e econômicos fossem obviamente importantes, a máquina administrativa do governo estava fundamentalmente voltada para a criação de uma cultura que merecesse a aprovação de Deus e realizasse o que se supunha ser a Sua vontade. Os impostos arrecadados por Roma ou por autoridades seculares locais podiam provocar ressentimento, mas aqueles reivindicados pelo Templo eram pagos de bom grado, até com alegria. As pessoas se viam a si mesmas como "escolhidas por Deus" e o rei dessa gente era concebido como algo maior que outros reis - maior até que o imperador de Roma. Ele era uma manifestação da vontade de Deus. Era a encarnação do plano divino de Deus para o povo como um todo. Era um porta-voz das intenções e dos desejos de Deus. Por ser um rei, tinha, em última análise, o valor de um oráculo, de um sumo sacerdote, de um papa, de um líder espiritual.

Tudo isso - no contexto da época, é claro - é o que o termo "messias" teria significado. Numa tradução estritamente literal, "messias" significava nem mais nem menos que "o ungido". Em outras palavras, denotava o rei devidamente consagrado e divinamente aprovado. Todo rei de Israel era visto como um messias. O termo foi habitualmente aplicado a Davi e a seus sucessores, de Salomão em diante.

"Todo rei judeu da Casa de Davi foi conhecido como Messias, ou Cristo, e uma maneira usual de se referir ao Sumo Sacerdote era 'o Sacerdote Messias' ..."

Mas isso não é tudo. Mais ou menos na época em que Jesus nasceu, uma oposição militante, armada, a Roma foi organizada e liderada por um homem que também reivindicava o título de messias. Foi reconhecido como tal não só por seus seguidores imediatos como por parte do povo em geral. Em 66 d.C., seu filho "retomou a Jerusalém na condição de rei" e, "adornado com trajes reais", visitou o

Templo para adorar.

É desnecessário dizer que esses personagens nada tinham de intrinsecamente divino. De fato, afirmar que algum homem era Deus, ou mesmo filho de Deus, num sentido literal, teria sido, para Jesus e seus contemporâneos, algo de sumamente blasfemo. Para Jesus e seus contemporâneos, a idéia de um messias divino teria sido inteiramente impensável.

Mas se o messias não era divino, devia por certo ter recebido uma bênção particular e única de Deus. Seria, por assim dizer, uma espécie de vice-rei temporal de Deus, constituindo o elo primeiro entre a Divindade e a humanidade comum. Assim, embora o termo "messias" significasse meramente "o ungido", ou "rei", o conceito de realeza por ele implicado envolvia muito mais do que envolve hoje.

A importância do messias esperado foi ampliada pelas circunstâncias reinantes na Palestina no período em que Jesus nasceu. O período - que teremos oportunidade de discutir com detalhes adiante - era conhecido, pelos que nele viviam, como "Final dos Tempos" ou "Os Últimos Dias". Acreditava-se que a nação caíra numa fase de calamidade cataclísmica. A última dinastia de monarcas judeus legítimos por pouco fora extinta. Desde 63 a.C., Israel se tornara um território do Império Romano, obrigado a reconhecer um soberano secular que numa afronta blasfema a todos os dogmas do judaísmo - ousava se proclamar um deus. O trono do país, por sua vez, estava ocupado por um rei-fantoches, visto como um iníquo usurpador. Herodes, que reinava na Palestina na época, não podia pretender ser judeu por nascimento. Era natural da Iduméia, uma região ao sul, em grande parte desértica e não judaica.

No início de seu reinado, Herodes procurou assegurar sua própria aceitação e legitimidade. Repudiou sua primeira esposa e casou-se com uma princesa judaica reconhecida, procurando assim pelo menos alguma forma de sanção legal. Para despertar a simpatia do povo, reconstruiu o Templo de Jerusalém numa escala sem precedentes.

Proclamava-se um devoto servidor do Deus de Israel. Esses gestos malograram por completo como formas de ratificar sua autoridade. Herodes continuou execrado e odiado pelo povo que governava o Mesmo seus atos mais generosos eram recebidos com hostilidade e desdém, o que estimulou sua predisposição natural para a tirania e o desmando.

Que um homem como esse fosse colocado no papel de soberano dos escolhidos de Deus era considerado uma maldição - uma atribulação imposta por Deus a Seu povo, uma punição por transgressões tanto passadas quanto presentes. Fossem quais fossem os abusos que Herodes pudesse perpetrar, eles eram vistos como meros sintomas de um dilema muito mais profundo - o dilema de um povo que fora abandonado pelo seu Deus. Por toda a Palestina do tempo de Jesus, espalhava-se uma ânsia por um líder espiritual que pudesse reconduzir a nação de volta a Deus, que efetuasse uma reconciliação com o divino. Esse líder espiritual, quando aparecesse, seria o legítimo rei - o "messias". Como rei, iria resgatar seu povo. Iria restaurar o pacto de Deus com o homem. Ajudado por Deus, imbuído de Deus, sancionado e autorizado por Deus, desempenhando a vontade de Deus, ele expulsaria da Palestina os invasores romanos e estabeleceria seu próprio regime legítimo, tão glorioso quanto aquele atribuído pela tradição a Salomão e Davi. O perfil moral do messias é assim sintetizado por um historiador do período:

(...) um descendente de Davi carismaticamente dotado que, segundo os judeus acreditavam (...), seria alçado por Deus para quebrar o jugo do gentio e reinar sobre um reino restaurado de Israel, para o qual todos os judeus do Exílio haveriam de retomar.

A tradição cristã, é claro, não contesta a pretensão de Jesus ao messiado. Contesta apenas as implicações disso, simplesmente porque, durante séculos, elas não foram suficientemente esclarecidas. Aceitar Jesus como messias negando ao mesmo tempo seu papel régio e político é simplesmente ignorar os fatos - ignorar o contexto histórico, ignorar o que a palavra "messias" significava e implicava. Os cristãos viram o messias como não-político - uma figura inteiramente

espiritual que não representava qualquer desafio à autoridade temporal, que não tinha quaisquer aspirações seculares ou políticas pessoais, que acenava para seus seguidores com um reino "que não é deste mundo". Nos últimos dois séculos, no entanto, os estudos bíblicos tomaram essa interpretação cada vez mais insustentável. Dificilmente um especialista nesse assunto contestaria que o messias esperado na época de Jesus era uma figura de caráter amplamente político, que se empenharia em redimir Israel do jugo romano. O judaísmo nesse tempo não estabelecia distinção entre religião e política. Uma vez que o rei legítimo era designado e confirmado por Deus, sua atividade política ficava envolta numa aura religiosa. Uma vez que sua função religiosa incluía libertar seu povo da servidão, seu papel espiritual era também político.

O rei legítimo

Os Evangelhos de Mateus e Lucas afirmam explicitamente que Jesus tinha sangue real - era um genuíno e legítimo rei, descendente em linha direta de Salomão e Davi. Se isso fosse verdade, teriam conferido a ele pelo menos uma importante qualificação para ser o messias, ou para ser apresentado como tal. Tecnicamente, ele teria direito ao trono de seus régios antepassados - e talvez, como já foi sugerido, fosse o único legítimo detentor desse direito. Fica evidente nos Evangelhos que certas pessoas, de origens sociais e interesses radicalmente diversos, se mostram bastante dispostas a reconhecer a validade dessa reivindicação. Como observamos, os três magos chegam perguntando pelo "Rei dos Judeus que acaba de nascer". Em Lucas 23:3, Jesus é acusado de "... incitar nosso povo à revolta, condenando o pagamento do tributo a César e proclamando ser o Cristo um rei". Em Mateus 21:9, em sua entrada triunfal em Jerusalém, Jesus é saudado por uma multidão que gritava "Hosana ao filho de Davi". É praticamente indiscutível que, nesse episódio, Jesus está sendo aclamado como rei. Na verdade, os Evangelhos tanto de Lucas com de João são explícitos a este respeito. Em ambos, Jesus é aclamado de maneira absolutamente inequívoca como rei. E em João 1:49 Natanael diz a Jesus, sem meias palavras: "Tu és o rei de Israel!"

Por fim, é claro, há a inscrição "Rei dos Judeus", que Pilatos manda afixar na Cruz. Como já mencionamos, a tradição cristã atribui esse gesto de Pilatos ao escárnio. Mesmo como ato de escárnio, contudo, ele não faz sentido a menos que *Jesus fosse* realmente rei dos judeus. De que serviria um tirano e provocador, empenhado em afirmar sua própria autoridade, dominar as pessoas e humilhar os que estão sob seu poder, rotular de rei um pobre profeta? Se, por outro lado, Jesus fosse um rei legítimo, aí sim ele poderia afirmar sua autoridade humilhando-o.

Há mais indícios da condição régia de Jesus na narrativa do massacre dos inocentes promovido por Herodes (Mateus, 2:3-14). Embora extremamente questionável como registro de um fato histórico verdadeiro, essa narrativa revela uma inquietação muito real de Herodes diante do nascimento de Jesus:

Ao saber disso, Herodes ficou perturbado (...). Reuniu todos os altos sacerdotes e os escribas (...) e perguntou-lhes em que lugar o Cristo deveria nascer. "Em Belém de Judéia", responderam-lhe, "pois foi isto que o profeta escreveu..."

Por mais aborrecido que Herodes possa ter ficado, teoricamente sua posição no trono era segura. Certamente é inconcebível que tenha-se sentido seriamente ameaçado por rumores acerca de um personagem místico ou espiritual - um profeta ou mestre do tipo que existia em abundância na Terra Santa nesse tempo. Se Herodes se sentiu ameaçado por um recém-nascido, isso só pode ter ocorrido em razão do que a criança era intrinsecamente - um rei legítimo, por exemplo, com direito ao trono que até Roma, no interesse da paz e da estabilidade, poderia reconhecer. Só um desafio concreto, político, como esse seria suficiente para explicar a inquietação de Herodes. Não seria o filho de um pobre carpinteiro que poderia atemorizar o usurpador, mas o messias, o rei ungido e legítimo - uma

figura que, em virtude de alguma qualificação genealógica inerente, seria capaz de arregimentar apoio popular e de, se não depô-lo, pelo menos ameaçá-lo em bases especificamente políticas.

A origem privilegiada

A imagem de Jesus como um "pobre carpinteiro" de Nazaré pode ser questionada em detalhes. Por ora, contudo, basta simplesmente destacar dois pontos. O primeiro é que a palavra geralmente traduzida por "carpinteiro" não significa, no original grego, um mero operário que faz obras grosseiras de madeira. A tradução mais precisa seria "mestre", implicando mestria em alguma arte, ofício ou disciplina. Teria sido tão aplicável a um mestre-escola, por exemplo, quanto a um artesão dedicado a qualquer arte manual. O segundo ponto é que, quase certamente, Jesus não era "de Nazaré". Um enorme corpo de dados indica que Nazaré não existia nos tempos bíblicos. É pouco provável que a cidade tenha surgido antes do século m. "Jesus de Nazaré", como hoje a maioria dos estudiosos da Bíblia admitiria prontamente, é uma tradução errônea da expressão grega original "Jesus, o Nazareno". Esse epíteto não denota nenhuma localidade. Indica, isto sim, que Jesus pertencia a um grupo ou seita específico, como uma orientação religiosa e/ ou política específica - o "partido nazareno", como alguns especialistas contemporâneos o chamam.

Existem muito poucas informações precisas sobre as circunstâncias que cercaram Jesus. Mas as que existem indicam claramente que sua família era abastada, e que recebeu uma criação de tipo só acessível aos que possuíam boa posição social e recursos financeiros. Todos os relatos o apresentam como um homem instruído - coisa que, convém lembrar, era rara naqueles tempos de analfabetismo generalizado, em que a educação era essencialmente um acessório de classe. Jesus é obviamente instruído e bem-educado. Nos Evangelhos, ele discute com conhecimento de causa sobre a Lei, o que pressupõe considerável grau de educação formal. Por suas próprias declarações, fica claro que sabia de cor e salteado os livros proféticos do Antigo Testamento, sendo capaz de citá-los a seu talante, de transitar entre eles com a facilidade e a perícia de um estudioso profissional. E se alguns membros do seu círculo são aparentemente humildes pescadores e artesãos da Galiléia, outros são pessoas ricas e influentes - José de Arimatéia, por exemplo, e Nicodemo, e Joana, a mulher do intendente de Herodes. Além disso, como demonstramos no nosso livro anterior, o casamento em Caná - que na verdade pode ter sido o casamento do próprio Jesus - não foi um modesto festejo de aldeia, mas uma cerimônia suntuosa de gente de boa posição social ou da aristocracia. Mesmo que o casamento não fosse do próprio Jesus, sua presença, bem como a de sua mãe, em semelhante ocasião seria uma indicação patente de que eram membros da mesma casta social.

Reconhecimento público

Mais significativo talvez que dados desse tipo é o simples fato de, nos Evangelhos, em algumas ocasiões decisivas, Jesus *agir* com um rei, e isso de maneira bastante deliberada. Um dos exemplos mais eloqüentes é a sua entrada triunfal em Jerusalém montado num jumento. Estudiosos da Bíblia concordam em que esse incidente - de importância manifesta na carreira de Jesus e intencionalmente produzido para atrair ao máximo a atenção de seus contemporâneos - serviu a um propósito muito específico. Pretendia cumprir, de maneira bastante ostensiva, uma profecia do Antigo Testamento. De fato, em Mateus 21:4, é explicitado que a procissão se destinava a cumprir a profecia feita em Zacarias 9:9, que prevê a chegada do messias:

Exulta com todas as tuas forças, filha de Sião! Lança gritos de alegria, filha de Jerusalém! Eis que teu rei vem a teu encontro:

Ele é justo e vitorioso,

Humilde e montado num jumento...

Dada a familiaridade de Jesus com o Antigo Testamento, é difícil duvidar que conhecesse esta profecia. E conhecendo esta profecia, dificilmente teria podido realizá-la de maneira não intencional, ou por "mera coincidência". A entrada em Jerusalém só pode ter sido feita por Jesus com a deliberada intenção de se identificar aos olhos da população, de maneira muito específica, com o messias esperado - em outras palavras, o rei legítimo, o "ungido".

Para completar, Jesus de fato fora ungido. O relato figura no Novo Testamento sob uma forma ambígua. Obviamente sofreu uma tentativa de alteração e/ ou censura, mas alguma coisa da verdade ainda pode ser pinçada dos fragmentos que restaram. Assim, tanto Mateus quanto Marcos afirmam de maneira inequívoca que ocorreu uma unção *régia*.

Ambos afirmam que ela envolveu trezentos *denarii* de nardo – o equivalente, talvez, a 5 mil libras hoje. João declara que o ritual foi oficiado por Maria de Betânia, a irmã de Lázaro. E deixa escapar novamente a verdade, ao especificar que o ritual se realizou precisamente um dia depois da entrada triunfal em Jerusalém.

Mesmo antes disso, contudo, há indícios de que Jesus recebia algum tipo de reconhecimento público convencional como messias de Israel, ou rei legítimo. O ritual oficiado por João Batista no Jordão certamente parece ser algo desse gênero. Ao que tudo indica, foi algo análogo, *grosso modo*, à investidura do príncipe de Gales. Tendo sido batizado por João, Jesus tinha o "selo de aprovação" de um profeta aceito e estabelecido, um homem santo e reverenciado - assim como Saul, o primeiro rei de Israel, recebera o "selo de aprovação" do profeta Samuel. Se João fosse, ademais, da mesma família de Jesus, seu "selo de aprovação" possuiria a autoridade adicional de um certificado régio.

Seja como for, uma coisa parece clara: depois de seu batismo no Jordão Jesus passa por uma mudança significativa. Antes desse ritual, ele parece ter sido desconhecido. É certo que não há registro de nenhuma atividade pública sua, nenhum comportamento que pudesse atrair atenção. Depois do batismo, no entanto, ele se desloca subitamente para o centro do palco, sem se acovardar ante as luzes da ribalta, sem se acovardar ao dirigir a palavra a grandes multidões, sem se acovardar por se tomar o foco do interesse público. Mas isso não é tudo, sua atitude parece ter sido afetada pelo encontro com João no Jordão. É quase como se tivesse adquirido algo da fúria tempestuosa de João, algo da terrível, da apocalíptica ameaça de João, do seu sinistro ultimato. Em suma, Jesus começa a exhibir precisamente o comportamento que seus contemporâneos teriam esperado de seu legítimo rei. Reconhecido e ratificado como o messias, começa agora a agir como tal.

O efeito da queda de Jerusalém

Os Evangelhos foram despolitizados e a responsabilidade pela crucificação de Jesus foi transferida da administração romana para os judeus. Ao tratarmos desse processo, não estamos especulando. Ao contrário, estamos nos apoiando no consenso de estudos contemporâneos imparciais do Novo Testamento. E estamos também nos valendo de um elementar bom senso. Por que, por exemplo, as mesmas pessoas que se aglomeram para saudar Jesus na sua entrada em Jerusalém iriam clamar sua morte poucos dias depois? Por que a mesma multidão que invocou bênçãos sobre o filho de Davi haveriam de se regozijar ao vê-lo envergonhado e humilhado pelos odiados opressores romanos? Por que - admitindo que o relato bíblico tem um mínimo de veracidade - a mesma população que reverenciava Jesus daria de repente uma guinada e pediria, ao preço de sua vida, que se poupasse um personagem como Barrabás (fosse ele quem fosse)? Estas perguntas não podem ser ignoradas. Nem os Evangelhos, porém, nem a tradição cristã posterior tentaram respondê-las.

Como explicamos no nosso livro anterior, e como admitem todos os especialistas sérios em estudos bíblicos, no que tange a questões como essas, ou os Evangelhos foram radicalmente reescritos, ou, o que é mais provável, distorceram os eventos que descrevem, os quais provavelmente ocorreram pelo menos trinta anos antes de sua composição. Os Evangelhos datam do período posterior à revolta

judaica de 66 d.C. e ao saque de Jerusalém em 70 d.C. Datam de um período de conturbação cataclísmica, quando a Palestina estava devastada pela guerra, a Cidade Santa e o mais sagrado santuário do judaísmo destruídos, todos os registros dispersados e a memória que as pessoas tinham dos acontecimentos estava toldada ou alterada por ocorrências mais recentes. A revolta de 66-73 d.C. foi um divisor de águas. Os eventos anteriores foram transformados à sua luz, muitas vezes pela projeção no passado daquilo que só depois se veio a saber. Para historiador contemporâneo, a revolta deforma todas as perspectivas: nenhum testemunho escapa da filtragem pelo vidro escuro, embaçado, da sublevação.

Mas a explosão da Palestina em 66 d.e. não foi uma ocorrência súbita ou inesperada. Ao contrário, o país estivera em combustão por algum tempo. A derrocada iminente estava no ar. Antes da revolta decisiva, que provocou a reação romana em seu grau máximo de violência, muitas insurreições frustradas tinham acontecido, desde o tempo de Jesus e, na verdade, desde bem antes. A partir do início do século, facções militantes tinham-se tomado cada vez mais ativas, empreendendo uma prolongada guerra de guerrilha, atacando de surpresa caravanas romanas com carregamentos de provisões, enfrentando contingentes isolados de tropas romanas, atormentando as guarnições romanas com investidas sucessivas, causando tanta perturbação quanto possível.

Há indícios da associação de Jesus com facções militantes e é provável que ele próprio tenha militado. Esses indícios existem, e não vão desaparecer, por mais que os autores do Evangelho tenham tentado disfarçá-los, e por mais embaraçosos que sejam para a tradição cristã posterior. A nosso ver, porém, seria um erro dissociar esses indícios do seu contexto, como alguns estudiosos tentaram fazer recentemente. Seria um erro ver Jesus simplesmente como um agitador, um revolucionário no sentido moderno. Um revolucionário ou agitador comum - e havia muitos deles atuando na Terra Santa na época podia perfeitamente ter conseguido apoio popular para suas ações, mas não ser aclamado como messias. E há fragmentos suficientes nos Evangelhos - o batismo no Jordão, por exemplo, e a entrada triunfal em Jerusalém - para indicar que Jesus de fato recebeu esse título, pelo menos durante os anos de seu ministério. Se era assim elegível para esse título, algo devia qualificá-lo para tal - algo que o distinguia dos muitos outros líderes, tanto militares quanto políticos, que na época estavam se transformando num tormento constante para os romanos. Para receber o título de messias, e ser aclamado como tal pelo povo, Jesus teria de possuir alguma pretensão legítima.

Em contraste com um revolucionário convencional, Jesus deve ser visto como o que os próprios Evangelhos reconhecem que foi - um pretendente ao trono de Davi, um rei legítimo, cujo cetro, como o de Davi, implicava soberania espiritual e temporal. E se ele se envolveu em atividades de combate, estava simplesmente desempenhando a missão marcial esperada dele como libertador real. A resistência armada a Roma estava implícita no título e na posição que assumira.

3

CONSTANTINO COMO MESSIAS

O messias que os contemporâneos de Jesus esperavam era uma variante de um conceito muito conhecido e antigo. Era o equivalente especificamente judaico do rei-sacerdote sagrado. O conceito subjacente a essa figura havia vigorado por todo o mundo antigo - não só nas culturas clássicas do Mediterrâneo e do Oriente Médio como entre as tribos celtas e teutônicas da Europa e ainda mais longe. Entre outras coisas, a condição de rei funcionava como uma espécie de canal através do qual o homem se ligava aos seus deuses. E a hierarquia social que culminava no rei pretendia espelhar, no plano terreno, a ordem imutável, a coerência e a estabilidade de que o céu parecia dar testemunho.

Não raro, o rei-sacerdote era investido de uma condição divina própria, tornando-se ele próprio um deus. Assim, por exemplo, os faraós egípcios eram divinizados, vistos como avatares de Osíris, Amon e/ou Rá. De maneira um tanto parecida, os imperadores romanos se alçavam à condição de deuses,

proclamando-se descendentes diretos não apenas de semideuses, como Hércules, mas de ninguém menos que o próprio Júpiter. No judaísmo, é claro, o monoteísmo prevalecente no século I d.C. impedia qualquer deificação do messias. Não obstante, ele era mais que um mero rei. Era também sagrado. Se não era ele próprio um deus, estava intimamente ligado a Ele, sendo uma manifestação da Sua benevolência e da Sua vontade. Constituía o essencialíssimo vínculo entre a ordem terrestre e a ordem celeste.

O conceito do caráter sagrado da realeza persistiu por muito tempo na história ocidental. Nem é preciso dizer que esteve na base da doutrina do "direito divino", à medida que esta foi-se desenvolvendo. Esteve também por trás de desdobramentos, como a crença medieval de que os monarcas tinham o poder de curar pela imposição das mãos. Não espanta que esse dom, que refletia tão diretamente o dom atribuído a Jesus, tenha sido conferido com especial ênfase aos merovíngios.

Dos merovíngios aos Habsburgos, as dinastias européias se consideraram, e foram consideradas por seus súditos, detentoras de um mandato exclusivo "das alturas". Embora com frequência se abusasse muito dele, esse mandato tinha um fundamento intrinsecamente generoso - destinava-se fundamentalmente a promover o bem comum e não a fomentar a autocracia. Estritamente falando, o rei nada mais era que um servo, um recipiente, um veículo, através do qual a vontade divina se manifestava. Para que essa vontade se realizasse, consideravase que o próprio rei podia ser sacrificado.

De fato, em muitas culturas antigas o rei era ritualmente sacrificado após um período estipulado. O assassinio ritualístico do rei é um dos mais arcaicos e difundidos ritos na aurora da civilização. Ainda que com certas variações simbólicas, o próprio Jesus se enquadra nesse padrão. E isso não é tudo. Em culturas antigas pelo mundo afora, o corpo sacrificado do rei era consumido num banquete. Sua carne era comida e seu sangue bebido. Assim seus súditos ingeriam algo da virtude e do poder de seu soberano morto, dele se apropriando. Um resquício dessa tradição está bastante evidente no serviço cristão da comunhão.

O messias guerreiro

Se os reis da Europa medieval cristã gozavam de um "direito divino", somente a Igreja tinha o poder de conferir, ratificar e legitimar tal direito. De fato, a partir do século VIII a Igreja se arrogou o poder de fazer reis. Em outras palavras, tomou a si uma prerrogativa anteriormente reservada a Deus, promovendo-se a Seu porta-voz. Em conformidade com a prática do Antigo Testamento, fazia-o através da unção, a sagração com óleo. Como nos tempos bíblicos, o rei tornava-se "o ungido", mas somente se tivesse a aprovação da Igreja.

Para os cristãos modernos, contudo, seria surpreendente se a Igreja conferisse a soberanos seculares os demais atributos que os contemporâneos de Jesus conferiam ao messias esperado. É difícil imaginar, por exemplo, a Igreja reconhecendo um soberano secular como um reisacerdote "pleno" no sentido bíblico tradicional. Foi exatamente isso, no entanto, que a Igreja primitiva fez com o imperador Constantino. Na verdade, ela foi ainda mais longe. Aceitou não apenas que Constantino se proclamasse o messias, como que se arvorasse num messias especificamente guerreiro - um homem que implementava a vontade de Deus com a espada e cujos triunfos eram demonstrações da aprovação divina. Em outras palavras, a Igreja reconheceu que Constantino estava cumprindo com êxito a missão em que Jesus notoriamente fracassara.

Constantino, que reinou incontestemente sobre o Império Romano de 312 d.C. até sua morte, em 337 d.C., é considerado com razão um pivô de extrema importância na história e no desenvolvimento do cristianismo. Mas a postura que hoje se adota para avaliá-lo repousa em supersimplificações precárias, quando não extravagantes. Segundo a tradição popular, Constantino teria sido sempre tolerante, senão simpático, ao cristianismo - um "homem bom" por natureza, mesmo antes de ter

"visto a luz" definitivamente. Na verdade, a atitude de Constantino com relação ao cristianismo parece ter sido ditada antes de mais nada pela conveniência, já que os cristãos a essa altura eram numerosos no império e ele precisava de todo o apoio que pudesse angariar contra Maxêncio, seu rival ao trono imperial. Em 312 d. C., Maxêncio foi morto e seu exército dispersado na batalha da Ponte Mílvia, ficando incontestado a reivindicação de Constantino ao trono. Ao que se conta, imediatamente antes desse combate decisivo, Constantino teria tido a visão - mais tarde reforçada por um sonho profético - de uma cruz luminosa suspensa no céu. Nela estaria escrita uma frase: "*In Hoc Signo Vincas*" [Por este sinal vencerás]. Reza a tradição que Constantino, em deferência a esse prodígio celestial, ordenou que os escudos de suas tropas fossem imediatamente adornados com o monograma cristão: as letras gregas *qui* e *ro*, as duas primeiras da palavra *Khristos*. Por conseguinte, a vitória de Constantino sobre Maxêncio veio a representar um triunfo miraculoso do cristianismo sobre o paganismo.

Mas a tradição não pára aí. Apresenta também Constantino como um devoto convertido ao cristianismo. Atribuem-lhe a "cristianização do império" e a transformação do cristianismo em religião oficial de Roma. E, em virtude de um documento que teria supostamente "vindo à luz" no século VIII, a chamada "Doação de Constantino", passou-se a acreditar que teria transferido alguns de seus próprios poderes seculares ao papa. Foi com base nesse documento que a Igreja católica sustentou sua prerrogativa de fazer reis, bem como de se impor ela própria como autoridade temporal.

Salvador da Igreja

Já examinamos algumas das tradições popularmente associadas a Constantino e tentamos deslindar os fatos históricos de um emaranhado de meias-verdades e lendas.) O resultado foi um quadro muito diferente do que geralmente se pinta. Desde então, porém, novos dados sobre Constantino tornaram-se disponíveis, acrescentando ao quadro novas dimensões significativas. Diante disso, é necessário reexaminá-lo.

É verdade, sem dúvida, que Constantino foi tolerante com o cristianismo. Pelo Edito de Milão, promulgado em 313, ele proibiu a perseguição de *todas as formas de monoteísmo* no império. Uma vez que o cristianismo estava entre elas, Constantino tornou-se de fato um salvador, livrando as congregações cristãs de séculos de hostilidade imperial. É verdade também que concedeu certos privilégios à Igreja católica, bem como a outras instituições religiosas. Permitiu que altos dignitários da Igreja participassem da administração civil, pavimentando com isso o caminho para a consolidação do poder secular da Igreja. Doou o palácio de Latrão ao bispo de Roma, e a Igreja pôde usá-lo como instrumento para estabelecer sua supremacia sobre centros rivais de autoridade cristã em Alexandria e Antioquia. Finalmente, presidiu ao Concílio de Nicéia, em 325 d.C. Nesse concílio, as várias formas divergentes de cristianismo foram obrigadas a se confrontar e, na medida do possível, dirimir suas diferenças. Em consequência de Nicéia, Roma se tornou o centro oficial da ortodoxia cristã e qualquer desvio em relação a essa ortodoxia passou a ser visto como heresia, e não mais mera divergência de opinião ou interpretação. No Concílio de Nicéia, a divindade de Jesus e a natureza precisa dessa divindade foram decididas por voto.

É justo dizer que o cristianismo, tal como o conhecemos hoje, deriva em última análise não do tempo de Jesus, mas do Concílio de Nicéia. E como Nicéia foi em grande parte obra de Constantino, o cristianismo tem uma dívida para com ele. Coisa muito diferente, porém, é dizer que Constantino foi cristão, ou que "cristianizou o império". Na verdade, hoje é possível demonstrar que as tradições populares associadas a ele são em sua maioria errôneas.

A chamada "Doação de Constantino", usada pela Igreja no século VIII para impor sua autoridade em assuntos seculares, é hoje universalmente reconhecida com uma fraude descarada - dessas que, num contexto contemporâneo, seriam consideradas inequivocamente criminosas. Atualmente, até a Igreja admite isso sem hesitação, embora permaneça relutante em abrir mão de muitos dos benefícios

obtidos por meio dessa trapaça.

Quanto à sua "conversão" - se é que essa palavra se aplica -, Constantino não parece em absoluto ter sido cristão, e sim um pagão no sentido usual. Parece ter tido uma espécie de visão ou sonho, ou talvez ambos, no recinto de um templo pagão a Apolo na Gália, ou na região dos Vosges, ou perto de Autun. Pode ter havido também uma segunda experiência desse tipo, imediatamente antes da batalha da Ponte Mílvia, em que Constantino derrotou seu rival na disputa pelo trono imperial. Segundo uma testemunha que acompanhou o exército de Constantino nessa fase, a visão foi a do deus Sol - divindade adorada por certos cultos sobre o nome de *Sol Invictus*, o "Sol Invencível". Pouco antes de ter sua visão ou visões, Constantino havia sido iniciado num culto ao *Sol Invictus*, o que torna sua experiência perfeitamente plausível. Além disso, após a batalha da Ponte Mílvia, o Senado romano ergueu um arco triunfal no Coliseu. Segundo a inscrição que esse arco ostenta, a vitória de Constantino fora conquistada "graças ao estímulo de Deus". Mas o Deus em questão não era Jesus - era *Sol Invictus*, o deus Sol pagão.

Ao contrário do que reza a tradição, Constantino não fez do cristianismo a religião oficial de Roma. Esta foi na verdade, sob Constantino, o culto pagão ao Sol, no qual o próprio imperador desempenhou, ao longo de toda a sua vida; o papel de sumo sacerdote. De fato, seu reinado, aclamado pelos contemporâneos como o "império do Sol", foi marcado pela ubiquidade da imagem de *Sol Invictus*, presente inclusive nas bandeiras imperiais e nas moedas do reino. A idéia de Constantino como um fervoroso convertido ao cristianismo é patentemente errônea. Ele sequer tinha sido batizado antes de jazer no seu leito de morte. Também não é correto creditar-lhe o monograma *qui rô*: esse monograma foi encontrado inscrito num túmulo de Pompéia datado de dois séculos e meio antes.

O culto a *Sol Invictus* era de origem síria. Fora introduzido em Roma um século antes da época de Constantino. Embora contivesse elementos dos cultos a Baal e Astartéia, era essencialmente monoteísta. Na verdade, tomava o deus Sol como a suma de todos os atributos de todos os demais deuses, e assim englobava pacificamente seus rivais potenciais, sem necessidade de erradicá-los. Estes podiam, em resumo, ser acomodados sem maior atrito.

Para Constantino, o culto a *Sol Invictus* era, simplesmente, de grande conveniência. Seu objetivo básico, e de fato obsessivo, era a unidade - unidade na política, na religião e no território. Uma religião oficial que englobava todas as demais favorecia obviamente esse objetivo. Foi portanto sob a égide de *Sol Invictus*, por assim dizer, que o cristianismo continuou a prosperar.

Seja como for, a doutrina cristã, tal como promulgada por Roma nesse tempo, tinha muito em comum com o culto a *Sol Invictus*. Assim, pôde florescer imperturbada, protegida pela tolerância do culto pagão. Sendo essencialmente monoteísta, o culto a *Sol Invictus* abriu caminho para o monoteísmo cristão. Ao mesmo tempo, a Igreja primitiva não tinha qualquer escrúpulo em modificar seus próprios credos e dogmas em proveito próprio, quando a oportunidade se apresentava. Por um edito promulgado em 321, por exemplo, Constantino ordenou que os tribunais deveriam ser fechados no "venerável dia do Sol", decretando que esse seria um dia de repouso. Até então, o cristianismo havia guardado o sábado, o sabá judaico, como sagrado. A partir do edito de Constantino, passou a adotar o domingo, o dia do Sol, como seu dia sagrado. Isso não somente o pôs em harmonia com o regime vigente, mas também lhe permitiu um maior afastamento de suas origens judaicas. Além disso, até o século IV o nascimento de Jesus fora celebrado em 6 de janeiro. Para o culto a *Sol Invictus*, contudo, o dia simbolicamente mais importante do ano era 25 de dezembro - o festival de *Nalalis Invictus*, o nascimento (ou renascimento) do Sol, quando os dias começam a ser tornar perceptivelmente mais longos. Também sob este aspecto, o cristianismo acomodou-se ao regime e à religião oficial estabelecida. Chegou também a pilhar certos ornamentos dessa religião oficial, e foi assim que o halo de luz que coroa a cabeça do rei Sol tornou-se a auréola de Cristo.

O culto a *Sol Invictus* misturou-se também convenientemente com o de Mitra, um remanescente da antiga religião zoroástrica, importada da Pérsia. De fato, o mitraísmo estava tão próximo do culto a *Sol Invictus* que os dois são freqüentemente confundidos. Ambos enfatizavam a supremacia do Sol.

Ambos guardavam o domingo como dia sagrado. Ambos celebravam um grande festival de nascimento em 25 de dezembro. Conseqüentemente, o cristianismo pôde encontrar também linhas de convergência com o mitraísmo, tanto mais que este enfatizava a imortalidade da alma, um julgamento futuro e a ressurreição dos mortos. O cristianismo que se compôs e tomou forma no tempo de Constantino era de fato um híbrido, contendo considerável mistura de pensamentos derivados do mitraísmo e do culto ao Sol. Sob muitos aspectos, o cristianismo, tal como o conhecemos hoje, está mais próximo desses sistemas pagãos de pensamento do que de suas próprias origens judaicas.

No interesse da unidade, Constantino atenuou deliberadamente as distinções entre cristianismo, mitraísmo e o culto ao Sol - deliberadamente fechou os olhos a quaisquer pontos de conflito entre eles. Assim, tolerou o Jesus deificado como a manifestação terrena de *Sol Invictus*. Assim, construiu uma Igreja cristã numa parte da cidade enquanto em outra erguia estátuas da deusa-mãe Cibele e de *Sol Invictus*, o deus Sol (este último representado à sua semelhança, com seus traços). Esses gestos ecléticos e ecumênicos são mais uma prova da ênfase na unidade. A fé, para Constantino, era uma questão política; e toda fé propícia à unidade era tratada com indulgência.

No entanto, Constantino não era simplesmente um cínico. Como muitos soberanos militares de seu tempo - e como muitos soberanos militares até hoje -, parece ter sido ao mesmo tempo um homem supersticioso e imbuído de um senso muito verdadeiro do sagrado. Em suas relações com o divino, parece ter cercado sua aposta pelos sete lados - mais ou menos como o proverbial ateu que, em seu leito de morte, aceita receber os sacramentos como uma salvaguarda, "afinal, nunca se sabe". Isso o conduziu a levar bastante a sério todos os deuses cujo culto sancionou em seus domínios, a propiciar a todos, a render a todos certo grau de veneração genuína. Se seu deus pessoal era *Sol Invictus*, e se sua atitude básica com relação ao cristianismo era ditada pela conveniência e o desejo de unidade dentro do Império, não deixa de ser verdade que Constantino teve para com o Deus dos cristãos certa deferência especial - uma deferência de tipo claramente novo.

Segundo uma antiga tradição, os imperadores romanos se proclamavam descendentes dos deuses, e com base nisso apresentavam-se igualmente como divinos. Assim, Diocleciano arvorara-se em descendente de Júpiter, Maximiliano se dissera da linhagem de Hércules. Para Constantino, sobretudo depois que autorizara o cristianismo em seus domínios, era vantajoso instituir um novo pacto divino, uma nova ramificação do sagrado. Isso era ainda mais importante em virtude da sua condição, em certo sentido, de usurpador - tendo derrubado um descendente de Hércules, precisava do apoio de algum deus rival para suas próprias pretensões à legitimidade.

Ao escolher um deus como seu fiador ou patrono, Constantino se voltou - pelo menos ostensivamente - para o Deus dos cristãos. Não se voltou, é importante frisar, para Jesus. O deus que Constantino reconheceu foi Deus *Pai* - que, naquele período anterior ao Concílio de Nicéia, não era idêntico ao Filho. Sua relação com Jesus era bastante mais equívoca - e extremamente reveladora.

A negação de Jesus

Em 1982 foi publicado um importante livro sobre este assunto, *Constantine versus Christ*, de Alistair Kee, professora conferencista sênior em estudos religiosos na Universidade de Glasgow. Kee demonstra, de maneira muito convincente, que na verdade Jesus não desempenhou nenhum papel na religião de Constantino. Tendo escolhido o Deus dos cristãos - Deus *Pai* - como seu patrono, ele simplesmente ignorou o Filho por completo. Para Constantino, é claro, Deus *Pai* não devia representar nada mais que uma nova denominação para *Sol Invictus*, o deus Sol que já era objeto de sua devoção pessoal.

Mas, ainda que ignorasse Jesus, Constantino certamente reconhecia o princípio do messiado - na verdade, não só o reconhecia como assumia ele próprio o papel do ungido. Em suma um messias era, para Constantino, precisamente o que fora para Jesus na Palestina no alvorecer da era cristã: um governante, um soberano, um líder guerreiro como Davi e Salomão, que reinava com sabedoria sobre

um reino temporal, estabelecia a unidade em seus domínios, consolidava uma nação e o povo, tendo em seu apoio a sanção divina. Aos olhos de Constantino, ao que parece, Jesus havia tentado fazer exatamente essas coisas. E Constantino via a si mesmo como seguindo, com muito mais êxito, as pegadas de Jesus - realizando o que Jesus não conseguira. Nas palavras de Kee: "A religião de Constantino nos leva de volta ao contexto do Antigo Testamento. É como se a religião de Abraão (...) fosse finalmente realizada, não em Jesus, mas em Constantino." E: "Constantino representou no seu tempo o cumprimento da promessa de Deus de enviar um rei como Davi para salvar seu povo. É esse modelo, tão forte e tão pré-cristão, que melhor descreve o papel de Constantino."

A posição de Constantino não é tão surpreendente num potentado essencialmente pagão de disposição guerreira. O significativo, como Kee aponta, é que a Igreja católica tenha endossado o papel que Constantino se arrogou. A Igreja católica da época mostrou-se bastante disposta a reforçar a concepção que Constantino tinha de si mesmo como genuíno messias, e mais bem-sucedido que Jesus. E disposta também a reconhecer que o messias não era um pacífico, etéreo e meigo salvador, mas um rei legítimo e colérico, um líder político e militar que regia não um nebuloso reino dos céus, mas domínios bastante terrenos. Em suma, a Igreja reconheceu em Constantino precisamente o que o messiado devia implicar para Jesus e seus contemporâneos. Assim, por exemplo, Eusébio, bispo de Cesaréia, um dos expoentes da teologia de seu tempo e intimamente ligado ao imperador, diz: "Ele se fortalece em seu modelo de poder monárquico, que o soberano de Todos concedeu apenas à raça do homem entre as da Terra." De fato, Eusébio é bastante explícito e enfático quanto à importância da monarquia: "A monarquia excede todos outros tipos de constituição e governo. Pois da alternativa, uma poliarquia fundada na igualdade, tendem a resultar a anarquia e a guerra civil. É esta a razão por que há Um Deus, não dois ou três ou ainda mais."?

Mas Eusébio vai ainda muito mais longe. Numa comunicação pessoal ao imperador, declara que o *Lagos* está encarnado em Constantino. Na verdade, confere efetivamente a Constantino uma posição e uma virtude que deveriam, teoricamente, estar reservadas unicamente a Jesus: "... soberano muito temente a Deus, o único, entre todos que por aqui já passaram desde o início dos tempos, a quem o Deus Universal que Tudo Rege deu poder de purificar a vida humana."

Como diz Kee, ao comentar essa comunicação de Eusébio, "Desde o início do mundo é *apenas* a Constantino que o poder de salvação foi dado. Cristo é posto de lado, Cristo é excluído e agora Cristo é formalmente negado." E: "Constantino passa a figurar sozinho como o salvador do mundo. O cenário é o século IV, não o século I. O mundo, espiritual e material, não havia sido salvo antes de Constantino."

Kee ressalta que não há a menor menção a Jesus. As implicações são inevitáveis: "... é claro que a vida e a morte de Cristo não têm eficácia alguma nesse esquema de coisas (...) a salvação do mundo é agora forjada pelos eventos da vida de Constantino, simbolizada pelo *seu* sinal de salvação. "

A destruição final do Jesus histórico

Por que teria a Igreja católica da época de Constantino adotado tal posição, teologicamente tão escandalosa? Durante quase trezentos anos, os cristãos haviam desafiado o poderio do império, haviam-se recusado firmemente a transigir em suas convicções, haviam-se exposto ao martírio, haviam encontrado consolo na perspectiva de uma glória maior no céu. Por que se teriam agora disposto a reconhecer como messias precisamente a autoridade imperial que, três séculos antes, crucificara Jesus e que continuava a punir com a crucificação os que se rebelavam contra o Estado?

Pelo menos uma resposta é simples e óbvia. A Igreja, afinal de contas, era composta de seres humanos, e estes haviam sofrido cruelmente por suas crenças no passado. Agora tinham uma oportunidade de conseguir aceitação, respeitabilidade, um lugar estabelecido na estrutura social - em troca de certas contemporizações e abrandamentos no dogma. Teria sido difícil recusar a negociação.

Após prolongada perseguição, a perspectiva não apenas de uma trégua, mas também de poder, parecia evidentemente valer as concessões.

É bem provável que uma outra razão, mais sutil, tenha também determinado a posição da Igreja. Ter do seu lado um poder secular como o de Constantino representava, para a ortodoxia da época, dispor de um poderoso bastião contra qualquer tentativa dos verdadeiros herdeiros de Jesus de fazer valer seus direitos. Se estávamos certos na nossa hipótese sobre o casamento e os filhos de Jesus, ou simplesmente se ela fosse considerada verdadeira na época, teríamos aqui uma boa explicação para a relação pactuada entre Constantino e a Igreja Católica. A existência, em algum lugar do império ou em sua periferia, de uma linhagem descendente de Jesus ou de sua família teria representado uma ameaça para a hierarquia da Igreja que se consolidava - formada por propagadores do cristianismo especificamente paulino. E a melhor defesa contra um novo messias davídico, avançando com suas legiões, seria um messias bem estabelecido, já presidindo o império um messias pró-paulino, que se apropriara na prática das prerrogativas de rivais judeus.

Seja como for, é extraordinário constatar que a Igreja católica (1) aceitava a total indiferença de Constantino para com Jesus; (2) consentia que Constantino se qualificasse como o messias; (3) admitia a definição do messiado - isto é, uma figura militar e política - encarnada por Constantino. Por outro lado, talvez no século IV isso nada tivesse de extraordinário, afinal de contas. Talvez, no século IV, tais atitudes não fossem tão incongruentes com a crença cristã como hoje pareceriam. Talvez os cristãos do século IV percebessem, muito mais claramente que os de hoje, o quanto essas atitudes estavam de acordo com os fatos históricos.

No tempo de Constantino, a tradição cristã ainda não se cristalizara num dogma imutável. Muitos documentos que posteriormente se perderam ou foram destruídos estavam ainda intactos e em circulação. Interpretações alternativas ainda prevaleciam. E o Jesus histórico ainda não desaparecera por completo sob o peso de acréscimos ulteriores. Na Igreja do século IV deve ter havido quase certamente alguma admissão, pesarosa e relutante, de que Constantino era um messias que havia tido êxito ali onde Jesus fracassara, e que o messias, tal como representado tanto por Constantino *quanto* por Jesus, era de fato uma figura militar e política - não um deus, mas um rei com mandato para governar.

É preciso lembrar que não chegou até nós nenhuma versão completa do Novo Testamento anterior ao reinado de Constantino. O Novo Testamento, tal como hoje o conhecemos, é em grande parte produto do Concílio de Nicéia e de outros concílios realizados pela Igreja na mesma época. Mas os próprios doutores da Igreja que compilaram o Novo Testamento atual tinham conhecimento, ou acesso, a outras versões, anteriores e historicamente confiáveis. Até então, elas não tinham sido oficialmente consideradas "não canônicas".

De todo modo, mesmo o Novo Testamento tal como é hoje dá testemunho, se o examinarmos de perto, de Jesus como um messias militar e político - em outras palavras, de Jesus como um precursor de Constantino. Vale a pena examinar parte desse testemunho.

4

JESUS COMO UM REVOLUCIONÁRIO

A tradição cristã posterior enfatizou a imagem de um salvador manso e meigo, que evita a violência e nos manda dar a outra face. Como vimos, contudo, para Constantino e a Igreja católica do século IV, bem como para Jesus e seus contemporâneos, um messias era uma figura bem diferente: um líder e libertador implacável e marcial, inteiramente disposto a afirmar seu direito pela força e, se necessário, a usar de violência contra seus inimigos. Nos próprios Evangelhos encontramos, é claro, base suficientemente sólida para tal imagem.

Em 6 d. C., alguns anos após a morte de Herodes, a Judéia foi anexada e incorporada ao Império Romano na condição de província procuratória, tendo por capital Cesaréia. Um censo foi

determinado, para fins de cobrança de impostos. O sumo sacerdote judeu da época acatou a ordem e pediu a colaboração do povo. Quase imediatamente, contudo, irrompeu nos montes da Galiléia uma violenta resistência nacionalista, comandada por um impetuoso profeta. Esse homem ficou conhecido na história como Judas da Galiléia, ou Judas de Gamala. Acredita-se que morreu bastante cedo na prolongada série de atividades guerrilheiras que inaugurou contra Roma. Mas o movimento que criara sobreviveu e seus adeptos tornaram-se conhecidos como zelotes. O termo parece ter sido usado pela primeira vez por Josefo, que escreveu três quartos de século mais tarde, entre 75 e 94 d.C. Segundo Josefo, os zelotes passaram a ser assim chamados por serem "zelosos no cumprimento de bons serviços". Nos anos de sua militância, porém, esses homens eram freqüentemente referidos como *lestai* [bandoleiros] ou *sicarii* [homens do punhal], designação que deriva de *sica*, pequeno punhal curvo que gozava da preferência dos zelotes em assassinios políticos.

É preciso frisar que os zelotes não eram uma seita ou corrente religiosa. Não eram uma subdivisão do judaísmo a propor essa ou aquela posição teológica. Em outras palavras, não eram equivalentes dos saduceus, fariseus ou essênios. É possível que tenham obtido apoio em efetivos, dinheiro e material de todos os três; mas eles próprios tinham orientação essencialmente política. A posição dos zelotes era bastante clara. O inimigo era Roma. Nenhum judeu devia pagar tributo a Roma. Nenhum judeu devia reconhecer o imperador romano como seu senhor. Não havia outro senhor senão Deus. Deus conferira a Israel um direito inato único, celebrara um pacto com Davi e Salomão. A missão patriótica e religiosa de todo judeu era lutar pela restauração desse direito, desse pacto - a restauração de um soberano legítimo, que governaria o Reino de Israel.

Em nome desses objetivos, todos os meios eram admitidos. Quando as circunstâncias o permitiram, os zelotes empreendiam operações militares convencionais de grande escala. Em outras ocasiões, travavam uma incessante guerra de guerrilha, atacando guarnições romanas isoladas, assaltando caravanas, interrompendo rotas de suprimento. Não hesitavam ante o assassinio e, nos limites em que a tecnologia da época o permitia, empregavam técnicas que hoje seriam associadas ao terrorismo. Muitas vezes eram cruéis e exibiam aquela espécie de destemor que só o fanatismo confere. Nas palavras de Josefo: "Também não se intimidam ante nenhum tipo de morte, nem dão importância à morte de seus parentes e amigos, nem qualquer desses temores é capaz de fazê-los chamar algum homem de Senhor..."

A julgar pelas poucas informações que chegaram até nós, parece ter havido um forte elemento dinástico envolvido na chefia zelote. Dois dos filhos de Judas da Galiléia foram mortos por sua condição de comandantes zelotes. Outro filho, ou talvez neto, foi responsável pela tomada da fortaleza de Massada, quando da deflagração da revolta, em 66 d.C. E durante o famoso cerco romano a Massada, que não terminou antes de 73 d.e., a guarnição que resistiu na cidadela foi comandada por um homem chamado Eleazar, também descendente de Judas da Galiléia. Infelizmente, dispomos de muito poucos dados confiáveis para podermos estimar em que grau essa família pode ter centralizado a autoridade sobre contingentes zelotes por toda a Terra Santa. É impossível inferir se a atividade zelote tinha origem num único quartel-general ou se consistia de uma multiplicidade de grupos que operavam independentemente. Não há dúvida, porém, de que a família e os descendentes de Judas da Galiléia parecem ter estado envolvidos em muitas das ações mais ambiciosas, mais coordenadas e mais profissionais dos zelotes.

Os zelotes com Jesus

Ao longo dos séculos, teólogos e estudiosos da Bíblia têm sido atormentados por problemas de tradução - ou, para ser mais precisos, por erros de tradução. Quando um nome, uma palavra, uma expressão, uma frase, uma declaração chegam a passar do hebraico ou do aramaico falados para o grego escrito, ou o latim escrito, e depois para essa ou aquela língua moderna, muitas vezes já estão completamente divorciados do seu significado original. Já comentamos a deturpação de "Jesus, o

Nazareno" em "Jesus de Nazaré". Um processo similar de deturpação pode ser detectado no tocante a vários outros nomes do Novo Testamento, inclusive o do próprio Jesus. Convém lembrar que "Jesus" não é um nome judaico, mas grego. Entre seu próprio povo, ele devia ser chamado *Yeshua*, o que nada mais é que o conhecido nome bíblico Josué.

Em nosso livro anterior, já discutimos a figura de Simão Zelote, que aparece no Evangelho de Lucas e nos Atos dos Apóstolos, e parece desnecessário insistir no óbvio. Simão Zelote, ao que tudo indica, é Simão, o Zelote. Em traduções mais recentes do Novo Testamento ele é chamado assim, o que deixa explícito, até para leigos, que Jesus contava pelo menos um zelote - isto é, um extremista político - entre seus seguidores mais próximos. Que isso continua sendo fonte de embaraço pode ser visto na *New English Bible*, em que Simão é apresentado, com eufemística cautela, como "Simão, o Patriota". Mas, sejam quais forem os circunlóquios feitos em torno dele, Simão parece ser muito mais intrometido do que alguns tradutores poderiam desejar. Assim, por exemplo, na "Versão do rei Jaime": há referências, em Mateus e Marcos, a "*Simon the Canaanite*" [Simão, o Cananeu]. Mas se a alcunha "Cananeu" podia ter sentido nos tempos do Antigo Testamento, cerca de 2 mil anos antes, não tem simplesmente nenhum sentido no contexto do Novo Testamento. Mais uma vez, houve um processo de deturpação no processo de tradução. Na verdade, a palavra aramaica para zelote era *qannai*, que foi vertida para o grego como *kananaios*. "Simão, o Cananeu" vem a ser, portanto, exatamente o mesmo que Simão Zelote ou "Simão, o Zelote", que aparece em Mateus e Marcos sob a primeira designação, e em Lucas e nos Atos sob a segunda.

No Evangelho de João figura ainda um outro Simão, Simão Bar Jonas. Em geral isso é entendido com "Simão, filho de Jonas", embora o pai desse homem seja identificado em outra passagem como Zebedeu. "Bar Jonas" é, de novo, uma tradução errônea de outra palavra aramaica, *barjonna*, que, como *kananaios*, significava "bandido", "anarquista" ou zelote. Mais uma vez, parece claro que estamos tratando de um mesmo indivíduo, cujo nacionalismo militante se julga conveniente ocultar.

De todos os Simões que povoam o Novo Testamento, o mais importante é inquestionavelmente Simão Pedro, o mais famoso dos discípulos de Jesus e aquele sobre quem Jesus teria fundado sua Igreja. Os próprios Evangelhos deixam claro que ele não é "Simão Pedro", e sim "Simão *chamado* Pedro". "Pedro", de fato, não é um nome, mas um apelido, mais uma alcunha. Significa simplesmente "semelhante a pedra", no sentido de "duro". (Um equivalente moderno seria de fato "Pétreo".) Se Pedro é na verdade um "duro", cujo apelido significa "Pétreo", não seria possível identificá-lo com aquele sujeito violento conhecido como Simão Zelote ou Simão, o Cananeu - ou seja, identificá-lo com Simão, o Zelote? Se o mais importante dos discípulos de Jesus, aquele sobre quem teria este fundado sua igreja, era um zelote, podemos fazer inferências extremamente interessantes.

Há mais uma peça do quebra-cabeça a encaixar. No Evangelho de João, Judas é identificado como o filho de Simão. Nos Evangelhos sinópticos, é identificado como Judas Iscariotes. Durante séculos, confundidos por denominações gregas, os comentadores bíblicos acreditaram que "Judas Iscariotes" indicava "Judas de Kerioth". Mas, como demonstrou convincentemente o falecido professor S.G.F. Brandon, da Universidade de Manchester, "Judas Iscariotes" é mais provavelmente uma deturpação de "Judas, o Sicário" - ou Zelote.

Um Jesus militante

Se Jesus tinha personagens como Simão, o Zelote, e Judas, o Sicário entre seus seguidores, estes dificilmente podem ter sido tão plácidos e pacíficos como sustenta a tradição posterior. Ao contrário, provavelmente estavam envolvidos precisamente no tipo de atividade política e militar de que Jesus, segundo essa tradição posterior, está dissociado. Mas os próprios Evangelhos confirmam que Jesus e seu círculo, como seria de esperar do messias, eram nacionalistas militantes que não se furtavam à violência.

Não é necessário discutir aqui a crucificação; basta observar que, fosse qual fosse a sua ligação com os zelotes, Jesus foi com certeza crucificado pelos romanos como um revolucionário político. Isto é o que nos afirma o cronista romano Tácito, no que constitui a única afirmação segura sobre Jesus proveniente de uma fonte não bíblica, embora contemporânea. Não há dúvida de que os romanos viram Jesus como uma figura militar e política e o trataram estritamente de acordo com essa percepção. A crucificação era a pena reservada para a violação da lei romana, e Roma não se daria o trabalho de crucificar um homem que pregasse uma mensagem puramente espiritual, ou uma mensagem de paz. Jesus não foi executado pelo Sinédrio judaico - que podia, mediante permissão, apedrejar um homem que violasse a lei judaica -, mas pela administração romana. E os dois homens que teriam sido crucificados com ele são explicitamente qualificados de *lestai*, isto é, zelotes. Não eram, ao contrário do que pretende a tradição, criminosos comuns, mas combatentes políticos - ou "revolucionários".

O próprio Jesus, nos Evangelhos, dá mostras de um militarismo agressivo, bastante em desacordo com as imagens convencionais. Todos conhecem a passagem notoriamente incômoda em que ele declara que não viera para trazer a paz, mas uma espada. Em Lucas 22:36, instrui aqueles de seus seguidores que não possuem tal espada a comprar uma, mesmo que para isso tenham de vender suas roupas. Quando Jesus é preso em Getsêmani, pelo menos um de seus discípulos está de fato empunhando uma espada, e faz uso dela para cortar fora a orelha de um servidor do Sumo Sacerdote; no quarto Evangelho, o homem que tem a espada é especificamente identificado como Simão Pedro. É difícil conciliar tais referências com a tradição de um amável e pacífico salvador.

Já mencionamos a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém montado num jumento, em meio a uma multidão que brandia folhas de palmeira, estendia seus mantos sobre a estrada à sua frente e invocava bênçãos sobre o filho de Davi, o legítimo rei. Essa cena, como observamos acima, fora prevista para o messias pelo profeta Zacarias. O fato de Jesus protagonizar um evento profetizado e esperado, havia muito, do legítimo messias certamente não reflete nenhum acanhamento de sua parte. Ele está encenando de maneira bastante ostensiva um espetáculo público - um espetáculo pelo qual sabia que seria ou estigmatizado como um presunçoso e um blasfemo, ou reconhecido precisamente pelo que se dizia ser. De maneira bastante significativa, foi reconhecido por uma população plenamente inteirada do simbolismo de sua ação; e até o mais cético dos modernos estudiosos da Bíblia considera esse incidente nos Evangelhos historicamente autêntico. Mas como poderia tal espetáculo não ser pleno de implicações e conseqüências políticas? Trata-se de um ato explícito de desafio a Roma, um ato de provocação deliberada, militante. O messias era visto como um libertador. Para ser aceito como o messias, Jesus tinha de estar necessariamente preparado para empunhar a espada do libertador.

Como fica evidente no que os Evangelhos contam sobre o que se passou alguns dias depois, a entrada de Jesus em Jerusalém foi de fato plena de implicações políticas. Se o Antigo Testamento havia profetizado a entrada do messias em Jerusalém montado num jumento, havia previsto também sua limpeza e purificação no Templo.⁶ É isso, evidentemente, o que Jesus vai fazer no famoso episódio em que derruba as mesas dos vendilhões. É pouco provável que se tenha tratado de um incidente irrelevante. Tampouco pode ter sido isento de violência. A simples consideração da natureza humana já revela as conseqüências (sem registro nos Evangelhos) do comportamento de Jesus. Não é verossímil que os cambistas, os circunstantes ou os discípulos de Jesus tenham ficado inertes, ou que se tenham lançado num debate teológico, enquanto moedas rolavam para todos os lados. Considerando-se o tamanho e a importância do Templo, bem como o papel proeminente dos cambistas, o fato de Jesus derrubar suas mesas deve ter provocado um completo tumulto. Tampouco se pode admitir que Jesus esperasse qualquer outra coisa. Aqui, mais uma vez, ele está adotando uma linha de confronto, uma linha de desafio deliberado à autoridade estabelecida.

Nesses dois casos de destaque - talvez os dois atos mais públicos de sua carreira - Jesus se comporta de um modo fadado a provocar violência. É nesses dois exemplos que os Evangelhos provavelmente chegam mais perto de nos conceder um vislumbre do Jesus histórico, um homem que, de maneira

flagrante, até ostentosa, encena espetáculos públicos que o afirmam implicitamente como o messias profetizado e legítimo de Israel. Esses espetáculos, ademais, foram atos calculados de provocação, que refletem uma militância indisfarçada, uma óbvia disposição de apoiar o uso da força. Mais ainda, ambos os incidentes deixam claro que Jesus tinha um séquito considerável, que incluía bem mais do que os doze discípulos originais.

A deturpação no processo de tradução tendeu a obscurecer mais do que nomes. Por acidente ou propositalmente, serviu também para ocultar informações históricas de considerável importância. Uma única palavra pode ser um manancial de dados históricos; e se o sentido dessa palavra é alterado, a revelação que ela oferece se perde. Um dos mais expressivos exemplos disso ocorre no relato da prisão de Jesus no jardim de Getsêmani. Gira em torno de uma única e simples questão: quantos homens foram prender Jesus no jardim? Muitas vezes fizemos essa pergunta em palestras e conferências, e as respostas do nosso público foram bastante uniformes. A maioria das pessoas tem uma imagem mental da cena ocorrida em Getsêmani, inculcada, por assim dizer, tanto pelo relato evangélico como pela tradição. Segundo essa imagem, cerca de dez a trinta homens foram prender Jesus - um ou dois funcionários judeus, alguns representantes do Sumo Sacerdote (um dos quais teve a orelha ferida pela espada de Simão Pedro), presumivelmente um contingente da guarda do Templo, talvez um ou mais funcionários romanos, e até, quem sabe, uma pequena unidade das tropas de Pilatos. Por que os leitores modernos tendem a pensar em termos de dez a trinta homens? Sem dúvida porque a expressão usada na *Authorised Version* - "*a band of men*" [um bando de homens] é vaga. Mesmo em traduções inglesas mais recentes da Bíblia, a expressão usada é "*a number of men*" [alguns homens]. Realmente, "um bando de homens" ou "alguns homens" sugere de fato não muito mais que trinta.

Os católicos, no entanto, não lêem a *Authorised Version* do Novo Testamento. Até recentemente, segundo o preceito católico estrito, eram obrigados, sob pena de punição, a ler a Vulgata. E na Vulgata, como em algumas traduções mais modernas, o termo usado para designar os que foram prender Jesus está corretamente traduzido - e é consideravelmente mais preciso. Jesus, lemos ali, foi preso em Getsêmani não por um "bando de homens" de número indefinido, mas por uma "coorte". Isso é apenas uma discrepância pedante ou reflete algo de mais significativo?

Se remontarmos aos gregos, encontraremos o termo *speiran*, uma tradução precisa de "coorte". No inglês moderno; o termo "*cohort*" é vago, implicando um número bastante grande, mais ainda assim não específico. Mas para os autores e os primeiros tradutores dos Evangelhos, era um termo muito preciso, que denotava um número bastante exato. Assim como os exércitos modernos estão organizados em companhias, batalhões, regimentos, brigadas e divisões, o exército romano estava organizado em centúrias, coortes e legiões. Uma legião romana era pouco maior que uma brigada atual do exército britânico em tempo de paz - 6 mil soldados. Uma coorte era um décimo de uma legião - seiscentos soldados. Isto, se fossem soldados romanos regulares. Uma coorte composta por auxiliares, como eram as da Terra Santa, somaria pelo menos quinhentos soldados, chegando por vezes a 2 mil - 760 de infantaria e 1.240 de cavalaria.

A esta altura, podemos formular algumas questões simples, de senso comum. Seria plausível que Pilatos, ou qualquer outro governante militar em sua situação, enviasse mais de quinhentos ou seiscentos homens para Getsêmani com o único objetivo de prender um homem - um profeta solitário que exaltava o amor, acompanhado por doze discípulos? A idéia é obviamente absurda. Não só teria sido um exemplo ridículo de desperdício de forças como constituiria um convite à perturbação da ordem. A menos, é claro, que essa perturbação já existisse e a coorte tivesse sido mobilizada para sufocá-la.

Devemos imaginar quinhentos ou seiscentos soldados apinhados no jardim de Getsêmani. Devemos também ter em mente que Jesus, pouco tempo antes, instruíra seus discípulos a se armarem com espadas. Não devemos esquecer ainda o golpe dado por Simão Pedro na orelha do servidor do Sumo Sacerdote. A partir desses diferentes detalhes, começa a emergir o quadro do que se passou em

Getsêmani naquela noite - algo de vulto considerável, de escala maior do que geralmente se supõe, e que envolveu muito mais do que um "bando de homens". Parece claro que houve no "jardim" uma agitação civil de consideráveis proporções. É bem possível que tenha havido luta. Mas, quer tenha ou não havido de fato luta, a situação era obviamente percebida como uma ameaça militar pela administração romana, que reagiu com uma ação militar de vulto.

A prisão de Jesus no jardim de Getsêmani não se resumiu, evidentemente, a um discreto episódio em que um pequeno "bando" de uma ou duas dúzias de homens avançou sorrateiramente para prender um profeta. Vez por outra, alguns teólogos notaram a anomalia dos números. Muitas vezes ela causou embaraço. Um escritor, ao comentar a presença de uma coorte em Getsêmani, declarou, de modo não muito convincente: "Que homenagem ao poder de Jesus!"

5

O MOVIMENTO ZADOQUITA DE QUMRAN

Quem eram os integrantes do séquito de Jesus? Quem formava a multidão que, na sua entrada em Jerusalém, o aclamou como o filho de Davi, o legítimo rei, o ungido, o messias? Quem, em meio à população da Terra Santa na época, desejava o êxito de sua aventura?

É claro que mesmo aqueles seguidores nomeados e identificados de Jesus representam um espectro amplo e diverso. Ele parece ter conquistado apoio de pessoas de classe social, níveis de educação e condição econômica radicalmente diferentes. Como observamos, havia entre seus seguidores alguns extremistas políticos. Havia também camponeses pobres dos montes da Galiléia, e pescadores - talvez pobres, talvez abastados - das margens do lago de Genesaré. Havia mulheres ricas, cujos maridos ocupavam importantes cargos oficiais. Havia cidadãos importantes e influentes de Jerusalém, como Nicodemo e José de Arimatéia. Havia pessoas que lhe cediam casas - como aquela de Betânia - grandes e confortáveis o bastante para acomodar, no mínimo, seu círculo mais imediato. Parece ter havido um número considerável de adeptos espalhados entre a gente do povo por toda a Galiléia e a Judéia. Mas como se situavam esses diferentes indivíduos em relação ao contexto do judaísmo do século I? Alguma coisa os distinguia dos "outros judeus", por vezes hostis, por vezes tolerantes, que circulavam em segundo plano como figurantes? Até que ponto estava difundida a disposição de pegar em armas, se preciso fosse, para restaurar o legítimo rei de Israel?

Saduceus e fariseus

Na Terra Santa do tempo de Jesus, fervilhavam diferentes religiões, diferentes seitas e cultos, em grande parte importados do estrangeiro em consequência da ocupação romana. Os ritos romanos - a Júpiter, por exemplo - foram transplantados para a Palestina, bem como, é claro, a adoração formal ao imperador, que constituía a religião oficial de Roma. Religiões, cultos, seitas e mistérios, de outras partes do Império - especialmente da Grécia, da Síria, do Egito, da Mesopotâmia e da Ásia Menor - também conseguiram penetrar na Terra Santa, deitar raízes e florescer. Assim, por exemplo, o culto à deusamãe - como a egípcia Ísis, a fenícia Astartéia, a grega ou cipriota Afrodite, a mesopotâmica Istar, ou Cibele, da Ásia Menor - contava muitos fiéis seguidores. Havia também resquícios de cultos politeístas a deusas no próprio âmbito do judaísmo: cultos dedicados à antiga deusa cananéia Míriam ou Rabath. Na Galiléia, o próprio judaísmo só se estabelecera a partir de 120 a. C., e muito do pensamento préjudaico ainda sobrevivia. Havia também formas de judaísmo que os próprios judeus se recusavam a reconhecer: a religião cismática dos samaritanos, por exemplo, que insistiam em que o seu judaísmo era a única forma verdadeira. Finalmente, e para completar a confusão, havia as várias diferentes escolas ou seitas - e até mesmo, ao que parece, seitas dentro de seitas - que constituíam a ortodoxia judaica da época, se é que se pode falar de ortodoxia nesse caso. Entre essas escolas, os saduceus e os fariseus são conhecidos pela tradição cristã, ainda que apenas de nome.

Os saduceus - ou pelo menos seu ramo principal - devem ser vistos basicamente em relação ao sacerdócio oficial, o Templo e o sacrifício ritual que a adoração no Templo envolvia. Os saduceus eram a casta sacerdotal. Forneciam ao Templo seus dignitários e funcionários. Exerciam um verdadeiro monopólio sobre as atividades e o aparato material do Templo. Todo o pensamento saduceu estava orientado para o Templo, e quando este foi destruído, na revolta de 66 d.C., sua existência formal terminou. Exerceram pouca ou nenhuma influência sobre a evolução e o desenvolvimento subseqüentes do judaísmo.

Além disso, os saduceus ocupavam muitos dos cargos civis e administrativos do país, o que envolvia, forçosamente, um entendimento com Roma. E, desde que suas prerrogativas sacerdotais e o Templo fossem deixados intactos, os saduceus estavam dispostos a tais arranjos. Conformaram-se com a presença romana em seu país, fizeram as pazes com as autoridades romanas. Em assuntos seculares, eram homens do mundo, sofisticados e cosmopolitas, adaptados aos valores greco-romanos, às atitudes, maneiras e costumes do império. Nessa medida, os romanos os viam como colaboradores. E, embora enfatizassem a pureza e o respeito à tradição na religião, não seria descabido comparar a posição que assumiam em outras esferas como, por exemplo, a do governo de Vichy na França ocupada durante a Segunda Guerra Mundial.

Já para os fariseus, a religião era bem mais flexível, mais sujeita a crescimento, modificação e desenvolvimento, menos exclusivamente dependente do Templo e de seus ritos. Por esta razão, o pensamento fariseu sobreviveu à queda do Templo e forneceu o solo em que finalmente brotaria o judaísmo rabínico. Se o retrato que os Evangelhos pintam dos saduceus não deixa de ter alguma justificação histórica, o dos fariseus é muitas vezes gravemente distorcido. Hoje, nenhum estudioso responsável da Bíblia negaria que os fariseus foram atrozmente caluniados e denegridos pela tradição cristã. Os maiores nomes do pensamento judaico no tempo de Jesus - o célebre mestre Hillel, por exemplo - eram fariseus. Segundo a maioria dos especialistas atuais, o próprio Jesus foi provavelmente criado e instruído num contexto fariseu. A maior parte de seus ensinamentos, a maior parte das palavras que lhe são atribuídas estão de acordo com princípios do pensamento farisaico. Na verdade, alguns dos seus mais conhecidos pronunciamentos são paráfrases, e por vezes quase citações diretas, de Hillel. Este declarou, por exemplo: "O que é odioso para ti mesmo, não o faças a teu próximo."

Jesus foi visto - com razão, afirmamos nós - como uma ameaça a Roma e foi executado como tal. Há também registros de que desafiou os sacerdotes e atacou a instituição da adoração no Templo. Em consequência, os saduceus - que tinham atrelado seus interesses a Roma e desfrutavam de prerrogativas exclusivas no Templo - teriam reagido a Jesus precisamente da maneira descrita pelos Evangelhos. Mas os fariseus provavelmente forneceram a Jesus alguns dos seus mais fervorosos seguidores e estavam entre os primeiros a vê-lo como o Messias.

Os essênios ascéticos

A terceira maior subdivisão do judaísmo na época era a dos essênios, a cujo respeito nosso conhecimento é muito mais ambíguo, muito menos claramente definido. Até meados do século XX, a maior parte das informações que se tinha sobre os essênios provinha de dois historiadores da época, Plínio, o Velho, e Fílon, o Judeu, e do comentador judeu do fim do século I, Josefo, que muitas vezes não é fidedigno. Com a descoberta dos manuscritos do Mar Morto, contudo, um *corpus* de material essênio tomou-se disponível pela primeira vez e agora é possível avaliar os essênios em seus próprios termos.

Tanto no seu estilo de vida como em seus ensinamentos religiosos, os essênios eram mais rigorosos e austeros do que os saduceus ou os fariseus. Eram também muito mais misticamente orientados, tendo muito em comum com os vários mistérios que prevaleciam no mundo mediterrâneo da época. Em contraste com outras escolas do judaísmo, parece que admitiam alguma forma de reencarnação.

Refletem influências tanto egípcias quanto gregas e têm vários pontos em comum com os seguidores de Pitágoras. Nutriam interesse pela medicina e produziram tratados sobre as propriedades terapêuticas de ervas e minerais. Estavam mergulhados no que hoje poderíamos chamar de "estudos esotéricos", como astrologia, numerologia e as várias disciplinas que mais tarde se combinariam na cabala. Tudo que assimilavam de outras culturas e tradições, porém, eles aplicavam a um contexto especificamente judaico. A certa altura, Josefo diz a seu respeito: "[Alguns] se dedicam a prever coisas futuras, lendo os livros sagrados e usando vários tipos de purificação, e se mantendo permanentemente versados nas falas dos profetas..."

Para os nossos objetivos, uma das mais importantes características dos essênios foi a sua visão apocalíptica - sua insistência em que o Final dos Tempos estava próximo e que o advento do messias era iminente. Sem dúvida a expectativa do messias estava espalhada por toda a Terra Santa naquele tempo. Mas, como conclui o professor Frank Cross, "os essênios provaram ser os portadores, e, em medida não desprezível, os produtores da tradição apocalíptica do judaísmo." ³ A partir do material que veio à luz no nosso próprio século, fica claro que os essênios tinham uma organização mais frouxa e difusa, menos centralizada e uniforme do que os saduceus e os fariseus. Nem todos os essênios aceitavam ou praticavam exatamente as mesmas coisas. O que tinham em comum era, mais uma vez, uma orientação essencialmente mística - atribuíam mais valor a um conhecimento de Deus direto, em primeira mão, experiencial, do que a uma adesão escrupulosa ao dogma e à lei. Evidentemente, esse conhecimento tomava supérfluo o papel do sacerdote como intérprete, como intermediário entre Deus e o homem. Conseqüentemente, os essênios, como a maior parte das seitas místicas ao longo da história, eram indiferentes ao clero estabelecido, senão ativamente hostis a ele.

Apesar das recentes descobertas relativas aos essênios, quatro antigos equívocos ainda pairam a seu respeito. Acredita-se que residiram exclusivamente nos desertos, em comunidades isoladas, de estilo monástico. Acredita-se que seu número era extremamente reduzido. Acredita-se que eram avessos à violência, aderindo escrupulosamente a um pacifismo transcendente.

As pesquisas feitas desde a descoberta dos manuscritos do Mar Morto demonstraram que todas estas crenças sobre os essênios são errôneas. Eles não viviam apenas em remotas comunidades no deserto, mas também em centros urbanos, onde mantinham casas não só para si próprios como para irmãos peregrinos de toda parte e para outros viajantes. Na verdade, a rede de casas essênias parece ter sido não só muito difusa como de extrema eficiência. Essas casas, que estavam bem integradas com a comunidade circundante, assentavam-se numa sólida base de artesanato, trocas e comércio. Como comprova a existência dessa rede de casas, os essênios eram muito mais numerosos do que sugerem os relatos tradicionais. Na verdade, o domínio absoluto do pensamento essênio na Terra Santa naquele tempo é mais uma prova de que a congregação estava longe de se reduzir a uns poucos punhados de ascetas isolados no deserto.

A idéia de que todos os essênios eram solteiros deriva de Josefo. Ocorre que o próprio Josefo se contradiz e declara, como num adendo, que *havia* essênios que se casavam. Nem nos manuscritos do Mar Morto, nem em qualquer outro documento essênio conhecido há qualquer menção a celibato. Ao contrário, entre os manuscritos encontrados na comunidade de Qumran há regras específicas para os membros da seita casados e com filhos. Túmulos de mulheres e crianças foram também encontrados no cemitério que fica próximo aos muros orientais de Qumran.

Quanto ao suposto pacifismo dos essênios, há indícios significativos que o negam. Depois que Jerusalém foi arrasada pelos romanos em 70 d.C., a resistência organizada de Israel foi sistematicamente aniquilada, com exceção da fortaleza de Massada, junto ao Mar Morto. Massada resistiu durante dois anos. S6 em 73 d.C., dizimada pela fome e ameaçada de uma investida geral em grande escala dos romanos, os defensores da cidadela capitularam, cometendo suicídio em massa.

Em geral se afirma que os defensores 'de Massada foram zelotes. Josefo, que esteve presente ao cerco, refere-se a eles como sicários. Durante dois anos eles conseguiram manter à distância um exército romano, com comandantes experientes, tropas bem disciplinadas e farto equipamento de cerco. Ao

longo da ação, impuseram pesadas baixas aos atacantes e se provaram guerreiros implacáveis e engenhosos - não amadores, mas profissionais com habilidade comparável à do adversário romano. Em seu relato da queda da fortaleza, Josefo conta que os únicos sobreviventes ao cerco foram mulheres e cinco crianças que haviam-se escondido "em cavernas subterrâneas". Foram elas, ao que parece, que relataram a alocação pela qual os defensores foram exortados ao suicídio coletivo. Como não é de espantar, a temática desse discurso é em parte nacionalista. Em geral, contudo, seu teor é explicitamente religioso. E a orientação religiosa que reflete é inequivocamente essênias

Os registros arqueológicos reforçam nosso ponto de vista. Quando Massada foi escavada, na década de 1960, encontraram-se alguns documentos idênticos àqueles descobertos na comunidade essênica de Qumran. A comunidade de Qumran tampouco era pacifista. Encontrou-se lá uma forja para a fabricação de armas. Pontas de flechas e outros vestígios descobertos nas escavações das ruínas indicam que também Qumran se opôs aos romanos pela força das armas.

Se os ensinamentos de Jesus devem muito ao pensamento farisaico estabelecido, devem ainda mais à tradição essênica. Há pouca dúvida de que Jesus estava impregnado da doutrina e da prática essênica - inclusive, a de "se manter perpetuamente versado nas falas dos profetas", como diz Josefo. Pode até ter sido ele próprio um essênico. Há claros indícios de que, em algum momento antes de se engajar na sua missão pública, Jesus recebeu uma espécie de formação essênica. A este respeito, vale a pena observar a chamada "Regra messiânica" dos essênicos, encontrada em Qumran. De acordo com esse regulamento, todos os membros masculinos da comunidade eram obrigados a esperar até os vinte anos para casar-se e ter filhos; aos trinta, deviam ser considerados maduros e ser iniciados aos níveis mais elevados da seita. Teria sido por mero acaso que, segundo se diz, Jesus iniciou seu sacerdócio aos trinta anos?

Os "Filhos de Zadoc"

Além dos saduceus, fariseus e essênicos, o judaísmo incluía, no tempo de Jesus, várias dissidências e seitas menores, menos conhecidas, duas das quais começaram a figurar cada vez mais nos estudos bíblicos há duas décadas e meia. A primeira é a seita chamada dos "filhos de Zadoc", ou dos zadoquitas. A primeira vista, os zadoquitas parecem ter muito em comum com os essênicos, chegando a se confundir com eles. Pelo menos um eminente autor sustentou que Jesus e seus seguidores eram zadoquitas, embora outros insistam numa distinção.

A outra importante sub-seita a figurar com destaque nos estudos bíblicos recentes era conhecida havia muito tempo, mas sob um nome diferente. Tradicionalmente, era chamada de "a Igreja primitiva", ou "a Igreja de Jerusalém". Seus membros referiam a si mesmos como nazarenos. O dr. Hugh Schonfield adota a conveniente denominação de "o partido nazareno". Este se compunha especificamente dos seguidores mais próximos de Jesus.

A existência de sub-seitas como as dos zadoquitas e dos nazarenos gerou considerável confusão e incerteza entre estudiosos da Bíblia. Jesus era inquestionavelmente um nazareno. Parece ter sido também um zadoquita - mas será que isso significa que nazarenos e zadoquitas eram a mesma coisa? Nesse caso, como explicar os aspectos farisaicos convencionais dos ensinamentos de Jesus? E como explicar os inequívocos indícios de que teve uma formação essênica? Seriam os nazarenos e os zadoquitas ramificações ou subdivisões dos essênicos? Quem sabe os próprios essênicos nada mais eram que uma manifestação de um movimento único e mais amplo? Esse emaranhado, e as aparentes contradições que ele envolve, obscureceram a percepção da atividade política e militar de Jesus. Mais ainda porque os esforços dos especialistas para traçar distinções entre as várias seitas religiosas desviaram sua atenção da importância dos zelotes, caracterizados por sua orientação política.

Em 1983, um novo estudo sobre a questão foi publicado pelo dr. Robert Eisenman, chefe do Departamento de Estudos Religiosos da Universidade da Califórnia, Long Beach. Apesar do título desajeitado, *Maccabees, Zadokites, Christians and Qumran*, o trabalho de Eisenman muito contribui

para aclarar a confusão reinante e constitui, na nossa opinião, uma das mais importantes abordagens do assunto até agora. Embora os indícios específicos sejam complexos, as conclusões são não apenas notavelmente convincentes como de uma belíssima simplicidade. De fato, Eisenman parece ter focalizado um holofote sobre a simplicidade subjacente ao que até então parecera uma situação complicada.

Trabalhando a partir de documentos originais, e pondo em questão a fidedignidade de comentadores de segunda mão, como Josefo, Eisenman segue a pista dos vários nomes que os membros da comunidade de Qumran - os autores dos manuscritos do Mar Morto - usaram para se referir a si mesmos. Isso o leva a concluir que os filhos da luz, os filhos da verdade, os filhos de Zadoc, ou zadiquim (zadoquitas),

os homens de Melquizedeque (essa terminação, z-d-q, refletiria uma variação de Zadoc), os *ebionim* (os pobres), os *hassidim* (os essênios) e os nozrim (os nazarenos) são ao fim e ao cabo a mesmíssima coisa - não diferentes grupos, mas diferentes metáforas ou designações para o que era essencialmente um mesmo grupo, ou um mesmo movimento. Ao que parece, o objetivo primordial desse movimento estava orientado para a legitimidade dinástica do alto sacerdócio. No Antigo Testamento, o sumo sacerdote tanto de Davi como de Salomão é chamado Zadoc, o que podia ser um nome pessoal ou um título oficial. Tradicionalmente, está muito associado com o messias, o ungido, o rei legítimo. Mais especificamente, está associado ao messias *davídico*.

Como Eisenman demonstra, a legitimidade do alto sacerdócio de Zadoc ou do Zadoc - foi restaurada pelos macabeus, a última dinastia de reis judeus, que governaram Israel desde o século 11 a.C. até os tempos de Herodes e da ocupação romana. (Como já indicamos, Herodes tentou se auto legitimar casando-se com uma princesa macabéia, para mais tarde assassinar a ela e a seus filhos, extinguindo assim a linhagem.) É na dinastia macabéia que Eisenman encontra a origem primeira do movimento, que foi ganhando crescente impulso durante o tempo em que Jesus viveu e nos anos seguintes. Eisenman atribui a origem dos saduceus também à mesma fonte, indicando que o termo "saduceu" é na verdade uma variante ou talvez uma deturpação de "Zadoc" ou "zadiquim". Em outras palavras, os saduceus originais teriam sido uma devota dinastia de sacerdotes, intimamente ligada pelo menos ao princípio da espera de um messias davídico.

Com a ascensão de Herodes, porém, segundo Eisenman propõe, a maioria dos saduceus - que conhecemos como tais a partir de fontes bíblicas e de Josefo - traíram sua lealdades originais e tomaram o partido do usurpador. Essa traição parece ter provocado uma ampla oposição - uma espécie de sacerdócio "fundamentalista" alternativo, em luta com a classe estabelecida de sacerdotes, que se havia prostituído aderindo a um rei ilegítimo. Por um lado, portanto, haveria os chamados "saduceus pró-Herodes", que se aferraram aos seus privilégios e prerrogativas no Templo sob o reinado de Herodes e, depois de sua morte, entraram em acordo com a administração romana. Por outro lado, haveria um movimento saduceu "verdadeiro" ou "purista", integrado por saduceus que se recusavam àquela colaboração e permaneciam leais ao princípio do messias davídico. Foram esses saduceus posteriores que se tornaram conhecidos como essênios, zadoquitas ou zadiquim, além das várias outras designações que até hoje confundiram os pesquisadores.

Mas a tese de Eisenman não se esgota aí. Ao contrário, ela se amplia para abarcar também os zelotes. O nome adotado ou adquirido pelos zelotes indicava os que "zelam pela lei". A expressão é uma pista, servindo como meio para identificar adeptos do mesmo movimento. Ela aparece numa série de contextos bastante precisos e extremamente decisivos, desde o regime macabeu até o século I d.C. Assim, o sumo sacerdote no período de Judas Macabeu (que morreu em 160 a.C.) é mencionado como Zadic e qualificado como tendo sido "um zelador da lei". Matatias, pai de Judas Macabeu, conclama "todos os que zelam pela lei" a segui-lo e a tomar posição no pacto.

Judas da Galiléia, a quem em geral se atribui a fundação da seita zelote no limiar da era cristã, é também um "zelador da lei" - e é assistido por um sumo sacerdote chamado Zadoc. E nos Atos dos

Apóstolos (Atos, 21: 20), os nazarenos de Jerusalém - os chamados "cristãos primitivos" - são mais uma vez qualificados de "zeladores da lei". O texto grego é até mais revelador. Ali eles são chamados "zelotai da lei" - em outras palavras, zelotes.

O que emerge disto é uma espécie de sacerdócio dinástico fundamentalista, associado ao princípio de um messias davídico e que se teria estendido do século 11 a.C. até o período coberto pelos Evangelhos e os Atos dos Apóstolos. Esse sacerdócio estava em guerra com os romanos. Estava também em guerra com os saduceus "pró-Herodes". Segundo as atividades que exercessem num dado momento e a tendência do cronista, esse sacerdócio recebeu o nome de zelote, essênio, zadoquita e uma série de outros - e até, da parte de seus inimigos, os nomes de "bandoleiros" e "bandidos". Os essênios não são místicos passivos. Ao contrário, como diz Eisenman, têm uma visão "violentamente apocalíptica", que é o corolário da ação violenta atribuída aos zelotes. Uma violência semelhante - ao mesmo tempo teológica e política - pode ser discernida nas carreiras de João Batista e Jesus. De fato, Eisenman chega a sugerir que as famílias de Jesus e João Batista talvez fossem aparentadas com a de Judas da Galiléia, líder dos zelotes na época do nascimento de Jesus.

Se Eisenman está correto - e os indícios pesam fortemente a favor -, a confusão que até hoje reinou fica efetivamente sanada. Essênios, zadoquitas, nazarenos, zelotes e vários outros supostos grupos emergem como meras designações diferentes - ou, no máximo, manifestações diferentes - de um único movimento que se espalhou por toda a Terra Santa, penetrando bastante pela Síria, do século 11 a.C. em diante. Os nomes que anteriormente confundiam os estudiosos teriam sido o equivalente da variedade de nomes que usamos para designar, digamos, um partido político contemporâneo, ou, no máximo, para o espectro de grupos e indivíduos que compunham um único movimento - como a resistência francesa durante a ocupação alemã. Para Eisenman, não há distinção alguma entre zelotes e nazarenos, essênios e zadoquitas. Mas, mesmo que tivesse havido, esses grupos ainda assim teriam estado unidos por seu envolvimento comum numa única e ambiciosa missão, num único esforço supremo - livrar sua terra da ocupação romana e restaurar a antiga monarquia judaica, juntamente com seu legítimo sacerdócio. E se Jesus era o legítimo pretendente a esse trono, teriam estado unidos no apoio a ele, à sua família, à sua casa.

Os nazarenos, ou o partido nazareno - chamados (equivocadamente) os "primeiros cristãos" ou "Igreja primitiva" -, não parecem ter diferido, doutrinariamente, dos grupos geralmente conhecidos como essênio ou zadoquita. Se alguma diferença havia, ela teria residido apenas nos seus integrantes - em indivíduos ou personalidades específicos. Não sabemos o nome de nenhum zadoquita ou essênio. Sabemos o nome de membros do partido nazareno. São pessoas que ou conheceram Jesus pessoalmente, ou foram instruídas, talvez em segunda ou terceira mão, por outras que o tinham conhecido. Mas, afora isso, os nazarenos são indistinguíveis do movimento mais amplo de que faziam parte. O partido nazareno não deve, portanto, ser visto como uma unidade isolada, mas antes como um núcleo - o equivalente a um estado-maior, um conselho privado ou um gabinete.

Devemos agora examinar mais atentamente esse gabinete - suas atividades, suas personalidades de destaque, seu destino final - e o processo pelo qual as circunstâncias, a história e São Paulo conspiraram para relegá-lo ao esquecimento.

6

A FORMAÇÃO DO CRISTIANISMO

Além dos Evangelhos propriamente ditos, o mais importante livro do Novo Testamento é o intitulado "Atos dos Apóstolos". Na verdade, para o historiador, os Atos podem ser, sob certos aspectos, até mais significativos.

Os Evangelhos, como já dissemos, não são fidedignos como documentos históricos. O primeiro deles, o de Marcos, foi escrito não antes da revolta de 66 d.C. e provavelmente o foi um pouco depois. Todos os quatro Evangelhos falam de um período muito anterior ao de sua composição, talvez em

sessenta ou setenta anos. Dão pouca atenção ao contexto histórico, voltando-se essencialmente para a figura de Jesus e seus ensinamentos. São mais obras poéticas e de devoção do que crônicas. Comparativamente, os Atos, embora extremamente tendenciosos em seu ponto de vista, não deixam de refletir um esforço de preservar um registro histórico, de relatar o “que realmente aconteceu” em seu contexto histórico. Narram uma trama complexa de maneira mais ou menos coerente. Parecem ter sofrido muito menos alterações posteriores do que os Evangelhos. Refletem com frequência uma experiência em primeira mão dos acontecimentos que descreve. E foram compostos pouco tempo depois desses eventos, ou por alguém que deles participou, ou, mais provavelmente, por alguém que tinha acesso direto a uma testemunha ocular dos mesmos.

O período coberto pela narrativa dos Atos começa pouco depois da crucificação e termina em algum momento entre 64 e 67 d.C. Segundo a maioria dos especialistas, a própria narrativa foi composta entre 70 e 95 d.C. É portanto, grosso modo, contemporânea do primeiro dos Evangelhos, se não for anterior aos quatro. O autor dos Atos se identifica como um homem chamado Lucas e os estudiosos modernos estão de acordo em considerar que se trata do mesmo Lucas que escreveu um dos Evangelhos. Que esse homem seja também o mesmo "Lucas, o Doutor", que esteve em Roma com Paulo e com este foi preso (Colossenses, 4:14), é mais duvidoso, mas a maioria dos comentadores está disposta a admiti-lo.

O relato de Lucas gira basicamente em torno de Paulo. Fica bastante claro que Lucas conheceu Paulo pessoalmente, de uma maneira em que nem ele, nem os autores dos outros Evangelhos conheceram Jesus. É por Lucas que ficamos sabendo da conversão e da missão de Paulo. Ao mesmo tempo, é com Lucas que aprendemos um bocado sobre o partido nazareno. Por fim, os Atos oferecem um relato histórico razoavelmente confiável da contenda de Paulo com o partido nazareno, que culminou em nada menos que a criação de uma religião inteiramente nova. Vale a pena, portanto, resumir o pano de fundo histórico que a narrativa dos Atos abrange.

Tudo indica que João Batista foi executado por Herodes Antipas algum tempo depois de 28 d.C., mas não depois de 35 d.C. A data fixada para a própria crucificação de Jesus varia entre 30 e 36 d.C. e parece ter ocorrido após a morte de João. Não pode ter sido depois de 36 d.C. porque nesse ano Pilatos foi chamado de volta a Roma.

Em 35 d.C., ou no início de 36, ocorreu em Samaria uma rebelião liderada por um messias samaritano. A rebelião foi impiedosamente sufocada e muitos samaritanos, entre os quais o líder, foram exterminados. Ao mesmo tempo, a perseguição aos discípulos mais próximos de Jesus parece ter-se intensificado. Em 36 d.C., por exemplo, Estêvão, em geral aclamado como o primeiro mártir do cristianismo, foi lapidado em Jerusalém e muitos nazarenos fugiram da cidade. Nessa altura - provavelmente menos de um ano e meio após a morte de Jesus - eles já deviam ser numerosos e estar espalhados, porque Paulo, agindo em nome do sacerdócio saduceu estabelecido e devidamente autorizado pelo Sumo Sacerdote, foi até nada menos que Damasco na tentativa de caçá-los. Em outras palavras, já havia enclaves nazarenos na Síria e estes eram considerados suficientemente ameaçadores para justificar uma extirpação. A Síria, evidentemente, não era parte de Israel. As autoridades judaicas só podiam estender seu poder tão ao norte com a aprovação da administração romana. E Roma, para consentir nessa caça às bruxas, devia estar ela própria se sentindo ameaçada. Ademais, se, em data tão precoce, já existiam enclaves nazarenos consideráveis em local tão distante quanto a Síria, não podemos ignorar a possibilidade de que se tivessem implantado antes da morte de Jesus e já estivessem estabelecidos na época da crucificação.

Cerca de 38 d.C., Jesus já estava sendo abertamente proclamado como o messias - não o Filho de Deus, mas simplesmente o rei legítimo e ungido - por refugiados nazarenos, ou talvez por comunidades estabelecidas, em locais tão remotos quanto Antioquia. Foi ali, na capital Síria, bem ao norte de Damasco, que o termo "cristão" lhes foi aplicado pela primeira vez. Até então, haviam sido chamados simplesmente nazarenos. E continuaram a ser chamados nazarenos por toda parte - especialmente em Jerusalém - por muitos anos.

Em 38 d.C., um poder nazareno centralizado já estava bem estabelecido em Jerusalém. Essa hierarquia administrativa viria a ser conhecida, através de cronistas cristãos posteriores, como "a Igreja primitiva". Seu membro mais célebre foi, é claro, Pedro. Seu chefe oficial, no entanto, flagrantemente desprezado pela tradição posterior, foi o irmão de Jesus, Jacó, mais tarde conhecido como são Tiago, ou "Tiago, o Justo". Nessa época, Madalena, a Virgem e outras pessoas da intimidade de Jesus já haviam desaparecido e não há mais uma menção sequer a elas nos relatos bíblicos. É certamente razoável supor que afirmações feitas mais tarde estavam corretas e que buscaram refúgio no exílio. O significativo, contudo, é que a "Igreja" em Jerusalém seja presidida não por Pedro, mas pelo irmão de Jesus, Tiago. Muito claramente, algum princípio de sucessão dinástica está em jogo. É também difícil atribuir à coincidência o fato de Tiago ser referido como "Zadoc".

O Partido Nazareno

O próprio Jesus, é claro, não tivera intenção de criar uma nova religião. Tiago e o partido nazareno, em Jerusalém, tampouco o pretenderam. Como Jesus, teriam ficado escandalizados com a simples idéia, que lhes pareceria a mais hedionda blasfêmia. Como Jesus, eram acima de tudo judeus devotos, que agiam e oravam em estrita obediência aos ditames da tradição judaica estabelecida. É verdade que estavam buscando a renovação de algumas práticas, certas reformas e certas mudanças políticas. Pretendiam também depurar sua religião de alguns elementos exóticos recém-adquiridos e restaurá-la no que julgavam ser sua pureza original. Mas nem sonhariam em criar um novo sistema de crença que pudesse se tomar um concorrente do judaísmo - e muito menos seu perseguidor.

Fica claro, no entanto, que o partido nazareno em Jerusalém era considerado subversivo, tanto pelos romanos quanto pela corporação saducéia estabelecida, pois logo se viu às voltas com as autoridades. Como já observamos, pouco tempo após a crucificação, Estêvão morreu apedrejado e Saul de Tarso partiu em perseguição aos nazarenos em Damasco. Por volta de 44 d.C., Pedro, depois João, depois todos os outros foram presos, açoitados e proibidos de pronunciar o nome de Jesus. No mesmo ano, o discípulo conhecido como Tiago, irmão de João, foi preso e degolado - forma de execução que só os romanos tinham permissão de aplicar. No ano seguinte, a atividade de guerrilha dos zelotes já se intensificara a tal ponto que Roma foi obrigada a combatê-la com rigor. Em 48-49 d.C. o governador romano da Judéia prendeu e crucificou indiscriminadamente tanto zelotes quanto nazarenos. Apesar disso, os distúrbios aumentaram. Em 52 d.C., o legado romano da Síria - o superior imediato do governador da Judéia - teve de intervir pessoalmente para evitar uma insurreição geral.

Na verdade, a insurreição não foi evitada, apenas adiada. Em 54-55 d.C. a atividade militante já voltara a assumir proporções epidêmicas. O sumo sacerdote saduceu, designado pelos romanos, foi assassinado pelos zelotes e uma grande campanha terrorista foi iniciada contra outros saduceus que se haviam aliado a Roma. Durante 57-58 d.C., apareceu outro messias, que teria vindo da comunidade judaica do Egito. Tendo angariado substancial apoio na Judéia, tentou ocupar Jerusalém pela força das armas e expulsar os romanos da Terra Santa. Como seria de se esperar, sua iniciativa foi violentamente abortada, mas os distúrbios continuaram. Finalmente, por volta de 62-65 d.C., Tiago, chefe do partido nazareno em Jerusalém, foi preso e executado.

Mais uma vez, o princípio dinástico de sucessão parece ter prevalecido claramente entre os nazarenos. Com a morte de Tiago, seu lugar foi ocupado por um sujeito chamado Simeão, que é identificado como primo de Jesus. Por um breve tempo, Simeão manteve a hierarquia administrativa em Jerusalém. Mas para ele, como para toda a gente na capital, a essa altura certamente já era possível prever o curso inevitável dos acontecimentos. Assim, por volta de 65 d.C., Simeão conduziu os nazarenos para fora da Cidade Santa. Ao que se diz, estabeleceram seus comandos na cidade de Pela; ao norte de Jerusalém; e na margem leste do rio Jordão.⁶ Estudiosos modernos encontraram prova de que, a partir dali, continuaram a se afastar na direção nordeste, tendo alguns grupos se dirigido finalmente para as vizinhanças da bacia do Tigre-Eufrates, região que hoje forma a fronteira entre a

Síria e o Iraque. Ali, divorciados do que a essa altura se tomara a principal corrente do cristianismo em desenvolvimento, conseguiram sobreviver por muitos séculos, preservando suas tradições. Chegou-se a sugerir que o pai de Maomé teria sido membro da seita nazarena e que o próprio Maomé teria sido educado nas tradições nazarenas. Alega-se que uma de suas esposas era judia e, por implicação, nazarena. O certo é que o tratamento dado no Corão à figura de Jesus é de orientação essencialmente nazarena.

A prudência de Simeão em abandonar Jerusalém foi plenamente justificada. Na primavera de 66 d. C., a luta eclodiu em Cesaréia. Pouco depois, tropas romanas corriam furiosas por Jerusalém, matando todos os judeus em que conseguiam pôr as mãos, inclusive mulheres e crianças. Na onda de indignação que se seguiu, os sacerdotes do Templo foram obrigados a abolir os sacrifícios solenes a Roma e ao imperador - um desafio declarado que tornou inevitável a guerra aberta. Depois de uma semana de guerra civil, Jerusalém foi capturada pelos rebeldes. Nesse meio tempo, contingentes zelotes comandados por um descendente de Judas da Galiléia tomou a fortaleza de massada, junto ao mar Morto, exterminou a guarnição romana e preparou um aparato defensivo que iria resistir ao cerco dos inimigos até 73 d.C.

De início, a reação romana foi um tanto lerda. Uma legião enviada da Síria e reforçada por auxiliares foi rechaçada de Jerusalém e acabou se retirando em debandada. Estimulados por essa vitória, os rebeldes começaram a organizar uma rede defensiva por toda a Terra Santa. É interessante notar que o comandante de uma das regiões, que se estendia de Jerusalém até a costa, é chamado de João, o Essênio⁰⁷ - mais uma indicação de que os essênios não eram em absoluto pacifistas.

Em 70 d.C., no entanto, a situação já se tornara desesperada. Um imenso exército romano tomou Jerusalém de assalto, destruindo por completo o Templo e não deixando pedra sobre pedra na cidade. Esta haveria de ficar em ruínas por mais 61 anos. A maior parte dos habitantes foi assassinada ou morreu de fome. Os sobreviventes foram em sua maioria vendidos como escravos. Massada ainda resistiu por mais três anos, mas a sua queda era um desfecho inevitável.

Paulo como o primeiro herege

É contra esse turbulento pano de fundo que a carreira de Paulo, registrada nos Atos, deve ser situada. Paulo aparece em cena cerca de um ano após a crucificação. Sob o nome de Saulo ou Saul de Tarso, participa, como saduceu fanático ou agente dos saduceus, de ataques ao partido nazareno em Jerusalém. De fato, participa tão ativamente que, ao que parece, esteve envolvido na lapidação de Estêvão, formalmente considerado o primeiro mártir cristão (embora o próprio Estêvão certamente se considerasse, claro, um piedoso judeu). Paulo é bastante explícito. Admite francamente que perseguiu suas vítimas "até a morte".

Pouco depois da morte de Estêvão, Paulo (que até essa altura ainda era Saul de Tarso), inspirado por um fervor fanático e sádico, parte para Damasco, na Síria, à caça de nazarenos. É acompanhado por um bando de homens, presumivelmente armados, e leva ordens de prisão assinadas pelo sumo sacerdote. Como já observamos, a autoridade do sumo sacerdote não se estendia até a Síria. Para poder cumprir um mandado ali, Paulo certamente tinha a autorização da administração romana, o que indica que Roma estava interessada na erradicação dos nazarenos. Em nenhuma outra circunstância ela teria tolerado que um bando de justiceiros militantes agisse impunemente tão além da sua própria jurisdição.

Ao que parece, nessa época o sol do meio-dia tinha efeitos ainda mais extraordinários do que mais tarde teria sobre cachorros loucos e ingleses. A caminho, Paulo sofre uma espécie de trauma que, segundo a interpretação dos comentadores, pode ter sido desde uma insolação ou um ataque epiléptico até uma experiência mística. Ao que se conta, uma "luz vinda do céu" derrubou-o do cavalo e "uma voz" cuja origem não se podia definir perguntou: "Saul, Saul, por que me persegues?" Saul pede à voz que se identifique. Ela responde: "Sou Jesus, o Nazareno, e estás me perseguindo." E

prossegue, instruindo-o a seguir até Damasco, onde lhe será dito o que deverá fazer depois. Finda essa experiência, e mais ou menos de posse da sua antiga consciência, Saul constata que está cego. Em Damasco, sua visão lhe é devolvida por um nazareno.

Um psicólogo de hoje nada veria de excepcional nesse incidente. Ele de fato pode ter sido causado por insolação ou por um ataque epilético. Pode igualmente ser visto como uma alucinação, uma reação histérica ou psicótica, bem como se reduzir a uma mera questão de consciência pesada. Paulo, no entanto, interpreta o episódio como uma aparição de Jesus, a quem nunca vira pessoalmente, e com ele inicia sua conversão. Abandonou seu nome anterior de Saul e tornou-se Paulo. A partir desse momento, seria tão fervorosamente fanático na propagação do pensamento nazareno quanto o fora até então na tentativa de esmagá-lo.

Por volta de 39 d.C., Paulo volta a Jerusalém. Ali, segundo os Atos, é formalmente admitido no partido nazareno. De acordo com a relato do próprio Paulo em sua "Epístola aos Gálatas", contudo, sua acolhida pelo partido nazareno nada teve de entusiástica. Conta que não confiaram nele e o evitaram. Recebe, porém, algum tipo de apoio relutante de "Tiago, o irmão do Senhor", que o envia para Tarso, para ali pregar. De Tarso, Paulo continua sua jornada missionária, que dura cerca de catorze anos, levando-o praticamente por todo o mundo mediterrâneo oriental - não só pela Terra Santa, mas também pela Ásia Menor e, cruzando o mar, até a Grécia. Seria de esperar que tamanho entusiasmo lhe valesse a aprovação da hierarquia nazarena em Jerusalém. Ao contrário: só lhe valeu seu desagrado. Tiago e a hierarquia nazarena enviaram seus próprios missionários na esteira de Paulo, para anular sua pregação e desacreditá-lo aos olhos de seus próprios convertidos - pois a pregação que Paulo faz agora é muito diferente daquela autorizada pelos próprios nazarenos, presididos pelo irmão de Jesus. Atormentado pelos emissários de Tiago, Paulo finalmente volta a Jerusalém, onde tem lugar uma desavença total. Finalmente, após muitos atritos, Tiago e Paulo chegaram a um vago acordo, mas logo depois Paulo foi preso - ou posto *sob* custódia. Valendo-se da sua condição de cidadão romano, Paulo pede que seu caso seja ouvido pessoalmente pelo imperador e é enviado como prisioneiro para Roma. Acredita-se que morreu ali em algum momento entre 64 e 67 d.C.

Em termos de quilômetros percorridos e energia despendida durante suas viagens missionárias, os feitos de Paulo são estupendos. É fora de dúvida que agia com o dinamismo de um "possesso". Fica claro, no entanto, que as coisas não foram tão cristalinas quanto a tradição cristã posterior deseja que acreditemos. Segundo essa tradição, Paulo estava "disseminando fielmente a mensagem de Jesus pelo mundo romanizado de seu tempo". Nesse caso, por que suas relações com o próprio irmão de Jesus foram tão embaraçosamente tensas? Por que teria havido esses atritos com os nazarenos de Jerusalém, alguns dos quais tinham conhecido Jesus pessoalmente e estavam certamente mais próximos dele do que Paulo jamais estivera? Por que a pregação de Paulo irritou a hierarquia nazarena a ponto de levá-la a enviar seus próprios emissários no seu rasto, para desacreditá-lo? Parece claro que Paulo estava fazendo alguma coisa que o próprio Jesus teria reprovado.

Como dissemos, nem Jesus nem a hierarquia nazarena tinham qualquer intenção de criar uma nova religião. Apregoavam uma mensagem especificamente judaica para adeptos do judaísmo. Como disse o próprio Jesus (Mateus, 5:17): "Não pensem que vim para abolir a Lei ou os Profetas. Não vim para abolir, mas para completar." Para Tiago e o partido nazareno em Jerusalém, o importante nos ensinamentos de Jesus era a sua condição de messias no contexto estabelecido da época - como rei legítimo e libertador. Jesus é menos importante em si mesmo do que pelo que diz e representa. Não se pretendia transformá-lo, pessoalmente, em objeto de adoração. Certamente não se pretendia considerá-lo divino.

Quando Tiago envia Paulo e outros em expedições missionárias, seu desejo é que convertam pessoas à forma de judaísmo de Jesus. A "nação de Israel", como Jesus, Tiago e seus contemporâneos a concebiam, não era meramente uma entidade geográfica. Era também uma comunidade, que abarcava todos os judeus, onde quer que residissem. O processo de conversão visava ampliar as fileiras da nação de Israel. É possível até que Tiago visse esse programa como um meio de criar um contingente

de reserva, a partir do qual se poderia criar um exército, como no tempo de Judas Macabeu. Se uma revolta organizada estava fermentando em Jerusalém, suas chances de êxito seriam imensamente aumentadas se pudesse ser sincronizada com, digamos, sublevações de comunidades judaicas em todos os quadrantes do Império Romano.

Ou Paulo não conseguiu compreender os objetivos de Tiago, ou se recusou a colaborar. Em 2 Coríntios 11 :3-4, ele declara explicitamente que os emissários nazarenos de Tiago estão apregoando "*um outro Jesus*", um Jesus diferente do que ele próprio proclama. Na verdade, Paulo trai a missão que lhe fora confiada por Tiago e a hierarquia nazarena. Para ele, os ensinamentos e a condição política de Jesus eram menos importantes do que sua própria pessoa. Em vez de converter pessoas ao judaísmo, Paulo promove conversões ao seu próprio culto pessoal e "pagão" de Jesus, ao passo que o judaísmo, como tal, toma-se secundário, senão irrelevante. O que importa é simplesmente a profissão de fé em Jesus como manifestação de Deus, e essa profissão de fé é por si só suficiente para assegurar a salvação. Enquanto isso, exigências básicas para a conversão ao judaísmo, como a circuncisão, a observância do sabá e a obediência a leis alimentares são abandonadas. Jesus, Tiago e os nazarenos de Jerusalém pregavam o culto a Deus, no sentido judaico estrito. Paulo substitui isso pelo culto a Jesus *como* Deus. Nas mãos de Paulo, Jesus se transforma em objeto de veneração religiosa - o que o próprio Jesus, como seu irmão e os outros nazarenos de Jerusalém, teriam considerado uma blasfêmia.

A incompatibilidade entre Jesus e Paulo suscita questões de considerável importância nos nossos dias. Quantos "cristãos" têm hoje, por exemplo, consciência da discrepância entre os dois homens? E em que consiste o "cristianismo" para eles? No que Jesus ensinou? Ou no que Paulo ensinou? Exceto por meio de sofisma e distorção do fato histórico, as duas posições não podem ser harmonizadas.

O culto de Paulo

É a partir de Paulo, e apenas de Paulo, que uma nova religião começa a emergir - não como uma forma de judaísmo, mas como um concorrente e, em última análise, um adversário do judaísmo. À medida que Paulo vai divulgando sua mensagem pessoal, o judaísmo que ela contém vai-se metamorfoseando. Funde-se com o pensamento greco-romano, com tradições pagãs, com elementos originários de vários mistérios.

Assim que começou a se cristalizar como uma religião à parte, e não como uma forma de judaísmo, o culto de Paulo passou a prescrever certas prioridades que não haviam vigorado enquanto Jesus vivera e que o próprio Jesus teria indubitavelmente deplorado. Em primeiro lugar, esse culto tinha de competir com religiões já estabelecidas em regiões onde era difícil ganhar terreno - com as religiões da Síria, da Fenícia, da Ásia Menor, da Grécia, do Egito, em suma, de todo o mundo mediterrâneo, e mais, de todo o Império Romano. Para isso, Jesus tinha forçosamente de assumir um grau de divindade comparável ao dos deuses que agora, postumamente, estava destinado a substituir. Como muitos outros desses deuses, Tamuz - a divindade das antigas doutrinas secretas da Suméria e da Fenícia - fora gerado por uma virgem, morrera com uma chaga no flanco e, três dias depois, levantara-se do túmulo, deixando-o vazio, com a pedra que o fechava a um lado. Para que Paulo pudesse desafiar com êxito os adeptos de Tamuz, Jesus tinha de poder fazer frente a esse deus mais antigo, milagre por milagre. Em consequência, certos aspectos da história de Tamuz foram enxertados na biografia de Jesus. É significativo que Belém fosse não apenas a cidade de Davi, mas também o antigo centro do culto a Tamuz, com um santuário que permanecia bastante ativo ainda nos tempos bíblicos.

A origem de muitos outros elementos específicos dos Evangelhos pode ser descoberta não na história, mas nas tradições que envolviam Tamuz, Osíris, Àtis, Adônis, Dionísio e Zoroastro. Muitas dessas divindades, por exemplo, teriam supostamente nascido da união de um deus com uma virgem. O mitraísmo exerceu influência particularmente forte na composição da tradição cristã. Ele postulava o

apocalipse, um dia do juízo, uma ressurreição da carne e uma segunda vinda do próprio Mitra, que iria finalmente derrotar o princípio do mal. Dizia-se que Mitra tinha nascido numa caverna ou numa gruta, onde pastores o haviam visitado, levando presentes. O batismo tinha papel de destaque nos ritos mitraístas. A refeição comunal também. Há na comunhão mitraísta uma passagem particularmente interessante: "Aquele que não comer da minha carne e não tomar do meu sangue de modo a poder se tomar um comigo e eu com ele, não se salvará."

Quando Tertuliano, um dos primeiros doutores da Igreja, foi confrontado com essa passagem, insistiu em que era obra do Diabo que, séculos antes, teria parodiado a comunhão cristã para desmerecer as palavras de Jesus. Se esse foi mesmo o caso, o Diabo deve ter feito uma boa lavagem cerebral em Paulo. Como um comentador atual observa:

Mesmo com o conhecimento relativamente insignificante que temos hoje sobre o mitraísmo e sua liturgia, é evidente que muitas das frases de Paulo [em suas epístolas] lembram muito mais a terminologia do culto persa do que a dos Evangelhos.

Mas o cristianismo não tinha apenas de competir - de oferecer um deus capaz de se contrapor a seus rivais, milagre por milagre, maravilha por maravilha, episódio sobrenatural por episódio sobrenatural. Tinha também de se tomar respeitável e aceitável aos olhos de um mundo que era, afinal de contas, parte do Império Romano.

Intrinsecamente, o cristianismo nada tinha disso. Jesus havia sido executado por crimes contra Roma, nos termos estritos da lei romana. Seus discípulos originais tinham sido considerados subversivos, senão revolucionários declarados, ativamente empenhados em derrubar a autoridade romana sobre a Palestina. A Terra Santa era há muito uma fonte de exasperação para Roma e, após a revolta de 66 d.C., a hostilidade romana contra o judaísmo se intensificara. Nenhuma religião que contivesse vestígios de nacionalismo messiânico judaico podia ter esperanças de sobreviver dentro do Império Romano. Portanto, todos os sinais desse nacionalismo messiânico tinham de ser erradicados ou transformados.

Para se difundir pelo mundo romanizado, o cristianismo se transformou - e, ao fazê-lo, reescreveu as circunstâncias históricas em que nascera. Não seria conveniente exaltar um personagem que tinha sido executado pelos romanos por crimes contra o Império. Por conseguinte, a responsabilidade pela morte de Jesus foi transferida para os judeus - não só para a corporação saducéia, que indubitavelmente tivera participação nela, mas para o povo da Terra Santa em geral, que reunia tantos fervorosos defensores de Jesus. E o próprio Jesus teve de ser dissociado do seu contexto histórico, transformado numa figura não política - um messias não mundano, espiritual, que não representava desafio algum para César. Assim, todas as pistas da atividade política de Jesus foram atenuadas, diluídas ou apagadas. E, na medida do possível, todos os indícios do seu judaísmo foram deliberadamente obscurecidos, ignorados ou tornados irrelevantes.

Simão Pedro

O ritmo do triunfo ideológico de Paulo sobre Tiago e a hierarquia nazarena, e sua magnitude final, podem ser avaliados pela lenta mudança de atitude que se observa em Simão Pedro. De fato, Simão Pedro fornece uma espécie de barômetro da situação. Sua posição pessoal certamente espelha a situação de muitos outros que gravitavam entre Tiago e Paulo, entre uma forma de judaísmo e a nova religião, cada vez mais autônoma, mais tarde chamada de cristianismo.

Em *O santo graal* e *a linhagem sagrada*, descrevemos o círculo mais próximo de Jesus como composto por dois ou mais grupos distintos: "adeptos da linhagem" e "adeptos da mensagem". Os "adeptos da linhagem" deviam formar um círculo relativamente pequeno, provavelmente de casta aristocrática ou patrícia, membros da própria família de Jesus e de famílias aparentadas. Para estes, o interesse primordial devia ser a legitimidade dinástica - a instauração no trono de Israel de seu legítimo rei e, se isso não fosse possível, a perpetuação da linhagem real intacta. Os "adeptos da

mensagem" deviam ser consideravelmente mais numerosos, formando os "soldados rasos" do movimento. Suas prioridades deviam ser muito diferentes - mais mundanas, de âmbito mais limitado, mais pragmáticas. Provavelmente reagiam basicamente à mensagem de Jesus, que, por sua própria natureza, despertava, simultaneamente, emoções de medo e de esperança. Por um lado, deviam estar atemorizados pela urgência da situação, tal como Jesus a pintava - a perspectiva de um apocalipse iminente, um dia do juízo, a distribuição de punições e recompensas. Por outro, deviam estar inspirados pela promessa de que eles, como leais adeptos do messias, faziam jus a uma recompensa singular por sua fidelidade e por qualquer sofrimento que tivessem experimentado. Esse apelo conjunto ao medo e à esperança atuava provavelmente como uma força magnética.

Pelo que dele sabemos, Simão Pedro era um típico "adepto da mensagem". Ao que parece, não era um homem particularmente instruído. Parece ter pouca noção das questões mais amplas envolvidas, políticas ou teológicas. Não participa do conselho secreto de Jesus e muitas decisões são tomadas às suas costas ou por sobre a sua cabeça. Como já observamos, é bem possível que fosse um militante nacionalista que não se acovardava ante a violência. Podia muito bem ser um zelote, ou um ex-zelote - e podia até, na verdade, ser o próprio Simão Zelote. Durante toda a vida pública de Jesus, Simão Pedro se mantém ao lado de seu mestre, quase como um guarda-costas - uma função bem de acordo com seu apelido de "Pétreo" ou "Duro". Embora ostensivamente valente, é inabalável na sua devoção, quase servil em certas ocasiões. Quando Paulo entra em atividade, Tiago podia ser o chefe formal do partido nazareno em Jerusalém; era Simão Pedro porém, em virtude da missão a ele confiada por Jesus, ou em virtude do seu carisma, quem exercia a maior influência e despertava a mais fervorosa fidelidade.

No início dos Atos, Simão Pedro é um aliado inquestionável de Tiago e da hierarquia nazarena em Jerusalém. Gradualmente, porém, começa a gravitar para a posição de Paulo. No final dos Atos, sua orientação tornou-se inteiramente paulina. Como Tiago, Simão Pedro é de início um judeu devoto, que compreende os ensinamentos de Jesus num contexto exclusivamente judaico. No final de sua carreira, nós o vemos, como Paulo, pregar uma mensagem transjudaica ao mundo gentio. Anacronicamente, a tradição o proclama como o primeiro papa - o primeiro chefe da Igreja que deveria consagrar o triunfo de Paulo e transformar num edifício o pensamento paulino.

Em seu romance *The Illusionist*, Anita Mason recria de maneira magnífica e comovente as provações pessoais por que Simão Pedro e muitos outros como ele devem ter passado. Como simples pescador da Galiléia, ignorante e fanfarrão, de início deve ter tomado as afirmações de Jesus ao pé da letra. É assim que o vemos nos Evangelhos um sujeito leal, mas um tanto bronco, que certamente não pensava em termos religiosos ou políticos sofisticados. Jesus lhe era muito afeiçoado, mas não se pode dizer que confiava nele. Como Anita Mason mostra, Simão Pedro devia estar a princípio plenamente convencido de que o mundo iria literalmente acabar com a morte de Jesus - que um holocausto apocalíptico iria consumir toda a criação, que cataclismos como os narrados pelos profetas do Antigo Testamento iriam varrer a Terra, que Deus desceria para pronunciar seu severo juízo.

Nos dias que se seguiram imediatamente à crucificação, Simão Pedro deve ter ficado, como Anita Mason o descreve, cada vez mais espantado - e não pouco alarmado - ao constatar que o mundo à sua volta permanecia intacto. No início do período relatado nos Atos, sua atitude estava apenas ligeiramente modificada. Como muitos outros nazarenos, Simão Pedro ainda esperava o fim da criação. O apocalipse fora adiado, provavelmente por obscuras razões técnicas inescrutáveis por simples mortais, mas o adiamento era apenas temporário.

Simão Pedro não tinha dúvida de que o fim do mundo continuava iminente e iria ocorrer ainda durante sua vida. É essa convicção, essa ardente esperança, que constitui a sua razão de ser.

Mas passam-se os anos e nada acontece. Não só não há nenhum apocalipse, nenhum cataclismo cósmico, como não há sequer uma mudança significativa na situação local. Altos funcionários romanos são empossados, depois demitidos. Reis-fantoches são instalados no trono, depois afastados. Agitações cívicas aumentam, mas provavelmente são fruto mais de impaciência do que de qualquer

outra coisa. Tudo continua mais ou menos como era antes, e torna-se cada vez mais evidente que a morte de Jesus não produziu efeito algum. Para um homem como Simão Pedro, isso constitui, é claro, uma perspectiva aterradora. Ele se comprometera definitivamente com a crença. Após considerável perplexidade, empenhara nela sua vida e seu futuro, e agora ela começava a parecer cada vez mais duvidosa. Para Simão Pedro, o crescente peso da dúvida, a crescente desconfiança de que seu empenho fora em vão, deve ter sido, como Anita Mason descreve, um horrível tormento psicológico. Deve tê-lo lançado à beira não só da desilusão, mas de um desespero quase suicida; e se Pedro persiste na disseminação da mensagem, o faz quase como um sonâmbulo, como uma maneira de afugentar suas próprias incertezas.

Paulo, é claro, oferece a Simão Pedro uma oportunidade irresistível de cumprir sua promessa; de justificar tudo a que se devotara. Para Simão Pedro, a posição de Paulo aparece como uma alternativa viável ao desespero. No começo, é claro, toma o partido de Tiago, vendo o trabalho de Paulo como extremamente suspeito, senão blasfemo. Pouco a pouco, contudo, a posição de Paulo se torna a única a dar algum sentido à situação. Em suma, a posição de Paulo fornece a Simão Pedro uma explicação possível para o fato de o mundo ainda não ter acabado, poder não acabar antes de mais mil ou 2 mil anos, ao mesmo tempo em que continuava a justificar seu devotamento. Jesus se torna consubstancial com Deus. E se Jesus e Deus têm uma única substância, o reino do céu não precisa ser algo que será inaugurado na Terra no futuro imediato; pode ser algo exterior - um outro reino, uma outra dimensão, em que podemos esperar encontrar uma boa acolhida e um lugar reservado quando morreremos. Mas, se o apocalipse está adiado indefinidamente, permanece a certeza de que acabará por vir, no final dos tempos; nesse meio tempo, há recompensas a colher no céu.

A partir desse elaborado raciocínio, Simão Pedro ganha um novo alento, uma nova inspiração que lhe permite continuar pregando e segundo os relatos tradicionais - enfrentar bravamente seu martírio. Em virtude desse suposto martírio, ele se torna verdadeiramente a pedra sobre a qual uma Igreja - a paulina - seria depois fundada. E uma tradição subsequente, *a posteriori*, proclamou Simão Pedro o primeiro bispo de Roma e o fundador do papado.

Como dissemos, as vicissitudes de Simão Pedro, como descritas por Anita Mason, podem não ter sido únicas. Ao contrário, provavelmente muitos adeptos fervorosos de Jesus poderiam ser encaixados num modelo semelhante - vacilando à beira da desilusão dilacerante, depois encontrando em Paulo uma nova justificação. Não é difícil, portanto, entender por que o culto essencialmente "pagão" de Paulo pode ter sido tão persuasivo, e por que teria triunfado mais tarde sobre a posição menos confortadora da dinastia nazarena - de Tiago e, em última análise, do próprio Jesus. Com a queda de Jerusalém em 70 d.C., a influência nazarena praticamente desapareceu da maior parte do mundo mediterrâneo. O pensamento paulino ainda teria concorrentes, é claro, mas nenhum deles seria capaz de concentrar o poder, assegurado pela sucessão dinástica, de Tiago.

Judas Iscariotes

À medida que se disseminou, o pensamento paulino modificou muito da história original em que os Evangelhos se baseiam. Enxertou-lhe novos elementos. Adaptou-a ao mundo em que estava sendo propagada. Nesse processo, algumas figuras tiveram de pagar um preço, pelo menos aos olhos da posteridade.

Simão Pedro é, sem dúvida, o personagem mais conhecido e famoso do círculo original de Jesus - aquele que a tradição estabeleceu como quase sinônimo do próprio cristianismo. Sob muitos aspectos, é o "discípulo de Jesus que apresenta traços mais bem-definidos. E, em sua fraqueza, é o mais cativantemente humano. Outro dos primeiros discípulos de Jesus, porém, nos permite perceber com muito mais clareza o que o mestre estava realmente fazendo. Sua relevância foi obscurecida pelo pensamento paulino.

Durante quase vinte séculos, o personagem conhecido como Judas Iscariotes - Judas, o Sicário - foi

amaldiçoado e desprezado, lançado no rol dos mais odiosos vilões. Em relação a Jesus, a tradição popular lhe atribuiu uma das mais antigas e mais arquetípicas funções - a do eterno adversário, o antagonista funesto, a encarnação de todos os vícios e iniquidades que o herói não possui. Em termos sim bólicos, Judas é um "mau irmão", o reverso escuro da luz que é Jesus. Na tradição judaico-cristã, a antítese entre eles é mais uma manifestação do velho conflito entre Caim e Abel. Encontramos conflito semelhante em outras culturas, outras mitologias, outras cosmologias. No mito egípcio, por exemplo, a mesma dualidade é refletida pelo eterno conflito entre Set e Osíris. Nos ensinamentos zoroástricos - que, através de seus vestígios mitraístas, influenciaram fortemente o cristianismo - ele era dramatizado por Ahura-Mazda, ou Ormuz, e Arimão. Podemos encontrar rivalidades análogas por todo o globo, seja nas crenças astecas e toltecas no México ou nos mitos da Índia, da China ou do Japão. Subjacente a todos eles está a mesma oposição arquetípica entre deus e o mal, a luz e as trevas, a criação e a destruição, Deus e o Demônio. Se Jesus, na cultura cristã posterior, torna-se sinônimo de Deus, Judas - arrastando consigo "o; judeus" em geral - torna-se a própria encarnação do adversário de Deus.

Judas é mostrado como um falso amigo que, por razões puramente mercenárias, trai seu mestre e provoca sua morte. O quadro é implacavelmente sinistro, não há circunstâncias atenuantes. Uma leitura mais atenta dos Evangelhos, porém, revela o desenrolar de um drama muito mais complexo.

Como vimos, Jesus estava impregnado das profecias do Antigo Testamento - especialmente as de Zacarias referentes ao messiase repetidamente modelou por elas suas ações, de modo muito estrito. Vezes sem conta, essas profecias ditam e determinam suas decisões, suas atitudes, sua linha de ação. Na verdade, grande parte da sua vida pública e da sua história conhecida parecem pouco mais que uma concretização e uma ratificação das profecias. E, é claro, quanto mais profecias ele cumpre, mais força ganha sua reivindicação messiânica. "Isto aconteceu para cumprir a profecia" é um refrão constante ao longo do Novo Testamento - o refrão de um polemista a apresentar triunfante a sua prova.

Durante séculos, apesar de haver indícios contrários nos próprios Evangelhos, a tradição cristã sustentou que a convergência entre a vida de Jesus e as profecias do Antigo Testamento era "mera coincidência" - não fora pretendida por Jesus, tendo ocorrido espontaneamente, segundo um plano divino. Hoje, no entanto, tal afirmação é absolutamente insustentável. Para os estudiosos modernos, não há dúvida de que Jesus estava impregnado de ensinamentos bíblicos, especialmente os dos livros proféticos. Não se conformou ao padrão das profecias por um "acidente milagroso". Ao contrário, dedicou-se cuidadosamente, deliberadamente, muitas vezes metódica e trabalhosamente, a modelar sua carreira e suas atividades segundo as declarações dos profetas. Ele próprio diz isso. Houve obviamente, da parte de Jesus, a decisão consciente e a determinação de fazer da sua vida uma realização de declarações proféticas.

Como vimos, as profecias de Zacarias com relação ao messias têm particular interesse e relevância para Jesus. Sua entrada triunfal em Jerusalém, por exemplo, representa uma tentativa de cumprir uma delas. Mas Zacarias profetizou também que o messias, descendente de Davi, seria trespassado e morto, e seus seguidores dispersos. Além disso, numa passagem um tanto opaca, o messias era comparado a um alegórico "bom pastor", que seria vendido pelo preço de trinta siclos de prata. Pelos Evangelhos, fica bastante claro que Jesus decidiu que também estas profecias deviam ser cumpridas - não espontaneamente, mas por um plano adrede preparado. Para executar esse plano, era preciso um traidor.

Em todos os quatro Evangelhos, a última ceia ocupa posição de destaque. E em todos os quatro Evangelhos Jesus anuncia publicamente, ao grupo ali reunido, que será traído por um deles - porque "é chegado o tempo", porque sua "hora está próxima" e também, muito explicitamente, porque "a profecia tem de se cumprir". Em Marcos e Lucas, o traidor não é nomeado na própria ceia, mas em Mateus e João, sim. Em Mateus, por exemplo, Judas pergunta abertamente, diante de todos os seus companheiros: "Seria eu, Rabi?", e Jesus confirma. No Evangelho de João, quando lhe pedem que

identifique o homem que o trairá, Jesus responde: "Aquele mesmo a quem eu der o pedaço de pão que vou molhar no prato." Tendo-o molhado, estende o pedaço de pão a Judas, dizendo: "O que tens a fazer, faze-o depressa." E o Evangelho de João, de maneira bastante incongruente, acrescenta que nenhum dos outros presentes sabia ao certo por que Jesus disse isso a Judas.

A sequência, tal como é descrita, não pode deixar de suscitar questões. Uma é óbvia: se Judas é identificado como o traidor de seu mestre, por que permitem que parta em sua missão de traição? Por que não é impedido - por Simão Pedro, por exemplo, que, bem pouco tempo depois, aparece não só armado mas se mostra violento o bastante para atacar um servidor do sumo sacerdote? Por que nenhuma outra precaução é tomada?

A resposta a estas questões é que a missão de Judas é necessária. Como Mateus declara, "tudo isso aconteceu para cumprir as profecias das Escrituras". E mais uma vez, no capítulo seguinte: "As palavras do profeta (...) foram então cumpridas. E eles pegaram as trinta moedas de prata, soma pela qual o Precioso era apreciado pelos filhos de Israel. "

Não é que Judas esteja realmente traindo Jesus. Ao contrário, foi deliberadamente escolhido por Jesus, provavelmente para sua própria consternação, para desempenhar uma penosa tarefa, de tal modo que o drama da Paixão pudesse se desenrolar em conformidade com a profecia do Antigo Testamento. Quando Jesus oferece o pão molhado, está de fato impondo a Judas uma missão. É quase como se o homem destinado à tarefa tivesse sido escolhido por sorteio, com a diferença de que o resultado parece ter sido predeterminado. E quando Jesus ordena a Judas que faça logo o que tem de ser feito, não está expressando uma resignação clarividente, mas dando instruções explícitas.

Uma coisa emerge com clareza de qualquer exame atento da última ceia. Há sem dúvida uma espécie de conluio entre Jesus e Judas. A "traição" não pode ocorrer sem esse conluio, uma participação voluntária da parte de Jesus, uma determinação de ser traído, mais que uma mera disposição de sê-lo. Em suma, toda a transação foi cuidadosamente planejada, ainda que os outros discípulos pareçam não estar a par dela. Ao que parece, apenas Judas gozou da confiança de Jesus nesse assunto.

Fadado a ser estigmatizado e amaldiçoado pela posteridade, Judas demonstra na verdade ser tão mártir, à sua maneira, quanto Jesus. Para o escritor grego Nikos Kazantzakis, o papel de Judas é talvez até mais difícil. Em *The Last Temptation*, pouco antes da última ceia, desenrola-se o seguinte diálogo, secretamente, entre Jesus e Judas:

- Lamento, Judas, meu irmão - disse Jesus -, mas é necessário. - Já lhe perguntei antes, Rabi... não há nenhum outro meio?

- Não, Judas, meu irmão. Eu também teria gostado. Eu também desejei e esperei isso até agora... mas em vão. Não, não há outro meio. O fim do mundo se aproxima. Este mundo, este reino do Demônio, será destruído e virá o reino do céu. Eu o trarei. Como? Morrendo. Não há outro meio. Não tremas, Judas, meu irmão. Em três dias eu me erguerei de novo.

- Falas assim para me consolar e dar-me coragem para trair-te sem despedaçar meu coração. Dizes que tenho sangue-frio... dizes isso para me dar forças. Não, quanto mais nos aproximamos desse terrível momento... não, Rabi, não serei capaz de suportar!

- Serás capaz, Judas, meu irmão. Deus te dará toda a força de que precisares, porque é necessário... é necessário que eu seja morto e que tu me traias. Nós dois temos de salvar o mundo. Ajuda-me.

Judas baixou a cabeça. Passado um momento, perguntou: - Se tivesses de trair teu mestre, tu o farias? Jesus refletiu por um longo tempo. Por fim, disse: - Não, acho que não seria capaz. Foi por isso que Deus teve piedade de mim e me deu a tarefa mais fácil: ser crucificado.

Evidentemente, este diálogo é uma recriação ficcional. Fica claro, contudo, que algo semelhante ao que Kazantzakis descreve *deve* ter realmente acontecido. Comentadores do Novo Testamento há muito reconheceram o quanto Judas é crucial, indispensável para toda a missão de Jesus. Sem Judas, o drama da Paixão não pode ser encenado. Diante disso, Judas deve ser visto como algo muito diverso do vilão indecente da tradição popular. Ele emerge como precisamente o oposto - uma figura nobre e trágica, que consente com relutância em representar um papel desagradável, penoso e imprescindível

num roteiro preestabelecido. Como Jesus diz a seu respeito: "Olhei por eles e nenhum só se extraviou, exceto aquele que escolheu se perder, e isso para cumprir as Escrituras. "

O que fica impreciso é se Jesus estava realmente convencido de que teria de morrer literalmente, ou se pensava que seria suficiente *parecer* morrer. Como discutimos em *O santo graal e a linhagem sagrada*, há um substancial corpo de dados em favor da última alternativa. A verdade, é claro, provavelmente nunca será conhecida. Mas sem dúvida é pelo menos possível que Jesus tenha sobrevivido à crucificação - mesmo que ele próprio tenha estado na cruz de início, e não um substituto, como pretendem o Corão e muitas outras heresias dos primeiros tempos.

Judas

Como vimos, o pensamento paulino parece ter alterado consideravelmente as atitudes e a orientação de Simão Pedro. As tradições originadas do pensamento paulino difamaram o nome de Judas e obscureceram o papel do próprio irmão de Jesus, Tiago, como chefe da hierarquia nazarena em Jerusalém. Há ainda um outro personagem cuja importância foi distorcida e diminuída aos olhos da posteridade.

No cânon do Novo Testamento, há uma única epístola de Tiago, que nela se identifica como "o irmão do Senhor". Há também uma carta de um homem chamado Judas, que se identifica como "um servo de Jesus Cristo e irmão de Tiago". A primeira vista isso poderia sugerir que Judas, assim como Tiago, era irmão de Jesus.

De fato, os estudiosos modernos da Bíblia concordam em que a carta atribuída a Judas é de uma data demasiado tardia para ter sido escrita por um contemporâneo de Jesus. Acredita-se que foi composta no início do século II, muito provavelmente por uma pessoa que realmente se chamava Judas e que, juntamente com um irmão, chamado Tiago, presidia o partido nazareno na época. Mas, segundo o mais antigos historiadores da Igreja, o Tiago e o Judas do século II eram netos de um outro Judas, que *era* irmão de Jesus.

Os próprios Evangelhos deixam claro que Jesus tinha um irmão. chamado Judas, ou Judá. Tanto o Evangelho de Lucas quanto os Atos falam de um certo "Judas de Tiago", o que é geralmente traduzido como "Judas, filho de Tiago." É muito mais provável, contudo, que "Judas de Tiago." designasse originalmente "Judas, irmão. de Tiago." Se Lucas é vago a este respeito, Mateus e Marcos são. ambos bastante explícitos. Ambos dizem que Jesus tinha quatro irmãos - José, Simão, Tiago e Judas -, bem como pelo menos duas irmãs. O contexto em que são mencionados é curioso. É dito que repreenderam Jesus nos seus primeiro.s dias de pregação. na Galiléia. Nenhuma razão para tanto é sugerida. Fosse o que fosse, a crítica durou pouco, pelo menos no tocante a Tiago. Pouco tempo depois da morte de Jesus ele já havia tomado o lugar do irmão, assumido a chefia da hierarquia nazarena em Jerusalém e alcançado ele próprio a condição. de homem santo. Há abundantes indícios de que Judas seguiu o exemplo.

No entanto, muito curiosamente, não há menção A Judas nos Atos ou em quaisquer outros textos do Novo Testamento. - pelo menos sob esse nome. Na verdade,é sob outro nome que ele deve ser procurado. Quando encontrado, demonstra ter desempenhado um papel sem dúvida muito importante.

7

OS IRMÃOS DE JESUS

Vários textos essênios e zadoquitas seminais falam não de um messias esperado, mas de dois. Segundo essas fontes, a identidade e a integridade da nação repousam sobre duas sucessões dinásticas unidas entre si por muitos vínculos. Os dois messias são denominados especificamente o messias de Aarão e o messias de Davi.! O messias de Davi seria um personagem real, que presidiria a administração secular do novo reino, que ele implantaria com suas proezas militares. O messias

Aarão, descendente do primeiro sumo sacerdote de Israel no Antigo Testamento, seria um personagem clerical, um "intérprete da Lei", que presidiria a vida espiritual do povo.

Ironicamente, esse princípio de autoridade secular e espiritual veio a encontrar expressão mais tarde na Europa ocidental, através do Sacro Império Romano Germânico, em que o imperador detinha um cetro temporal e se proclamava descendente de Davi, enquanto o papa exercia autoridade espiritual, como intérprete da lei de Deus. Como observamos várias vezes, contudo, em Israel a política e a religião estavam nessa época inextricavelmente associadas - eram, de fato, essencialmente, manifestações da mesma coisa. Em consequência, o messias régio e o messias sacerdotal teriam de ser tão intimamente ligados quanto possível - como haviam sido no tempo dos Macabeus, por exemplo, quando ambos eram membros da mesma família. Cismas entre os poderes espiritual e temporal, como os que mais tarde caracterizaram o Sacro Império Romano, seriam inadmissíveis.

Pode-se sem dúvida alegar que o tema do duplo messias aparece no Novo Testamento, embora numa forma drasticamente modificada e provavelmente deturpada. Os estudiosos bíblicos atuais concordam em que, entre os incidentes historicamente mais plausíveis dos Evangelhos, os que menos provavelmente foram inventados por escritores e revisores posteriores, está o batismo de Jesus no Jordão por João.

Trata-se sem dúvida do evento isolado mais significativo de que temos conhecimento na carreira pública de Jesus antes da sua entrada triunfal em Jerusalém; e a tradição cristã reforça a importância de João nessa história. Ele é o desbravador, o precursor, a "voz que clama no deserto", que "prepara o caminho". Na verdade, muitos dos contemporâneos de João estavam dispostos a ver nele próprio o messias. Lucas relata que "... um sentimento de expectativa cresceu no seio do povo, que começava a pensar que João podia ser o Cristo". E durante os três primeiros séculos da era cristã, sobretudo na região da bacia do Tigre-Eufrates, floresceram certas seitas, mandianas ou joanitas, que veneravam João, e não Jesus, como seu profeta. Na verdade, uma dessas seitas ainda existe. Segundo sua concepção, João foi "o verdadeiro profeta", enquanto Jesus foi "um rebelde, um herege que levou os homens para o mau caminho, revelou doutrinas secretas".

Estudiosos da Bíblia não vêem razão para duvidar da afirmação de Lucas de que João e Jesus eram primos em primeiro grau. Hoje geralmente se admite que a mãe de Jesus era irmã de Isabel, a mãe de João. Lucas deixa claro também que João Batista, através de sua mãe, era descendente da sucessão dinástica sacerdotal de Aarão - o que implicaria, obviamente, que Jesus também o era. Ao mesmo tempo, Lucas enfatiza que, por parte de pai, Jesus era descendente de Davi. Assim, na qualidade de descendente de Aarão, João podia reivindicar o título de messias sacerdote. Jesus, descendendo tanto de Aarão quanto de Davi, fazia jus ao duplo título de messias sacerdote e messias real. Isso parece explicar a afirmação de Lucas (Atos 2: 36) de que Deus fez Jesus "ao mesmo tempo Senhor e Cristo".

O parentesco entre João e Jesus deve ter conferido maior prestígio, plausibilidade e credibilidade aos seus respectivos papéis. Se, em meio à atmosfera apocalíptica da época, judeus devotos estavam aguardando ansiosamente o advento de dois Messias - um real, da casa de Davi, e um sacerdotal, da casa de Aarão -, provavelmente mantinham os olhos fixos num número limitado de famílias. Se os personagens esperados apareceram como primos em primeiro grau, o quanto isso não deve ter parecido notável e convincente! Quase certamente, deve ter sido percebido como um sinal, um presságio, uma manifestação palpável da mão de Deus.

Se Jesus fosse o messias real e João o sacerdotal, o batismo no Jordão teria sido ainda mais significativo - o messias sacerdotal teria confirmado formalmente sua contrapartida real, que ademais, por obra manifesta de um plano divino, vinha a ser seu parente próximo. As duas linhagens, messiânica e familiar, se teriam reforçado mutuamente. O fato de funções espirituais e temporais estarem unidas na mesma casa, pelo mesmo sangue, tornaria essa união duplamente sagrada, duplamente santificada, e a unidade da nação ainda mais abençoada. Fora isso, como mencionamos, que ocorrera durante o reinado da dinastia macabéia, a última dinastia de Israel. E, como observamos, ao que parece Jesus e seus seguidores viam o regime macabeu como paradigma de suas próprias

aspirações.

Se João *fosse* o messias sacerdotal de Aarão, e Jesus o messias real de Davi, é possível que Jesus, depois que João foi executado por Herodes Ântipas, tenha assumido os dois papéis, incorporando a condição e as funções do profeta morto. É possível também que João, antecipando seu fim iminente, tenha selado com ele um acordo desse tipo, talvez na cerimônia do' Jordão. Parece haver claramente algum significado no fato de Jesus só ter iniciado resolutamente seu sacerdócio após a morte de João. Seja como for, uma coisa é certa: entre os seguidores de Jesus incluíam-se ex-adeptos de João. E se Jesus incorporava em sua pessoa o duplo papel de messias real e sacerdotal, merecia de fato essa adesão.

Tomé, o Gêmeo

O princípio do messiado dual tem contudo outras implicações, ainda mais intrigantes. Estas envolvem não João Batista, mas uma figura muito mais elusiva, que a tradição cristã posterior certamente relutou em admitir. Fazê-lo seria suscitar consideráveis complicações.

Em todos os quatro Evangelhos, e também nos Atos, é mencionado o discípulo conhecido como Tomé. Ao mesmo tempo, porém, pouca importância lhe é conferida. Não nos é dito praticamente nada a seu respeito. Nada o individualiza em relação aos demais seguidores de Jesus. Parece atuar como um figurante absolutamente periférico. Apenas no Evangelho de João ele faz uma declaração, curiosa e extremamente interessante. Quando Jesus recebe a notícia de que Lázaro está doente, Tomé insiste em que todos voltem para a casa do doente, em Betânia, "para que possamos morrer com ele". Afora isso, Tomé não diz nem faz nada digno de nota até depois da crucificação. Então numa passagem do Evangelho de João que é provavelmente uma interpolação posterior - ele de início duvida de que Jesus havia de fato ressuscitado em carne e osso.

Se examinarmos outras fontes além das escrituras canônicas, o papel de Tomé assume proporções mais amplas. Segundo Eusébio, que escreveu sobre a história cristã no século IV, Tomé migrou na direção nordeste, tendo evangelizado entre os partos - o povo "bárbaro" que ocupava a região que ia da bacia do Tigre-Eufrates até o Irã atual. Segundo um texto apocalíptico datado do século III, a missão de Tomé o levou ainda mais longe. É dito que morreu na Índia, trespassado por lanças, e que o túmulo em que o enterraram foi mais tarde encontrado vazio.³ Tradição semelhante existe numa seita de cristãos sírios, que se auto denominam "cristãos de São Tomé". Dizem eles que foram convertidos por Tomé, que teria finalmente morrido em Mylapore, perto de Madrastra.

Se esses relatos contêm alguma verdade, Tomé emerge como um dos mais ativos e influentes de todos os discípulos. Se Paulo foi o principal apóstolo do cristianismo na Europa ocidental, Tomé teria sido, praticamente sozinho, o responsável pela sua disseminação no Oriente. O que Tomé disseminou, contudo, não foi o cristianismo paulino. O que pregou foi uma forma de ensinamento nazareno, como o que teríamos podido esperar de Tiago e da hierarquia nazarena de Jerusalém.

Mas quem era exatamente Tomé? Sabemos que Simão Pedro e seu irmão André, bem como os dois filhos de Zebedeu, eram pescadores da Galiléia. Temos alguma informação sobre a origem de vários outros discípulos. Sobre Tomé, no entanto, nada nos é dito. E a questão torna-se ainda mais pertinente porque "Tomé" não é de maneira alguma um nome. Assim como "Pedro" era o apelido de um pescador, significando "semelhante a pedra" ou "pétreo", assim também "Tomé" era uma alcunha, sendo pura e simplesmente a palavra hebraica para "gêmeo".

Na versão do rei Jaime do Evangelho de João, à primeira vista parece haver uma pequena elucidação. O discípulo é mencionado aí como "Tomé Dídimo" ou "Tomé chamado Dídimo". Na verdade, contudo, isso só obscurece ainda mais a questão - pois a palavra grega *dídymos* também significa "gêmeo". * Traduzindo "Tomé Dídimo" chegamos à redundância "Gêmeo Gêmeo". "Tomé chamado Dídimo" fica ainda mais grotesco: "Gêmeo chamado Gêmeo". Traduções mais recentes, que falam de "Tomé chamado o Gêmeo", tampouco são mais esclarecedoras e novamente nos põem diante de um

disparate: "o Gêmeo chamado o Gêmeo".

Que estaria sendo escondido aqui de maneira tão desajeitada? Qual era o verdadeiro nome de Tomé? E de quem ele era gêmeo?

Estas perguntas são parcialmente respondidas, de maneira bastante explícita, pelo Evangelho apócrifo de Tomé, obra muito antiga, que remonta provavelmente ao final do século I. Aqui, Tomé é identificado como "Judas Tomé", cuja tradução é "Judas, o Gêmeo". Em outro texto apócrifo ligeiramente posterior, os Atos de Tomé, a questão é ainda mais esclarecida. Aqui também Tomé é especificamente chamado de J udas T omé. E quando Jesus aparece para um jovem: "... ele viu o Senhor Jesus à imagem do Apóstolo Judas Tomé... O Senhor lhe disse: 'Não sou Judas, que é também Tomé, sou o irmão dele.'"

O Testemunho Apócrifo

Estudiosos contemporâneos da Bíblia admitem que as igrejas que se desenvolveram na Síria, na Ásia Menor e no Egito representavam uma forma de "cristianismo" não menos válida que a de Roma, por mais que dela diferissem.

Na verdade, pode-se afirmar que as igrejas desses lugares eram herdeiras de uma tradição "mais pura" que a de Roma, porque não diluída ou distorcida pelo pensamento paulino; ela estava mais próxima do que o próprio Jesus, Tiago e a hierarquia nazarena original teriam propagado. Não há dúvida de que a Igreja do Egito, para tomar apenas um exemplo, possuía textos pelo menos tão antigos e fidedignos quanto os que integram o Novo Testamento canônico - textos que os compiladores do Novo Testamento excluíram deliberadamente. Este ponto é sublinhado pelo professor Helmut Koester, da Escola de Teologia da Universidade de Harvard, que afirma: "... no vasto tesouro da literatura evangélica não canônica há pelo menos alguns escritos que não encontraram o lugar que lhes era de direito na história de seu gênero literário." Entre esses escritos, o professor Koester cita especificamente o Evangelho de Tomé. Quando entrevistado na série televisada *Jesus: the Evidence*, Koester foi bastante categórico em suas declarações. Com base nos dados mais recentes, haveria muito pouca dúvida de que Judas Tomé era de fato irmão de Jesus - o irmão mencionado nos Evangelhos como Judas.

Se Judas Tomé, ou "Judas, o Gêmeo", fosse de fato irmão gêmeo de Jesus, qual teria sido sua posição entre seus contemporâneos? Nos Atos de Tomé, há a seguinte citação: "Irmão gêmeo de Cristo, apóstolo do Altíssimo e confrade iniciado no mundo oculto de Cristo, que recebe suas confidências..." E novamente, de maneira ainda mais explícita, numa invocação ao Espírito Santo (o qual, muito significativamente, é feminino): "Vinde, Espírito Santo... Santa Pomba que concebestes os meninos gêmeos. Vinde, Mãe secreta..."

Num fragmento de outro escrito apócrifo, Jesus, aproximando-se de Simão Pedro e Judas Tomé, fala-lhes "na língua hebraica". Parece haver uma confusão, talvez deliberada, na tradução do texto original cóptico, mas, ao que tudo indica, o que Jesus diz é: "Saudações, meu venerável guardião Pedro. Saudações, Tomé [Gêmeo], meu segundo messias."

A partir de referências como estas, a figura de Judas Tomé emerge não só como Judas, o irmão gêmeo de Jesus. Emerge também como um messias reconhecido por direito próprio.

O Culto aos Gêmeos

A idéia de que Jesus teve um irmão gêmeo foi uma das mais persistentes e tenazes "heresias" antigas. Aliás, jamais desapareceu por completo, apesar das repetidas tentativas feitas para extirpá-la. Durante o Renascimento, por exemplo, ela veio à tona várias vezes, ainda que de forma um tanto confusa. É notória em certas obras de Leonardo da Vinci, especialmente a *Última ceia*.⁹ O tema reaparece em pintores posteriores, entre os quais Poussin. Ocupa também lugar de relevo nos nossos dias, na obra

de Michel Tournier, uma das vozes mais respeitadas da cultura francesa contemporânea e provavelmente o mais importante romancista que a França produziu depois de Proust. Finalmente, na decoração encomendada por Bérenger Sauniere para a igreja de Rennes-le-Château, Maria e José aparecem, um de cada lado do altar, ambos segurando o Menino Jesus.

Para a maioria dos cristãos da atualidade, é claro, e até para a maioria dos agnósticos da atualidade, a idéia de que Jesus tinha um irmão gêmeo parecerá, na melhor das hipóteses, forçada; na pior, blasfema. Mas é importante, é realmente vital, ter em mente um fato decisivo. Os textos em que Judas Tomé aparece como gêmeo de Jesus foram, em certa época, amplamente usados por congregações cristãs não só no Egito e na Síria mas também, como veremos, em lugares tão distantes quanto a Espanha e, ao que tudo indica, a Irlanda. Eles eram aceitos como livros das Escrituras, tão legítimos quanto os Evangelhos canônicos do Novo Testamento ou os Atos dos Apóstolos. Isso só pode significar, que, nessa época, a *idéia de um gêmeo parecia perfeitamente aceitável por cristãos devotos*. Em suma, houve homens e mulheres piedosos que não apenas não viam nesse fato uma blasfêmia como o tomavam como parte integrante de sua crença - tão integrante quanto, digamos, o papel de Pedro na Igreja de Roma.

A esta altura, vale a pena fazer uma breve digressão por um território puramente especulativo - território que não fornecerá nenhuma prova, num sentido ou noutro, mas que permite pelo menos uma consideração superficial. No mundo antigo, os processos da procriação humana não eram compreendidos à nossa maneira atual. Em muitos aspectos, a compreensão que os antigos tinham deles era menor que a nossa. É duvidoso, por exemplo, que os fatores biológicos envolvidos no nascimento de gêmeos fossem inteiramente ou mesmo corretamente apreciados. Por esta simples e óbvia razão, o nascimento de gêmeos, especialmente de gêmeos idênticos, devia parecer aos antigos algo de miraculoso - um fenômeno que atestaria uma intervenção divina. O tema dos irmãos gêmeos é, entre todos os motivos culturais/religiosos, dos mais antigos e dos que mais encontram eco. Desde os primórdios da história registrada, o mundo mediterrâneo, em particular, criara o culto a Dioscuros, os gêmeos divinos. Sob os nomes de Castor e Pólux, esses gêmeos desempenharam papel de extrema importância na elaboração e evolução do pensamento mítico grego. Rômulo e Remo foram venerados como o par que propiciou a fundação de Roma. Por sua própria natureza, o nascimento de gêmeos era visto como um evento com dimensão mítica, que ligava o homem a algumas das suas mais antigas e vigorosas concepções míticas e finalmente aos seus deuses. Embora esses gêmeos, como vimos, fossem freqüentemente arquiinimigos, isso não era fatal. Muitas vezes se completavam pacificamente um ao outro para formar uma só unidade.

Assim, por exemplo, Édessa, hoje Urfa, na Turquia, há muito tempo era um centro do culto aos gêmeos, adorando o par sob os nomes de Momim e Aziz. Esse par foi suplantado por Jesus e Judas Tomé, e Édessa tornou-se um centro do novo culto dos messias gêmeos. Foi em Édessa, segundo se acredita, que os Atos de Tomé foram escritos. Foi também ali que a igreja mais antiga de que se tem notícia foi erguida, para ser depois destruída em 201 d.C. E há indícios convincentes de que Judas Tomé visitou a cidade em pessoa, levando seus ensinamentos diretamente a Abgar, o rei então no poder. .

Os judeus do tempo de Jesus esperavam ansiosamente pelo advento do messias - e, no caso de muitos deles, pelo advento de dois messias. Como o messiado era considerado de natureza dinástica, algo que dependia em parte de uma linhagem, a atenção das pessoas, como observamos antes, devia estar focalizada numa rede relativamente pequena de famílias interligadas que podiam se proclamar descendentes tanto de Davi quanto de Aarão. Se um par de gêmeos nascesse numa dessas famílias, não teria isso parecido muito significativo - um sinal divino, um presságio, uma confirmação das expectativas? Um messias real e um messias sacerdotal, ambos nascidos simultaneamente na mesma família - não teria isso parecido um eloqüente testemunho da benevolência de Deus?

Os Descendentes da Família de Jesus

Em *O santo graal* e a *linhagem sagrada*, falamos detidamente sobre a probabilidade de uma descendência direta de Jesus. Poderia também ter havido uma descendência da família de Jesus? Fontes confiáveis admitem que de fato houve. Assim, por exemplo, o historiador Júlio Africano, que viveu entre 160 e 240 d. C. e manteve estreitas relações com a casa real de Édessa, escreve:

Herodes, que não tinha uma gota de sangue israelita em suas veias e era atormentado pela consciência de sua baixa origem, queimou os registros das famílias deles... Algumas pessoas cuidadosas tinham seus próprios registros privados, tendo recordado os nomes ou conseguido recuperá-los a partir de cópias, e se orgulhavam de preservar a memória da sua origem aristocrática. Entre elas está a gente (...) conhecida como *Desposyni* [i.e., o Povo do Mestre] por causa de seu parentesco com a família do salvador.

Dois eventos muito diversos, separados por setenta anos, parecem ter sido confundidos ou condensados nesta passagem. Por um lado, havia provavelmente a própria genealogia aristocrática e real de Jesus, que, como já discutimos, Herodes, sendo um usurpador, considerava uma ameaça à sua legitimidade. Entre outras coisas, isso teria gerado a tradição do massacre dos inocentes perpetrado por Herodes. Por outro lado, afirma-se que a queima de registros genealógicos a que Júlio Africano se refere foi cometida não por Herodes, mas pelos romanos, após a revolta de 66 d.C. Mais ou menos como Herodes, eles deviam se sentir ameaçados pela sobrevivência de uma linhagem real legítima, em torno da qual os judeus rebeldes poderiam se unir.

Segundo ele mesmo declara, Paulo fora casado e, na época de sua conversão, era viúvo. O certo é que não havia nenhuma proibição ao casamento e à paternidade, nem no círculo mais próximo de Jesus nem na chamada "Igreja primitiva". Segundo Clemente de Alexandria, o discípulo Filipe e Simão Pedro casaram-se e geraram filhos. Por fim, na Epístola as Coríntios, Paulo parece indicar claramente que os próprios irmãos de Jesus eram casados: "Não temos todo direito a comer e a beber? E direito a ter uma mulher cristã ao nosso lado, como todos os demais apóstolos e os irmãos do Senhor...?"

Embora não haja menção específica a um descendente de Tiago, ele é repetidamente qualificado de fervoroso seguidor da lei, e um dos ditames da lei era casar, frutificar e multiplicar. Embora não haja referência a filhos de Tiago nos documentos que se preservaram, é certamente razoável supor que ele os teve. No caso de Judas - ou Judas Tomé - , há a confirmação de uma linhagem. Como notamos antes, a hierarquia nazarena foi comandada no início do século II por dois irmãos, Tiago e Judas, que são identificados especificamente como netos do irmão de Jesus. Segundo Eusébio, que por sua vez cita uma autoridade ainda mais antiga:

(...) ainda sobreviviam, da família do Senhor, os netos de Judas, que era tido na conta de Seu irmão, humanamente falando. Estes foram delatados como sendo da linhagem de Davi e levados (...) perante Domiciano César... Domiciano perguntou-lhes se eram descendentes de Davi e eles o admitiram. . .

Eusébio conta que os *Desposyni* - os descendentes da família de Jesus e possivelmente do próprio Jesus - sobreviveram e vieram a se tornar chefes de várias igrejas cristãs, nos termos, ao que parece, de uma sucessão dinástica rigorosa. Eusébio segue suas pegadas até o tempo do imperador Trajano, 98-117 d.C. Um especialista católico atual narra uma história que os traz até o século IV - o tempo de Constantino. Em 318 d.C., o então bispo de Roma (hoje conhecido como papa Silvestre) teria encontrado pessoalmente oito líderes *Desposyni* - cada um dos quais na chefia de uma ramificação da Igreja no palácio de Latrão. Conta-se que teriam pedido: (1) que fosse revogada a confirmação dos bispos cristãos de Jerusalém, Antioquia, Éfeso e Alexandria; (2) que esses bispados fossem conferidos aos *Desposyni*; e (3) que as igrejas cristãs "voltassem" a enviar dinheiro para a Igreja

Desposyni em Jerusalém, que deveria ser considerada a Igreja-Mãe definitiva.

Como não é de espantar, o bispo de Roma se negou a atender esses pedidos, afirmando que a Igreja-Mãe era agora Roma e que Roma tinha autoridade para designar seus próprios bispos. Consta que este foi o último contato entre os nazarenos judaico-cristãos e a ortodoxia que se consolidava com base no pensamento paulino. Dali em diante, segundo a crença geral, a tradição nazarena teria desaparecido. A verdade, porém, é bem outra.

8

A SOBREVIVÊNCIA DO ENSINAMENTO NAZARENO

Depois da revolta de 66 d.C. e da queda de Massada, oito anos depois, o movimento messiânico de orientação política encarnado por Jesus, seus irmãos e seguidores imediatos foi seriamente desarticulado. Mas, embora tivesse realmente perdido seu ímpeto, ainda conseguia congregar adeptos em número suficiente para gerar distúrbios importantes na Terra Santa. Assim, entre 132 e 135 d.C., a Palestina novamente se sublevou. O líder dessa insurreição foi um homem chamado Simeão bar Kokhba. Há indícios de que era descendente de Judas da Galiléia, líder dos zelotes um século e um quarto antes, e dos zelotes que haviam comandado a tomada de Massada e a resistência ao cerco que se seguiu. O dr. Robert Eisenman, que já citamos antes, acredita na existência de um parentesco próximo entre a família de Simeão e os descendentes de Jesus - se é que não eram de fato uma só família. Mais uma vez o princípio da sucessão dinástica é digno de nota.

Quando deu início à sua rebelião, Simeão procurou apoio junto aos agora bem-estabelecidos "cristãos" paulinos. Isso nada tem de surpreendente. Como já sugerimos, Tiago, o irmão de Jesus, e os outros membros da hierarquia nazarena em Jerusalém pareciam ver sua evangelização como uma forma de recrutamento - um instrumento para a criação de um exército da nação de Israel. Era perfeitamente natural que Simeão bar Kokhba esperasse que os adeptos de um messias anterior - o legítimo rei empenhado em libertar seu país do jugo romano - o ajudassem nessa empreitada. Mas os "cristãos" paulinos, a essa altura, já tinham desenvolvido sua própria doutrina, em torno de um messias não político, inteiramente espiritual. Irado com o que lhe deve ter parecido uma monstruosa traição, ou uma demonstração de desprezível covardia, Simeão se voltou contra eles e os perseguiu como traidores.

A revolta de Simeão, como aquela que a precedera 66 anos antes, foi implacavelmente esmagada, mas não antes que a Terra Santa fosse mais uma vez devastada. Mais uma vez não sobrou pedra sobre pedra em Jerusalém. Quando ela foi reconstruída, os judeus foram proibidos de lá voltar ou de estabelecer residência em seus limites. Os sobreviventes do exército de Simeão fugiram, alguns para o norte, rumo à Síria e à Mesopotâmia, outros para o sul, rumo ao Egito. E seria nesses locais que a tradição nazarena iria continuar.

No início da revolta de Simeão, os adeptos da antiga hierarquia nazarena devem ter se visto sob crescente pressão em três frentes. Aos olhos de Roma eles eram, é claro, bandidos rebeldes, a ser perseguidos, intimidados e implacavelmente eliminados. Por essa época, tinham começado a despertar animosidade também entre judeus. Embora a velha corporação sacerdotal saducéia do tempo de Jesus e de Herodes tivesse desaparecido, uma nova forma de judaísmo, orientada para o ensinamento rabínico, começava a tomar corpo. Esse judaísmo rabínico, o precursor do judaísmo na sua forma moderna, havia, em sua desilusão, repudiado o movimento messiânico, repudiado os projetos políticos ambiciosos e - para assegurar a própria sobrevivência - entrincheirara-se atrás do cultivo do saber, da erudição e da observância do ritual. Para o judaísmo rabínico, a atividade militante representava mais que mero inconveniente. Era também uma ameaça, que podia "virar o barco" e provocar a ira romana e outra desastrosa retaliação. Os "cristãos" paulinos adotavam atitude semelhante. Também eles estavam empenhados na própria sobrevivência e, para assegurá-la, em

apaziguar Roma. Também eles julgavam que a atividade política e militar tinha de ser escrupulosamente evitada. Além disso, tinham agora suas próprias doutrinas sobre quem fora Jesus e o significado do termo "messias". Não estavam dispostos a ver essas doutrinas abaladas, nem sequer por descendentes de Jesus ou de sua família.

O resultado é que os seguidores da antiga hierarquia nazarena de Jesus e seus irmãos - se viram espremidos entre diversas facções e cada vez mais relegados pela história ocidental registrada. Tratou-se, de fato, de uma espécie de "exílio da história". Embora tivessem anteriormente representado o verdadeiro repositório do judaísmo, e embora fornecessem ao cristianismo o verdadeiro foco de seu culto, eram agora repudiados tanto por judeus quanto por cristãos. Sua própria definição do messias lhes fora roubada e distorcida, tomando-se alguma coisa radicalmente diferente. Esta é talvez uma das mais cruéis ironias na evolução e no desenvolvimento de qualquer das grandes religiões.

No século II, o pensamento nazareno já era rotulado como uma forma de heresia. Na verdade, é assim que muitos "cristãos" o veriam hoje. Mas: a própria palavra "heresia" é com freqüência mal empregada e deve ser restaurada na sua perspectiva correta. Entre os fiéis de hoje, existe a crença geral de que existiu certa vez uma forma "pura" de cristianismo, pregada por Paulo, da qual ocorreram posteriormente vários "desvios" - isto é, "heresias". De fato, nada poderia estar mais longe da verdade. Se heresias há, a primeira verdadeira "heresia" foi a de Paulo. A pregação de Paulo e o pensamento paulino constituíram o "desvio", ao passo que a tradição nazarena - que Paulo desafiou e o pensamento paulino suplantou - foi a coisa mais próxima de um cristianismo "puro" que jamais existiu. Mas o pensamento paulino, desde que consolidou sua própria posição, tornou-se automaticamente a "ortodoxia estabelecida" e a partir desse momento tudo que colidia com ele passou a ser considerado, por definição, uma "heresia". O absurdo de aplicar esse rótulo ao pensamento nazareno - absurdo comparável a chamar Marx de "marxista herético" ou Freud de "freudiano herético" - foi convenientemente negligenciado.

Embora repudiados, condenados e perseguidos, os ensinamentos nazarenos continuaram vivos, por muito mais tempo do que em geral se supõe. Durante os séculos seguintes, esses ensinamentos voltaram à tona sob uma desnordeante variedade de nomes. Autores mais antigos freqüentemente empregavam o termo ebionitas. Vários estudiosos atuais os chamam de zadoquitas, nome que periodicamente aparece nos próprios ensinamentos. Outros pesquisadores usam a designação judaico-cristãos, que na verdade é equívoca, enganosa e contraditória. Com base no papel evangelizador de Judas Tomé, o dr. Herman Koester fala de uma tradição tomasina, em contraste com a tradição paulina do que hoje chamamos de cristianismo. Houve também, é claro, acréscimos, desenvolvimentos e modificações, bem como amálgamas posteriores com outras doutrinas, e tudo isso gerou uma pletora de nomes: gnósticos, maniqueus, sabeítas, mandeanos, nestorianos, elcesaítas. Para os nossos objetivos, e para efeito de maior simplicidade, será mais fácil conservar o termo "nazareno". No entanto, em vez de implicar como antes um corpo específico de indivíduos, ele passará a denotar um modo de pensar e uma orientação em face de Jesus e de seus ensinamentos derivada, em última análise, da posição nazarena original, tal como articulada pelo próprio Jesus e depois propagada por Tiago, Judas ou Judas Tomé e seu círculo imediato. Essa orientação pode ser caracterizada por certas atitudes básicas, entre as quais se destacam: (1) a fidelidade permanente e estrita aos preceitos da lei judaica; (2) o reconhecimento de Jesus como messias no sentido judaico original da palavra; (3) o repúdio à Imaculada Conceição de Maria e a insistência em que Jesus teria sido gerado por processos naturais, sem nenhuma intervenção divina; e (4) a hostilidade combativa a Paulo e à estrutura do pensamento paulino. Ali onde estas atitudes aparecem juntas, podemos discernir vestígios da posição nazarena original - a posição do próprio Jesus, de Tiago, Judas e a hierarquia de Jerusalém.

Assim Justino, o Mártir, escrevendo por volta de 150 d.C., fala daqueles que vêem Jesus como tendo

sido o messias mas, ao mesmo tempo, também um homem. Eles seguem a lei judaica em matérias como a circuncisão, a observância do sabá e as restrições alimentares. E são evitados pelos cristãos gentios, isto é, paulinos.

Cerca de meio século mais tarde, Irineu, bispo de Lyon, desfechou seu violento e dogmático ataque às heresias reinantes na época: *Adversus haereses*. Irineu era o porta-voz da ortodoxia que se consolidava, e sua rotulação das heresias, bem como sua seleção de obras canônicas, deixariam uma marca indelével na Igreja de Roma. Em seu *opus*, Irineu fulmina um grupo que chama de os "ebionitas" - termo que os escritores dos textos de Qumran usaram para se qualificar a si mesmos e que pode ser traduzido simplesmente por "os pobres". Segundo Irineu, os ebionitas insistiam em que Jesus fora homem, não Deus, e que não nascera de uma virgem. Sustentavam que ele só se tornara o messias por ocasião do seu batismo - isto é, a sua unção ou coroação. Usavam apenas o Evangelho de Mateus e, como o próprio Jesus, e também como os essênios ou zadoquitas de dois séculos antes, faziam interpretações a partir dos livros proféticos do Antigo Testamento. Cumpriam escrupulosamente a lei judaica. Rejeitavam as epístolas paulinas e "o apóstolo Paulo, a quem chamam de apóstata da Lei".

Um século mais tarde, no tempo de Constantino, o ensinamento nazareno ainda florescia e era disseminado. Como já observamos, conta-se que o bispo de Roma teve, em 318 d.C., um encontro com líderes nazarenos ou *Desposyni*, descendentes diretos da família de Jesus. Ao mesmo tempo, o historiador cristão Eusébio acusava os nazarenos (a quem, como Irineu, chamava de ebionitas) de hereges. Segundo Eusébio, eles sustentavam que "... as epístolas do Apóstolo [Paulo] deviam ser inteiramente rejeitadas, chamando-o de desertor da lei; e usando apenas o 'Evangelho dos hebreus', tratavam o resto com desrespeito".

Passados mais cem anos, no final do século IV ou início do século V, outro escritor da Igreja, Epifânio, lançou novo ataque ao que chamava de heresias. Usa os termos "ebionita" e "nazareno" como equivalentes. Como Irineu, Epifânio condena os ebionitas ou nazarenos por negarem a Imaculada Conceição, ensinarem que Jesus era um homem nascido de homens, declararem que ele só se tornara messias em virtude do seu batismo e usarem versões alternativas do Ato dos Apóstolos. Eles "não se envergonham", escreve Epifânio com indignação, de denunciar Paulo, que acreditam ser *pseudapostolorum* - um "falso apóstolo".

Num texto nazareno, Paulo é chamado "o inimigo". O texto afirma insistentemente que o legítimo herdeiro de Jesus era seu irmão Tiago, e faz um enorme esforço para demonstrar que Simão Pedro nunca se "desviara" de fato para o pensamento paulino. Atribui-se aí a Simão Pedro uma advertência contra qualquer autoridade fora da hierarquia nazarena: "Portanto mantenhais a maior cautela e não acrediteis em nenhum mestre, a menos que ele traga de Jerusalém a recomendação de Tiago, o irmão do Senhor..."

Na década de 1960, o professor Schlomo Pines, um medievalista, encontrou, numa coleção de manuscritos árabes datados do século X e conservados numa biblioteca de Istambul, várias citações literais, longas e detalhadas, de um texto anterior, do século V ou VI, que o escritor árabe atribui a "*al-nasara*" - os nazarenos. Acredita-se que o texto anterior fora escrito originalmente em siríaco e encontrado num mosteiro cristão no Cusistão, no sudoeste do Irã, perto da fronteira com o Iraque. Ele parece refletir uma tradição que remontaria, sem nenhuma ruptura, à hierarquia nazarena original fugida de Jerusalém imediatamente antes da revolta de 66 d.C. Mais uma vez, afirma-se que Jesus é homem e rejeita-se qualquer sugestão de sua divindade. A importância da lei judaica é de novo enfatizada. Paulo é criticado e seus seguidores acusados de "ter abandonado a religião de Cristo e abraçado as doutrinas religiosas dos romanos". Os Evangelhos são repudiados como relatos de segunda mão pouco confiáveis, que contêm apenas "muito pouco dos ditos e preceitos de Cristo e de informações a seu respeito". Mas isso não é tudo. O documento árabe do século X chega a afirmar que a seita que produziu o texto nazareno ainda existia, sendo considerada uma elite entre os cristãos. Um dos principais repositórios da tradição nazarena foi a "heresia" hoje conhecida como cristianismo

nestoriano. Ela tomou esse nome de Nestório, que em 428 foi designado patriarca de Constantinopla. Como mais recentemente o bispo de Durham, Nestório não perdeu tempo em explicitar sua posição. No mesmo ano em que assumiu seu posto, declarou sem rodeios: "Ninguém deve chamar Maria de mãe de Deus. Pois Maria foi apenas humana. " Como seria de esperar, isso provocou um escândalo imediato. Três anos depois, Nestório foi condenado e excomungado. A carta que lhe comunicava a sentença pronunciada contra ele trazia o seguinte cabeçalho: "Do Santo Sínodo para Nestório, o novo judeu".

Em 435, Nestório foi para o deserto egípcio, exilado, mas sua influência não diminuiu. A Igreja persa adotou uma orientação nestoriana. E quando, em 451, Nestório foi oficialmente declarado herege, a Igreja egípcia, embora não concordando com ele, se recusou a aceitar o decreto. Separou-se também da ortodoxia romana e acabou por se amalgamar com a Igreja copta. Enquanto isso, o pensamento de Nestório não só sobrevivia em outro lugar, como mostrava espantoso vigor. O século XX ainda o encontrou ativo, mantendo uma escola teológica em Nisibis, no norte da Mesopotâmia. Mais recentemente, o patriarca oficial e muitos dos seus adeptos emigraram para San Francisco, na Califórnia, onde a Igreja nestoriana existe hoje.

Mas a Igreja nestoriana não foi o único veículo que permitiu ao pensamento nazareno sobreviver até uma época posterior; houve também outros. Nas fontes do Prieuré de Sion, encontramos sugestões de que alguns de seus membros mais antigos, e de sua ramificação, a Ordem dos Templários, tinham estabelecido contato com certas seitas essênias/zadoquitas/nazarenas que ainda existiam no tempo das Cruzadas, mais de mil anos depois da época de Jesus. Como essas sugestões, embora plausíveis, não eram corroboradas por nenhuma prova sólida, inicialmente relutamos em lhes dar crédito. Parecia ser impossível chegar a confirmá-las definitivamente.

Pouco depois da publicação de *O santo araal e a linhaaem saarada*, no entanto, recebemos uma carta do dr. Hugh Schonfield, autor de *The Passo ver Plot* e de vários outros trabalhos importantes sobre as origens do cristianismo. Numa série de encontros que em seguida tivemos com ele, o dr. Schonfield nos relatou algo realmente surpreendente. Algum tempo antes, ele havia descoberto um sistema de criptografia - ao qual chamava "código Atbash" - que fora usado para disfarçar certos nomes em textos essênios/zadoquitas/nazarenos. Esse sistema de codificação figurava, por exemplo, em alguns dos manuscritos encontrados em Qumran.

Em *O santo graal e a linhagem sagrada*, o dr. Schonfield explica com detalhes precisos como o código Atbash era utilizado. Em seu livro mais recente, *The Essene Odyssey*, ele descreve como, após ler nosso livro em 1982, ficou intrigado com o princípio misterioso que era supostamente cultuado pelos Templários sob o nome de "Baphomet". Aplicando os princípios criptográficos a "Baphomet", o dr. Schonfiel conseguiu facilmente decodificar a palavra enigmática como "sophia" - o termo grego para "sabedoria".

Isso dificilmente podia ser atribuído a uma mera coincidência. Ao contrário, provava de maneira indubitável que os Templários conheciam o código Atbash e o empregavam em seus próprios ritos obscuros e heterodoxos. Mas como teriam podido os Templários, em ação no início do século XII, ter adquirido tal familiaridade com um sistema criptográfico que datava de mil anos antes e cujos usuários tinham aparentemente desaparecido havia muito do palco da história? Só há uma explicação realmente plausível. Parece óbvio que pelo menos alguns desses usuários não haviam desaparecido em absoluto e ainda existiam no tempo das Cruzadas. E parece igualmente óbvio que os Templários tinham estabelecido contato com eles. A partir do uso do código Atbash pelos Templários, torna-se provável que alguma forma de seita nazarena ou neonazarena tenha sobrevivido no Oriente Médio até o século XII, o que teria permitido que seus ensinamentos chegassem ao Ocidente.

Os Nazarenos do Egito

Até agora, seguimos as pegadas da migração e da sobrevivência do pensamento nazareno na direção

nordeste, da Terra Santa até a Síria, a Ásia Menor, a Turquia, partes do sul da Rússia e do subcontinente indiano - regiões que tanto a tradição como o dr. Koester acreditam terem sido evangelizadas por Judas Tomé, o irmão gêmeo de Jesus. Mas essas regiões - em sua maior parte isoladas da corrente central das idéias ocidentais - não foram o único refúgio do pensamento nazareno. Este foi transmitido também na direção sudoeste, até o Egito e ao longo da África do Norte, onde entrou em contato muito mais direto com a ortodoxia romana em consolidação - e, apesar das tentativas feitas por Roma para sufocá-lo, exerceu uma influência mais clara na evolução do cristianismo na Europa ocidental.

Desde os tempos do Antigo Testamento tinha havido um constante comércio, tanto de mercadorias como de idéias, entre a Palestina e o Egito. Na época de Jesus, Alexandria era a cidade mais eclética, ecumênica e tolerante de todo o Império Romano - a mais importante encruzilhada das rotas comerciais mediterrâneas e, como tal, uma espécie de carteira de compensação central não somente de bens mas também de modos de pensar. Mistérios originários do antigo Egito coabitavam cordialmente com mistérios gregos, com a filosofia helenística, com ensinamentos religiosos oriundos da Palestina e da Síria, com miscelâneas de tradição zoroástrica e mitraísta, e com seitas e cultos de todos os quadrantes do Mediterrâneo, e até com derivações do hinduísmo e do budismo, importadas da longínqua Índia. A grande biblioteca de Alexandria, a mais afamada e completa do mundo conhecido, por si só fazia da cidade um centro de estudos.

Não surpreende que Alexandria constituísse um porto natural para judeus vindos da Terra Santa - seja por razões comerciais, nos períodos de estabilidade, seja como um refúgio, em tempos de perturbação e guerra. Na verdade, estima-se que nada menos que um terço da população de Alexandria no século I era judaica. Segundo os Evangelhos, Jesus e sua família, ao fugirem da perseguição de Herodes, procuraram segurança no Egito, onde certamente não lhes deve ter faltado o apoio solidário de companheiros de crença. De fato, Fílon fala de uma seita ou enclave judaico - à qual dá o nome de *Therapeutae* cujas atitudes e práticas são idênticas às dos essênios ou zadoquitas na Terra Santa, ou seja, idênticas às dos seguidores subseqüentes de Jesus. Relata-se ainda que, após as duas grandes revoltas ocorridas na Palestina - a de 66-74 e a de 132-135 -, números consideráveis de militantes judeus derrotados fugiram para Alexandria.

Se Judas Tomé não viajou pessoalmente até o Egito, o ensinamento nazareno, tal como ele o propagava na Síria, sem dúvida chegou até lá. Foi no Egito que o Evangelho de Tomé foi encontrado pela primeira vez - juntamente com o tesouro de outros documentos gnóstico-tomasinos ou nazarenos, no *corpus* dos manuscritos de Nag Hammadi. O pensamento nazareno deixou uma marca indelével no desenvolvimento do cristianismo egípcio. Mesmo um doutor da Igreja tão rêspeitado como Clemente de Alexandria estava de fato, sob muitos aspectos, mais próximo da doutrina nazarena do que da ortodoxia paulina de Roma. As chamadas "heresias" que, na Síria e em terras mais a nordeste, serviram de repositórios para o pensamento nazareno, também existiram no Egito. Outras "heresias" - a de Ário, que via Jesus como homem, não como Deus, por exemplo - surgiram lá mesmo e também refletiam a influência nazarena.

No século V, a ortodoxia paulina de Roma ainda lutava para impor sua hegemonia no Egito. A grande biblioteca de Alexandria foi incendiada por "cristãos" em 411 d. C. Hipácia, mulher que foi o último grande expoente da filosofia neoplatônica, foi lapidada quando voltava de uma conferência na biblioteca - novamente por "cristãos" - em 415 d.C. Nada disso, porém, eliminou o caráter heterodoxo do cristianismo egípcio. Em 435, como já mencionamos, Nestório foi destituído de seu cargo em Constantinopla e degredado no deserto egípcio. Por fim, em 451, a Igreja egípcia se recusou a aceitar a crescente autoridade de Roma.

Em última análise, contudo, o efeito mais duradouro do cristianismo egípcio foi menos a mera perpetuação do pensamento nazareno do que seu desenvolvimento num sistema administrativo apto a salvaguardar e transmitir esse pensamento. Esse sistema foi o monasticismo. Se Roma, durante o tempo de Constantino, começou a assumir as características do antigo sacerdócio saduceu do tempo

de Herodes, o cristianismo egípcio fora dos centros urbanos foi-se aproximando cada vez mais do tipo de estrutura que os zadoquitas ou essênios adotavam no tempo de Jesus. Parece claro que o sistema monástico egípcio, com sua rede de comunidades espalhadas no deserto, era estritamente modelado segundo protótipos como Qumran.

A primeira comunidade no estilo Qumran foi implantada no deserto por Pacômio por volta de 320 - precisamente a época em que a ortodoxia paulina de Roma obtinha de Constantino sua sanção formal. O mosteiro de Pacômio logo se multiplicou. Quando ele morreu, em 346, vários milhares de monges já se espalhavam pelo deserto egípcio, e os princípios que norteavam o sistema monástico começavam a se propagar para outras regiões. Talvez a figura mais célebre do monasticismo egípcio seja santo Antônio. É significativo que tanto Pacômio como Antônio tenham evitado a ordenação sacerdotal. O xis da questão é que o sistema monástico não era apenas uma ocorrência espontânea. Representava uma forma de oposição às estruturas rigidamente hierarquizadas de Roma.

É sem dúvida verdade que Alexandria teve alguns bispos paulinos. Mas, apesar da superestrutura nominalmente romana, o verdadeiro comando do cristianismo egípcio opunha-se à hierarquia eclesiástica paulina e à administração de Roma e encontrava sua mais autêntica expressão no sistema monástico. De fato, os mosteiros passaram a representar um tipo de estrutura administrativa alternativa, que nada devia a Roma e com frequência se chocava frontalmente com ela. Tornaram-se repositórios de uma tradição paralela, muitas vezes especificamente nazarena.

Enquanto Roma aspirava com ambição crescente a um novo ideal imperial, os mosteiros egípcios se orgulhavam de preservar um registro muito mais puro, muito mais fidedigno, do próprio Jesus, sua família e seus ensinamentos. E enquanto a Igreja de Roma se organizava num complexo tabuleiro de xadrez de dioceses ou bispados, presididos por bispos e arcebispos, o sistema monástico no Egito permitia um desenvolvimento muito mais solto, muito mais flexível – bem como maior ênfase no conhecimento. Embora o abade de um mosteiro exercesse certa autoridade administrativa sobre seu rebanho, não estava afinal de contas acima deste "espiritualmente". Ao contrário do bispo ou do arcebispo, o abade não gozava de prerrogativas especiais que lhe teriam sido conferidas por Deus, nem detinha qualquer poder civil. Era eleito por seus confrades para uma finalidade puramente utilitária, continuando a ser, aos olhos de Deus, um humilde servo como os demais. O sistema monástico era essencialmente não hierárquico. E enquanto a hierarquia de Roma prescrevia os textos que deveriam compor o Novo Testamento canônico, os mosteiros do Egito incorporavam um corpo de ensinamentos muito mais diversificado, como atestam o Evangelho de Tomé e outros textos encontrados em Nag Hammadi.

A Heresia Espanhola de Prisciliano

A partir da Síria e do Egito, a tradição nazarena começou a se difundir para terras ainda mais longínquas. A maior parte do comércio mediterrâneo, tanto com a Gália quanto com a Espanha, estava sob o controle sírio. Navios zarpavam diariamente de Alexandria para a costa atlântica da Europa. Não surpreende, portanto, que vestígios substanciais do pensamento nazareno tenham encontrado seu caminho para essa costa. Quando o cristianismo paulino ali chegou, movendo-se por terra a partir de Roma, já os encontrou ali, consolidados.

Provavelmente, o personagem mais importante no desenvolvimento do cristianismo espanhol primitivo foi o mestre Prisciliano de Ávila, que viveu no final do século IV. De uma família da alta nobreza, Prisciliano permaneceu leigo, nunca recebendo a ordenação de Roma. Seu movimento, embora tenha começado no sul da Espanha, logo se difundiu pelo oeste e o norte, acabando por deitar suas mais tenazes raízes na Galiza, que se tomara sua sede. Instalado ali, na costa atlântica, no noroeste da Espanha, o movimento parece ter recebido um influxo constante de reforço e estímulo através das rotas de comércio marítimo procedentes do Egito e do Mediterrâneo oriental. Pouco a pouco, atravessou os Pireneus para se infiltrar na Gália e se tornou a forma de cristianismo dominante

na Aquitânia. Ao mesmo tempo, Prisciliano se empenhava ativamente em incorporar elementos de fora do domínio da Igreja romana. Assim, entre 381 e 384, um dos seus principais seguidores, uma mulher chamada Egéria, empreendeu uma viagem especial ao Oriente Médio. Estava em busca de textos não canônicos. Visitou Édessa, o centro do ensinamento tomasino. Fez uma extensa peregrinação pelas igrejas da Mesopotâmia que adotavam sua orientação nazarena e nestoriana. A importância deste fato não deve ser minimizada. Ele indica de que maneira uma forma de cristianismo completamente desviante em relação à ortodoxia paulina de Roma começou a se implantar na Europa ocidental.

Os ensinamentos do próprio Prisciliano se caracterizavam por uma marcante influência do pensamento nestoriano, com uma mistura de maniqueísmo gnóstico. Ao mesmo tempo, ele se inspirava fortemente num corpo de conhecimentos estritamente judaicos, entre os quais a numerologia e outras formas de cabalismo primitivo - que, como observamos anteriormente, estavam firmemente enraizados nas fontes essênias/zadoquitas/nazarenas. Ao que parece, Prisciliano pregava também a adesão a pelo menos certos preceitos da lei judaica. Em contraste com o cristianismo paulino, observava o sabá no sábado. Negava a Trindade. Ademais, recorria a um grande número de livros de orientação especificamente nazarena, entre os quais os Atos de Tomé. Como seus precursores no Egito, Síria e Ásia Menor, Prisciliano ensinava que Judas Tomé era irmão gêmeo de Jesus.

Em 386, Prisciliano e pelo menos cinco de seus discípulos foram os primeiros hereges a ser executados. A sentença foi cumprida em Trier, mas o corpo de Prisciliano foi levado de volta para a Espanha e queimado na Galiza. Ali, foi celebrado como mártir e seu túmulo se transformou num santuário, um sítio sagrado, centro de peregrinação. Pelo menos uma autoridade no assunto, o professor Henry Chadwick, de Oxford, afirma que o santuário de Santiago de Compostela é de fato o túmulo de Prisciliano.

Santiago de Compostela é um testemunho da força com que a tradição nazarena se implantou na Espanha. Como vimos, a Igreja paulina de Roma considerava Tiago, o irmão de Jesus, uma espécie de estorvo e, sempre que possível, procurava um meio de negá-lo, ou a seu papel. No Novo Testamento canônico, tudo que restou de Tiago foi o fragmento de uma carta. Afora isso, ele figura apenas brevemente, de passagem, nos Evangelhos, aparecendo nos Atos em segundo plano, como um personagem periférico. No entanto, Santiago de Compostela - a igreja de São Tiago, em Compostela - tornou-se, depois da própria Roma, o mais importante santuário e centro de peregrinação da cristandade na Idade Média. Foi de Santiago que partiu a "Reconquista" - a cruzada para reconquistar a Espanha dos mouros. Na verdade, Santiago gerou sua própria ordem militar de cavalaria, a Ordem de Santiago, nos moldes das ordens dos Templários e dos Hospitalários.

Segundo uma tradição espanhola do século VII, são Tiago teria realmente visitado a Espanha e ali pregado. Rezava ainda a tradição que seu corpo, após a sua morte, fora levado de Jerusalém para Santiago e ali enterrado. Ambas as afirmações, embora questionáveis, atestam a popularidade de que Tiago gozou no que é em geral considerado como uma esfera de influência puramente paulina. Santiago de Compostela pode ser legitimamente considerado um monumento à permanência do pensamento nazareno, em implícita oposição a Roma.

No início do século IX, ossos humanos foram exumados em Santiago. Na época, acreditava-se que eram de Tiago. Escavações recentes, feitas entre 1946 e 1959, revelaram vários túmulos dos séculos IV e V. As tumbas estavam voltadas para o leste, na direção de Jerusalém - a mesma direção em que os nazarenos se voltavam quando rezavam. Hoje se acredita que os túmulos são os dos primeiros cristãos espanhóis, construídos nas proximidades do mausoléu a algum santo reconhecido. Como dissemos, pelo menos uma autoridade moderna sustenta que o mausoléu em questão é o de Prisciliano, opinião amplamente compartilhada pela população local. Na verdade, diz-se que o célebre caminho de Santiago, a estrada de peregrinação que lá conduz, seria aquele pelo qual o corpo de Prisciliano foi trazido de volta de Trier, para ser queimado.

A Igreja Celta da Irlanda

Em última análise, a Espanha foi um degrau na transmissão e na conservação da tradição nazarena, que continuou sua migração rumo ao norte, bordejando o perímetro atlântico da autoridade da Igreja romana, até que, entre meados do século V e meados do século VII, encontrou sua mais plena expressão européia na Igreja celta da Irlanda.

Durante os dois primeiros séculos da era cristã, a Irlanda permaneceu praticamente isolada do resto da Europa. A geografia e a topografia asseguravam por si só a imunidade do país contra as invasões teutônicas - dos saxões, por exemplo, que iriam se alastrar pela Inglaterra, lançando Wotan e o panteão germânico contra um cristianismo ainda incipiente. Insulado pelo mar da Irlanda, o país permaneceu um refúgio, um porto. Durante o apogeu (ou nadir) da chamada "Idade das Trevas", a Irlanda se tornou o verdadeiro centro do saber de toda a Europa. Enquanto o continente, e até a Inglaterra, eram devastados por desordens e conflitos, a Irlanda se manteve como o bastião do conhecimento, da cultura, da civilização. Estudiosos afugentados por perturbações em outros países se congregaram lá. Grandes quantidades de manuscritos foram para lá levados, para serem salvaguardados e copiados. Com suas abrangentes bibliotecas, os mosteiros irlandeses atraíam estudiosos do mundo todo. Embora o trabalho missionário tivesse sem dúvida seu lugar, o saber detinha uma prioridade ainda maior. Cristãos convergiam para a Irlanda não para impor seu credo a outros, mas para mergulharem eles próprios nos ensinamentos do passado - e descobrir, no isolamento e na paz da ilha, sua própria comunhão interna com Deus, independentemente da hierarquia eclesiástica. Clérigos de todo o mundo cristão afluíam à Irlanda. O mesmo faziam membros de várias casas nobres e reais. Em meados do século VII, Dagoberto 11, uma das figuras centrais no mistério de Rennes-Le-Château, foi criado e educado no mosteiro de Slane, pouco ao norte do que é hoje Dublin.

Durante esse período, o contato com Roma era em geral difícil e tênue. Nunca esteve, porém, completamente interrompido, como por vezes afirmaram historiadores da religião do século XIX na tentativa de explicar o caráter heterodoxo da Igreja celta. Ao contrário, a orientação da Igreja celta era voluntária e deliberada, e não consequência do isolamento forçado e da ignorância. Mas Roma, separada da Irlanda por um continente em sublevação, tinha poucos meios para ali implementar seus decretos ou assegurar sua execução. A Irlanda permaneceu livre para absorver as idéias que lhe chegavam de todos os quadrantes do mundo conhecido, como as mercadorias que comprava. O comércio com a Irlanda se fazia exclusivamente por mar; e o tráfego marítimo a ligava não só à Inglaterra e à Gália, mas também à Espanha e à África do Norte, bem como ao Mediterrâneo oriental. Não se sabe quando o cristianismo foi introduzido na Irlanda nem, aliás, em qualquer das ilhas britânicas. Segundo o cronista Gildas, do século VI, havia "cristãos" na Inglaterra no tempo do imperador Tibério, que morreu em 37 d.C. Isto não pode ser verificado e a data parece um tanto precoce, mas, dado o constante tráfego marítimo, não é de todo impossível. Seja como for, uma ou outra forma de "cristianismo" deve ter chegado às ilhas britânicas alguns anos depois da data especificada por Gildas.

O historiador da Igreja Tertuliana deixa claro que, em 200 d.C., havia um tipo de comunidade cristã bem estabelecida nas ilhas britânicas - não só na Inglaterra romanizada, mas também em regiões "inabordáveis aos romanos". É pouco provável que esta expressão fosse uma referência à Escócia; quase certamente designava Gales e, muito possivelmente, a Irlanda. Seja como for, cerca de um século mais tarde, em 314, três bispos britânicos estavam presentes no Concílio de Arles, o que comprova a existência de algum tipo de congregação organizada. No Concílio de Arminium, 45 anos mais tarde, havia quatro bispos britânicos, um dos quais parece ter pago a própria viagem, o que indica certo grau de prosperidade. Nessa altura, também, afirmava-se que alguns dos apóstolos originais haviam trabalhado nas ilhas britânicas.

No início do século V o cristianismo certamente já se estabelecera na Irlanda. O mesmo ocorrera com

o pelagianismo, heresia que, entre outras coisas, contestava a doutrina do pecado original e creditava ao homem maior grau de livre arbítrio do que o reconhecido pela ortodoxia romana. Cerca de 431, Paládio tornou-se o primeiro bispo da Irlanda. Um ano mais tarde, sucedeu-lhe o monge nortúmbrio hoje conhecido como são Patrício. Paládio presidiu uma congregação já organizada, que provavelmente se espalhava pela costa sudeste da Irlanda. Acredita-se que o trabalho evangélico de Patrício se exerceu sobretudo no norte do país, ainda em grande parte pagão. Curiosamente, a atividade de Patrício parece ter sido instigada tanto por fervor religioso como por desilusão ou frustração pessoal. Seus superiores eclesiásticos o haviam considerado inapto para o sacerdócio.¹⁸ Teria isso refletido pouca confiança na competência de Patrício? Ou em seu pensamento?

Há certamente indícios de que Patrício estava "contaminado" pela heresia ariana - que insistia, entre outras coisas, em que Jesus nasceria como um mortal, por meios mortais. Lamentavelmente, não há indicação precisa do grau de adesão de Patrício ao pensamento ariano. É significativo, contudo, que em nenhuma passagem do que restou de seus escritos haja qualquer menção à Imaculada Conceição - uma omissão digna de nota por parte de um evangelista nas suas circunstâncias. Ao que parece, Patrício não aceitava tampouco os pronunciamentos dos doutores da Igreja ou os cânones dos concílios. Na verdade, parece que resistia a qualquer tipo de mediação, fosse dos anjos, dos santos ou de uma hierarquia eclesiástica. Ao que tudo indica, era apenas nas escrituras que buscava orientação.

Na esteira de recentes descobertas arqueológicas, hoje é praticamente certo que o cristianismo celta, como se desenvolveu entre o tempo de são Patrício e o Sínodo de Whitby, em meados do século VII, pouco deveu a Roma. Em sua maior parte, passou ao largo de Roma, extraíndo sua inspiração e orientação básicas do Egito, da Síria e do mundo mediterrâneo. Em alguns casos, essa inspiração foi filtrada através da Espanha. Assim, por exemplo, textos priscilianistas eram usados na Irlanda a despeito de seu caráter herético aos olhos de Roma. E, pelo menos a partir 569, a Igreja celta teve como Sé o bispado de Bretoiía, instalado em Santa Maria de Bretoiía, perto de Mondoioedo, na Galiza. Trata-se daquela região a noroeste da Espanha que mais tarde teria por capital Santiago de Compostela e que havia permanecido basicamente fiel aos ensinamentos priscilianistas. Mas, se parte da inspiração da Igreja celta provinha da Espanha, muito dela derivava diretamente de fontes muito mais antigas. Nas palavras do escritor sueco Nils Aberg: "Somos obrigados (...) a admitir uma influência direta entre o distante mundo mediterrâneo e a Irlanda. "

Sabe-se que monges irlandeses visitaram o Egito. Há até diários de viagem, contendo descrições das pirâmides, por exemplo, e instruções precisas sobre como chegar até a Terra Santa. Por outro lado, um martirologio irlandês registra que sete monges egípcios foram enterrados em Disert Ulidh, em Ulster. É possível discernir a influência egípcia nas designações irlandesas de burgos e paróquias - Desertmartin, perto de Londonderry, ou Desert Oenghus, em Limerick, por enquanto, quando na Irlanda não há desertos propriamente ditos. Hoje se acredita que esses nomes eram usados para designar comunidades monásticas que tinham por modelo genuínos protótipos do deserto, no Egito.

Os indícios de contato irlandês com o Egito são abundantes demais para permitir uma análise detalhada. Alguns exemplos serão suficientes para ilustrar a tese. Assim, parte do texto irlandês conhecido como o "Salthair na Rann" é uma cópia feita no século XI ou XII do "Livro de Adão e Eva", escrito no Egito no século Vedo qual não se encontraram traços em nenhum outro país europeu.²⁴ Motivos e decorações inconfundivelmente egípcios foram encontrados em livros e manuscritos irlandeses. A liturgia celta continha elementos egípcios claramente discerníveis. Episódios narrados num "Livro dos Santos" irlandês derivam diretamente de uma fonte alexandrina. Missas e preces de textos apócrifos usados no Egito também o eram na Irlanda. A Igreja celta celebrava os dias consagrados à Virgem nas mesmas datas que a Igreja egípcia, e não naquelas determinadas por Roma. Cálices de vidro idênticos aos usados no Egito foram encontrados no condado de Waterford. O "sino de são Patrício", do século V, é uma clara imitação de sinos usados no Egito. Há muitos outros exemplos deste tipo, que treze séculos de ortodoxia paulina romanizada não conseguiram erradicar.

Se o cristianismo celta deveu muito ao Egito, inspirou-se também intensamente nas tradições mais explicitamente heréticas da Síria, Ásia Menor e Mesopotâmia. Já mostramos que o pensamento nestoriano foi uma espécie de repositório de certas tradições nazarenas. Já em 430 - a época de São Patrício - um livro que explicava o pensamento de Nestório estava circulando no Ocidente. O próprio Nestório tinha estudado na escola teológica de Antioquia, onde seu mentor fora um homem conhecido como Teodoro de Mopsuestia. Em 553, no Quinto Concílio Ecumênico, Teodoro e suas obras foram oficialmente anatematizados e declarados heréticos. Em consequência, a maior parte de seus ensinamentos há muito desapareceu. No entanto, muito do que sabemos atualmente a seu respeito vem da Irlanda. Um de seus mais importantes comentários das Escrituras só chegou até nós através de um velho manuscrito irlandês.²⁶ Textos adicionais de Teodoro foram encontrados em outros manuscritos, datados dos séculos VIII e IX e, num caso, do final do século X - mais de quatrocentos anos após sua condenação. Já se sugeriu que as obras de Teodoro teriam sido traduzidas e levadas para a Irlanda por ninguém menos que São Colombano.

É no monasticismo irlandês que a influência oriental, não romana, sobre a Igreja celta se manifesta com maior evidência. Como a Igreja egípcia, a Igreja celta se organizou menos em torno da diocese do que em torno da abadia ou do mosteiro. Era tão grande o prestígio dessas instituições que os chamados "abades mitrados" gozavam na Irlanda de uma posição oficial excepcionalmente elevada - equivalente, na hierarquia eclesiástica, à posição de um bispo. Na verdade, não era raro que abades irlandeses tivessem efetivamente dioceses sob sua jurisdição.

A organização dos mosteiros irlandeses muito se assemelhava à dos mosteiros do Egito, da Síria e das demais regiões do mundo mediterrâneo que estavam fora da esfera de influência romana. Em muitos casos, a disposição física e a ordenação da comunidade monástica eram idênticas. A "Regra dos Anacoretas" é essencialmente análoga aos regulamentos que regiam a prática anacoreta no Egito, na Síria e na Terra Santa. E, como os monges do Oriente Médio, parece que os monges irlandeses se casavam, sob os auspícios da Igreja celta.

Como dissemos, a Irlanda, entre os séculos V e VII, era um centro de conhecimento e investigação. Com a possível exceção de Roma, não havia lugar comparável na Europa. De fato, sob muitos aspectos, a Irlanda só era igualada por Bizâncio. Ali, como no Oriente Médio, o saber e a investigação eram parte integrante do sistema monástico, e as bibliotecas irlandesas tornaram-se repositórios de textos vindos de toda parte do mundo conhecido. No início do século VII, os mosteiros irlandeses praticamente detinham o monopólio do ensino do grego. Muitos escritores pagãos eram também estudados. A Igreja celta não repudiava tampouco a própria herança cultural da Irlanda pré-cristã. Tradições bardas, por exemplo, encontraram certa acolhida na Igreja celta e graças a isso se preservaram. O próprio São Colombano, após se tornar monge, morou e estudou com um bardo em Leinster. Mais tarde, foi um defensor da causa dos bardos, quando suas escolas e ensinamentos passaram a ser combatidos.

Portanto, em sua organização, no uso que faziam de certos textos, em muitos dos seus aspectos exteriores, a Igreja celta se afastou da Igreja de Roma e atuou como um repositório dos elementos da tradição nazarena oriunda do Egito, da Síria e da Ásia Menor. Mas qual era a posição doutrinária da Igreja celta? Como ela se situava em relação a Roma? Seria ela uma forma de heresia que Roma, por razões próprias, não ousava estigmatizar abertamente como tal? E que bases havia para a máxima surgida no século VII de que "a Igreja celta traz o amor enquanto a Igreja romana traz a lei"?

Em 664, o Sínodo de Whitby dissolveu na prática a Igreja celta e a Irlanda foi introduzida no aprisco romano. Em Whitby, a Igreja celta abriu mão de suas últimas pretensões à autonomia e à independência. Dali em diante, o cristianismo foi estabelecido na Irlanda e definido por Roma, e todos os documentos conciliatórios foram destruídos ou confiscados. Em consequência de Whitby, Roma passou a ser a única voz a se pronunciar a respeito de qualquer diferença que tivesse existido anteriormente entre as duas igrejas.

Segundo essa voz oficial, essas diferenças eram mínimas e facilmente superáveis. Dizia ela que

houvera um desacordo quanto à cerimônia de sagração dos bispos, uma vez que Roma exigia a presença de pelo menos três outros bispos, ao passo que a Igreja celta exigia a presença de apenas um - atitude bastante plausível, dadas as dificuldades das viagens na Irlanda da época, sem falar no pequeno número de bispos. Dizia que houvera discordância quanto aos ciclos dos calendários pelos quais a Páscoa era fixada a cada ano. Dizia que houvera discordância sobre o formato da tonsura clerical, Roma insistindo numa variação da tonsura que hoje conhecemos enquanto a Igreja celta raspava toda a seção frontal da cabeça, desde as têmporas até o meio do couro cabeludo, deixando o cabelo pender atrás, longo - a imagem atual estereotipada do druida. Finalmente, segundo Roma, teria havido divergência quanto a detalhes técnicos da cerimônia do batismo. Ao que parece, a Igreja celta considerava suficiente uma imersão, enquanto Roma exigia três. Roma exigia ainda que o ritual se realizasse numa igreja consagrada - coisa que, tendo a Irlanda na época relativamente poucas igrejas, em geral concentradas em certas áreas, nem sempre era possível.

Por irrelevantes que pareçam, são estes os pontos de divergência convencionalmente citados entre as igrejas celta e romana. No entanto, as duas eram tão diferentes em tantos outros aspectos cruciais que não se pode evitar a suspeita de que alguma outra coisa esteve em jogo - algo que os quatro tópicos listados acima visavam apenas mascarar aos olhos da posteridade.

De fato, futuros comentadores se mostrariam compreensivelmente desconfiados. John McNeill, por exemplo, afirma que "... a questão entre romanos e celtas foi a níveis muito mais profundos do que o indica a troca de argumentos registrada". Conclui que "... a questão decisiva foi a autonomia eclesiástica celta em oposição à integração no sistema eclesiástico romano". De fato, a questão decisiva era ainda muito mais profunda e de mais amplas implicações.

O exame mais atento da Igreja celta revela um desvio em relação a Roma muito maior do que geralmente se sabe ou mesmo se admite. A Igreja celta tinha, por exemplo, seu próprio rito para a ordenação de sacerdotes e esse diferia acentuadamente do romano. Tinha sua própria liturgia e sua própria missa, que incorporam elementos claramente orientais, não romanos. Tinha até sua própria tradução da Bíblia uma tradução que Roma julgava inaceitável. Em flagrante violação do credo niceno, a Igreja celta parece ter procurado persistentemente atenuar o dogma da Trindade, tendo chegado por vezes a contestá-lo. Posteriormente, sacerdotes da Igreja celta parecem ter seguido São Patrício na negação da Imaculada Conceição. Em data tão avançada quanto 754, quase um século depois do Sínodo de Whitby, fizeram-se queixas ao papa de que missionários irlandeses "ignoravam os cânones da Igreja, rejeitavam os escritos dos Doutores e desprezavam a autoridade dos sínodos".

Mas isso ainda não é tudo. Para Roma, o Antigo Testamento se tornara cada vez mais secundário e a lei mosaica supérflua; acreditava-se que Jesus havia efetivamente revogado a lei mosaica. Na Igreja celta, o Antigo Testamento continuava a desfrutar do mesmo prestígio que o Novo. E dizia-se que Patrício, sempre que consagrava uma Igreja, nela deixava uma cópia dos Evangelhos e uma da lei mosaica. Esta era ativamente propagada como um componente fundamental do cristianismo celta. A usura era proibida, quando não o era por Roma. Relações sexuais com mulher menstruada eram proibidas. As mulheres eram consideradas impuras durante o parto e no período imediatamente posterior. O casamento era estritamente regido pelos ditames do Antigo Testamento.

O sabá judaico era observado. O *Pessach* judaico era oficialmente celebrado. O abate de animais para alimentação era realizado em conformidade com os requisitos judaicos. E os missais e outros documentos da Igreja celta que se preservaram revelaram-se permeados de passagens de livros judaicos apócrifos e textos adicionais que tinham sido, havia muito, rigorosamente proibidos por Roma. Na verdade, a orientação judaica da Igreja da Irlanda era tão marcada que há registro de que a Igreja celta foi explicitamente acusada de judaísmo, e seus adeptos, de serem judeus.

Como seria de esperar, não foi preservado - ou, pelo menos, nunca pôde vir à luz - nenhum documento que indique que a Igreja celta diferiu significativamente de Roma na sua atitude em relação a Jesus. Depois do Sínodo de Whitby, todas as provas devem obviamente ter sido suprimidas

ou destruídas. Mas, dado o caráter judaico da Igreja celta, é razoavelmente seguro supor que essas suas atitudes com relação a Jesus eram, no mínimo, extremamente questionáveis aos olhos de Roma. Em quase todos os demais aspectos, a Igreja celta parece ter sido algo mais que um mero repositório do pensamento nazareno como era o cristianismo nestoriano, por exemplo. A Igreja celta parece ter sido de fato nazarena, de uma maneira mais pura, menos diluída, que qualquer outra instituição comparável de seu tempo.

A Silenciosa Invasão Romana

Pelos padrões romanos, a Igreja celta era indubitavelmente herética. É sabido que outras formas de cristianismo, em outros lugares, foram estigmatizadas como heréticas por desvios menores em relação à ortodoxia paulina. Por que Roma não fez logo o mesmo com a Igreja celta? Provavelmente porque não podia, se alimentava a esperança de estender seu domínio também até a Irlanda. Estigmatizar a Igreja celta como herética teria sido o mesmo que fazer uma declaração de guerra; e se essa guerra ocorresse, Roma não teria qualquer perspectiva de vitória. Ela não tinha exército próprio. Os exércitos seculares que a ajudavam a impor sua hegemonia no continente não estavam em condições de empreender uma campanha militar total contra a Irlanda. De fato, Roma não dispunha de um aparato, nem militar nem político, que lhe permitisse se impor à Irlanda pela força. Qualquer tentativa ostensiva de conquista - pela palavra ou pela espada - teria podido ser facilmente neutralizada ou repelida. Não havia tampouco qualquer poder político centralizado na própria Irlanda - um "homem forte", por exemplo, que pudesse fazer o trabalho de Roma para ela. Era impossível, portanto, fazer um pacto como o que fora selado com Clóvis, na França.

Por força desses fatores, qualquer tentativa de condenar a Igreja celta como herética teria acarretado apenas a completa perda da Irlanda. Diante disso, Roma recorreu à diplomacia e à negociação. Em vez de ser coagida ou forçada à submissão, a Igreja celta foi simplesmente cooptada. O processo não foi muito diferente daquele pelo qual, em nossos dias, uma grande empresa pode engolir seus pequenos concorrentes. Em consequência, a Irlanda foi poupada do tipo de violência com que Roma impôs sua soberania em outros lugares.

Por causa disso, parece não ter havido na Irlanda nenhuma perseguição de hereges em grande escala. Tampouco parece ter havido queimas indiscriminadas de livros e manuscritos. Ao que tudo indica, a maior parte dos textos sagrados da Igreja celta continuou em uso por algum tempo, passando depois a ser gradativa e silenciosamente recolhidos às bibliotecas e abadias e mosteiros irlandeses ortodoxos. As implicações disso são potencialmente significativas.

Como observamos, a Igreja celta fazia uso de um amplo espectro de textos que escapavam à esfera de influência romana - textos nazarenos, nestorianos, priscilianos, gnósticos e maniqueístas, livros apócrifos tanto judaicos quanto "cristãos". Num deles, o Livro de Cerne, foi encontrada uma oração cuja origem remonta a um texto que faz parte do *corpus* descoberto em Nag Hammadi. Outras obras são exclusivas da Irlanda, tendo-se preservado somente ali. Outras ainda são mencionadas, estiveram sabidamente em circulação, mas nunca foram vistas. Sabe-se que centenas dessas obras foram destruídas pelos viquingues durante seus ataques à costa irlandesa. Mas sabe-se também que outros foram preservados. Há informações de que alguns foram contrabandeados para fora da Irlanda durante o período das pilhagens viquingues, e transportados em segurança para mosteiros galeses. É possível, portanto, que exista hoje, em algum arquivo, biblioteca ou mosteiro da Irlanda ou do País de Gales, um *corpus* de documentos de valor comparável ao daquele encontrado em Nag Hammadi ou ao dos manuscritos do Mar Morto.

9 FINAL DOS TEMPOS

Na infância, somos com freqüência induzidos a acreditar que o cristianismo apareceu de súbito, como um edifício de pensamento coerente, abrangente e plenamente desenvolvido, diretamente emanado de Jesus e organizado em torno dele por seus seguidores. Somos levados a imaginar que a doutrina cristã foi formulada de maneira tão ordenada, definitiva e incontestável quanto uma lei de Newton. Na verdade, somos induzidos a pensar que o mundo - pelo menos o mundo do Oriente Médio - teria descoberto uma religião inteiramente nova de uma hora para outra, num movimento único de consciência, de uma maneira que lembra muito a anedota segundo a qual Newton teria descoberto a lei da gravidade graças à queda de uma maçã na sua cabeça. Somos também levados a imaginar que Paulo disseminou a nova religião mais ou menos como a Coca-Cola ou a Pepsi-Cola ganhariam mercados no Terceiro Mundo: um gozinho e os nativos estão fígados. Muita gente, quando chega a pensar um pouco no assunto, continua alimentando essas idéias durante a vida adulta.

Certamente houve escolas de pensamento e sistemas de crença que surgiram, pelo menos até certo ponto, dessa maneira. Determinadas escolas do islamismo, por exemplo, se mantêm hoje substancialmente tal como foram inicialmente promulgadas. Determinadas escolas de budismo tiveram origem, de maneira mais ou menos semelhante, em ensinamentos do Buda colhidos em primeira mão. No nosso tempo, há pessoas que cultuam e pregam Marx e/ou Lenin como se seus ensinamentos fossem imutáveis, ou como se o mundo não tivesse mudado desde que morreram - e como se o mundo tivesse de fato se refletido com exatidão em suas doutrinas.

Mas não passaria pela cabeça de ninguém que conheça os fatos históricos fazer esse tipo de afirmação a respeito do cristianismo. Ninguém contestaria que o que hoje chamamos de cristianismo - em todas as suas múltiplas formas, muitas vezes irreconhecíveis - é resultado de um processo prolongado, gradual, freqüentemente aleatório, que envolveu muito ensaio e erro, muita incerteza, muito cisma, muita contemporização, muita improvisação, muito acréscimo *a posteriori* - e um bocado de contingência histórica. Cada passo na consolidação do cristianismo foi co-determinado por fatores aleatórios, elementos arbitrários, distorções e modificações ditados pelo acaso ou por simples conveniência social e política.

Alguns cristãos fervorosos alegariam certamente que esse processo, apesar de tudo, reflete um plano divino - um padrão projetado e moldado por mãos mais poderosas que as do homem. De fato, os próprios caprichos, vicissitudes, iniciativas malogradas, impasses e avanços erráticos do cristianismo podem ser interpretados como provas da existência de tal plano. Pode-se até afirmar que somente um poder sobre-humano teria podido extrair da mixórdia humana algo próximo.

Não é nossa intenção endossar nem rejeitar essas afirmações. Não nos arrogamos nenhum conhecimento dos desígnios da Providência, ou do cosmo, ou de qualquer outro princípio que se possa responsabilizar pelo curso da história humana. Não obstante, mantemos uma profunda consciência do quanto o cristianismo tem, de fato, de acidente histórico, da facilidade com que o acaso ou as circunstâncias teriam podido alterar seu desenvolvimento, ou mesmo sufocá-lo por completo. Tivesse o rumo das coisas sido apenas ligeiramente diferente, talvez a humanidade tivesse vivido por dois milênios, ou mais, inspirada nos ensinamentos de Pitágoras, ou Platão, ou Hillel, ou Apolônio de Tiana, ou qualquer outro sábio, profeta ou mestre do mundo antigo. O equilíbrio foi sempre precário. O equivalente histórico de uma pluma poderia tê-lo levado a favorecer qualquer um de vários caminhos alternativos, e o que hoje chamamos de cristianismo teria podido perfeitamente se desenvolver em linhas, digamos, arianas, ou maniqueístas, ou nestorianas, ou nas de várias outras "heresias" assim como teria podido simplesmente não se desenvolver. O triunfo do cristianismo romano ocorreu tão "por um triz" quanto a vitória de Waterloo, segundo a célebre frase de Wellington.

Entre todos os numerosos fatores que convergiram para assegurar a coalescência, o desenvolvimento

e a sobrevivência do cristianismo, há um que, na nossa opinião..., é absolutamente crucial. Esse fator é o clima psicológico, a ambiência ou meio de que Jesus provinha, e que lhe permitiu causar tamanho impacto durante sua via. Pois Jesus foi em grande parte o produto de uma época específica na história de seu povo. Aludimos a essa época antes, ainda que de passagem. Jesus e seus contemporâneos a chamavam de o Final dos Tempos.

O messias fora profetizado, e aparecera, antes de Jesus. Como observamos, Davi foi um messias. Salomão também. Messias foram ainda os descendentes desses reis que ocuparam subseqüentemente o trono de Israel, até os Macabeus. Também foram messias os membros da linhagem sacerdotal de Zadoc, que se consideravam descendentes de Aarão. A expectativa messiânica do tempo de Jesus foi singular porque se associou inextricavelmente com uma espécie de histeria apocalíptica.

No tempo de Jesus, a Terra Santa estava atravessando uma aguda crise de sentido. Os repositórios de fé existentes estavam sendo questionados e se mostrando inválidos, inadequados, não confiáveis. João Batista exortava os homens a se arrepender porque o Dia do Juízo Final estava próximo, e por todo o mundo judaico os homens estavam convencidos de que realmente estava. Ao mesmo tempo, estavam tomados por um sentimento de medo, tanto pelo mundo como por si mesmos, e batiam no peito por erros passados, angustiados pela culpa. Reinava a desilusão com os valores materiais dominantes, importados da Grécia e de Roma. Acusações de decadência, de imoralidade, de degradação, de lassidão moral e depravação eram disseminadas indiscriminadamente, de mistura com os perigos da ira e da retaliação divinas. Novos profetas apareciam, repetindo os pronunciamentos de seus predecessores, a cujas palavras, datadas de séculos antes, suas interpretações emprestavam relevância atual. Em meio a essa retórica assustadora, predominava um sentimento geral de derrocada - as leis, os códigos e as escalas de valor reinantes pareciam em estado de desintegração. As instituições sociais e políticas estavam em desordem. O terrorismo ganhava um ímpeto cada vez mais atemorizante. E, sob a superfície de crescente turbulência, havia uma busca desesperada de sentido, que levava a um anseio renovado pelos valores espirituais. Que fazer para que Deus cumprisse Sua promessa e enviasse um messias para libertar Seu povo?

Tirando proveito do renovado anseio pelos valores do espírito, o fundamentalismo religioso reafirmava seus ditames intransigentes, em consonância com poderosas forças sociais e políticas. A antiga lei mosaica adquiriu um novo valor - já não era apenas uma doutrina religiosa, mas também uma cola que mantinha o tecido social numa ordem coerente. Ao lado do fundamentalismo, proliferava o misticismo. Novas maneiras de entrar em contato com Deus eram desesperadamente buscadas. Seitas e cultos de atordoante variedade surgiam e floresciam, muitas vezes como que da noite para o dia. Esoterismos magia, astrologia, adivinhação, outras formas de "ocultismo" -, exercidos em geral no mais superficial dos níveis, constituíam um negócio altamente lucrativo. Milagres eram rotineiramente esperados de magos, profetas e mestres religiosos. A humanidade vivia à sombra cada vez mais escura de um clímax iminente, um acontecimento apocalíptico. E, cada vez mais, a humanidade ansiava por um líder espiritual genuíno, que encamasse um mandato ou sanção divinos, para guiá-la e assegurar a salvação.

Os mecanismos subjacentes a essa situação eram bastante simples. Aos olhos de Jesus e seus contemporâneos, Deus não possuía apenas os atributos da bondade, da onipotência, da onisciência e do ciúme. Acreditava-se que, segundo as palavras do Antigo Testamento, Ele tinha uma inclinação especial pelo povo de Israel - e o via com benevolência muito especial. Os judeus eram, em suma, o povo eleito. Deus fizera um pacto único com eles. Sua elevada posição aos olhos de Deus estava fora de dúvida. No entanto, era cada vez mais impossível ignorar o fato de que o povo de Israel estava numa situação deplorável, privado de sua monarquia legal, oprimido por um usurpador tirânico. Os judeus tinham sido sujeitados às agruras e à humilhação impostas por um exército de ocupação e uma administração estrangeira sem nenhum respeito por seu país, seus valores, sua cultura, sua religião, sua herança.

Se Deus era mesmo todo-poderoso, como explicar a desgraça de Israel? Se Deus era mesmo todo-

poderoso, como explicar que tivesse permitido a profanação de Seu Templo? Como explicar que tivesse deixado que Sua própria autoridade fosse desafiada por um soberano secular em Roma, que arrogava a si mesmo a condição de Deus? Em última análise, só havia duas explicações possíveis. Ou Deus afinal de contas não era onipotente - idéia que teria sido não só inadmissível como impensável -, ou o infortúnio de Israel estava ocorrendo, senão pela vontade ativa de Deus, pelo menos com Seu consentimento tácito. Parecia óbvio na época que, fosse qual fosse a estima de Deus por Seu povo, essa estima estava sendo negada ou retirada. Em suma, Israel estava sendo abandonada por seu Deus. Por quê? Era inconcebível que Deus pudesse ter rompido seu pacto. Se o pacto fora rompido, a culpa só podia ser do homem. As conclusões lógicas eram inevitáveis. O homem violara o pacto. O homem incorrera na insatisfação de Deus. Por isso Deus, em Sua ira, o estava punindo.

No contexto da época, isso não era uma questão teológica complicada. Bastava a pessoa olhar em volta para ver a situação do mundo em que vivia. Aos mestres religiosos restava apenas traçar os paralelos óbvios com profecias antigas. A situação geral coincidia com as descrições que os profetas haviam feito do período imediatamente anterior ao fim do mundo. Parecia óbvio, portanto, que Deus estava preparando o fim do mundo - fosse por exasperação em face de uma experiência malograda, fosse no intuito de criar um mundo novo e melhor para aqueles que Lhe tinham permanecido fiéis.

Tais conclusões traziam à tona forças emocionais avassaladoras. As pessoas estavam tomadas, é claro, de medo - tanto pelo mundo como por si próprias. O sentimento de culpa, por erros tanto reais quanto imaginários, também grassava. Por sua vez, a culpa gerava nas pessoas um desejo de expiação, de arrependimento - na esperança ou de evitar um cataclismo geral, se possível, ou de pelo menos assegurar a sua própria salvação.

Foi desse turbulento cadinho de emoções que o movimento messiânico do tempo de Jesus extraiu seu ímpeto. E esse ímpeto instilou no movimento um elemento que o fez precisamente provocar a desgraça profetizada, o que se pretendia evitar. A crença no fim iminente do mundo ajudou a provocar a revolta do ano 66 d.C. E nessa revolta, com a destruição do Templo, o saque de Jerusalém, a dispersão da população da cidade e o próximo extermínio do judaísmo na Terra Santa, o mundo de fato acabou - pelo menos para os judeus da época.

Por outro lado, fora também profetizada a sobrevivência de uma elite pequena e leal. Alterando seu fundamento original e adotando a idéia de um messias puramente espiritual, Paulo e seus adeptos puderam ver a si mesmos como essa elite. E, vendo-se como uma elite cuja sobrevivência fora prometida por Deus, empenharam-se, ao longo dos séculos subseqüentes, em se transformar no que imaginavam ser.

II

A BUSCA DE SENTIDO

10

A ATIVAÇÃO DO SÍMBOLO

Por mais diferente que o nosso mundo moderno possa ser do mundo de dois mil anos atrás, é espantoso o quanto nossa época tem em comum com o que Jesus e seus contemporâneos viam como o Final dos Tempos. Talvez hoje sejamos tecnologicamente mais competentes e dotados de um conhecimento consideravelmente maior. Mas, lamentavelmente, não parecemos em nada mais sábios, mais inteligentes ou mais próximos dos nossos deuses. Na verdade, já nem sabemos mais seus nomes. Estamos de novo atravessando uma aguda crise de sentido, uma incerteza sobre nossa direção e nossas metas. Os vários sistemas, ideologias e programas que, há menos de um século, pareciam tão promissores se provaram todos ociosos, em maior ou menor grau. Como no tempo de Jesus, há uma

consciência difusa de que algo está desastrosamente errado. Cada novo atentado terrorista, cada novo desastre de avião, cada nova calamidade natural produz um arrepio de pânico. As profundas e rápidas mudanças da nossa civilização, a insatisfação com nossos sistemas de governo, o crescente recurso ao assassinio e ao terrorismo indiscriminado como instrumento de protesto político - tudo isso fomenta um senso geral de colapso, uma desintegração indiscriminada de valores. A sociedade se percebe refém. Muitas vezes, pela explosão de bombas ou o seqüestro, se toma de fato refém. "Que significa tudo isso?", perguntamos. E, desiludidos pelo fracasso do materialismo em fornecê-la, procuramos a resposta, como no tempo de Jesus, numa outra dimensão - uma dimensão espiritual.

No islame, no judaísmo e em outras religiões, bem como no cristianismo, um novo fundamentalismo está florescendo. Profetas e pregadores invectivam a decadência, a imoralidade, a degradação, o relaxamento moral. Por outro lado, reclama-se uma restauração da disciplina e um retorno aos códigos morais mais rigorosos do passado. Seitas, cultos, disciplinas e terapias proliferam, atraem números imensos de seguidores, recolhem somas fabulosas de dinheiro e gozam do apoio de poderosos interesses políticos.

Como no tempo de Jesus, vivemos, de maneira muito palpável, à sombra de um evento apocalíptico iminente. Fundamentalistas militantes podem proclamar que o fim do mundo está próximo. Mesmo para pessoas que não têm motivo para esperar a intervenção da ira divina, a ameaça de um dedo semi-senil no botão nuclear é bastante real. Somos todos reféns indefesos de uma realidade que já não controlamos inteiramente, do espectro de uma destruição que individualmente não temos como evitar. E, sob a ansiedade geral, o sentimento enlouquecedor de impotência, a desilusão com políticos ineptos ou irresponsáveis, há um profundo anseio por um líder espiritual autêntico, um personagem todo sabedoria e bondade, que irá compreender, irá assumir o controle - sem violar as liberdades democráticas estabelecidas, é claro -, exercer o papel de guia, conferindo novamente sentido a vidas que se tornaram cada vez mais vazias.

Não há dúvida de que, nos dois últimos milênios, houve outros períodos como este na história ocidental, para não falar da história mundial. As características do Final dos Tempos podem parecer igualmente aplicáveis ao século XI, quando a Europa ocidental entrou em efervescência na véspera das Cruzadas, ou ao início do século XVI, quando se acreditou que uma conjunção de constelações celestes era prenúncio de um apocalipse iminente e, embora o mundo propriamente dito tenha permanecido mais ou menos intacto, a hegemonia católica na Europa cedeu lugar à Reforma protestante. Um século mais tarde, com a aproximação do ano 1666, produziu-se outra onda de histeria. Os cristãos antecipavam a chegada iminente do Anticristo, o que implicava a suposição de que ele media o tempo em estrita conformidade com o calendário gregoriano. Ao mesmo tempo, judeus espalhados desde a Rússia, a Ucrânia, a Pérsia e o Império Otomano até a Holanda e costa atlântica procuraram ver o messias profetizado no pretenso profeta Sabbatai Zevi - o que é hoje considerado um dos maiores constrangimentos na história judaica. Estes não são os únicos exemplos de histeria messiânica na história ocidental. Muita gente, de ambos os lados, conseguiu ver tanto na Revolução Francesa quanto na Revolução Russa um apocalipse de dimensões tanto sociais quanto cósmicas. A radical transformação da ordem social foi interpretada, segundo a casta e a posição política do observador, como uma bênção ou uma maldição assinada por Deus.

Assim, sob certos aspectos, nossa época não é singular em seus paralelos com o Final dos Tempos do século I. Mas em outros aspectos é. Movimentos de massa fundados em pretensas profecias tendem, com inquietante constância, a provocar o cumprimento dessas mesmas profecias. Como vimos, os contemporâneos de Jesus estavam convencidos de que o fim do mundo viria a qualquer hora. Agindo com base nessa convicção, passaram inadvertidamente a provocar o fim do mundo - senão o mundo *in tato*, pelo menos do seu mundo. De maneira semelhante, a histeria apocalíptica do início do século XVI precipitou o fim do mundo. *a* mesmo fizeram os movimentos que culminaram nas revoluções francesa e russa. O que distingue nossa cultura desses antecedentes é que possuímos, de maneira

absolutamente literal, o poder de ocasionar o fim do mundo não apenas um mundo metafórico, não um mundo confinado a uma região ou a um grupo específico de pessoas, mas o mundo em sua totalidade física. Quando um presidente dos Estados Unidos começa a pensar em termos de Armagedon, somos obrigados a levar o problema a sério. Não, certamente, porque o presidente em questão seja dotado de uma penetração que nos falte. Não porque ele seja em algum grau mais bem-informado do que nós sobre os divinos planos ou desígnios da Providência. Não porque suas concepções religiosas idiossincráticas imponham respeito. Mas simplesmente porque estamos de forma humilhante à sua mercê; e, tecnologicamente, ele tem plenas possibilidades de precipitar um Armagedon, lançando ao mesmo tempo a responsabilidade sobre Deus.

O Final dos Tempos, ou o apocalipse, pode atuar como um símbolo imensamente poderoso, fazendo vibrar algumas das cordas mais profundas da psique humana, suscitando uma reação colossal. Mas símbolos como esse, precisamente em razão do poder que lhes é inerente, tendem com frequência a ser apropriados por pequenos grupos, deliberadamente manipulados e ¹ usados na exploração de outrem. Mais ainda, esses símbolos, ao longo de toda a história, ¹ revelaram inquietante tendência a escapar das mãos dos que tentavam controlá-los e a ¹ desembestar, tornando-se o que o escritor francês Michel Tournier chama "diábolos". Segundo Tournier, um "diábolo" é um símbolo que se tornou autônomo, que não se sujeita a nada, um Frankenstein às soltas, dominando - senão destruindo - as próprias pessoas a quem devia servir. Símbolos podem ser perigosos e, como diz Tournier, quem por símbolos peca por símbolos muitas vezes será punido.

É nesse sereno contexto que a religião messiânica atual, com sua doutrina de um novo Final dos Tempos, deve ser situada. Foi a esse contexto que vinte séculos de expectativa messiânica, por errática ou diluída que tenha sido, conduziram. Pois a religião messiânica opera basicamente por meio da ativação e da utilização de símbolos. Muitos indivíduos, grupos e instituições fazem o mesmo. E é também isso, se o entendermos corretamente, que faz aquela elusiva sociedade semisecreta que figurou em lugar de destaque no nosso livro *O santo graal* e a *linhagem sagrada*, o Prieuré de Sion.

Evidentemente, a questão decisiva é *que tipo de sentido* está sendo veiculado pelo uso de certos símbolos - o que pode ser ganho, ou perdido, e por quem. Quais poderiam ser, por exemplo, as repercussões de existência comprovada de uma linhagem descendente de Jesus ou de sua família, e como se poderia tirar proveito delas? De que maneira outros princípios, dotados de grande valor simbólico, foram utilizados e explorados anteriormente em nosso século? O assunto merece que examinemos as relações que existiram, nos últimos cem anos, aproximadamente, entre a busca de sentido, o ímpeto religioso, a construção de valores e o poder político.

11

A PERDA DA FÉ

Nem só de pão vive o homem, disse Jesus, citando o Deuteronômio. Mais recentemente, psicólogos como C. G. Jung afirmaram a existência de necessidades internas, não materiais, tão profundas, urgentes e básicas quanto a necessidade de alimento, de abrigo ou de procriação. Talvez se possa até sustentar que essas necessidades internas constituem um critério mais válido que a "razão" para distinguir a humanidade do reino animal. Uma das mais básicas dessas necessidades internas é a necessidade de sentido, a necessidade de encontrar um propósito para nossas vidas. A dignidade humana se funda na idéia de que a vida humana é de algum modo importante. A dor, a privação, a angústia e todo tipo de males nos parecem mais suportáveis quando servem a um propósito do que quando são gratuitos. Preferimos sofrer a não ter importância.

Tradicionalmente, de maneira justificada ou não, a tarefa de definir sentido e propósito foi desempenhada - ora com maior, ora com menor sucesso - pela religião. Mesmo o Estado (que na forma do nacionalismo assumiu dimensões religiosas próprias) era concebido dentro de uma estrutura essencialmente religiosa. O Estado, ainda que fosse secular, podia ser racionalizado como uma

unidade política que refletia um mandato divino, ou a garantia de certos direitos concedidos por Deus, ou o cumprimento de certas leis que tinham sua origem primeira no terreno religioso. Mesmo a Revolução Francesa, que pretendeu de início abolir por completo a religião organizada, perpetrou seus excessos em nome dos "direitos do homem", que em última análise tinham um fundamento religioso. E finalmente Robespierre, embora continuasse repudiando a Igreja e toda divindade convencional antropomórfica, tentou implantar seu "Culto ao Ser Supremo".

A partir do final do século XIX e início do século XX, houve uma desnorteante proliferação de campos do conhecimento humano. Esses campos tornaram-se cada vez mais especializados e não cessaram de se multiplicar. Isso gerou uma atitude em relação à realidade radicalmente diferente da realidade de nossos antepassados. Os nomes mais freqüentemente associados à nova atitude são, é claro, Marx, Darwin e Freud - embora pudéssemos citar muitos outros pensadores na sociologia, na psicologia e nas ciências. A partir de Darwin, as ciências ganharam na mentalidade popular uma ascendência de que jamais tinham gozado. Até meados do século XIX, a sociologia não existia como disciplina e a psicologia só adquiriu essa posição ainda mais recentemente. Mas isso não é tudo - cada uma dessas disciplinas ou campos de conhecimento continua a gerar novas subdisciplinas e novos subcampos. Nesse processo, a estrutura todo-abrangente outrora fornecida pela religião foi inexoravelmente corroída.

Para Isaac Newton, um século e meio antes de Darwin, a ciência não estava separada da religião; ao contrário, era um aspecto dela e, em última análise, sua servidora. Para Newton, a ciência era um meio de descobrir e revelar o desígnio perfeito de Deus. Estava integrada à filosofia, sendo dela inseparável. Era uma entre múltiplas atividades que operam em concerto umas com as outras para iluminar o lugar do homem no cosmo, bem como as leis que regiam o comportamento tanto do homem quanto do cosmo. Newton jamais teria sonhado, e menos ainda admitido, uma ciência que fosse autônoma, que só seguisse suas próprias leis. Foi precisamente isso, porém, que a ciência do tempo de Darwin se tornou, divorciando-se do contexto a que previamente pertencera e impondo-se como uma opositora absoluta, um repositório alternativo de sentido. Em consequência, religião e ciência deixaram de trabalhar em harmonia, passando antes a se contrapor, e a humanidade se viu cada vez mais obrigada a escolher entre uma e outra. Assim, a ciência darwiniana passou a representar uma grande ameaça não só para as proposições teológicas da religião, como para sua utilidade funcional - sua capacidade de "unir as coisas", de conferir propósito e sentido.

Processo semelhante teve lugar nos campos hoje rotulados de sociologia e psicologia. Também eles se dissociaram aos poucos do contexto basicamente religioso em que tinham estado anteriormente embutidos. Também eles se impuseram como opositores absolutos, repositórios alternativos de sentido. Também eles passaram a contestar a posição da religião e a propor hierarquias de valor diferentes, muitas vezes conflitantes. As artes afirmaram igualmente sua independência. Desde a Antiguidade, elas haviam estado inextricavelmente associadas ao impulso religioso do homem e aos rituais religiosos.

Desde as imagens babilônias, vistas como habitadas por deuses, passando pela pintura renascentista, até a música de Bach e Händel, as artes tinham estado, na verdade, subordinadas à religião. Afinal de contas, a palavra "cultura" tem a mesma raiz que "culto" - *colere*, "adorar". No século XIX, contudo, a cultura passou a cultuar a si mesma - um culto que buscava suplantar a religião estabelecida e se tornar um novo absoluto. Isso foi exemplificado pela doutrina da "arte pela arte". Refletiu na estética de escritores como Flaubert, Joyce e Thomas Mann, que comparam explicitamente o artista a Deus e traçam uma analogia entre o verbo (com minúscula) como instrumento de criação e o Verbo (com maiúscula), ou *Lagos*. Alcançou sua apoteose com os espetáculos wagnerianos em Bayreuth, em que a arte se tornou um ritual ou festival religioso que suplantava a própria religião. Assistir a *O anel do Nibelungo* em Bayreuth propiciava nada menos que uma experiência mística - não só para uma elite culta como para mentes como a de Adolf Hitler:

Quando ouço Wagner, tenho a impressão de ouvir ritmos de um mundo perdido. Penso comigo

mesmo que um dia a ciência haverá de descobrir, nas ondas postas em movimento por *O ouro do Rena*, inter-relações secretas com a ordem do mundo. A observação do mundo percebido pelos sentidos precede o conhecimento proporcionado seja pela ciência, seja pela filosofia.

A Traição da Fé

Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, a sociedade ocidental viuse numa situação sem precedentes. No passado, houvera um absoluto que tudo impregnava, um repositório todo-abrangente de sentido que englobava todos os outros. Agora, havia uma multiplicidade de absolutos conflitantes e incompatíveis, cada um com sua própria pretensão de ser um repositório de sentido, de possuir as respostas para as mais importantes questões, de ser a esperança definitiva para o futuro. Cada um afirmava sua supremacia sobre os outros. Cada um buscava tornar-se ele próprio uma religião e ativar o impulso religioso no homem. Não surpreende que a inteligência humana, forçada a avaliar esse emaranhado de pretensões conflitantes, estivesse perplexa. Que escolha se podia fazer entre eles? Com que se comprometer, sem que o compromisso parecesse arbitrário? Uma conclusão inevitável, que caracteriza o nosso século, era que não havia sentido em se comprometer com o que quer que fosse, afora o interesse pessoal.

A magnitude dessa crise não se manifestou de imediato. Os anos que precederam a Primeira Guerra Mundial foram um período de entusiástico otimismo - provavelmente o período mais intensamente, e sem dúvida mais complacentemente otimista que a cultura ocidental jamais vivera. O futuro parecia sem dúvida róseo. Os campos recém-abertos do conhecimento pareciam prometer um território genuinamente fértil a explorar, o que traria apenas benefícios à humanidade. Arte, ciência, psicologia e sociologia eram vistos como valiosos canais para o aperfeiçoamento da condição humana; acreditava-se que, através deles, as virtudes inerentes ao progresso, à cultura, à civilização e à expansão desenfreada do capital produziram uma Utopia verdadeira. Essa é a atitude refletida pelos escritores mais populares da época, H.G. Wells e Julio Verne. Para ambos, a perfectibilidade da humanidade era mera questão de tempo e de pura sintonia.

De fato, no período anterior a 1914, o progresso, a cultura e a civilização tornaram-se, em si mesmos, uma forma de religião. Forneciam seu próprio contexto, aparentemente viável, para o conflito dos conceitos absolutos que irrompiam e pareciam proporcionar um meio para sua conciliação e propósito. Em nome deles, tudo podia ser harmonizado e justificado. E, na medida em que de fato eram capazes de "unir as coisas" e proporcionar à humanidade sentido, propósito e justificação, pode-se dizer que realmente desempenhavam a função tradicional de uma religião.

A própria guerra, é claro, não somente estilhou essa nova "religião" como a fez parecer, em retrospecto, cruel e amargamente traiçoeira. O progresso, a cultura e a civilização pareciam ter traído a fé neles depositada. A ciência, que parecera oferecer novas perspectivas para a melhoria da vida humana, produzira em vez disso novos e mais aterrorizantes meios para destruí-la. Para a geração que lutou na Grande Guerra, a ciência tornou-se praticamente sinônimo de inovações como o submarino, o bombardeio aéreo e o ainda mais hediondo gás tóxico. O progresso ocorreu sobretudo na esfera da destruição. A cultura e a civilização, em vez de humanizar a sociedade com sua influência e compeli-la a atividades pacíficas e benéficas, conduziu de fato à mais sangrenta e insana guerra jamais vista. A própria sanidade de seus líderes foi seriamente questionada. A religião do progresso, da cultura e da civilização foi negada pelo que pareceu, aos que viviam na época, a realização de um desejo de morte acalentado havia muito pelos europeus.

Uma religião só é viável na medida da maturidade de seus adeptos. A Primeira Guerra Mundial demonstrou que o desenvolvimento tecnológico suplantara a maturidade psicológica. Tecnicamente, havíamos avançado para uma nova era. Mentalmente, continuávamos a viver no século XVIII, senão antes. Em consequência, a tecnologia era como uma granada carregada nas mãos de uma criança. Essa discrepância persistiu até hoje, se é que não se acentuou ainda mais. A

maturidade da sociedade cresceu consideravelmente, mas o perigo da granada que ela tem em mãos cresceu ainda mais.

O período que se seguiu à Primeira Guerra Mundial foi marcado por uma profunda e amarga desilusão. O conflito de absolutos, longe de ser resolvido, irrompeu sob nova forma e avultou-se incoercivelmente, em toda a sua crua e desnorteante realidade. A sociedade ficou cada vez mais paralisada, incapaz de escolher entre as várias e mutuamente exclusivas pretensões de campos do conhecimento cada vez mais especializados. Na esteira do trauma recente, nenhum deles parecia confiável ou digno de respeito. Tendo sido traídos uma vez, tínhamos perdido nossa capacidade de confiar - exceto talvez no que era irrelevante. Podíamos, por exemplo, dar crédito à teoria atômica; mas a teoria atômica não era de grande valia para a solução dos problemas da vida, ou para a consolidação de valores. No final da década de 1920, uma inflação galopante e o craque da Bolsa de Nova York tornara até o dinheiro instável e indigno de confiança. O resultado foi uma queda no niilismo - não se acreditava em mais nada, restando apenas uma tentativa febril de se distrair do vazio representado pelo futuro. O mundo que se seguiu imediatamente à Primeira Guerra Mundial é conhecido como o mundo da "geração perdida".

A situação era complicada e agravada por um outro fator, que de início passou despercebido e emergiu na esteira da proliferação do conhecimento especializado. A medida que consolidaram suas respectivas posições, a ciência, a sociologia e a psicologia começaram a questionar quatro das mais importantes premissas subjacentes ao pensamento ocidental: tempo, espaço, causalidade e personalidade. Concepções convencionais ou tradicionais tanto de tempo quanto de espaço passaram a ser cada vez mais contestadas. A psicologia, por exemplo, desestabilizara as mensurações externas ao insistir na importância do tempo e do espaço internos. O tempo não estava mais confinado exclusivamente ao calendário e ao relógio, e o espaço já não dependia apenas da régua e do mapa. Cada um deles tinha também seu próprio contínuo interno. Em consequência, as mensurações externas começaram a ser vistas não como verdades definitivas, mas como meras conveniências, em última análise arbitrárias, meras invenções do intelecto humano. E até a validade dessas conveniências foi posta em questão pela teoria da relatividade de Einstein. Tempo e espaço tomavam-se agora fluidos, mercuriais, incertos, fundamentalmente relativos.

O mesmo se passou com o princípio da causalidade. A psicologia havia estabelecido a impossibilidade de quantificar ou simplificar a motivação humana, insistindo em que o comportamento humano era marcado por uma ambivalência que desafiava equações lógicas de causa e efeito. Indeterminação, imprevisibilidade, elementos aleatórios, mutações inesperadas e avanços revolucionários começaram a impregnar cada vez mais o pensamento científico. E, evidentemente, se o espaço e o tempo eram inteiramente relativos, a base temporal e espacial em que a causalidade repousava ficava inutilizada na prática. Essa nova instabilidade da causalidade repercutiu em outras esferas, mais práticas. A moralidade, por exemplo, se fundava em grande medida nos conceitos de punição e recompensa. A punição e a recompensa, por sua vez, se fundavam na causa e efeito. Com causa e efeito comprometidos, as leis subjacentes que regiam a punição e a recompensa tomaram-se cada vez mais maleáveis. A punição não era mais uma consequência inescapável da transgressão, nem a recompensa da virtude. Ao contrário, podia-se ter a esperança de escapar da punição merecida e de obter a recompensa imerecida.

Se tempo, espaço e causalidade tinham constituído três dos mais importantes pilares do pensamento ocidental, a personalidade fora um quarto. Desde o tempo de Aristóteles, o caráter fora visto como uma qualidade mais ou menos fixa, o indivíduo como uma entidade única. Agora, o caráter individual ou personalidade se viam subitamente confrontados com a traumática descoberta da sua própria instabilidade ou mesmo da sua inexistência. A sociologia apresentava a personalidade não como algo fixo e único, mas como um acréscimo, uma superposição de reflexos condicionados, regidos quase exclusivamente pelo ambiente e a hereditariedade. A ciência fornecia bases para essas alegações. E a psicologia, ao postular a existência do inconsciente, estava desfechando um golpe de misericórdia na

personalidade tal como concebida no passado. Os sonhos, antes vistos como algo derivado de fontes externas, algo periférico à identidade do indivíduo, passavam a ser considerados uma expressão da identidade pessoal, tanto quanto a consciência vígil. A loucura não era mais uma ocorrência aleatória, nem mesmo uma doença no sentido convencional, e sim uma potencialidade que todo ser humano traria consigo. Vimo-nos cada vez mais forçados a admitir que tínhamos dentro de nós muitos eus, muitos impulsos, muitas dimensões, nem todas conciliáveis entre si. Se de algum modo existíamos, éramos ao mesmo tempo mais do que tínhamos suposto e diferentes do que tínhamos suposto. O aumento do conhecimento fez de nós um mistério ainda maior para nós mesmos.

A medida que o tempo, a causalidade e a personalidade foram-se tornando insustentáveis como princípios fixos e imutáveis, o mesmo ocorreu com o mundo em que vivíamos. A crença em alguma coisa, até em nós mesmos, foi-se tornando mais e mais impossível. A vida parecia cada vez mais destituída de sentido, desprovida de significado - um fenômeno inteiramente aleatório, vivido sem nenhum propósito particular. Por toda parte entrou em uso a frase, hoje convertida em clichê: "Tudo é relativo."

O célebre romancista austríaco Robert Musil descreveu a época como caracterizada por "uma relatividade de perspectiva que raiava pelo *pWco* epistemológico". A expressão é de extrema pertinência. O Ocidente vivia de fato num estado de pânico com relação ao conhecimento e ao sentido, as duas questões básicas de que trata o ramo da filosofia chamado epistemologia. Por sob a frenética autocomplacência da era do *charleston* e das melindrosas, ocultava-se um sentimento de desespero, um assombro muitas vezes angustiado diante da ausência de sentido, da incerteza de todo conhecimento, da impossibilidade de definir com clareza *o que* se sabia, ou mesmo *que* se sabia. Sentido e conhecimento tornaram-se tão relativos, tão mutáveis, tão provisórios quanto tudo mais.

12

FÉES SUBSTITUTAS: RÚSSIA SOVIÉTICA E ALEMANHA NAZISTA

O estado de incerteza e desesperança é o mais propício ao surgimento de um ímpeto religioso. É exatamente nesse tipo de vácuo que a religião, ao propor um nova noção de sentido e coerência, pode mais efetivamente fazer valer suas pretensões. O período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial clamava intérpretes. As pessoas sentiam uma necessidade desesperada de saber "de que servira" tudo aquilo, "que sentido tivera". Mas a religião organizada não fez nenhuma tentativa séria de enfrentar o problema, nem para atender às necessidades da época. Tentou simplesmente fingir que nada tinha acontecido, e continuar sendo o que fora durante séculos - mais uma instituição social, política e cultural do que um intérprete que confere novo sentido. Assim, nos anos 20, a religião organizada se viu amplamente desacreditada, vista como inapta para preencher o vazio que se abria na sociedade ocidental.

Diante do fracasso da religião organizada em oferecer uma solução para a crise de sentido, a sociedade, de maneira bastante compreensível, procurou em outras direções. O resultado foi que dois novos princípios emergiram e começaram a assumir a condição abrangente de uma religião. De fato, esses princípios viriam a se tomar as religiões - ou pelo menos as pseudo-religiões - dos anos 30.

A religião de Lenin e Stalin

A primeira das novas religiões foi o socialismo, particularmente em sua forma marxista-leninista, como exemplificada pela União Soviética da época e o Partido Comunista. O pensamento marxista estivera no ar por cerca de três quartos de século, e o socialismo por mais tempo ainda. Mas, na precipitação de eventos desencadeada pela Revolução Russa, a doutrina assumiu a condição de um credo e, no Ocidente, proporcionou aos intelectuais e idealistas a causa de que precisavam. Em sua defesa, muitos deles morreram na Espanha. Na Inglaterra, muitos se tornaram espíões.

A doutrina marxista-leninista repudia oficialmente toda religião. Certos paralelos formais e funcionais entre o marxismo-leninismo e a religião organizada são contudo geralmente reconhecidos e demasiado óbvios para que precisemos discuti-los aqui. Ao mesmo tempo, não é do conhecimento geral o quanto a doutrina soviética se empenhou, num programa deliberado, não apenas por assumir a forma e a função de uma religião, mas por realmente vir a sê-lo. Lenin era, antes de mais nada, um manipulador extremamente sagaz, com uma penetrante compreensão das necessidades da psique. Reconhecia a necessidade de adaptação do seu sistema ao ímpeto religioso do homem, por mais incrédulo que fosse pessoalmente.

Sob este aspecto, como em muitos outros, pode-se afirmar que o pensamento de Lenin deve mais a Bakunin do que a Marx. Em sua organização, em suas técnicas de recrutamento, em seus instrumentos para suscitar a lealdade de seus adeptos, em sua urgência messiânica, o partido revolucionário de Lenin tem uma estrutura tomada diretamente de Bakunin, como aliás o próprio Lenin reconhece em seus cadernos de notas. Para Bakunin, porém, a revolução era mais que um fenômeno social e político. Seu caráter era em última análise cósmico, teológico, religioso. Tendo passado mais de vinte anos abrindo caminho por entre as fileiras da maçonaria, Bakunin construíra uma estrutura filosófica metafísica para suas idéias sociais e políticas. Era um satanista declarado. Segundo um comentador, ele via Satã como "o chefe espiritual dos revolucionários, o verdadeiro autor da libertação humana". Satã não era apenas o supremo rebelde, mas também o supremo combatente contra o tirânico Deus do judaísmo e do cristianismo. As instituições oficiais da Igreja e do Estado não passavam de instrumentos do opressivo Deus judaico-cristão e, segundo Bakunin, era uma obrigação moral e teológica combatê-los. Embora o próprio Lenin nunca se tenha entregado explicitamente a essas concepções cosmológicas, não há dúvida de que reconhecia a sua utilidade. Bakunin e Lenin "eram ambos zelotes apocalípticos, ao passo que seus rivais marxistas (...) eram - comparados a eles - fariseus". Assim, nas mãos de Lenin, o bolchevismo procurou se tornar algo consideravelmente maior que um partido político ou um movimento político. Procurou se tornar nada menos que uma religião secular e, como tal, atender à necessidade de sentido. Para alcançar esse objetivo, não hesitou em se munir de todos os apetrechos de uma fé religiosa.

Stalin, talvez de maneira ainda mais única, fez questão de conservar esses apetrechos. Havia recebido formação sacerdotal num seminário teológico em Tiflis. Sabe-se também que vivera por algum tempo - em 1899 ou 1900 - com a família de G. I. Gurdjeff, um dos mais influentes "magos", mestres espirituais ou gurus do século XX.³ A partir de fontes como essas, Stalin aprendera não só a reconhecer o impulso religioso como a ativá-lo e manipulá-lo. Assim, não surpreende vê-lo planejando eventos inconfundivelmente equivalentes a rituais religiosos. O texto litúrgico que se segue, com seus coros à maneira de responsório, é mais que uma mera paródia de um rito religioso. Pretende ser em si mesmo um rito religioso.

Ao nos deixar, o Camarada Lenin exortou-nos a manter sobranceira e pura a grande missão de Membro do Partido.

- NÃO VOS PROMETEMOS, CAMARADA LENIN, CUMPRIR HONROSAMENTE ESTA VOSSA ORDEM.

Ao nos deixar, o Camarada Lenin exortou-nos a preservar a unidade do Partido.. .

- NÃO VOS PROMETEMOS, CAMARADA LENIN, CUMPRIR HONROSAMENTE ESTA VOSSA ORDEM.

Ao nos deixar, o Camarada Lenin exortou-nos a preservar e fortalecer a ditadura do Proletariado...

- NÃO VOS PROMETEMOS, CAMARADA LENIN, CUMPRIR HONROSAMENTE ESTA VOSSA ORDEM...

Stalin se empenhou sistematicamente em extrair, tanto quanto possível, significado religioso da morte de Lenin. Assim, fez com que ele fosse velado no Salão das Colunas, na Casa dos Sindicatos. Durante quatro dias o corpo foi mantido ali em exposição, enquanto 10 mil pessoas faziam filas sob temperaturas abaixo de zero para ter a oportunidade de passar ao lado do caixão. Outros líderes

bolcheviques ficaram pasmos com essa descarada efusão de emoção religiosa.

No II Congresso Geral dos Sovietes, foi decidido elevar Lenin a um *status* próximo ao da divindade. O aniversário de sua morte foi declarado dia de luto nacional. Estátuas suas foram erguidas em todas as cidades importantes da União Soviética. Seu corpo foi embalsamado e depositado numa estrutura de pedra de padrão nitidamente religioso, lembrando as pirâmides em degraus das antigas Babilônia e Assíria. Até 1991, o corpo de Lenin (ou uma convincente efígie dele) jazia em exibição na Praça Vermelha - o equivalente moderno de um centro medieval de peregrinação. A veneração dedicada ao cadáver comparava-se àquela concedida às relíquias cristãs, e o túmulo de Lenin poderia ser equiparado ao de Santiago de Compostela. Tudo isso é espantosamente incongruente com um sistema racionalista de crenças, inteiramente secular, que se proclama não apenas ateu como hostil a toda forma de religião - bem como ao "culto da personalidade" .

A mística associada ao pertencimento ao Partido Comunista, especialmente nos anos 30, era também de natureza essencialmente religiosa - ou pelo menos pseudo-religiosa. A admissão ao partido era tão portentosa, tão ritualística, tão repleta de ressonâncias evocativas quanto a iniciação num mistério da Antiguidade, ou na maçonaria. Nas crianças, em especial, o impulso religioso era muitas vezes deliberadamente estimulado e depois sistematicamente canalizado para os interesses do partido. Assim, a admissão aos Pioneiros, aos nove anos de idade, era o grande acontecimento da vida de uma criança. Tratase de um completo rito de passagem, análogo, digamos, à primeira comunhão - e possuindo uma vitalidade e uma importância que a primeira comunhão há muito deixou de ter. Em meio a vários juramentos e compromissos, o novo Pioneiro recebia, como um talismã sagrado, um lenço vermelho. Esse pedaço de pano era declarado o seu mais precioso bem. O menino era instruído a guardá-lo, reverenciá-lo, preservá-lo do toque das mãos de qualquer outra pessoa. O lenço representava, diziam-lhe, o sangue de mártires revolucionários. Postular a presença simbólica de sangue num pedaço de pano não é significativamente diferente de postular a presença mais ou menos simbólica de sangue no vinho. A premissa é essencialmente religiosa, e a intenção era dar ao lenço vermelho do jovem Pioneiro uma função muito semelhante à de um crucifixo, ou um terço, ou algum outro desses conhecidos talismãs religiosos.

Em sua tentativa de consolidar sua posição tanto dentro como fora da União Soviética, o Partido Comunista dos anos 30 alçou a doutrina marxista-leninista a uma condição religiosa. Embora proclamasse ter abolido a religião, buscava de fato simplesmente substituir uma religião por outra. No entanto, toda religião deve fazer apelo a algo mais que o mero intelecto, suscitar algo mais que respostas intelectuais. Para usar um clichê, deve conquistar tanto mentes quanto corações, satisfazendo necessidades emocionais profundas ao mesmo tempo que fornece um sentido humanístico lógico. Deve enfrentar a dimensão irracional do homem, proporcionando respostas a indagações que surgem dessa dimensão irracional; e deve pelo menos reconhecer, e se possível solucionar, questões como o desejo de amor, o medo da morte, a angústia da solidão.

Há uma distinção crucial entre uma religião, por um lado, e uma filosofia ou ideologia, por outro. A despeito de suas aspirações, a doutrina marxista-leninista nunca foi na verdade mais que uma filosofia ou uma ideologia. Em suas abstrações, em sua esterilidade emocional, ela não conseguiu fazer jus às necessidades internas do homem - nem pelo reconhecimento dessas necessidades, nem por sua satisfação. Nessa medida, a doutrina marxista-leninista foi psicologicamente ingênua. Pressupunha, com considerável simplismo, que as necessidades internas poderiam ser aplacadas por uma barriga cheia e um credo logicamente coerente. Assim, ofereceu pão e uma teoria sobre a produção, o valor econômico e a distribuição do pão. Ofereceu também a história, capitalizada como um absoluto sublime em si mesmo. E ofereceu o conceito de Povo.

Mais uma vez, no entanto, nem só de pão vive o homem, e menos ainda só de teorias sobre o pão. Princípios como a alienação do trabalho, a relação entre o trabalho e o capital, a dialética, até a luta de classes e a distribuição desigual da riqueza não despertam qualquer resposta visceral, não oferecem

satisfação alguma a formas de fome menos tangíveis, menos bem-definidas mas não menos disseminadas e obsessivas entre os homens - a fome de "paz de espírito", de realização emocional e espiritual, de uma compreensão do seu lugar no cosmo, de respostas para questões que escapam ao domínio da sociologia e da economia, escapam ao domínio do materialismo em geral. Ao mesmo tempo, o conceito de história como um dado absoluto é inadequado para cingir o desejo e o senso do sagrado ou do divino no homem.

Ao abordar o problema do sentido, a doutrina marxista-Ieninista só ofereceu soluções provisórias. Finalidade e direção foram estabelecidas apenas para um dado lugar num dado momento, sujeitas a permutação e mudança. Mas o impulso religioso busca algo mais duradouro. Não é no tocante a questões sociais ou econômicas, mas a mistérios como o tempo, a morte, a solidão, o amor e a consciência que a necessidade de sentido é mais aguda. E foram precisamente esses *mistérios* - sendo o mistério o verdadeiro domínio da religião - que a pseudo-religião do marxismo-Leninismo foi mais flagrantemente incapaz de enfrentar ou mesmo de reconhecer. Nessa medida, ela se provou cada vez mais inadequada às necessidades internas da humanidade.

Não surpreende, portanto, que a religião organizada persista tenaz na União Soviética, apesar da reprovação oficial, de perseguições e de ambiciosos programas de doutrinação destinados a neutralizá-la. Em países como a Polônia e a Tchecoslováquia, a Igreja representa um crescente desafio ao regime, precisamente porque atende a necessidades mais profundas do que aquelas reconhecidas pelo regime. E, na própria União Soviética, o Politburo se vê não só importunado por um cristianismo que teima em sobreviver, como também ameaçado por uma enorme expansão do islame. Quer a religião seja ou não "o ópio do povo", a dependência nesse caso não pode ser curada pela simples supressão da droga, deixando a sociedade lutar sem auxílio algum com as agonias da abstinência.

Adolf Hitler como sumo sacerdote

A segunda religião, ou pseudo-religião, dos anos 30 foi o espectro dos movimentos totalitários hoje coletivamente chamados de fascismo. Na Itália, a forma original do fascismo, tal como propagada por Mussolini, na verdade jamais conseguiu o *status* de uma religião, permanecendo, talvez mais que o marxismo-Ieninismo, uma filosofia política, uma ideologia. O papel tradicional da religião foi basicamente deixado para a Igreja. Uma consequência parcial disso foi que o fascismo italiano, sobretudo se comparado a desdobramentos ocorridos em outros lugares, mostrou-se algo um tanto vazio.

Na Espanha, a variante do fascismo promovida por Franco esforçou-se por se aliar intimamente à Igreja, arrogando-se assim uma espécie de mandato divino. Isso lhe valeu muito mais energia, muito mais dinamismo do que a sua contrapartida italiana - e a singular crueldade de que só o fanatismo religioso é capaz. Sob muitos aspectos, pelo menos à distância de quase meio século, há algo mais risível em Mussolini. Franco, com o domínio que estabeleceu sobre a Espanha e o povo espanhol, é uma figura muito mais sinistra.

Mas o exemplo supremo de um totalitarismo de direita que alcançou a condição de religião está na Alemanha nazista. Diferentemente do fascismo na Itália, o nazismo não foi apenas uma filosofia ou uma ideologia. Diferentemente da variante espanhola do fascismo, o nazismo não se aliou a interesses religiosos. Ao contrário, procurou, de maneira bastante sistemática, suplantar todos esses interesses e se impor como uma religião inteiramente nova.

Faz agora quase cinquenta anos que a Segunda Guerra Mundial terminou. Estes anos testemunham um infundável caudal de comentários históricos, exposições e explicações sobre o fenômeno Adolf Hitler, o Partido Nazista e o Terceiro Reich. Ainda assim, as questões persistem; ainda assim os mistérios persistem. Como pôde um povo civilizado e culto - um povo que deu ao mundo Goethe e Beethoven, Kant e Hegel, Bach e Heine - seguir um canto da sereia tão perverso e mergulhar em

massa numa orgia de destruição tão monstruosa, tão demoníaca? Escritores procuraram responder esta pergunta das mais diversas maneiras. O nazismo foi explicado como fenômeno social, fenômeno cultural, fenômeno político, fenômeno econômico. Tentou-se ver como responsável por ele o Tratado de Versalhes, a depressão fiscal, a inflação desbragada, uma perda da auto-estima nacional, a ascensão do comunismo, um desmoronamento da classe média, um sem-número de outras coisas.

Certamente todos esses itens, e muitos outros, desempenharam um papel essencial. Certamente, também, estavam todos inter-relacionados. Mas o elemento mais decisivo para qualquer compreensão do nazismo é a extensão em que ele insuflou deliberadamente o ímpeto religioso do povo alemão. Despertou uma reação tanto emocional quanto cerebral, unindo, à sua maneira perversa, corações e mentes. Tornou-se uma religião bem estabelecida e, como tal, redimiou a Alemanha pós-Primeira Guerra Mundial do purgatório da falta de sentido. Foi a dimensão religiosa do nazismo que inspirou o dinamismo, o fanatismo histórico, a energia e a ferocidade demoníacas que o fizeram transcender os movimentos totalitários paralelos da Itália e da Espanha. Seria plausível afirmar que o Terceiro Reich foi o primeiro Estado na história ocidental, desde Roma antiga, a ter como fundamento último não princípios sociais, econômicos ou políticos, mas princípios religiosos, princípios mágicos. E seu pretense Hder foi muito menos um político, ou mesmo um demagogo, do que um xamã.

A ascensão do Terceiro Reich não "aconteceu" mais ou menos por acidente, como resultado do carisma maligno de um homem. Ao contrário, foi cuidadosamente arquitetada e meticulosamente orquestrada. Com um grau assustador de consciência e sofisticação psicológica, o Partido Nazista se empenhou em estimular e manipular o elã religioso do povo alemão, a responder à questão do sentido numa acepção religiosa. Tanto quanto uma filosofia e uma ideologia, a Alemanha nazista ofereceu uma cosmologia. Tanto quanto para o intelecto, apelou para o coração, para o sistema nervoso, para o inconsciente. Para tanto, empregou muitas das mais antigas técnicas religiosas - cerimonial elaborado, cantilenas, repetição rítmica, oratória encantatória, cor e luz. Os famosos comícios-monstro de Nuremberg não eram comícios políticos como os que se realizam hoje no Ocidente, e sim espetáculos teatrais habilmente encenados como aqueles, por exemplo, que faziam parte dos festivais religiosos gregos. Tudo - as cores dos uniformes e das bandeiras, a posição dos espectadores, a hora noturna, o uso de projetores e holofotes, o ritmo dos eventos - era precisamente calculado. Nos filmes da época, vemos pessoas se inebriando, cantando até entrar num estado de arrebatamento e êxtase, usando o mantra "*Sieg Heil!*" e embevecidas pelo Führer como se ele fosse um deus. Os rostos da multidão estão marcados por uma beatitude idiota, um vazio, a mesma estupefação mesmerizada que podemos encontrar numa assembléia de uma igreja revivalista. Não é uma questão de retórica. Na verdade, a retórica de Hitler é muito pouco convincente. O mais das vezes, é banal, pueril, repetitiva, sem substância. Mas as palavras são proferidas com uma energia virulenta, têm uma pulsação rítmica tão hipnótica quanto o toque de um tambor; e isso, combinado com o contágio da emoção coletiva, com a pressão de milhares de pessoas apinhadas numa área restrita, com uma forma de pompa e circunstância deliberadamente eclesiástica, ampliada a proporções wagnerianas, produz uma histeria coletiva, um fervor essencialmente religioso. O que testemunhamos nos comícios de Hitler é o tipo de "alteração de consciência" que os psicólogos geralmente associam com a experiência mística. E o próprio Hitler se toma um messias sinistro, servindo de receptáculo para a energia religiosa que despertou. Nas palavras de um comentador, "o povo alemão não demorou a começar a ver Hitler como um messias da Alemanha. Assembléias públicas - em especial o comício de Nuremberg - assumiram uma atmosfera religiosa. Todas as encenações tinham o propósito de criar uma atmosfera sobrenatural e religiosa. "

As dimensões religiosas do que Hitler estava fazendo não escaparam, aliás, aos alemães da época. Ao contrário, eles não só a percebiam como, em alguns casos, a acolhiam com satisfação. Assim, há registro de que o prefeito de Hamburgo teria dito: "Não precisamos de sacerdotes. Podemos nos comunicar diretamente com Deus através de Adolf Hitler. " E, em abril de 1937, um conclave de cristãos alemães declarou: "A palavra de Hitler é a Lei de Deus, os decretos e leis que a expressam

possuem autoridade divina. "

Uma das mais valiosas fontes de informação sobre o pensamento do próprio Hitler é Herman Rauschning, um dos primeiros a aderir ao Partido Nazista, em 1926. Tendo-se tomado um dos mais fiéis companheiros e confidentes de Hitler, Rauschning assumiu a presidência do senado de Dantzig em 1933. Já em 1935, contudo, sentindo-se verdadeiramente alarmado com o que estava acontecendo na Alemanha, fugiu primeiro para a Suíça e depois para os Estados Unidos. Considerando essencial abrir os olhos do mundo para o Terceiro Reich, publicou, nos anos imediatamente anteriores à guerra, dois livros em que reporta muitas conversas que mantivera com o próprio Hitler. Neles, várias passagens revelam que Hitler sabia perfeitamente o que estava fazendo, e que a insuflação do ele religioso no povo alemão era parte de um plano meticulosamente traçado. Citando Hitler, Rauschning diz: "Tornara as massas fanáticas, dizia ele, para transformá-las em instrumentos do seu programa. Havia despertado as massas. Elevara-as acima de si mesmas e *lhes dera sentido e uma Junção* [grifado por nós]."

Em seguida, cita Hitler diretamente:

Numa assembléia de massa (...) o pensamento é eliminado. E como este é o estado de espírito de que preciso, como ele me assegura a melhor caixa de ressonância para o meu discurso, ordeno que todos compareçam às assembléias, onde se tornarão parte da massa, quer queiram ou não, sejam eles "intelectuais" e burgueses ou trabalhadores. Eu aglomero as pessoas. Só lhes falo quando formam uma massa.

Mais tarde, o próprio Hitler escreveu em *Mein Kampf*:

Em todos estes casos, enfrentamos o problema de influenciar a livre vontade humana. E isso se aplica especialmente às assembléias em que há homens cujas vontades se opõem ao orador e que devem ser convertidos a um novo modo de pensar. De manhã e durante o dia, parece que o poder da vontade humana se rebela com mais vigor contra qualquer tentativa de se lhe impor a vontade ou a opinião de outrem. Por outro lado, à noite ela sucumbe facilmente ao domínio de uma vontade mais forte (. . .) A misteriosa obscuridade das igrejas católicas também serve a esse propósito, a luz de velas, o incenso...

Hitler admitia que empregava técnicas religiosas. Confessava também, pelo menos em parte, onde as adquirira. "Aprendi, antes de mais nada, com os jesuítas. Aliás, Lenin também, se não me falha a memória." E, após um de seus característicos ataques à maçonaria, acrescenta:

A organização hierárquica [deles] e a iniciação através de ritos simbólicos, isto é, sem puxar pelo cérebro, trabalhando apenas sobre a imaginação por meio da mágica e dos símbolos de um culto - tudo isso constitui o elemento perigoso que incorporei. Não vêem que nosso partido deve ter esse caráter?.. Uma Ordem, é isso que ele deve ser - uma Ordem, a Ordem hierárquica de um sacerdócio secular.

O nazismo não apenas adotou os adereços de uma religião. De maneira bastante literal, *tornou-se* uma religião também em sua substância. Parte dessa substância provinha de Richard Wagner, que, no século XIX, exaltara a qualidade singularmente sagrada do sangue alemão e, nas palavras de um comentador, "acreditara apaixonadamente no teatro como um templo da arte germânica, onde ritos místicos haveriam de redimir" o povo alemão e a alma alemã.

Mas Wagner foi apenas uma entre muitas influências, que convergiram para formar a visão do nacional-socialismo. Hitler se inspirou também no filósofo Friedrich Nietzsche, fazendo uso indevido de grande parte do seu pensamento, divorciando-o do seu verdadeiro contexto e torcendo-o segundo seus próprios fins. Nietzsche não estava vivo para protestar. Quando a hierarquia nazista tentou se

apropriar da mesma maneira das obras do poeta Stefan George, ele estava vivo e protestou com contundente veemência. Num gesto de repúdio e desprezo, exilou-se imediatamente na Suíça - não sem antes plantar as sementes da resistência a Hitler na mente dos seus mais próximos discípulos, o jovem conde Claus von Stauffenberg, que mais tarde iria arquitetar o atentado a bomba feito em 1944 contra o Führer.

Hitler e seu círculo foram influenciados também por vários pequenos grupos ocultistas e sociedades secretas - por exemplo, a chamada Ordem dos Novos Templários, a Germanenorden, ou Ordem Germânica, e a Thulegesellschaft, ou Sociedade de Tule - que estiveram ativas entre o final da década de 1870 e o período posterior à Primeira Guerra Mundial. Nos ensinamentos desses grupos, encontramos uma hostilidade militante ao cristianismo e uma insistência no antigo paganismo germânico.

Em que medida o próprio Hitler esteve pessoalmente ligado a grupos ocultistas é coisa que nunca foi bem esclarecida e talvez nunca venha a ser. Não há dúvida, porém, de que ele conhecia pessoas a eles vinculadas e, invariavelmente, o quadro de membros desses grupos coincidia em parte com o do Partido Nazista nos seus primeiros tempos. Sabe-se que Rudolph Hess e Alfred Rosenberg, por exemplo, estiveram envolvidos na Thulegesellschaft. *Mein Kampf* foi ditado a Dietrich Eckart, um poeta insignificante e demente que era uma figura de proa não somente da Thulegesellschaft como de outras organizações do gênero.

Qual era, então, a natureza da religião de Hitler? Como ele conseguiu reconquistar os corações e as mentes que a Igreja tradicional perdera? Segundo um comentador do final dos anos 30, "o *Weltanschauung* nacional-socialista totalitário é uma fé pagã que não pode encarar o cristianismo senão como alienígena e antagônico."

Em 1938 o dr. Arthur Frey, chefe do Swiss Evangelical Press Service, publicou um livro que é até hoje uma das mais profundas análises do nacional-socialismo como religião. Sem dúvida é verdade que Frey, na qualidade de cristão, tinha seus próprios interesses a proteger, mas isso em nada prejudica a pertinência de suas observações. O Terceiro Reich, diz ele, pretendia ser "não somente um Estado, mas também uma comunidade religiosa, isto é, uma igreja". Diz ainda: "O Führer não é apenas um *Kaiser* secular, que desempenha no Estado a missão de governo; é ao mesmo tempo o messias, que é capaz de anunciar o reino da felicidade. "

Esta avaliação não é exagerada. De fato, é repetida quase literalmente por Baldur von Schirach, o diretor da Juventude Hitlerista, encarregado de educar uma geração de jovens alemães: "... vemos o serviço à Alemanha como genuíno e sincero serviço a Deus; a bandeira do Terceiro Reich nos parece ser a Sua bandeira; e o Führer do povo é o salvador que Ele enviou para nos libertar." Quanto ao cristianismo na Alemanha, o próprio Hitler disse:

Que podemos fazer? Exatamente o que fez a Igreja católica quando impingiu suas crenças aos gentios: preservar o que pode ser preservado, e mudar seu sentido. Devemos fazer o caminho de volta: a Páscoa não é mais a ressurreição, mas a eterna renovação do nosso povo. O Natal é o nascimento do *nosso* salvador... Pensam que esses padres liberais, que já não têm fé, somente um cargo, vão se recusar a pregar o *nosso* Deus nas suas igrejas?

O dr. Frey resume o credo do nacional-socialismo da seguinte maneira: "Para a Fé Germânica o 'sangue' é sagrado... Ao longo dos séculos... o fértil mistério do sangue herdado confere a si mesmo a forma da raça. "

A importância do sangue é ilustrada pela cerimônia nazista que, segundo o escritor francês Michel Tournier, equivale a uma "inseminação de bandeiras". Nessa cerimônia, a bandeira nazista original-manchada com o sangue dos que a tinham empunhado quando Hitler tentou tomar o poder pela primeira vez, em 1923 -, que fora preservada, era ritualmente exibida. Outras bandeiras, novas, deviam tocar nela, de modo a poderem receber - como numa forma grotesca de magia sexual - algo da sua própria qualidade sagrada. Na passagem que se segue, um dos personagens de Tournier descreve

a cerimônia:

Você sabe o que aconteceu: a saraivada de tiros que matou dezesseis dos acompanhantes de Hitler; Goering gravemente ferido; Hitler obrigado a se arrastar no chão junto a Scheubner-Richter, que agonizava, e escapando com um ombro deslocado. Depois, a prisão do Führer na fortaleza de Landsberg, onde ele escreveu *Mein Kampf*. Mas tudo isso é de somenos importância. Do ponto de vista da Alemanha, o homem passaria a ser irrelevante a partir de então. A única coisa que contou nesse dia em Munique, 9 de novembro de 1923, foi a bandeira dos conspiradores, com a suástica, que caiu em meio aos dezesseis corpos e foi manchada e consagrada com seu sangue. Dali em diante, a bandeira de sangue - *die Blutfahne* - passou a ser a mais sagrada relíquia do Partido Nazista. A partir de 1933, é sempre exibida duas vezes ao ano: uma em 9 de novembro, quando a marcha até o Feldherrnhalle em Munique é reencenada, à maneira de uma paixão medieval; mas sobretudo em setembro, no comício anual do Partido em Nuremberg, que marca o apogeu do ritual nazista. Nessa ocasião a *Blutfahne*, como um garanhão que fertiliza uma infinidade de fêmeas, é posta em contato com novos estandartes que buscam a inseminação. Estive presente... e posso lhe dizer que quando encena o rito nupcial das bandeiras, o Führer faz o mesmo movimento que o criador de gado, guiando o pênis do touro para a vagina da vaca com a própria mão. Em seguida, desfilam exércitos inteiros em que cada homem porta uma bandeira e que são puros exércitos de bandeiras: um vasto mar de estandartes, insígnias, pavilhões, emblemas e oriflamas, a sorguer-se e ondular ao vento. À noite o fogaréu completa a apoteose, pois a luz das tochas ilumina os mastros, as bandeiras e as estátuas de bronze, relegando às sombras da Terra a grande massa humana, condenada à escuridão. Finalmente, quando o Führer sobe ao monumental altar, 150 holofotes se acendem subitamente, erguendo sobre o Zeppelinfeld uma catedral de pilares de mais de trezentos metros de altura para provar a importância sideral do mistério que está sendo celebrado.

Essa cerimônia da "inseminação das bandeiras" era apenas uma das numerosas festas, festivais e comemorações com que os nazistas reviam e adaptavam o calendário cristão segundo seus próprios fins, especificamente pagãos: "... celebramos festivais do Sol, do ano, do crescimento, da colheita, quando estes não foram destruídos por uma religião que é alheia ao mundo, hostil à terra." Um desses ritos de grande importância era um antigo festival indo-germânico do jovem deus Sol. Em academias especiais dirigidas pela SS para o treinamento de meninos, o festival Yule era celebrado não como o nascimento de Cristo, mas como o ressurgimento do "Menino Sol" de suas próprias cinzas no solstício de inverno. Não é preciso repisar o caráter religioso e especificamente pagão desses rituais. O que eles envolvem é essencialmente uma variante do século XX do antigo culto a *Sol Invictus*, a que Constantino aderira cerca de 1.600 anos antes. A única diferença real era que, para o nacional-socialismo, até o Sol, de alguma maneira não quantificável, era exclusivamente germânico.

Se Hitler era o messias de uma nova religião, seu sacerdócio era uma elite de *Schutzstaffel*, SS vestidos de preto. Hitler se referiu a Heinrich Himmler, comandante-em-chefe da SS, como "meu Inácio de Loyola" - sugerindo assim um paralelo entre os SS e os jesuítas. Sob muitos aspectos a SS foi de fato modelada segundo a Companhia de Jesus e fazia um uso deliberado de técnicas jesuíticas em esferas como o condicionamento psicológico e a educação. Os próprios jesuítas, porém, haviam tomado muito da estrutura e organização das ainda mais antigas ordens militares-religiosas-cavaleirosas como os Templários e a Ordem Teutônica *Deutscher Orden*. O próprio Himmler concebia a SS como uma ordem, precisamente nesse sentido, vendo-a, muito especificamente, como uma reconstituição da *Deutscher Orden* - um equivalente moderno dos cavaleiros de capa branca, cruces negras nas mãos, que, sete séculos antes, haviam liderado a primeira *Drang nach Osten* [marcha para o leste] rumo à Rússia.

A SS original, de antes da guerra, era de fato tão estritamente recrutada, organizada e ritualística quanto a *Deutscher Orden* medieval. Os candidatos à admissão tinham de apresentar uma árvore genealógica que atestasse puro sangue "ariano" por pelo menos dois séculos e meio - ou, no caso de

postulantes ao oficialato, três séculos. Todos os candidatos tinham de se submeter a um noviciado de estilo religioso antes de serem aceitos na Ordem. Com a maçonaria, os SS aprenderam a importância das insígnias ritualísticas, de tal modo que anéis e adagas tinham lugar de relevo. Runas também eram dotadas de especial significação. Nas mangas de toda túnica SS, havia uma inscrição rúnica bordada com trancelim de prata. O próprio emblema da organização, os dois essés em forma de relâmpagos dentados, era apresentado como o caractere runa "Sig", a "runa do poder", pretensamente usado pelas antigas tribos germânicas para denotar o raio desfechado pelo deus da tempestade - Tor ou Donar, segundo alguns relatos, Odin ou Wotan segundo outros.

Himmler introduziu na organização doses cada vez mais elevadas de esquisitice. Os casamentos dos SS tinham menos em comum com o casamento cristão do que com festas nupciais pagãs. Segundo Himmler, as crianças concebidas num cemitério nasciam imbuídas do espírito dos mortos ali enterrados. Assim, os membros da SS eram estimulados a gerar sua prole sobre lápides sepulcrais - lápides sepulcrais de nobres "arianos", é claro. Cemitérios que, segundo as pesquisas competentes, abrigavam comprovadamente os ossos dos tipos nórdicos apropriados eram devidamente recomendados, e listas de campos santos eram regularmente publicadas no jornal oficial da SS.

A sua volta, Himmler planejou instituir um quadro interno de sumos sacerdotes, um conclave de doze *Obergruppenführer* (o equivalente a gerais-de-divisão) da SS, que deveriam constituir seu próprio grupo pessoal de "Cavaleiros da Távola Redonda". Esse círculo quase místico de treze membros - número que evocava deliberadamente os conclaves de bruxas, bem como, é claro, Jesus e seus discípulos deveria ter seu quartel-general no pequeno burgo de Wewelsburg, nas proximidades de Paderborn, na atual Alemanha Oriental. Os trabalhos de construção não chegaram a ser concluídos antes do fim da guerra, mas Wewelsburg estava destinada a ser a capital oficial da SS, seu centro de culto. Era qualificada como o "*Mittelpunkt der Welt*" - o "miolo do mundo".

No centro de Wewelsburg havia um castelo em que, segundo os projetos, cada um dos treze altos dignitários no comando teria seu próprio quarto, decorado no estilo de um período histórico determinado - segundo a maioria dos comentadores, os períodos corresponderiam às supostas encarnações prévias dos vários ocupantes. Na grande Torre Norte, os treze "cavaleiros" fariam suas reuniões a intervalos ritualísticos. Abaixo, no centro exato da cripta sob a torre, numa base três degraus acima do nível do piso, arderia um fogo sagrado, e junto às paredes seriam colocados doze pedestais de pedra, cuja destinação exata não se conhece. Os números doze e treze se repetem constantemente nos projetos arquitetônicos da reconstrução. O simbolismo era de extrema importância: a cidade que se projetava construir em volta do castelo seria centrada na cripta, irradiando-se em círculos concêntricos meticulosamente traçados.

O próprio Himmler aludiu muitas vezes à geomancia, ou "magia da terra", às trilhas retas que antepassados pré-históricos teriam traçado entre morros, e gostava de fantasiar acerca de Wewelsburg como um "centro de forças" ocultas semelhante ao que (segundo ele supunha) era Stonehenge. O jornal oficial do *Ahnenerbe* - o "departamento de pesquisa", por assim dizer, da SS - publicava freqüentemente artigos sobre esses assuntos.

É interessante observar que nenhum dos aspectos "ocultistas" da Alemanha nazista foi incluído no copioso corpo de provas e documentos examinados no Tribunal de Nuremberg. Por quê? Estariam os promotores Aliados na ignorância disso na época? Teriam desprezado esses elementos como irrelevantes ou circunstanciais? Na verdade, nenhuma das duas coisas ocorreu. Os promotores estavam mais do que cientes desses aspectos. E, longe de subestimá-los, de fato temiam seu poder - temiam os efeitos psicológicos e espirituais sobre o Ocidente da revelação de que um Estado do século XX se estabelecera e alcançara tamanho poder com base em princípios como esses. Segundo o falecido Airey Neave, um dos promotores nos julgamentos de Nuremberg, os aspectos ritualísticos e ocultistas do Terceiro Reich foram por isso deliberadamente declarados "indícios inadmissíveis".²⁴ A justificação apresentada foi que um advogado de defesa habilidoso, apelando à racionalidade ocidental, teria condições de reduzir a responsabilidade dos criminosos de guerra que ele representava

alegando sua insanidade mental.

Tratamos tão extensamente os aspectos religiosos da Alemanha de Hitler porque são precisamente esses os aspectos mais relevantes para a busca de sentido em nossos dias. A cultura ocidental do após-guerra acostumou-se a pensar no nacional-socialismo simplesmente como um partido político extremista e sobre o Terceiro Reich como um Estado governado por um pequeno conclave de loucos. É bem possível que fossem loucos, mas não é isso que importa. O que importa é que foram capazes de transmitir sua loucura e de transmutá-la numa forma de energia messiânica. O nazismo, como dissemos antes, não foi meramente uma filosofia política ou ideologia que "ludibriou" o povo alemão. Foi uma religião, que exerceu tamanho domínio precisamente porque desempenhou a tradicional função religiosa de infundir sentido e coerência num mundo em que esses elementos fundamentais estavam claramente faltando.

É sob esse aspecto, talvez, que o Terceiro Reich oferece hoje a sua mais pertinente aula prática, e a sua mais terrível advertência. Nos nossos dias, muita gente, desiludida com o materialismo, defende um Estado baseado fundamentalmente em princípios espirituais. Esse parece ser um dos objetivos do Prieuré de Sion. Teoricamente, trata-se de um objetivo bastante válido, que provavelmente não seria contestado por um número demasiado grande de pessoas responsáveis. O Terceiro Reich, no entanto, demonstra que um Estado fundado em princípios espirituais não se torna necessariamente, por essa razão, intrinsecamente louvável ou desejável. Se os princípios "espirituais" são distorcidos, tem-se um potencial de destruição no mínimo maior que o do materialismo. O "espírito" desembestado é de longe mais perigoso que a mera matéria. A "Guerra Santa" pode ser a menos santa de todas as guerras, seja ela travada pelos fundamentalistas islâmicos no Oriente Médio ou pelos fundamentalistas cristãos no Estados Unidos.

13

A CRISE E O DESESPERO SOCIAL DO APÓS-GUERRA

A sua maneira perversa, Hitler deu ao povo alemão uma nova noção de sentido, outorgando-lhe uma nova religião e remindo-o da incerteza - da "relatividade de perspectiva que raiava pelo pânico epistemológico". Com isso, irônica e paradoxalmente, deu também ao resto do mundo uma nova noção de sentido. Por causa de Hitler e do Terceiro Reich, o mundo teve sentido, pelo menos por algum tempo. A Primeira Guerra Mundial foi uma guerra insana. O que a tomou particularmente terrível foi que essa loucura era tão desbragada, tão difusa e penetrante quanto uma nuvem de gás tóxico. Nela não houve verdadeiros heróis ou vilões. Todos eram culpados e ninguém era culpado; todos a tinham desejado e ninguém a tinha desejado; e, uma vez deslanchada, a coisa toda ganhou impulso próprio, atemorizante e destrutivo, que ninguém era capaz de controlar. A loucura da Primeira Guerra Mundial foi essencialmente sem forma e não há como combater o que não tem forma. Não havia outra solução possível além do atrito e a exaustão.

A Segunda Guerra Mundial, ao contrário, teve sentido. Não foi apenas uma guerra sensata; talvez tenha sido a guerra mais sensata travada na história moderna. Foi sensata, no que diz respeito às potências aliadas, precisamente porque a Alemanha tinha de fato tomado a si a carga da loucura coletiva da humanidade. Ao arcar com todo o horror, a infâmia, a atrocidade e a bestialidade de que a humanidade era capaz, a Alemanha, paradoxalmente, devolveu a sanidade ao resto do mundo ocidental. Foi preciso Auschwitz e Bergen-Belsen para nos ensinar o significado do mal - não como proposição teológica abstrata, mas como realidade concreta. Foi preciso Auschwitz e Bergen-Belsen para nos mostrar os atos de que éramos capazes, e despertar em nós a vontade de repudiá-los. Diferentemente da guerra de 1914, a guerra contra o Terceiro Reich tornou-se uma legítima cruzada em nome da decência, da humanidade, da civilização.

Nessa medida, a Alemanha propiciou uma noção renovada de sentido não apenas ao seu próprio

povo, iludido, como também, de maneira mais válida, ao resto do mundo ocidental. Não havia dúvidas quanto a onde estava o mal. E tratava-se realmente do mal, não de mera imbecilidade, nem mesmo de tirania convencional como aquela que se poderia associar ao *Kaiser*, a Napoleão, ou até a Stalin. Em suma, a loucura coletiva do mundo, ao ser encarnada por um povo específico, tomou forma; e, uma vez dotada de forma, podia ser combatida. A tomada de posição contra ela restaurou uma hierarquia de valores que se degenerara.

Lamentavelmente, o Ocidente não aprendeu tanto quanto devia com essa experiência. Vendo no Terceiro Reich apenas um fenômeno social, político e econômico, os historiadores não foram capazes de reconhecer ou avaliar as necessidades psicológicas que, quando exploradas por Hitler e sua *dique*, o haviam engendrado. Assim, o Ocidente continuou a ignorar a realidade e a importância dessas necessidades. Na verdade, a questão nunca foi encarada de frente. O resultado é que continua a se emboscar nos bastidores, no limiar da consciência, de maneira subliminar. A Alemanha nazista tinha, ao que parecia, encarnado o irracional. Em consequência, a sociedade ocidental passou a desconfiar do irracional, a repudiar todas as suas manifestações exceto naquelas poucas horas, rigorosamente circunscritas e contidas, destinadas à igreja no domingo. Fez-se até uma tentativa de desmistificar o serviço religioso, com a adoção de versões simples, atualizadas, do livro de orações e da Bíblia. Como Hitler provara ser um falso profeta, a sociedade ocidental passou a desconfiar de todos os absolutos. Essa desconfiança veio finalmente a culminar, mais uma vez, num relativismo generalizado.

Isso não se evidenciou de imediato. Nos primeiros anos após 1945 ainda era possível aferrar-se aos valores que haviam prevalecido durante a cruzada - decência, humanidade e civilização. A eles veio então conjugar-se uma nova fé no progresso material. Afinal de contas, os recursos materiais é que tinham derrotado Hitler, e agora era possível vê-los como forças do "bem". Ao lado da decência, da humanidade e da civilização, eles pareciam genuinamente dignos de crédito. Assim, no fim dos anos 40, a bomba atômica foi encarada mais como um instrumento de paz do que como um perigo potencial.

A fé no progresso ajudou a mergulhar o Ocidente num breve período de autocontentamento materialista, cujo melhor exemplo talvez seja a mentalidade do "terno de flanela cinza" da administração Eisenhower e do *sloean* de Macmillan: "Nunca foi tão bom". A característica mais destacada da nova época foi a proliferação do que hoje chamamos "sociedade de consumo". Mas os valores, para chamá-los assim, que sustentavam a "sociedade de consumo" eram fundamentalmente provisórios - no fundo, eram o equivalente da "obsolescência programada" de Detroit. Não eram promulgados como uma forma de absoluto. Não tinham a pretensão de responder às questões básicas de sentido. O grande ideal da época estava implícito numa palavra muito em voga, "normalidade" - que, na prática, equivalia a mera uniformidade. Tudo que fosse "anormal", qualquer agitação de necessidades internas mais profundas - experiências ou anseios religiosos, colapsos nervosos, neuroses e até simples desvios do convencional -, era estigmatizado, visto como patológico.

O que esse período ofereceu de mais próximo ao que poderíamos chamar de sentido e propósito foi a chamada "Guerra Fria". Aos olhos de homens como o senador Joseph McCarthy, sentido e propósito para o Ocidente consistiam na manutenção de um "baluarte contra o comunismo". Em outras palavras, o Ocidente passou a se auto-definir essencialmente em função da sua antítese, sem compreender plenamente o que era essa antítese. O resultado foi que o 'comunismo se tornou mais ou menos sinônimo da mais atroz aberração, da "anormalidade" máxima da época. Visto em retrospecto, tudo isso parece curioso e ingênuo. Mas era também perigosamente vazio. Não basta saber contra o que estamos. É preciso saber a favor do que estamos. A definição de si mesmo como mero baluarte contra alguma coisa de natureza vaga é um alicerce frágil e escorregadio para nele se construir uma sociedade e dar-lhe sentido. No entanto, isso foi apresentado como o único esteio disponível para a nova fé do materialismo orientado para o consumo. Na cultura ocidental do pós-guerra, não havia nenhuma energia criativa positiva em ação, nada para fornecer um senso abrangente de ordem e

coerência.

Em meados dos anos 60, o Ocidente encontrava-se tomado pela desordem, e seus valores (se valores havia) tinham caído em crescente descrédito. No mundo inteiro, movimentos nacionalistas haviam começado a impressionar a consciência popular e a desafiar o pressuposto de que a sociedade ocidental era "o que há de melhor". Os assassinios de John e Robert Kennedy e de Martin Luther King, ao pôr a nu a precariedade das estruturas existentes, traumatizaram não só os Estados Unidos como todo o mundo ocidental. Uma geração de jovens se revoltou, desafiando as idéias preconcebidas dos mais velhos, proclamando sua desilusão contra o materialismo e se orgulhando das suas demonstrações de "anormalidade". A "anormalidade" deixava de ser "anormalidade" para se converter em "originalidade", "criatividade", "auto-expressão". As sublevações sociais, desde os movimentos pelos Direitos Civis e contra a Guerra do Vietnã nos Estados Unidos até a revolta estudantil de 1968 em Paris, puseram definitivamente à mostra a fragilidade e o vazio do consumismo materialista. A fé do mundo do pós-guerra revelava não ter muito mais substância do que a roupa nova do rei, na fábula.

Hoje, como durante o intervalo entre as duas guerras mundiais, a sociedade ocidental se vê novamente em suspenso num limbo de incerteza. Mais uma vez, "tudo é relativo". Mais uma vez, não há direção positiva, as pessoas têm apenas uma nebulosa noção de que precisam "se virar" de algum modo e sobreviver; e isso passou a ser um fim em si mesmo. Mais uma vez, há crise de sentido. E a sensação subjacente de pânico é evidentemente intensificada por três fatores não levados em conta antes, nas previsões do futuro. Um deles é o perigo iminente de superpopulação, que parece mais ameaçador a cada década. O segundo é a temida destruição do ambiente habitável pela superindustrialização e a poluição. O terceiro é o espectro de um holocausto nuclear. Estes três problemas projetam uma terrível sombra sobre nossas vidas, uma sombra que efetivamente embaça, senão eclipsa, nossa crença no futuro, e sobretudo nossa visão do futuro. E, sem crença no futuro, somos empurrados de maneira ainda mais penosa para um presente cada vez mais caótico. Assim arrastados de volta ao presente, começamos a questioná-lo cada vez mais. E o presente não é capaz de responder satisfatoriamente a essas indagações.

O resultado desse processo foi uma nova busca de sentido - de algo que possa, efetivamente, desempenhar a função de uma religião, fornecendo propósito e direção. A religião organizada pouco se esforçou para se mostrar à altura das circunstâncias e preencher o vazio. Num nível social, mantém-se bastante vigorosa, e só se pode aplaudir suas atividades humanitárias e filantrópicas. Mas atividades desse gênero não atendem às nossas necessidades internas. No que diz respeito a estas, a religião organizada parece em geral ter capitulado e abandonado a batalha.

Em alguns casos, ela permaneceu inerte, estática, recusando-se a crescer, recusando-se a se adaptar e a se tornar apropriada para a época, recusando-se a assumir a responsabilidade de propor princípios norteadores adequados para os problemas contemporâneos. Assim, por exemplo, a Igreja Anglicana, já em condições bastante deploráveis, perde tempo e energia perseguindo maçons e se enreda em tergiversações tortuosas a respeito da ordenação de mulheres - precisamente quando poderia estar fazendo tantas coisas mais válidas, e quando maçons e sacerdotes mulheres só poderiam ajudá-la nisso. Mas se a Igreja Anglicana está estagnada, a Igreja Católica, sob o papa João Paulo II, tem-se mostrado em franco retrocesso. Durante os últimos anos, Roma deu mostras de extrema obtusidade, tentando se entrincheirar por trás de valores superados que não apenas não se aplicam mais ao mundo contemporâneo, mas impõem um ônus cada vez mais pesado à sua credibilidade e portanto à sua autoridade. Promulgar regras antiquadas, ignorando ao mesmo tempo questões relativas ao papel das mulheres, ao controle da natalidade e ao aborto, à perspectiva de superpopulação, é abdicar da sua própria responsabilidade. Na verdade, a Igreja deixou de atender à sua congregação, deixou de cumprir suas obrigações para com seu rebanho, de atendê-lo no que ele necessita. Ao contrário, está subordinando as necessidades dos fiéis às suas próprias - ao seu programa de autopreservação e sobrevivência. Nessa medida, não está apenas tornando seu rebanho cada vez mais vulnerável. Está

também se lançando numa corrida autodestrutiva, num suicídio institucional.

Não espanta que a sociedade ocidental, vendo-se diante dessa situação, tenha começado a se voltar em outras direções, a procurar alternativas - alternativas que possam, de maneira mais efetiva que a religião organizada, responder à necessidade de sentido na sociedade contemporânea. A natureza de algumas dessas alternativas revela o quanto essa busca é desesperada.

14

CONFIANÇA E PODER

Um dos componentes fundamentais de toda religião funcional é a confiança. Uma religião válida deve servir de depositário seguro de confiança. Deve também ser capaz de converter criativamente essa confiança na base da sua autoridade. Só através do elemento confiança uma religião pode desempenhar sua missão de conferir sentido.

Temos uma necessidade instintiva, tanto individual quanto coletiva, de confiar - precisamos confiar a alguém ou a alguma coisa certos aspectos da nossa natureza mais profunda. Na esfera mais intimamente pessoal, buscamos depositar nossa confiança na família, nos amigos, no cônjuge ou parceiro sexual, no psicanalista, no capelão, no padre confessor ou no cartomante. Mas a necessidade de confiar se estende também a esferas mais impessoais - a instituições de que dependemos ou que exercem um ou outro tipo de controle sobre nossas vidas. Empresas, exércitos, governos, estruturas educacionais e religiosas são todos repositórios de confiança. E o diretor da empresa, o comandante militar, o chefe do Estado, o educador e o líder religioso têm de ser capazes de fazer jus à confiança não só de um indivíduo, nem mesmo só de alguns, mas de muitos.

A natureza da responsabilidade, ou autoridade, conferida a essas figuras vai sem dúvida variar. Um político, por exemplo, pode ser investido do poder de moldar o destino de um homem, mandando-o para a guerra, por exemplo; mas não necessariamente lhe será confiada a carga de uma consciência pesada. Uma religião, quando levada a sério, será depositária de um espectro de confiança muito mais amplo do que qualquer outra instituição, uma vez que a sua autoridade abrange não somente esferas sociais e culturais como também a nossa vida interior - nosso sentimento de culpa, por exemplo, nossos mais secretos anseios e impulsos, nossas incertezas, nossos mais profundos temores e, por fim, nossa necessidade de sentido. Ao contrário de um líder político, o padre ou o pastor podem oferecer a catarse do confessional, seja na forma ritual de um sacramento, como na Igreja Católica, seja no quadro mais informal de outras religiões.

O que tendemos a esquecer é que depositar confiança não é um processo passivo. Tendemos a falar, sem refletir a respeito, em "ato de confiança", e é isso, precisamente, que o processo de confiar envolve: um *ato*. Confiar é um processo ativo, não passivo. Algo é ativamente dado por uma parte e recebido por outra.

Há uma correlação intrínseca, inescapável, entre confiança e poder. É como se a confiança, no próprio ato de ser conferida, sofresse uma espécie de modificação química. Em consequência, o que começa como confiança ao deixar o doador é convertido em poder nas mãos do receptor. Quando confiamos ativamente num indivíduo, estamos dando a ele um grau de poder sobre nós. Se vinte pessoas realizam um ato semelhante de depositar confiança no mesmo indivíduo, o poder deste cresce proporcionalmente. Quando 8 milhões de alemães depositaram ativamente sua confiança em Adolf Hitler, eles o estavam dotando de um imenso poder. De fato, o poder de Hitler - ou o poder do aiatolá Khomeini, ou o de qualquer outro demagogo - pode ser definido simplesmente como a confiança ativamente depositada nele por uma multidão de pessoas. É impossível fugir a esta inter-relação entre confiança e poder.

Três perguntas-chave emergem naturalmente. A primeira é: de que modo a confiança é adquirida em dada situação? É genuinamente merecida? Ou é obtida por algum outro meio - pelo embuste, por exemplo, ou por extorsão? Alguns dos "grandes homens" da História, como, digamos, Abraham

Lincoln, inspiram uma espécie de afeição respeitosa e em geral se considera (com razão ou não) que eles mereciam a confiança neles depositada. Outros, como Bismarck, indubitavelmente conquistaram confiança por meios mais duvidosos.

A segunda pergunta-chave diz respeito à natureza da confiança envolvida em dada situação. Até onde ela se estende? Entre figuras públicas que recebem a confiança de grandes números de pessoas estão comandantes militares, políticos e líderes religiosos. Em geral, a natureza da confiança depositada em cada uma dessas categorias de líderes será bastante diferente. Um católico fervoroso, por mais patriótico que seja, não vê o governante de seu país como vê o Papa. Por outro lado, há exemplos ocasionais - o de Hitler, por exemplo, ou o de Khomeini - em que muitos diferentes tipos de confiança se fundem num só, por assim dizer. O resultado - no caso de Hitler ou no aiatolá, ou ainda, há um século, no de Mahdi - será em geral um personagem de proporções messiânicas.

A terceira questão-chave, evidentemente, é o que, precisamente, o receptor da confiança faz com o poder de que é beneficiário. Emprega-o para dar em troca e beneficiar os que assim o dotaram, ou os explora como meros peões num jogo ambicioso de interesses pessoais? No caso de Gandhi, ou de Martin Luther King, a confiança, quando convertida em poder, teve um uso muito diferente daquele que Stalin lhe deu.

A busca contemporânea de sentido acarreta a busca de alguém ou alguma coisa que mereça receber o mais amplo espectro de confiança -em outras palavras, a busca de um princípio religioso. Ao fracassar em atribuir sentido, a religião organizada ou institucionalizada fracassa também em inspirar confiança; e, ao ser incapaz de inspirar confiança, torna-se cada vez mais impotente. É esta, obviamente, a situação hoje reinante no tocante à religião organizada. A consequência é que o grau de confiança que ela recebe diminuiu, enquanto médicos, psiquiatras, políticos e vários outros repositórios de confiança reivindicam fatias cada vez maiores do bolo.

O papado medieval, ou a Igreja Anglicana no século XVII, ou a fé dos puritanos que fundaram os Estados Unidos exerceram, todos eles, um poder muito real, que abrangia todos os aspectos da vida das pessoas, desde assuntos de consciência pessoal até negócios de Estado de grande alcance. Em parte por causa de abusos passados, o poder de seus equivalentes modernos é inteiramente nominal ou simbólico, quando existe. O resultado foi que Deus passou a ter cada vez mais poder sobre cada vez menos, de tal modo que ficamos cada vez mais incertos quanto ao que significa exatamente sua suposta "onipotência". A polícia, os tribunais e os governos podem cortar fora orelhas e membros, prender e torturar, confiscar propriedades, impor sentenças de morte - não em nome de Deus e sim em nome do código penal, do partido, do Estado ou mesmo de uma fórmula tão vaga como "segurança nacional". Enquanto isso, Deus está reduzido a desfechar um iracundo raio ocasional contra uma infeliz catedral.

O Abuso da Confiança

Por que meios indivíduos e/ou instituições adquirem a confiança dos que se tornam seus adeptos? Evidentemente, no contexto deste livro, não é possível examiná-los de maneira abrangente, e nem mesmo superficial. Vale a pena, porém, ressaltar algumas técnicas específicas, por causa do modo como podem ser usadas na insuflação do impulso religioso.

Uma dessas técnicas é o uso deliberado da intimidação e do medo. O mecanismo é bastante conhecido e requer pouca explicação. Um inimigo generalizado é postulado - como Satã, o Anticristo, o comunismo, o fascismo. Faz-se então com que esse inimigo pareça cada vez mais invasivo, cada vez mais monstruoso em suas proporções, cada vez mais ameaçador a tudo que é caro às pessoas - a família, a qualidade de vida, a pátria. Tendo gerado pânico suficiente, basta apresentar a si mesmo ou à própria instituição como um baluarte, um bastião, um refúgio, um porto seguro. As chamadas "lições da história" já deveriam nos ter ensinado, a esta altura, a desconfiar desses truques. No entanto, sua permanente eficácia é demonstrada por uma simples olhadela no mundo de hoje.

Vivemos num mundo de rótulos e *slogans*, a maioria dos quais denota ou um suposto terrível adversário ou um suposto bastião de salvação contra ele.

Ao mesmo tempo, há estratégias mais sutis. Políticos, por exemplo, costumam apelar para a razão ou para o bom senso - ou, muitas vezes, para o que pretende passar por razão ou bom senso. Costumam também, como todos sabem, ser pródigos em promessas. Essas promessas têm por alvo especificamente as expectativas e as necessidades das pessoas, e com frequência têm pouca ou nenhuma probabilidade de serem cumpridas. Mesmo assim, tais promessas denotam o reconhecimento dessas expectativas e necessidades. E esse reconhecimento, com muita frequência, é por si só suficiente. A promessa não precisa necessariamente ser cumprida. Na verdade, há uma aceitação geral de que pode ser descumprida, e em geral quem a sustentou não é chamado para explicar o descumprimento. O reconhecimento das necessidades e expectativas, implícito na promessa, é considerado prova suficiente de boa intenção. Estamos tão desiludidos que um mero sinal de boa intenção não só nos satisfaz como nos proporciona um repositório de confiança.

É um truísmo hoje que a política moderna se apóia pesadamente na mídia. Na prática, o que isso significa é que a política moderna depende da sua habilidade de usar o potencial da mídia para fazer publicidade. Durante o último quartel de século, tornou-se cada vez mais patente que a conquista da confiança é em grande medida uma questão de promoção, publicidade e relações públicas. Idéias, programas e políticos são apresentados hoje da mesma maneira que mercadorias. Em outras palavras, têm que ser "vendidos". Para esse fim, todas as técnicas da publicidade são habilmente aplicadas, entre elas numerosas técnicas de manipulação psicológica.

Há um risco, é claro, em reduzir a política ao nível da publicidade. Estudos recentes mostram que telespectadores equipados com aparelhos de controle remoto tendem a mudar de canal, ou a tirar o som, durante os intervalos comerciais. Isto gerou certo alarme na indústria de publicidade e, ao que se diz, várias "medidas defensivas" estão sendo discutidas. Ainda assim, a conclusão inevitável desses estudos é que os telespectadores acham grande parte dos comerciais de televisão enfadonhos, tolos ou mesmo francamente repulsivos. Os consumidores de bom nível intelectual - e este é o caso da maioria dos consumidores atualmente - tendem a ser mais sofisticados do que supõe a indústria da publicidade. Não se deixam seduzir, engambelar ou persuadir tão facilmente. Ao contrário, tendem a ser céticos; e, se compram determinado produto, é pouco provável que o façam por estarem genuinamente convencidos pelas afirmações da publicidade. Fazer política no nível da propaganda é fomentar um ceticismo semelhante nesse terreno. As pessoas podem votar por preguiça, por curiosidade, por desejo de novidade. Mas o poder e o mandato adquiridos dessa forma serão muito diferentes do poder e do mandato fundados na confiança.

Por outro lado, é preciso admitir que as técnicas de publicidade alcançaram alguns êxitos notáveis, ainda que questionáveis. Nem todos esses êxitos são de natureza política. Nos Estados Unidos, como veremos, também a religião está sendo vendida como laquê, desodorante ou chiclete. A salvação é mascateada pela televisão como se fosse uma espécie de flúor espiritual, uma proteção garantida contra a degradação moral. As pessoas podem se salvar pelo reembolso postal ou por uma passada numa Igreja *drive-in*. Essas inovações não produzem apenas certo grau de confiança. Também atraem fabulosas somas de dinheiro. Mais adiante, neste livro, tentaremos avaliar até que ponto elas cumprem a função de conferir sentido - isto é, avaliar se podem ser qualificadas como religiões em algum sentido válido, ou se são alguma outra coisa.

Ritual e Consciência

Se o homem tem um desejo inato de confiar, tem também uma propensão inata a duvidar, a mobilizar seu intelecto e suas faculdades críticas a serviço do ceticismo. Ao fazê-lo, afirma sua individualidade, o sentido da sua própria singularidade. Ao longo dos séculos, a religião procurou neutralizar a tendência do homem ao ceticismo, anestesiando-lhe o intelecto, por assim dizer, apaziguando-o ou até

subjugando-o. Para esse fim, muitas vezes se empreende um ataque aos sentidos. Luz, cor, som, aroma são empregados com tal intensidade que a consciência de qualquer outra realidade fica efetivamente obliterada. Uma fascinante combinação de chamas tremeluzentes, cores, cânticos, repetição, efeitos rítmicos, fumaça de incenso é utilizada de maneira bastante deliberada para criar uma atmosfera geral de enlevo, uma dimensão divorciada da esfera mundana, uma qualidade de "encantamento". Na verdade, algumas dessas técnicas operam de maneira bastante sutil. Pesquisas mostraram, por exemplo, que se as batidas de um tambor forem sincronizadas com as batidas do coração e depois aceleradas, serão acompanhadas pelo ritmo cardíaco. Assim - como alguns astros do *rock* descobriram pelo menos desde os anos 60 - se produz excitação.

Tudo isso, é claro, é ritual. Sua função é criar um estado mental essencialmente semelhante ao transe, ou a uma hipnose leve. Num tal estado, a auto-percepção do indivíduo é mesmerizada, tornando-se inerte. Ele pode então se deixar absorver por algo maior - a congregação ou a multidão, a idéia, a atmosfera, os valores que estão sendo promulgados. Muitas vezes, essa sensação de se libertar de si mesmo, de ser absorvido por uma outra entidade, gera uma excitação tão intensa que se entra em êxtase. Em sua dinâmica psicológica, senão necessariamente em seu conteúdo, esse êxtase tem muito em comum com a chamada "experiência religiosa", ou "experiência mística". É claramente isso que podemos ver em ação nos encontros evangélicos, por exemplo, quando as pessoas entram num estado de enlevo e começam a "falar línguas", ou caem em pranto, ou são tomadas por ataques epileptiformes. É isso que as seitas ou cultos de quase todas as religiões praticam. Numa forma mais estruturada, controlada, regulada e cenicamente calculada, foi isso que caracterizou os comícios do Terceiro Reich em Nuremberg. Numa forma menos estruturada, muito mais imprevisível, é o que ocorre em muitos concertos de *rock*. Basta lembrar os efeitos inicialmente produzidos por Elvis Presley, os Beatles ou os Rolling Stones - a gritaria, o êxtase beatífico, o frenesi, os desmaios.

Esses estados mentais envolvem uma alteração temporária, ou mesmo um apagamento, da consciência. Como Adolf Hitler, o astro do *rock* atua como um xamã, provocando uma forma de experiência religiosa em seu público. Na verdade, essa é uma manifestação do flautista mágico da lenda. E, como este, pode empregar seu poder para o bem ou para o mal. No início da história, o flautista é uma figura positiva, que livra a aldeia de Hamelin de seus ratos, atraindo-os para o rio com sua música. No final, porém, revela-se demoníaco, atraindo para a morte não mais os ratos e sim as crianças da aldeia. Hitler ilustra a último trecho da história. Muitos astros do *rock* desejam ilustrar o primeiro - embora, como no concerto dos Rolling Stones em Altamont, Califórnia, em 1969, o feitiço possa se virar contra o pretenso feiticeiro.

Um ataque ao intelecto e aos sentidos pode induzir um estado de êxtase religioso. Em algumas seitas islâmicas, os nomes de Deus são ritmadamente recitados vezes sem fim, até que se tornem vazios de significado, meros sons que obnubilam a consciência. Esse tipo de efeito pode ser produzido por uma cantilena ritmada, quer as palavras sejam "Jesus salva", ou "Aqui vamos nós, aqui vamos nós"... ou "*Sieg Hei*". O estado mental resultante pode ser descrito como um estado de "porosidade", graças ao qual dados são assimilados, e reações emocionais despertadas sem passar pelo filtro do aparelho crítico do intelecto. A renúncia a esse aparelho crítico - o auto-abandono ou auto-abdicação temporária nela envolvidos - é um exemplo particularmente impressionante do ato de confiança. No estado mental que acabamos de descrever, a confiança é *ativamente* dada e recebida, e essa operação pode ser percebida não apenas pelos que nela estão envolvidos como por um observador neutro.

Era exatamente esse tipo de alteração de consciência que o xamã de uma "sociedade primitiva" procurava induzir; e quanto mais capaz de fazê-lo se mostrasse, mais profundamente era venerado. Em culturas posteriores, sacerdotes de todas as religiões tentaram provocar a mesma alteração de consciência, e até hoje o fazem. O mesmo fazem certos ideólogos e demagogos. O mesmo fazem militares.

O valor desse estado é que ele transforma temporariamente a mente numa tábula rasa, uma folha em branco. Toda a programação anterior é momentaneamente apagada. Isso pode não ter importância

especial para o astro do *rock*, mas tem para o líder religioso, o político ou o militar. Para ele, trata-se de uma oportunidade de, por assim dizer, introduzir no indivíduo um "novo programa", que o deixará transformado em algum grau. Esse novo programa pode constituir o que em geral se chama conversão religiosa. Pode também constituir uma forma de lavagem cerebral.

A questão seguinte, evidentemente, é a natureza do "novo programa" introduzido. No caso do militar, o "novo programa" consiste num código de comportamento, uma série de respostas e reações reflexas, um número limitado de atitudes numa esfera rigorosamente circunscrita. No caso do líder político ou religioso, o "novo programa" pretende ser muito mais abrangente. Por vezes incluirá uma resposta mais ou mesmo viável, mais ou menos exequível - para a necessidade de sentido. Outras vezes, apenas distrairá dessa necessidade.

Arquétipo e Mito

Vale a pena ressaltar uma outra técnica que, ao longo dos séculos, foi usada para despertar confiança e responder - ou tentar responder à necessidade de sentido. É uma técnica tão antiga quanto o ritual, mas muito mais sutil. Por essa razão, foi de especial valia não só para instituições religiosas e políticas como também para organizações como a maçonaria, as várias corporações rosa-cruz... e o Prieuré de Sion. Ela envolve o uso de símbolos de um modo que podemos definir - para usar a terminologia junguiana - como "ativação e manipulação de arquétipos".

É impossível expor neste trabalho, mesmo de maneira sumária, uma síntese do pensamento de Jung. Para os nossos objetivos, será suficiente definir a natureza e a função do que Jung chamou de "arquétipos". Segundo ele, um "arquétipo" é uma experiência - ou padrão de experiência - básica, comum a toda a humanidade - uma experiência ou padrão de experiência que os homens partilham desde tempos imemoriais. Assim definidos, os arquétipos e padrões arquetípicos nos são bastante familiares. Na verdade, tendemos a considerar a maioria deles como óbvios. Eles incluíam eventos como o nascimento, a puberdade, a iniciação sexual, os traumas de guerra, o ciclo das estações, bem como conceitos mais abstratos - o medo e o desejo, o anseio por uma "pátria espiritual" e, é claro, a própria busca de sentido que estamos discutindo.

Como esses arquétipos formam a base das facetas mais elementares e primevas da natureza humana, seu significado muitas vezes desafia os recursos da linguagem. A linguagem é um produto do intelecto e da racionalidade; os arquétipos e os padrões arquetípicos transcendem o intelecto e a racionalidade. Em conseqüência, é em geral por meio de símbolos que eles encontram sua expressão mais direta, porque um símbolo não faz apelo apenas ao intelecto, despertando ressonâncias de níveis mais profundos da psique - daquilo que o psicólogo chama de "o inconsciente". Por isso mesmo, os símbolos sempre tiveram suprema importância, não só para o sacerdote e o líder religioso como para o artista, o poeta e o pintor - especialmente quando estes últimos assumem uma postura sacerdotal.

Há, evidentemente, muitos níveis de símbolo. Cada indivíduo, por exemplo, tem seus próprios símbolos pessoais - imagens associadas à sua própria experiência singular e íntima. Assim, podemos ver determinada flor ou determinada pedra como uma espécie de talismã; podemos preservar uma lembrança de uma pessoa amada; podemos guardar um troféu ganho numa competição esportiva como emblemático de um triunfo ou conquista. Há também símbolos culturais e nacionais mais generalizados - a antiga flor-de-lis da França, a cruz de Lorena adotada por Charles de Gaulle para as forças francesas livres durante a Segunda Guerra Mundial, a suástica nazista, a águia dos Estados Unidos. Determinadas pessoas podem também funcionar como símbolos coletivos. Joana d' Arc, por exemplo, é muitas vezes tomada como a personificação de uma qualidade essencial da França, assim como o rei Artur da Inglaterra, El Cid da Espanha.

Os símbolos arquetípicos têm um quadro de referência ainda mais amplo. Pertencem não só a indivíduos mas à humanidade como um todo. A fênix, por exemplo, com sua sugestão de morte e renascimento, é um símbolo arquetípico característico. O mesmo se pode dizer do unicórnio,

tradicionalmente associado à pureza virginal e à iniciação mística. O paraíso da tradição cristã, o Valhala das antigas tribos teutônicas, as ilhas dos abençoados na lenda céltica e os campos elíseos dos gregos simbolizam essencialmente um mesmo arquétipo, ou um mesmo anseio arquetípico. Padrões arquetípicos são também freqüentemente simbolizados por figuras antropomórficas - o herói, o viajante, a donzela perseguida, a *femme fatale*, os amantes unidos na morte, os irmãos ou gêmeos em luta, o deus que morre e revive, a velha sábia, o eremita na floresta ou no deserto, o alimento sagrado tocado por deus, o rei perdido ou esbulhado. Essas figuras encarnam princípios de pertinência universal, aplicáveis a todas as culturas e todas as épocas. Por vezes aparecem disfarçadas, com características superficiais de determinada época, mas sob a aparência externa permanecem essencialmente as mesmas. Assim, por exemplo, o bandido virtuoso, como apresentado no filme, *Bonnie and Clyde*, de Arhtur Penn, é uma versão do século XX de uma figura muito mais antiga: Robin Hood. Assim também Kojak, ao "limpar" Manhattan, nada mais é que uma variação contemporânea de Wyatt Earp "limpando" Dodge City; e Wyatt Earp, por sua vez, é uma derivação do cavaleiro andante medieval. O cavaleiro andante dos nossos dias já não anda a cavalo.

Dirige um automóvel. Mas o padrão básico de suas condutas é essencialmente o mesmo de séculos atrás. Hoje a cidade moderna é a selva, a fronteira arriscada, a floresta encantada e traiçoeira, em que monstros - humanos ou não - armam emboscadas e o perigo espreita em cada trilha escura. Tendo destruído as fronteiras e as florestas do passado, passamos a criar novas, no próprio âmago de nossa civilização. Sob as roupagens de determinada época, porém, reside algo de perene - um símbolo ou imagem arquetípica que, por assim dizer, "reencarna" através dos séculos.

Símbolos podem operar isoladamente ou em conjunto. Uma cerimônia religiosa, por exemplo, envolve freqüentemente uma multiplicidade de símbolos, que atuam harmonicamente, produzindo um conjunto de efeitos. Quando organizados numa narrativa coerente, ou num enredo, os símbolos se tomam o que chamamos "mito". A palavra "mito" não deveria ser usada no sentido de "ficção" ou "fantasia", como já foi costume. Ela implica, ao contrário, algo extremamente mais complexo e mais profundo. Os mitos não foram criados simplesmente para entreter e divertir, mas para explicar as coisas - para justificar a realidade. Para os povos do mundo antigo - babilônios e egípcios, celtas e teutões, gregos e romanos -, mito era sinônimo de religião e, como na Igreja Católica da Idade Média, abrangia o que hoje classificamos como ciência, psicologia, filosofia, história, todo o espectro do conhecimento humano. Com base nisso, podemos defini-lo como *toda* tentativa sistemática de explicar ou justificar a realidade, passada ou presente. Por essa definição, todo sistema de crenças - cristianismo, darwinismo, marxismo, psicologia, teoria atômica - pode ser classificado como um mito, e a palavra não implica nenhum descrédito, nenhuma diminuição. Todos os sistemas de crença surgem e se desenvolvem para o mesmo fim: elucidar "a ordem das coisas", dar sentido ao mundo.

A mitologia clássica era a ciência, a psicologia e a filosofia do seu tempo, e estaremos sendo ingênuos se pensarmos que a ciência, a psicologia e a filosofia do nosso próprio tempo não são igualmente formas de mito e não serão vistas como tais em algum momento no futuro.

Como os símbolos que o compõem, um mito, dependendo dos aspectos que enfatize, pode ser pessoal, arquetípico, ou se situar em qualquer ponto entre uma coisa e outra, sendo por exemplo nacional, ou tribal. O mito pessoal dispensa comentários. Todo homem tem sua própria explicação, implícita ou explícita, da realidade. Todo homem tem experiências e aventuras que, especialmente na memória, assumem proporções míticas - episódios da infância, por exemplo, antigos casos de amor, travessuras na escola. O estofado da nostalgia é com muita freqüência o estofado do mito. A distância, tanto no tempo quanto no espaço, é freqüentemente um fator decisivo no processo de fabricação do mito. Por isso, todos nós mitificamos nosso próprio passado - nossa infância, nossos pais, as figuras que envolviam nossas vidas muito tempo atrás. Tendemos também a mitificar coisas, lugares e pessoas de que estamos separados pela distância geográfica, por uma separação forçada ou pela morte. Todos conhecem o relevo que amigos ou pessoas amadas ausentes chegam a assumir na nossa mente. Com freqüência elas são reduzidas a uma total simplicidade, num processo em que as

complexidades desaparecem e acabamos por nos lembrar apenas de alguns traços marcantes que despertam forte reação emocional. Num nível coletivo, figuras como John F. Kennedy e Marilyn Monroe gozaram de uma condição mítica mesmo quando vivas. Em virtude de sua morte, sofreram uma transformação radical e sua condição mítica foi aumentada, intensificada.

A maioria dos mitos coletivos tem tanto um aspecto arquetípico quanto um aspecto puramente tribal. Qualquer deles pode ser enfatizado em detrimento do outro, e o próprio mito torna-se então arquetípico ou tribal. Um mito arquetípico, como os símbolos arquetípicos que incorpora, reflete certas constantes universais da experiência humana. Seja qual for a sua origem específica no tempo ou no espaço, um mito arquetípico transcenderá esses fatores e remeterá a alguma coisa partilhada pela humanidade como um todo. Uma virtude singular do mito é que ele pode ser usado para unir pessoas, ao ressaltar o que elas têm em comum. Os aspectos arquetípicos do cristianismo - por exemplo, a idéia de um salvador, divino ou não, que se martiriza para conceder um prêmio espiritual ao seu povo - podem comover tanto cristãos como não-cristãos. Na verdade, foi precisamente através do relevo dado a esses aspectos arquetípicos que o cristianismo, nas mãos de seus missionários, conseguiu se implantar em sociedades tão exóticas como o México e o Japão do século XVI.

Os mitos tribais, em contrapartida, enfatizam não o que os homens têm em comum, mas o que os separa. Os mitos tribais não remetem aos aspectos universais e partilhados da experiência humana. Ao contrário, servem para louvar e exaltar uma tribo, cultura, povo, nação ou ideologia específicos - e isso, necessariamente, em detrimento de outras tribos, culturas, povos, nações e ideologias. Em vez de levar à confrontação consigo mesmo e ao auto-reconhecimento, os mitos tribais apontam para fora, para a auto-glorificação e o ufanismo. Esses mitos extraem seu ímpeto e energia da insegurança, da cegueira, do preconceito... e da invenção deliberada de um bode expiatório. Como carecem de substância própria, precisam fabricar um adversário externo a enfrentar - um adversário que deve ser aumentado para que se possa lançar sobre suas costas tudo que se quer repudiar e projetar fora de si mesmo. Os mitos tribais refletem uma incerteza profundamente arraigada quanto à identidade interna. Definem uma identidade externa por meio do contraste e da negação. Assim, o branco passa a ser identificado como tudo que não é preto, e vice-versa. Tudo que o inimigo é, nós não somos. Tudo que o inimigo não é, somos.

Ao longo de toda a história, as religiões se valeram de mitos tanto tribais como arquetípicos. Ou melhor, usaram essencialmente o mesmo mito, enfatizando seus aspectos tribais ou arquetípicos, para gerar confiança e, em troca, conferir sentido ou pelo menos uma aparência de sentido. O sentido conferido pelo mito arquetípico pode muitas vezes ser ao mesmo tempo válido e viável - como, por exemplo, quando a Igreja assume a condição arquetípica de "mãe" e desempenha o papel materno de curar, reconciliar, prover abrigo, refrigério e compaixão. Em contrapartida, o aparente sentido fornecido pelo mito tribal é o mais das vezes espúrio - é menos um sentido do que uma distração ou derivativo da ausência de sentido. Assim, durante as cruzadas, ou as guerras contra o protestantismo, a Igreja Católica enfatizou os aspectos tribais de sua doutrina, definindo-se basicamente a partir do seu adversário proclamado, transformando o "infiel" ou o "herege" num bode expiatório. O que a Igreja ofereceu nesses casos não foi sentido mas, na melhor das hipóteses, um paliativo para a falta de sentido e, na pior, um mero pretexto para a atrocidade, a conquista e a pilhagem. Quando opera nesse nível do mito tribal, a religião perde por completo seu caráter de religião, toma-se uma pseudo-religião.

O "Final dos Tempos" como um Arquétipo

Um dos motivos simbólicos e míticos de mais forte ressonância é o do apocalipse. Ele surge com frequência na história da maioria das grandes religiões do mundo e é usado de diversos modos. Por vezes é empregado arquetipicamente - para induzir, como uma preliminar para o Juízo Final, o exame de consciência e a auto-avaliação, seja de um indivíduo ou de uma cultura. Por vezes é apresentado

como explicação para os mais variados males, reais, imaginários ou previstos. Por vezes é usado para intimidar as pessoas, para tirar proveito de sua culpa, quebrar sua resistência e arrancar confiança. Por vezes é utilizado de maneira cruamente tribal, como instrumento para criar uma pretensa elite dos que asseguraram sua "salvação", em contraste com a massa dos "condenados". Por vezes chega mesmo a servir de pretexto para a perseguição dos supostos "condenados".

Discutimos na Parte I como o arquétipo do apocalipse, ou do "final dos tempos", foi explorado no século I - na época em que viveram Jesus e seus irmãos - e o quanto um arquétipo como esse pode ser poderoso quando insuflado e manipulado. Como veremos, essa força tem considerável relevância para o mundo contemporâneo. Caso a atual necessidade de sentido do homem possa ser atendida apenas pelo arquétipo do apocalipse iminente, e caso esse apocalipse deva ser entendido literalmente, as implicações são realmente graves.

A Sociedade Secreta como um Arquétipo

Um segundo arquétipo que merece destaque é o que poderíamos chamar de cabala, ou a "junta invisível", ou, para lhe dar seu nome mais popular, a sociedade secreta. É possível encontrá-la no mundo todo, em todas as culturas, em todas as épocas. Em geral, a sociedade secreta se caracteriza como um conclave de titereiros, um círculo clandestino de pessoas que trabalham nos bastidores para o bem ou para o mal, manipulando os outros, orquestrando eventos, fazendo pressão, puxando cordões, "fazendo as coisas acontecerem". Na tradição esotérica judaica, por exemplo, há os doze (ou cerca disso, o número varia) sábios ou "homens virtuosos" que permanecem desconhecidos pela multidão, que estão espalhados pelo mundo e cuja retidão agrada tanto a Deus que é o único fator que O convence a manter o cosmo intacto. Em outras palavras, são eles que, com seu poder, sustentam a realidade. Em certas formas de budismo, assim como na teosofia e na antroposofia, função análoga é desempenhada pelos chamados "mestres secretos". Dotados de um poder e uma sabedoria sobrenaturais, eles reencarnariam a cada época e supostamente residiriam numa cidade mística no Himalaia.

Evidentemente, estas são versões extremas do tema. Outras mais atenuadas podem ser encontradas nas próprias instituições religiosas. Todo clero, por exemplo, é uma cabala ou sociedade secreta mais ou menos organizada. E todo clero tem seu próprio clero interno, ainda mais secreto. Assim, por exemplo, existe a ordem interna dos jesuítas, a hierarquia misteriosa que orienta a congregação em seu conjunto e é considerada detentora de um poderoso segredo. Até muito recentemente, o mais impressionante exemplo de cabala dentro do catolicismo era o Santo Ofício - isto é, a Inquisição. Hoje, a mística associada tanto à ordem interna dos jesuítas como ao Santo Ofício foi, até certo ponto, apropriada pela Opus Dei, a forte e nebulosa organização que hoje controla a Rádio Vaticano, possui vultosos investimentos fundiários e empresariais por todo o mundo ocidental e mantém uma rede de escolas cujos princípios drásticos foram tema de uma reportagem da BBC. Além disso, há também ocasiões - como a eleição de um novo papa - em que a própria Cúria assume o papel de uma cabala.

O elemento cabalístico associado aos Templários é talvez a fonte primordial do fascínio que eles exercem sobre muita gente até hoje, quase oito séculos depois da sua dissolução. O poder psicológico da cabala como arquétipo é ilustrado pelos membros originais da RosaCruz no início do século XVII. Eles - fossem quem fossem - anunciavam sua existência "invisível" através da publicação de panfletos incendiários. Sua existência histórica como organização ainda não foi satisfatoriamente elucidada. Seja como for, a crença em sua existência foi suficiente para gerar uma onda de histeria por toda a Europa - e, como afirmou Frances Yates, para desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento do pensamento, da cultura e das instituições políticas do século XVII. Há ainda, é claro, a franco-maçonaria, provavelmente o exemplo supremo de cabala arquetípica nos séculos XVIII e XIX. A maçonaria não funcionava como cabala apenas junto aos não membros. Dentro das próprias fileiras da confraria, a hierarquia especialmente ao culminar em "superiores desconhecidos"

- formava uma cabala dentro de uma cabala, uma pirâmide enigmática cujo ápice estava envolto em nuvens.

O arquétipo da cabala desempenha um papel particularmente importante na sociedade ocidental contemporânea. Está presente onde quer que o homem moderno busque encontrar uma conspiração clandestina, para o bem ou para o mal - na máfia, na maçonaria (de novo), no governo e nos partidos políticos, nas atividades do terrorismo internacional, nas instituições das altas finanças, em organizações como a Comissão Trilateral e o Bilderburg. É particularmente óbvio nas modernas agências de informação. As iniciais MI5 e M16, a CIA e a KGB bastam para evocá-lo. Elas denotam verdadeiras sociedades secretas, no sentido estrito da expressão. Mas a mística cabalística de que estão revestidas as torna tanto mais secretas quanto mais influentes. Os serviços de informação atuais tornaram-se uma espécie de bicho-papão, cuja simples menção é capaz de atemorizar ou manipular grupos inteiros de pessoas, como se fossem crianças.

A partir desses exemplos é possível depreender certas características da cabala como arquétipo. Acima de tudo, a cabala é organizada, é secreta e é pelo menos considerada poderosa. Se é de fato poderosa ou não, em última análise não vem ao caso. Pode se tornar poderosa simplesmente em virtude da crença das pessoas em seu poder. Algumas cabalas - os serviços de informação, por exemplo - detêm inquestionavelmente um poder muito real, que é aumentado pelas crenças que as pessoas alimentam a seu respeito. Outras podem não ter qualquer poder além do que lhes é atribuído - mas isso, por si só, lhes confere considerável força. No início do século XIX, certos personagens - como Charles Nodier, apontado como grão-mestre do Prieuré de Sion na época, e Filippo Buonarroti, um exímio conspirador que foi muito admirado por homens como Bakunin - houveram por bem inventar e disseminar informações sobre algumas sociedades secretas inteiramente fictícias. Eram informações tão plausíveis que pessoas inteiramente inocentes se viram molestadas e perseguidas sob a alegação de pertencerem a elas. Diante dessa perseguição, as vítimas, numa tentativa de autodefesa, começaram a se organizar numa sociedade secreta verdadeira, estruturada nos moldes da fictícia. Assim o mito gerou uma realidade. É esse o poder *prático* de um arquétipo posto em andamento.

Obviamente, a cabala pode ser percebida como sinistra, louvável ou ambas as coisas, segundo o grau em que seus objetivos coincidem com os objetivos de quem a avalia. Em qualquer dos casos, ela não deixa de exercer um fascínio e em geral desperta também algum tipo de reação emocional. Quando acontece de estarmos "do mesmo lado" que a cabala, sua existência, ou mesmo sua suposta existência, pode ser imensamente tranquilizadora. Quando acontece de estarmos "do lado oposto", ela provoca uma reação ainda mais forte, porque nesse caso alimenta nossa paranóia - e a paranóia com relação a cabalas e conspirações tornou-se uma das modas psicológicas e culturais do nosso tempo. (Não que essa paranóia careça sempre de fundamento. Ao contrário, este século nos ensinou muito bem do que é capaz um conclave pequeno e bem organizado trabalhando nos bastidores; e temos razão para desconfiar de qualquer concentração de poder nas mãos de tais conclaves - especialmente quando não sabemos como esse poder é usado.)

No entanto, mesmo que seja percebida como hostil, a cabala freqüentemente possui um elemento tranquilizador. Por quê? Em parte porque é mais confortante pensar que as complicações e perturbações nos negócios humanos, pelo menos, são criadas por seres humanos, não por fatores acima do nosso controle. A crença numa cabala é um estratagema que nos reassegura que certas ocorrências não são aleatórias e sim ordenadas - e ordenadas por uma inteligência humana. Isso as torna compreensíveis e potencialmente controláveis. Se uma seqüência de eventos pode ser atribuída a uma cabala, há sempre a esperança, por mais tênue que seja, de que é possível sustar o poder da cabala - ou aderir a ela e partilhar desse poder. Finalmente, a crença no poder da cabala é uma afirmação implícita da dignidade humana uma afirmação muitas vezes inconsciente, mas necessária, de que o homem não é totalmente impotente e sim responsável, pelo menos em certa medida, pelo seu próprio destino.

Em parte, este livro é sobre uma cabala - o Prieuré de Sion. O que faz a importância do Prieuré e o

distingue de muitas outras cabalas contemporâneas é a sua profunda compreensão, e utilização, exatamente dos mecanismos que descrevemos até agora. A medida que fomos conhecendo o Prieuré em nossas pesquisas, deparamo-nos com uma organização que, com plena consciência do que está fazendo - e de fato segundo um projeto deliberado -, insufla, manipula e explora arquétipos. Não só trafica com arquétipos conhecidos e tradicionais - o tesouro escondido, o rei perdido, o caráter sagrado de uma linhagem, um assombroso segredo transmitido ao longo dos séculos. De maneira bastante deliberada, o Prieuré de Sion usa também a si mesmo como um arquétipo. Procura orquestrar e regular as percepções que o público externo tem dele como uma cabala arquetípica - senão, de fato, como *a* cabala arquetípica. Assim, se a natureza e a extensão do seu poder social, econômico e político podem permanecer cuidadosamente veladas, sua influência psicológica pode ser ao mesmo tempo discernível e substancial. Consegue dar a impressão de ser o que as pessoas pensam que é, porque compreende a dinâmica pela qual impressões desse tipo se transmitem. Como ficará claro, estamos lidando neste caso com uma organização de extraordinária sutileza e sofisticação psicológica.

15

O ARTISTA COMO SACERDOTE, O REI COMO SÍMBOLO

Desde o século passado e mesmo antes, a religião tem sofrido golpes cada vez mais graves em sua credibilidade. Mas o senso religioso, o senso do "sagrado", do "numinoso", de um padrão coerente que transcende nossa experiência - permanece essencialmente intacto para boa parte das pessoas. Os tradicionais guardiões do "espiritual" podem ter perdido a confiança que neles era depositada, ou se mostrado indignos dela. Podemos até ter adquirido a preocupação de só usar a palavra entre aspas. Ainda assim, para a grande maioria das pessoas, o "domínio espiritual" continua sendo uma realidade, mesmo que a religião organizada já não o defenda.

Toda uma faceta do pensamento e da cultura do século XX reflete uma aspiração de sentido e de "espiritual" *fora* do contexto e da moldura da religião institucionalizada. Assim, por exemplo, Einstein, seguindo os passos de Newton, tentou conciliar suas próprias monumentais e desnorteantes descobertas com um sereno senso do divino. Assim, um número crescente de pessoas, reconhecendo a falência dos sistemas vigentes, tem buscado um ou outro instrumento válido de síntese para reintegrar uma realidade fragmentada.

Exemplo desse processo é C. G. Jung, que, situado em perspectiva, foi não só um psicólogo como também um filósofo e até um profeta. As principais preocupações de Jung foram fundamentalmente de natureza religiosa. A atenção que dedicou à experiência universal e o uso que fez dos instrumentos vitais de síntese, em vez de análise, emanavam do seu desejo de agregar o mundo, de infundir-lhe novamente sentido. Mais ainda, Jung procurou fazer isso não apenas em termos puramente teóricos (ou teológicos), mas em termos que pudessem ser *diretamente experimentados* e não meramente aceitos como artigos de fé - e que, traduzidos em dinâmica psicológica, pudessem ter aplicação prática, não só aos domingos mas ao longo de toda a vida do indivíduo.

Diferentemente de Freud, Jung não viu a psicologia e a religião como incompatíveis. Ao contrário, viu-as como complementares, uma ajudando a outra a gerar uma noção de sentido e coerência. E Jung compreendeu a religião em seu sentido mais amplo, mais profundo e mais válido - não como mera estrutura de dogma conceitual - não como uma seita ou credo particular, mas como algo que abrangia todos os credos, um elemento básico na constituição da psique humana. Conseqüentemente, empenhou-se em sintetizar, em comparar e identificar fontes comuns, denominadores comuns, dinâmicas psicológicas comuns, padrões partilhados - não só nas grandes religiões do mundo como também em muitas outras atividades do homem. O resultado foi algo que poderia realmente funcionar como um princípio religioso viável para a época atual - um modo de pensar e compreender que de

fato conferia sentido, ao mesmo tempo em que promovia a tolerância, a flexibilidade e a humanidade. Assim, para Jung, o Jesus da história é secundário, ao passo que o Jesus da fé - o Jesus que existe no crente como uma realidade psicológica - se torna um arquétipo; e episódios como, digamos, a tentação no deserto, ou as "penas do inferno", ou a Ressurreição tornam-se componentes de um padrão arquetípico que é partilhado por toda a humanidade. A tentação, a descida aos infernos e a emergência triunfante dos infernos são temas que ocorrem em todas as religiões, todas as mitologias. Em virtude desses temas, Jesus entra em harmonia com outras figuras arquetípicas no mundo todo. Elas participam dele e ele delas, e todos vêm a encarnar certas verdades duradouras, universais. Ao mesmo tempo, Jesus como arquétipo está também, de maneira bastante literal, dentro de cada indivíduo, exatamente como proclama o cristianismo. Todo mundo pode experimentar a tentação em sua vida pessoal. Todo mundo pode experimentar a morte, seja literalmente ou no sentido metafórico da descida às profundezas da própria psique - ao inferno que todo indivíduo carrega em algum lugar dentro de si. Todo mundo pode experimentar uma forma de renascimento e renovação. Na medida em que partilhamos sua experiência, nos tornamos realmente um com Jesus e Jesus um conosco. Isso não envolve nenhum conflito com o fato histórico.

Durante grande parte de sua vida, e nos anos imediatamente seguintes à sua morte em 1961, Jung foi considerado suspeito pelo *establishment* psicológico, predominantemente freudiano, que o via como um "místico" e por isso o rejeitava. Hoje seu trabalho é por muitos considerado uma das mais originais e valiosas contribuições ao pensamento do século XX. Jung apontou também, em campos tão diversos como a antropologia, a psicologia e o estudo comparativo das religiões, o caminho para outros, que seguiram seus passos na busca de uma conciliação entre psicologia e religião, entre experiência pessoal e o sentido profundamente arraigado do sagrado. É significativo que Don Cupitt, falando da crise enfrentada pela religião neste final do século XX, diga a propósito de Jung: "Provavelmente iremos todos segui-lo."

O Repositório do Sagrado

Mas o pensamento junguiano e suas ramificações não são de modo algum as únicas tentativas válidas de criar sentido no mundo contemporâneo. Encontramos processo semelhante em desenvolvimento nas artes, entre muitas das figuras mais destacadas na cultura do século, que não se furtaram à responsabilidade tradicional do artista de enfrentar a questão do sentido, esforçando-se para sintetizar, buscando unir fragmentos díspares numa realidade coerente. Em alguns casos, o artista faz isso espontaneamente; em outros, como parte de um programa cuidadosamente traçado. Assim, por exemplo, em meados do século XIX, Flaubert criticou a religião organizada por abdicar de sua responsabilidade, por não mais conseguir atuar como um repositório do sentido e do "sagrado". Para sanar essa falha, procurou sistematicamente situar o artista como uma nova espécie de sacerdote, investi-lo da responsabilidade de conferir sentido. Pessoalmente, Flaubert considerava que a arte sempre fora um repositório do sentido e do "sagrado". A partir desse momento, julgou que ela devia passar a sê-lo de maneira deliberada, como parte de um plano conscientemente aceito pelo artista. Ao mesmo tempo em que Flaubert formulava esses princípios em suas cartas, Richard Wagner, na Alemanha, enunciava publicamente os mesmos princípios. E, na Rússia, figuras como Dostoiévski e Tolstói começavam a pô-los em prática.

Hoje Flaubert pode ser rejeitado como a expressão de um esteticismo anacrônico. No entanto, muitos dos maiores nomes da literatura do século XX - Joyce, Proust, Kafka, Thomas Mann, para citar só quatro exemplos - seguiram suas pegadas e reconheceram publicamente sua dívida para com ele. Não se pode tampouco negar que as artes procuraram efetivamente desempenhar uma função religiosa, servir de repositório do "sagrado", conferir sentido, sintetizar, unir uma realidade fragmentada e dotá-la de sentido. Em alguns casos - a poesia católica mística de Paul Claudel, por exemplo -, uma posição doutrinária específica está explícita. Em outros, como no de Tolstói, há uma orientação

"cristã" ampla que desafia categorias doutrinárias estabelecidas, mas nem por isso é menos profundamente religiosa. Outras obras - as de D.H. Lawrence, de Patrick White, de alguns escritores latino-americanos contemporâneos -, embora nem sequer sejam necessariamente cristãs, manifestam um profundo senso religioso e uma visão essencialmente religiosa. E ainda que Proust, Joyce e Thomas Mann em geral não sejam considerados em absoluto "escritores religiosos", a verdade é que enfrentam as questões geralmente vistas como apanágio da religião organizada. Todos estes escritores buscam enfrentar e resolver o problema do sentido. E o fazem por meio de uma orientação "espiritual" que só pode ser qualificada de religiosa.

Desde a década de 1880, tem-se atribuído grande valor aos livros que refletem a "tradição de sabedoria do Oriente" - livros como o *Bhaavadaita*, o *Ramayana*, o *Mahabharata*, e o *Tao te china*. Pretensos místicos europeus e norte-americanos muitas vezes perguntaram por que não existe uma tradição comparável no Ocidente. Na realidade existe, e reside na nossa herança cultural. O *Ramayana* e o *Mahabharata* são ambos poemas épicos. O *Bhaavadaita* é um híbrido de poema épico e dramático. Nenhum deles é essencialmente diferente de obras como *A divina comédia*, *O paraíso perdido* ou o *Fausto* de Goethe. E se diferem das peças de Shakespeare ou de Puchkin, dos romances de Tolstoi ou de Hermann Broch, a diferença está essencialmente na forma ou gênero literário, não no conteúdo ou na visão. Do mesmo modo, o *Tao te china* consiste de uma série de poemas líricos místicos. Seus equivalentes ocidentais podem ser encontrados tanto na poesia mística de Yeats, de Eliot ou de Stefan George, como, mais particularmente, nos *Sonetos a Orfeu* de Rilke.

O Ocidente na verdade possui sua própria "tradição de sabedoria", uma tradição que está em constante crescimento, transformação e desenvolvimento. Se esse corpo de elementos tomou-se dissociado da religião organizada, isso é basicamente uma consequência da estreiteza e da inadequação desta última. A imagem de Jesus apresentada num livro como *A última tentação de Cristo* de Kazantzakis é, em última análise, mais profundamente religiosa e mais profundamente "cristã" do que o retrato expurgado em geral proposto pelas igrejas. Sob esse aspecto, podemos considerar que a meta de Flaubert foi cumprida. As artes de fato se tomaram um repositório do sagrado, e do sentido.

Se a sociedade ocidental muitas vezes não consegue perceber isso, é por sua própria culpa e em seu próprio prejuízo. Isso decorre, antes de mais nada, da preguiça. No Ocidente industrializado, uma obra importante de literatura séria tem notoriamente pouca probabilidade de se tornar um *best-seller*. Ocasionalmente, se ganha algum prêmio de prestígio, se gera controvérsia ou pode ser associada a um filme ou programa de tevê muito divulgados, consegue sucesso comercial. Mesmo nesse caso, porém, continuará sendo vista basicamente como forma de entretenimento ou diversão; e se for considerada "difícil demais" - isto é, se exigir maior concentração do leitor - estará condenada. Nem sempre a sociedade ocidental tratou sua literatura de maneira tão arrogante. Ainda recentemente, no século XIX, Goethe, Byron, Puchkin e Victor Hugo foram *best-sellers* enquanto ainda viviam, sendo devorados aos milhões, moldando os valores e atitudes de suas sociedades. E hoje, em outras partes do mundo supostamente "menos desenvolvidas" que a nossa, as artes são levadas a sério e têm espaço para desempenhar a função religiosa de conferir sentido.

Em 1968, Gabriel García Márquez publicou *Cem anos de solidão*. Tão logo a tradução para o inglês foi publicada, o livro foi aclamado como um "clássico moderno", um dos romances "verdadeiramente grandiosos" do século XX - e rapidamente apropriado pelo *establishment* acadêmico, onde gerou uma indústria exclusiva de teses. No entanto, até seu autor ganhar o Prêmio Nobel, em 1982, tanto ele quanto o livro permaneceram desconhecidos pela maior parte do "público leitor". E, apesar do Prêmio Nobel, ambos talvez continuem sendo. Muitos leitores ocidentais, que não hesitam em enfrentar mil páginas de Gurdjeff ou de Rudolf Steiner, ou tratados sobre o pensamento oriental, em busca de sentido ou "auto-aperfeiçoamento", põem Gabriel García Márquez de lado como "difícil demais". No entanto, na própria América Latina, *Cem anos de solidão* foi vorazmente devorado por todas as

camadas cultas da sociedade de Caracas, ou de Santiago, ou da Cidade do México. Vendeu numa escala só igualada pela Bíblia. Era mencionado e citado nos bares, nos bilhares, na rua. Episódios do livro eram referidos como se fossem do conhecimento comum. As pessoas tinham com ele a mesma familiaridade que, na Grã-Bretanha ou nos Estados Unidos, teriam com os últimos episódios dos seriados de tevê *Dinasty* ou *Dallas*.

É verdade que, até certo ponto, um livro como esse deve obviamente falar de maneira mais imediata às pessoas cujo mundo ele reflete de maneira direta. Mas isso, por si só, dificilmente explica por que os leitores britânicos e norte-americanos o acharam tão "difícil". Ou por que fomos obrigados a citar *Dallas* e *Dinasty* como ponto de referência e comparação - em outras palavras, por que nenhuma obra da literatura inglesa ou norte-americana, clássica ou contemporânea, goza em seu meio de uma familiaridade comparável. Certa vez, durante uma conferência, tivemos a oportunidade de fazer essas perguntas a um visitante da América Latina. Sua resposta foi reveladora: "Porque estudamos a nossa literatura", disse ele orgulhosamente. "Nós a *estudamos* da maneira como as pessoas na Europa, alguns séculos atrás, estudava a primeira tradução da Bíblia por Lutero. Não a estudamos academicamente. Mas como uma guia de vida e compreensão. Livros como esse nos ajudam a dar sentido ao mundo moderno e às nossas vidas. Voltamo-nos para eles em busca de sentido, como outrora as pessoas se voltavam para a Bíblia."

O respeito de que goza a literatura relevante na América Latina reflete na posição conferida aos seus criadores. Escritores latinoamericanos têm sido constantemente investidos de importantes responsabilidades políticas. Pablo Neruda, o poeta contemplado com o Prêmio Nobel, era amigo íntimo e conselheiro do presidente Salvador Allende no Chile. O romancista mexicano Carlos Fuentes serviu como embaixador de seu país na França. Sergio Ramírez, atual vicepresidente da Nicarágua, é também um célebre romancista. No Peru, o romancista Mario Vargas Llosa foi apontado como candidato à presidência de seu país.

O máximo que o governo britânico conseguiu realizar a este respeito é Jeffrey Archer. Quanto a Ronald Reagan, a melhor aproximação parece ser o senso, ou falta dele, por trás de *Rambo*.

O Aspecto Arquetípico da Monarquia

Tanto o pensamento junguiano quanto as artes são, portanto, esferas em que a tradicional função religiosa de procurar, encontrar ou talvez criar sentido continua sendo realizada. Ao mesmo tempo, contudo, tanto o pensamento junguiano como as artes continuam sendo esferas circunscritas de interesse e atividade. Por várias razões, complexas demais para serem convenientemente investigadas aqui, nenhuma delas afeta significativamente a população em geral; nessa medida, nenhuma delas pode tampouco fornecer a espécie de "guarda-chuva" capaz de abranger toda a sociedade, como a religião fazia outrora.

Mas haverá algum outro princípio positivo, amplamente aceito, operando na cultura contemporânea? Haverá, por exemplo, algum tipo de instituição consagrada - isto é, padronizada - que seja genuinamente arquetípica, que afete, ainda que apenas subliminarmente, a consciência coletiva e por isso atue, pelo menos em certa medida, como um repositório de sentido? Pelo menos sob alguns de seus aspectos, a monarquia pode ser vista como uma instituição desse tipo.

Em seus piores aspectos, tal como exemplificados por muitos regimes autocráticos do passado, a monarquia pode ser sinônimo de tirania. Nos melhores, contudo, pode de fato ser vista como um repositório de sentido - que, ainda que de maneira limitada, desempenha efetivamente pelo menos uma função semi-religiosa. Não há dúvida de que a monarquia repousa numa base arquetípica. A realeza em si mesma é um arquétipo. A monarquia constitui por natureza a substância do conto de fadas, que por sua vez é uma manifestação do mito - o mito tal como definido acima, isto é, uma tentativa criativa de explicar a realidade. Seja qual for a forma de governo sob a qual vivemos, nossa mente continua sendo povoada, desde a infância, por reis e rainhas, príncipes e princesas. Por mais

"republicanos" que possamos ser, essas figuras são parte de uma herança cultural coletiva, com uma validade psíquica própria. Na ausência de uma genuína realeza dinástica, tentamos criar uma realeza substituta com artistas de cinema ou cantores populares, por exemplo, ou ainda, nos Estados Unidos, com famílias como os Kennedys. No entanto, esses substitutos são sempre um pálido simulacro dos originais em que, deliberadamente ou não, se baseiam. Por mais que fantasiemos o contrário, no fundo sabemos que a imagem cinematográfica que vemos não passa de celulóide. E a condição aristocrática de famílias como os Kennedys acaba por ser embaçada pelo falso brilho da política.

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o presidente da Terceira República francesa queixou-se de que ele, como presidente, envergando fraque e cartola, não inspirava respeito em seu povo, ao passo que qualquer príncipezinho sem importância dos Balcãs que visitasse Paris exibindo alamares dourados e plumas de avestruz conseguia fazer a população se apinhar ao longo das ruas para vê-lo passar em cortejo. Em outras palavras, o presidente francês teve a perspicácia de reconhecer o apelo intrínseco da monarquia e do espetáculo, e o grau em que o povo francês estava sedento de ambos. Ao reconhecer a figura pouco sedutora que fazia em seus banais trajes civis, ao lado da majestade e do esplendor de outros chefes de Estado, ele não estava dando mostra de uma vaidade pessoal frívola. Tratava-se, antes, de uma questão de auto-estima nacional. Se os franceses se envergonhavam de ser franceses porque seu chefe de Estado parecia insignificante e patético, havia de fato motivos de preocupação.

Cerca de 65 anos antes, um presidente francês enfrentara precisamente o mesmo dilema e reagira. Em dezembro de 1848, Luís Napoleão - sobrinho de Napoleão I - foi eleito presidente da Segunda República, cargo que conferia poderes claramente limitados. Também ele se sentiu eclipsado pela pompa e grandeza de outros soberanos europeus. O resultado foi que, em 2 de dezembro de 1851, Luís Napoleão aplicou um golpe de Estado pelo qual assumiu efetivamente o governo e redefiniu de maneira radical, a seu favor, os poderes da presidência. Em seguida, deu um passo sem precedentes. Submeteu seu ato ao julgamento do povo francês através de um plebiscito e obteve o apoio da maioria esmagadora. Um ano mais tarde, em 2 de dezembro de 1852, Luís Napoleão, tirando proveito do nome ilustre do tio, proclamou-se imperador dos franceses e, mais uma vez, submeteu seu ato a um plebiscito. Na verdade, Luís Napoleão perguntou ao povo francês o que preferia (o resto permanecendo igual): a mística igualitária de uma república ou a pompa hierárquica e a magnificência de um império. O povo francês escolheu enfaticamente o segundo, e Luís Napoleão, sob o título de Napoleão III, assumiu o trono de um novo império que haveria de transformar a França na capital cultural do mundo.

Na época em que Luís Napoleão se tomou imperador, o principal modelo de república revolucionária bem-sucedida era encarnado, é claro, pelos Estados Unidos da América. Antes de mais nada, os Estados Unidos haviam empreendido uma verdadeira revolução mais de uma década antes que a França; e, diferentemente do que se passou na França, a revolução na América não culminara nos excessos de um Reinado do Terror ou na ascensão de um novo ditador. Mas os Estados Unidos não foram criados como uma república do tipo que a palavra implica hoje. Os responsáveis por sua criação eram, em sua maioria, maçons convictos, e a nova nação foi originalmente concebida segundo a estrutura política hierática ideal postulada por certos ritos da francmaçonaria. O Estado em seu todo era concebido como uma extensão, e um macrocosmo, da loja maçônica. Mais ainda, os homens que conceberam a Declaração de Independência foram eles mesmos, de início, incapazes de imaginar qualquer coisa diferente de uma monarquia. Os americanos tendem a esquecer que, depois que George Washington conduziu à independência, as treze colônias originais, foi-lhe oferecida, num gesto natural que contou com aprovação praticamente unânime, a condição de rei.

Sem dúvida o mundo mudou drasticamente desde as vésperas da Primeira Guerra Mundial, e ainda mais radicalmente desde os tempos de Napoleão III e George Washington. Mas o apelo exercido pela realeza é evidente. Basta observar, por exemplo, como o príncipe e a princesa de Gales são vistos no

exterior. Podem ser importunados pela mídia; podem ser alvo de mexerico e sensacionalismo; podem ser tratados como celebridades do *show-business*. Ainda assim, de uma maneira intangível, impõem e despertam um respeito, quase uma espécie de reverência, que nem os mais aclamados ídolos do cinema ou da música popular suscitam. Esse efeito se estende até aos Estados Unidos, onde os princípios republicanos estão firmemente sacramentados na Constituição e a "desigualdade" implícita na própria idéia de realeza é condenada. Em *The Times* de 8 de novembro de 1985, Michael Binyon escreveu sobre a histeria que cercava a iminente visita do príncipe e da princesa de Gales a Washington:

... Os americanos têm uma atitude ambígua diante da monarquia. Formados por pessoas cujos ancestrais fugiram das tiranias européias, criados numa tradição de igualdade e espírito republicano livre, os Estados Unidos ainda se ressentem de uma falta de símbolo no centro, de um foco vivo para suas tradições e valores. Têm uma bandeira, é claro, e a presidência. Mas a bandeira não é capaz de satisfazer todo o sentimento patriótico. E a presidência, sendo político-partidária, não é capaz de unir e representar imparcialmente a nação tão bem quanto um monarca.

E mais adiante:

Muitos americanos rejeitariam a idéia de que anseiam pelos velhos símbolos europeus. Mas muitas vezes o fazem. A sra. Jacqueline Kennedy introduziu um pouco disso na Casa Branca e Nixon tentou vestir a guarda da Casa Branca com uniformes solenes, com pompons e passamanes. Ficaram tão ridículos que o plano foi rapidamente abandonado. Mas há uma busca de cerimônia na pessoa do presidente...

que - poderia ter acrescentado o sr. Binyon - vem procurando cada vez mais, há cerca de 35 anos, assumir uma postura imponente, trajes imponentes e, privando com a realeza, tentou se apropriar do seu brilho. Mas a própria natureza da presidência americana milita contra uma condição majestosa. Não só, como sugere o sr. Binyon, por ser político-partidária. Nem porque certos ocupantes recentes do cargo o lançaram em descrédito; muitos monarcas também honraram muito pouco os seus tronos. Em última análise, a presidência americana não pode alcançar a mesma ressonância que a realeza porque esta implica continuidade e permanência; e nem continuidade nem permanência podem ser conciliadas com um mandato de quatro ou, no máximo, oito anos. Sob o conceito de realeza está o conceito de dinastia, que se estende no tempo e simbolicamente o subjuga. Em sua capacidade de transcender o tempo, com isso neutralizando-o, por assim dizer, uma dinastia desempenha a mesma função que, digamos, a Igreja. Ela dá testemunho de certos valores duradouros, um senso estável de propósito e identidade, que não corre o risco de ser revisto ou até invertido nas eleições seguintes. Encarna, como nenhum mero governo enquanto tal é capaz de fazer, as conotações místicas de expressões como a "Mãe Rússia", a "Pátria Alemã", "*Ja belle France*". Essas conotações residem numa esfera que está acima da política - uma esfera que beira o religioso.

Em 1981, o casamento do príncipe e da princesa de Gales despertou uma extraordinária efusão de lealdade e entusiasmo popular – uma efusão vinda precisamente do "Povo", em cujo nome não só o marxismo como até o republicanismo de estilo americano condenam a realeza. O ponto essencial é que essa efusão ocorreu especificamente em reação ao ritual de um casamento real, e a tudo que um casamento como esse implica - filhos, a continuação de uma linhagem, a perpetuação de uma dinastia, valores igualados à própria Grã-Bretanha. Alguma coisa de arquetipicamente intemporal estava sendo celebrada: a cristalização no presente de uma ordem ou coerência particular, datada do passado distante, e a promessa do seu prolongamento no futuro. Todos os detalhes da cerimônia - o cenário antiquíssimo, as carruagens, os uniformes e até as palavras pronunciadas - ajudaram a acentuar a "intemporalidade" do momento. Em virtude dessa "intemporalidade", o próprio tempo,

com tudo que tanto o presente quanto o futuro têm de inerentemente ameaçador, foi temporariamente anulado.

Para grande parte da multidão que afluiu para assisti-lo, em 1981, o casamento real representava, conscientemente ou inconscientemente, um bastião de estabilidade num mundo sob outros aspectos assustadoramente volátil. Em meio à queda acelerada da libra, à desilusão política, à inquietação social, a atritos raciais, ao desemprego crescente, a novas incursões na tecnologia dos *microchips*, a greves, a censuras parlamentares e outras manifestações de mudança turbulenta, a monarquia - pela promessa de se renovar e se perpetuar através do casamento - constituía um baluarte. Atuava como um princípio de permanência e continuidade. Permanência e continuidade são ambas importantes aspectos do sentido. Na medida em que as reflete, a monarquia pode servir como um repositório de sentido.

Para manter sua posição no mundo contemporâneo, a monarquia tem de se adequar aos tempos. Não pode, é claro, ser o tipo de instituição ainda exaltada por certas facções realistas no continente europeu. Não pode envolver, seja explícita ou implicitamente, nenhuma idéia de "direito divino". Não pode implicar uma hierarquia social rígida como a que tantas vezes prevaleceu no passado. Não pode defender o retorno a um despotismo ou absolutismo à maneira do *ancien régime*. Não pode sequer se macular com os processos degradados da política e do governo. Mas uma monarquia constitucional - como a da Grã-Bretanha ou da Espanha, da Holanda ou da Bélgica, da Dinamarca ou da Suécia - é coisa bem diferente e pode servir a uma função criativa muito verdadeira.

A essência desse tipo de monarquia é repousar na base proposta pelo Prieuré de Sion e atribuída à antiga dinastia merovíngia da França. Para os merovíngios, o rei reinava mas não governava. Em outras palavras, era fundamentalmente uma figura simbólica. Na medida em que não se deixava conspurcar pelo brilho falso da política e do governo, seu status simbólico permanecia imaculado. Como um dos escritores do Prieuré de Sion declara num artigo, "o rei *em* - em outras palavras, sua prevalência se funda no que ele encarna como um símbolo, não em qualquer coisa que faça, ou em qualquer poder real que possa ou não exercer. Os símbolos mais poderosos sempre exercem uma autoridade intangível, que o exercício de formas mais tangíveis de poder só pode comprometer. Tanto é que o papado, durante os séculos em que gozou de uma soberania temporal, tornou-se cada vez mais desacreditado - a um grau tão inacreditável que em vários momentos houve dois ou mais papas a se acotovelar vergonhosamente na disputa pelo trono de São Pedro. Só quando parou de reivindicar um poder temporal o papado reconquistou certo respeito.

Por outro lado, em virtude da sua própria falta de poder oficial, uma monarquia constitucional como a da Grã-Bretanha exerce na verdade uma influência muito real, ainda que intangível. Com uma simples frase, o príncipe de Gales pode gerar garrafais manchetes de jornal, angariar o apoio do povo, virar o mundo da arquitetura de cabeça para baixo e liquidar com os projetos de ampliação da National Gallery. Com uma simples manifestação de interesse, ele é capaz de conferir nova legitimidade - a nosso ver merecida - à psicologia junguiana e a certas formas subsidiárias de medicina. Mesmo quando citada incorretamente ou transcrita de maneira irresponsável, sua opinião sobre a decadência dos centros urbanos e o desencanto de uma geração de jovens pode infundir novo estímulo à vontade de corrigir esses problemas.

A autoridade intangível que a monarquia detém pode ir além de questões desse tipo. Na Segunda Guerra Mundial, durante a ocupação alemã na Dinamarca, todos os judeus receberam ordem de usar estrelas amarelas em seus paletós, o que tornaria mais fácil identificá-los e deportá-los para campos de concentração. Num sobranceiro desafio à potência que ocupava seu país, o rei Christian passou a usar ele próprio a estrela amarela, num gesto de compaixão e solidariedade com seus súditos judeus. Em apoio a seu rei, milhares de dinamarqueses nãojudeus o imitaram. O anti-semitismo e as delações de judeus aos ocupantes diminuíram e incontáveis vidas foram salvas.

Exemplo mais recente de autoridade monárquica ocorreu em 1981. Em 23 de fevereiro daquele ano, certos contingentes da Guarda Civil tomaram de assalto o Cortés, a sede do Parlamento espanhol

e, em conjunção com uns poucos oficiais de alta patente que comandavam guarnições espalhadas pelo país, tentaram desfechar um golpe militar. As conseqüências poderiam ter sido terríveis, se o rei Juan Carlos não tivesse aparecido na televisão e feito um apelo régio para que suspendessem a ação e desistissem. Como rei, ele foi capaz de lançar seu apelo de uma posição acima da política, acima do conflito ideológico de esquerda e direita. Como encarnação de um princípio de continuidade, pôde falar para a Espanha como um todo, não para qualquer facção específica. Não fosse por seu monarca, a Espanha poderia ter mergulhado em outra guerra civil tão onerosa e consternadora quanto a ocorrida no final dos anos 30 - ou, o que seria igualmente traumático, numa ditadura militar de direita tão perniciosa quanto a de Franco, ou a do general Pinochet no Chile, ou a da junta militar na Argentina até a Guerra das Malvinas.

Um importante aspecto da monarquia está hoje muito esquecido e, por enquanto, parece ter pouca probabilidade de ser reabilitado. Mas vale a pena destacá-lo, porque pode voltar ao primeiro plano no futuro e porque, ao que parece, desempenha pelo menos algum papel no pensamento do Prieuré de Sion. Trata-se do casamento dinástico.

Hoje em dia, evidentemente, a própria idéia de casamento dinástico - casamento por motivos políticos - parece repulsiva, um resíduo repugnante do feudalismo. Há séculos, prevalece no Ocidente a idéia de que o casamento deve basear-se inteiramente no amor romântico. Nós mesmos sequer cogitaríamos de atacar o amor romântico.

No entanto, é bastante óbvio que atualmente as pessoas, por mais nobres que sejam seus sentimentos com relação ao assunto, se casam *de Jato* por motivos diferentes, dos mais diversos tipos. Casam-se por solidão. Casam-se por segurança. Casam-se por razões de conveniência (para dar, por exemplo, direito de cidadania ou de residência a um parceiro). Casam-se por dinheiro, *status* e prestígio. Nenhum desses motivos é particularmente nobre e, no entanto, todos são tacitamente tolerados ou até aceitos. Seria então o caso de zombar da idéia do casamento de duas pessoas - como muitas vezes ocorreu entre casas reais e aristocráticas do passado - para unir mais intimamente duas nações, ou para evitar uma guerra? Se, por exemplo, um casamento de alto nível pudesse levar a paz ao Líbano, seria ele condenável?

Desde os primórdios da história registrada até o século XX, alianças dinásticas foram não só a norma como também uma das pedras angulares da política internacional. Apenas nos últimos 75 anos, aproximadamente, o Ocidente passou a condenar um princípio político que antes prevalecera por cerca de trinta ou quarenta séculos. Desde o antigo Egito e os tempos do Antigo Testamento até a Europa no limiar da Primeira Guerra Mundial, o casamento, como muitas das formas hoje mais aceitas de diplomacia, servia para criar laços entre povos díspares, nações e culturas díspares. Não há dúvida de que esses laços eram muitas vezes frágeis e muitas vezes se mostravam incapazes de sustentar a unidade que se destinavam a criar. Nem uma rede cerrada de laços dinásticos foi capaz de evitar a catástrofe de 1914. Mas, apesar desses fracassos, o princípio teve sucesso pelo menos com tanta freqüência quanto outras formas de diplomacia. Continua sendo algo que não pode ser completamente ignorado, mesmo hoje.

Consideremos um exemplo puramente hipotético. Suponhamos que, em algum momento entre meados e fim do século XXI, o herdeiro ou herdeira do trono britânico se case com o herdeiro ou herdeira do trono da Espanha. Na verdade, a conseqüência de uma aliança como essa seria um Reino Unido da Grã-Bretanha e Espanha. É evidente que isso não implicaria um retomo à autocracia, pois o rei, segundo os preceitos da monarquia constitucional, iria reinar mas não governar. Não significaria tampouco que a Grã-Bretanha e a Espanha seriam forçadas a uma unidade artificial. Ao contrário, ambos os países permaneceriam independentes como hoje, e o poder seria exercido pelos respectivos parlamentos. No entanto, uma relação muito especial seria estabelecida entre os dois países - uma relação análoga, sob certos aspectos, à que existe entre a Grã-Bretanha e a Austrália, onde a autoridade nominal da rainha continua sendo oficialmente reconhecida, desde que não seja exercida politicamente.

Iriam a Espanha ou a Grã-Bretanha opor-se a um. arranjo como esse? Parece improvável. A julgar pela adulação que cerca os atuais príncipes" de Gales, poder-se-ia afirmar com segurança que a maioria das nações da Europa ficaria absolutamente encantada em aclamar descendentes do casal como os seus próprios monarcas - desde que, evidentemente, isso em nada comprometesse os seus valores, cultura, independência constitucional, herança ou tradição. As bodas reais de 1981 e 1986 foram eventos internacionais da mídia, contos de fada de que participou toda a Europa ocidental, aliás, o mundo todo. Qual seria o efeito de um evento similar envolvendo não uma dinastia real, mas duas?

16

RUMO A UMA ADESÃO AO ARMAGEDON

Para os que se dispõem a conhecê-Lo, o pensamento de C.G. Jung e seus sucessores poderia fornecer um repositório parcial de sentido ao integrar psicologia e religião - ao redefinir seu limites, expandir seus parâmetros e com isso revitalizá-las ambas. Àqueles que se dispõem a abordá-las como algo mais que um entretenimento ou um culto esotérico em si mesmas - isto é, abordá-las como "instrumentos de visão" e estudá-las como no século XVI se estudava a tradução da Bíblia feita por Lutero - as artes também poderiam oferecer um repositório de sentido. O mesmo poderia fazer a monarquia, se repousasse em certas premissas básicas, e isso numa escala muito mais ampla, muito mais acessível. Em última análise, no entanto, um repositório de sentido será tão válido ou tão inválido quanto os próprios indivíduos decidam. O cristianismo, por exemplo, só é tão essencial, relevante, abrangente e funcionalmente arquetípico quanto seus seguidores lhe permitem ser. Se esperamos e exigimos uma genuína noção de sentido, freqüentem ente conseguimos obtê-la. Se esperamos e exigimos uma outra coisa, contudo, obtemos uma outra coisa.

A atual proliferação de seitas, cultos, disciplinas, terapias e programas de todo tipo atesta a urgência da busca moderna de sentido. O que antes era procurado na igreja, ou na religião organizada, agora é buscado nas colunas das últimas páginas do *Time Out* ou de *The Village*

Voice. Muitas vezes, a necessidade de sentido se manifesta numa série de sintomas superficiais - solidão, culpa, alienação, sentimento de inadequação, falta de direção ou de motivação, depressão, apatia, dúvidas sexuais, crises de identidade. Embora superficiais, esses sintomas podem ser tão perturbadores que muitas pessoas tentam lhes dar alívio imediato, negligenciando ao mesmo tempo a causa subjacente. E muitas das seitas, cultos, disciplinas, terapias e programas a que elas recorrem em seu desespero se voltam basicamente, senão inteiramente, para os sintomas, funcionando não como repositórios de sentido mas como meros sedativos.

Sempre houve, é claro, seitas, cultos e mistérios, alguns profundamente sinceros em suas aspirações e psicologicamente válidos em suas dinâmicas, outros espúrios numa ou noutra coisa, ou em ambas. Sempre houve também, na relação do homem com seus deuses e na sua busca de sentido, uma tendência a procurar um atalho - a encontrar meios de poupar o trabalho, a energia, o investimento, os sacrifícios exigidos. No passado, essas tentativas de encontrar um atalho eram invariavelmente consideradas suspeitas. Hoje, contudo, sob a égide da sociedade de consumo, elas ganharam uma legitimidade sem precedentes. O consumismo deu respeitabilidade ao atalho em praticamente todas as esferas. Qualquer atalho é uma mercadoria que pode ser vendida.

Num nível cotidiano, isso se manifesta na pletora de produtos destinados a poupar tempo, poupar trabalho, poupar energia. Evidenciase nas cadeias de *fast-food*, nas refeições congeladas, no café "instantâneo" e tudo mais que pode ser tomado igualmente "instantâneo". A década de 1960 rotulou essas mercadorias de "matéria plástica" e rejeitou-as. Ser de "plástico" tomou-se sinônimo de ser vagabundo. Implicava algo em desarmonia com um universo vivo e em transformação. Denotava falsificação. Há, porém, um equivalente psicológico ou "espiritual" do "plástico", que o poeta Stefan

George, no início deste século, diagnosticou como *das Leichte* - "o fácil". Ele grassa hoje entre as seitas e cultos que florescem na sociedade ocidental, enchendo as colunas de "terapia e desenvolvimento" das revistas. Programas prontos de "auto-realização", conselhos tipo ferva-no-saquinho, "esclarecimento" pré-congelado ou supercongelado - estas são as promessas de organizações que, em troca, arrancam milhões de libras ou de dólares de seus adeptos. Alardeiam-se "transformações profundas" pelas quais - durante um fim de semana em que as pessoas gritam, choram, contemplam estrabicamente a ponta do próprio nariz, fazem amor substitutivo com travesseiros ou se deixam insultar - problemas de uma vida inteira podem ser sumariamente exorcizados. A sabedoria e a compreensão que em geral exigem anos de experiência são, a julgar por certos anúncios, fornecidos como pílulas que podem ser rapidamente engolidas com um copo de coca-cola e um sanduíche de presunto. As promessas são sempre exorbitantes, implícita ou explicitamente - autoconfiança, sucesso (seja isso o que for), saúde, riqueza, o sonhado parceiro romântico, poderes variados (desde leitura da mente à capacidade de tomar-se invisível), união essencial com o cosmo. E através de tudo isso, é claro, uma perspectiva de sentido.

Muitas dessas atividades e das organizações que as promovem são inteiramente inofensivas - pelo menos tão inofensivas como ir ao cinema, assistir a um jogo de futebol ou vários outros meios de gastar dinheiro. Sob certos aspectos, algumas podem realmente ser benéficas, desde que seus ensinamentos não sejam superdimensionados. Outras, porém, são bastante funestas. Há alguns anos, os jornais e a televisão vêm veiculando histórias de "lavagem cerebral", manipulação e intimidação psicológica, seqüestros, casamento forçado, formas variadas de "vudu", retaliações impostas a pretensos desertores, e até, de vez em quando, assassinio ritual. Um dos casos mais dramáticos ocorreu em Jonestown, na Guiana, uma colônia fundada na América do Sul pelo pretenso "reverendo" Jim Jones e sua congregação "Templo do Povo". Ali, em 18 de novembro de 1978, quando Jones e seus seguidores estavam sob ameaça de investigação pelo Congresso norte-americano, três jornalistas e um congressista norte-americano foram mortos a tiro, enquanto novecentas pessoas se suicidaram tomando suco de fruta com cianureto. O chamado "massacre de Jonestown" ilustra o tipo de poder que uma seita ou culto pode exercer sobre seus membros - um corolário da confiança de que são depositários e uma extensão da capacidade que têm de conferir sentido, ou aparência de sentido.

Outro atalho para o sentido - isto é, outra falsa religião ou manifestação de *das Leichte* - foi a cultura da droga nos anos 60 e alguns de seus prolongamentos mais recentes. Não podemos ignorar que drogas psicodélicas tiveram de fato um lugar legítimo em muitas tradições religiosas ou que se mostraram valiosas e reveladoras para muitos artistas e pensadores do Ocidente. Mas usar essas drogas como se fez nos anos 60 - isto é, como tíquetes para o "Nirvana instantâneo" - nada mais é, na verdade, que mais uma manifestação do "fácil". Na pior das hipóteses, e sobretudo quando os rituais que acompanham seu uso são encampados em nome de uma seita ou culto, as drogas podem ser verdadeiramente assustadoras. Talvez o caso mais notório de seita ou culto baseado na droga seja o "satanismo psicodélico" de Charles Manson e os tolos que formavam sua "família". Como o grupo de Manson ilustra, muitas vezes o limite entre um guru e um *Führer*, entre um discípulo e um escravo, é muito tênue.

O espectro dos chamados "esoterismos" - magia em suas várias formas, astrologia, alquimia, sistemas simbólicos de adivinhação como o Tarô ou o *I Ching*, disciplinas físicas ou mentais como a ioga e a cabala - é tão antigo quanto a própria religião organizada, senão mais. Evidentemente, há pelo menos três séculos tomou-se moda zombar dos esoterismos. Entre cientistas e eclesiásticos de hoje, é moda deplorar a avidez com que o esoterismo é freqüentemente abraçado. De tempos em tempos, ouvimos até pretensos "reformadores morais" queixarem-se amargamente da "feitiçaria" e do "paganismo". Mas o ressurgimento dos esoterismos no nosso tempo não é um simples modismo, uma tendência passageira. É sintoma de um mal-estar profundo e de uma necessidade muito genuína. E atesta, mais uma vez, a urgência da busca de sentido na sociedade contemporânea. Mas também os esoterismos se reduzem, com demasiada freqüência, ao fácil. Colunas de horóscopo, manuais de bruxaria do tipo

"faça você mesmo" e outras formas de "ocultismo para as massas" são igualmente manifestações de *das Leichte*.

Nos últimos 25 anos, muita gente se voltou também para o pensamento oriental ~ para o hinduísmo, o budismo e o taoísmo. É certo que os ocidentais já têm os olhos voltados para o Oriente há pelo menos dois séculos, e muitos deles encontraram ali verdades mais profundas e viáveis que as da tradição judaico-cristã. No último quarto de século, porém, um número crescente de pessoas recorreu ao pensamento oriental do mesmo modo que haviam recorrido aos esoterismos. Aceitaram-no sob formas fáceis, abastardadas, pré-embaladas, aderiram a qualquer pretensão mestre ou guru que oferecesse uma variante apresentada de maneira atraente, ingressaram cegamente num eremitério ou aceitaram algum outro estilo compulsório de vida com uma passividade dócil, acrítica - e com expectativas tão exorbitantes que chegam a ser engraçadas. Falando sobre a geração da juventude ocidental que afluiu à Índia em busca da iluminação, o escritor indiano Gita Mehta observa: "Nunca antes o Vazio fora buscado com tanto otimismo e tanto alvoroço. Todos acreditam que tudo que a América deseja, a América consegue. Por que não o Nirvana?"³ e ainda: "... a sedução estava no caos. Eles se achavam simples. Nós os víamos como néon. Eles nos achavam profundos. Sabíamos que éramos atrasados. Dos dois lados, uns julgavam os outros absurdamente exóticos, e todos estavam enganados. "

Os Fundamentalistas

Entre as alternativas duvidosas à religião - isto é, entre as várias pseudo-religiões - abraçadas pela sociedade contemporânea, temos de incluir o tipo de doutrina fundamentalista pregado por certas seitas e igrejas na Grã-Bretanha, na África do Sul e nos Estados Unidos.

Como toda pseudo-religião, essas doutrinas se furtam a assumir tudo que uma religião genuína envolve, e oferecem uma outra coisa - algo de potencialmente perigoso - como paliativo.

Não há dúvida de que o cristianismo, como a maioria das religiões, teve no passado seus fanáticos, que abraçavam máximas e proibições supersimplificadas, mais empenhados em impor obediência ao próximo do que em consolidar sua própria noção de sentido. Na verdade, pode-se afirmar que a história social, cultural e política da religião, pelo menos no Ocidente, é até certo ponto a história desse tipo de imposição. O judaísmo, em vários momentos do passado, e o islame, tanto no passado quanto hoje, incorrem na mesma culpa. Mas é perturbador ver esse mesmo fenômeno se desenvolvendo hoje no Ocidente em escala tão ampla. Muitos séculos foram necessários, e muito sangue teve de ser derramado, para que adquiríssemos certo grau de tolerância. A vergonha que podemos sentir diante de aberrações como a Inquisição, ou os julgamentos das bruxas, na Idade Média, no Renascimento e na Contra-Reforma, demonstram uma aprendizagem genuína, uma educação genuína no nível em que a educação verdadeiramente importa - em valores e atitudes. É um mau presságio que esses ganhos estejam ameaçados por um retomo a simplismos fundamentalistas - em outras palavras, por um retomo ao uso da religião como mero mito tribal.

No passado, a simplicidade fundamentalista serviu muitas vezes de refúgio para minorias oprimidas, ou mesmo para o povo de um país ocupado. Por vezes assumiu uma forma violenta e agressiva - a do catolicismo polonês, por exemplo, quando, no século XIX, a Polônia foi esmagada sob o jugo alienígena da Alemanha luterana e da Rússia ortodoxa. Eventualmente, e provavelmente o mais das vezes, forneceu consolo para os desamparados, pregando ao mesmo tempo a resignação e a esperança. Sob esse pretexto, a doutrina fundamentalista desempenhou um papel genuinamente terapêutico nos guetos judaicos da Europa oriental no século XIX ou nas comunidades negras do sul dos Estados Unidos.

O que está acontecendo hoje, no entanto, é a adesão aos simplismos fundamentalistas não por uma minoria oprimida e perseguida, mas por gente de algumas das camadas mais ricas, mais afluentes, mais poderosas e, teoricamente, mais instruídas do mundo. Isto na verdade anula muito do que a

cultura ocidental aprendeu a tão duras penas não só em esferas puramente acadêmicas como a dos estudos bíblicos e das teorias da evolução, mas também nas esferas mais relevantes e em última análise mais importantes da humanidade e da tolerância.

Desde os excessos do puritanismo do século XVII - o protetorado de Cromwell na Grã-Bretanha, os julgamentos de bruxas na Nova Inglaterra e na Europa ocidental -, nunca o fanatismo e a intolerância religiosas se aliaram no Ocidente à riqueza e ao poder em tão grande escala. Excetuando-se, é claro, o Terceiro Reich.

O fundamentalismo de hoje nos Estados Unidos emana em última análise do puritanismo do século XVII, com seu conceito de "eleitos", beneficiários de um "pacto" especial com Deus. Entre esses "eleitos" estavam, evidentemente, os homens hoje venerados como "fundadores" dos Estados Unidos. Mas as raízes mais imediatas do fundamentalismo atual residem na história truncada e absurda montada por alguns propagandistas teológicos do século XIX. Em 1840, por exemplo, um frenologista inglês com o inocente nome de John Wilson publicou um livro intitulado *Our Israelitish Origin*. Segundo Wilson, Deus teria cumprido fielmente Sua promessa de preservar a semente de Abraão. Levados para o exílio pelos assírios, afirmava Wilson, os israelitas tinham-se tomado os citas, que por sua vez eram os ancestrais dos saxões. Através desse tipo de lógica demente, Wilson acaba por concluir que os ingleses eram na verdade descendentes diretos da tribo de Efraim. Uma prova importante dessa portentosa descoberta histórica era o fato - pressupondo-se, ao que parece, que os antigos hebreus e citas falavam inglês - de a palavra "*Saxon*" derivar de "*Isaac's sons*".

Tudo isso seria encantadoramente idiota, não fosse pelo fato de que até hoje as afirmações de Wilson continuam sendo apregoadas pelos manuais fundamentalistas.

Em 1842, Wilson publicou um segundo livro, *The Millenium*, em que, como talvez não seja de espantar, seu raciocínio o levou à conclusão de que a Segunda Vinda se aproximava. A "volta prometida" de Jesus era iminente, ele afirmava, e esse evento seria seguido pela implantação do que hoje chamaríamos de um Reich de mil anos. Primeiro, é claro, viria o Anticristo, e o mundo entraria num período de caos. Mas o Anticristo, por mais ameaçador que fosse, estava fadado *a priori* à derrota. A civilização européia era tão magnífica, argumentara Wilson antes, que só podia ser o produto de um novo "povo escolhido" a quem Deus, fiel a seu pacto, jamais abandonaria.⁶ Ao longo dos 140 anos que se seguiram, essa afirmação de supremacia foi avidamente acatada pelos colonizadores africanos na África do Sul que, até hoje, fazem dela uma pedra angular do *apartheid*.

Wilson foi seguido por outros escritores mais ou menos do seu jaez. Em 1861, por exemplo, um certo reverendo Glover tentou associar o leão britânico ao leão da tribo de Judá. Mais tarde, imperturbável diante da própria contradição, fez eco a Wilson, relacionando a Inglaterra com a tribo de Efraim, mas vinculou os galeses e os escoceses à tribo de Manassés. Em 1870, Edward Hine, de Manchester, publicou *The English Nation Identified with the Lost House of Israel by Twenty-seven Identifications*. Quatro anos depois, numa edição revista do livro, Hine acrescentou mais vinte "identificações", perfazendo um total de 47. Para Hine, a Grã-Bretanha já não estava associada a uma ou duas das antigas dez tribos perdidas de Israel, mas a todas elas. Aparentemente ignorando que o "*Tuatha de Danann*" da tradição irlandesa significava simplesmente o povo da deusa Danu, Hine interpretou o nome como uma espécie de transliteração galesa de "tribo de Dan" um solecismo até hoje sustentado por fundamentalistas. Uma confirmação adicional dessa tese seria fornecida pela frequência com que a palavra "Dun" - uma variante de "Dan", segundo Hine ocorria entre topônimos irlandeses. Na verdade, "Dun" significava simplesmente residência fortificada - coisa obviamente muito comum na Irlanda.

Como Wilson, Hine previu uma Segunda Vinda iminente: "Armagedon assoma ao longe. É chegado o tempo em que o mundo quase todo se unirá para lutar contra nós, e para o qual devemos estar preparados. "

É preciso lembrar, é claro, que as idéias de homens como Wilson, Glover e Hine eram produtos

bastante característicos da era vitoriana. Sem dúvida, mesmo no contexto de sua época, a maioria das pessoas as achava ridículas. Mas pareciam um pouco menos ridículas que hoje; e estavam, afinal de contas, afinadas com o espírito de autocontentamento e auto-exaltação reinante. O Império Britânico se aproximava do zênite de sua grandeza, o período alcionico da Pax Britannica. O mundo todo reconhecia a grandeza da realização britânica. Nada havia realmente para abalar a convicção de que a civilização, sob a égide benigna da Grã-Bretanha, alcançara um ponto que raiava a perfeição; havia margem para interpretar isso como o selo de aprovação de Deus, ou mesmo como produto de Seu divino plano.

Nem é preciso dizer que a subsequente erosão do império britânico ultramarino foi um desagradável estorvo para os sucessores de Wilson, Glover e Hine, um dos quais, falando em 1969, declarou, de maneira muito pungente (ainda que não muito lúcida): "Agora não podemos mais falar com desembaraço da marca de identidade, dizer que possuímos a chave das portas dos inimigos. Não podemos falar com orgulho que uma das marcas de Israel é sermos a mais rica das nações, que empresta mas nunca pede emprestado; realmente não podemos mais falar com muita ênfase da Grã-Bretanha." Mas há, é claro, uma explicação para isso: "... a medida de nossa queda em desgraça e de nossas condições degradadas é a mesma medida do nosso afastamento de Deus Todo-Poderoso."

Mas se a Grã-Bretanha caíra em desgraça, os Estados Unidos não. Enfatizando suas origens britânicas - isto é, anglo-saxãs, brancas, protestantes -, Hine já havia identificado os Estados Unidos com a tribo de Manassés. No final da Primeira Guerra Mundial, o pensamento de homens como Hine já tinha conseguido, mais ou menos como a epidemia de influenza do mesmo período, atravessar o Atlântico. A deterioração dos produtos britânicos de exportação não é em absoluto um fenômeno atual.

O fundamentalismo norte-americano contemporâneo repousa em premissas muitas vezes assustadoras pelo anacronismo, credulidade e ingenuidade. A Bíblia é considerada imutável, sendo a palavra indiscutível e inalterável de Deus, como se concílios como o de Nicéia nunca se tivessem realizado e como se não existissem evangelhos alternativos. Nada jamais foi ou pode jamais ser acrescentado a ela ou dela subtraído. Em sua forma atual, ela contém todo conhecimento necessário para a salvação individual. Sob esse aspecto, é claro, o fundamentalismo tem muito em comum com outras seitas cristãs, especialmente de caráter evangélico. Certas premissas, porém, são especificamente fundamentalistas.

A primeira delas é que os Estados Unidos e o Reino Unido devem hoje ser vistos - por vezes de maneira simbólica, mas o mais das vezes muito literalmente - como os vestígios dispersos da antiga Israel. Os judeus de hoje são considerados originários da tribo bíblica de Judá, mas os descendentes das demais tribos seriam os anglo-saxões brancos protestantes da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos - e seus congêneres no estrangeiro, em lugares como a África do Sul. Esses são os novos "eleitos", o novo "povo escolhido".

A segunda premissa subjacente ao fundamentalismo contemporâneo é que a profecia bíblica tem importância fundamental. Algumas obras específicas são repetidamente citadas, em especial o Apocalipse (datado do final do século I ou início do século II d.C.) e os "clássicos" livros dos profetas do Antigo Testamento (compostos entre os séculos VIII e V a.C.). Acredita-se que essas obras foram escritas em grande parte para prever eventos do mundo atual - eventos "marcados" para ocorrer em nosso tempo. Apesar dos muitos disparates ditos pelos profetas do Antigo Testamento sobre sua própria época, acredita-se que teriam sido infalíveis ao fazer prognósticos sobre a nossa. Até as medonhas ameaças que faziam uns aos outros são retiradas do contexto histórico original e consideradas aplicáveis aos dias de hoje. Vale a pena lembrar, contudo, pelo menos um dado do contexto histórico que os fundamentalistas ignoram tanto quanto desdenham. Israel na Antiguidade era, afinal de contas, uma entidade política frouxa, mal definida e muitas vezes ingovernável, menor que o condado de Yorkshire ou o estado de New Jersey e com uma população muitíssimo menor que a de ambos. Ocupava uma parcela insignificante do que era, mesmo na época, o mundo conhecido. Nada disso impede que os registros de suas disputas internas sejam vistos como guias infalíveis para

o que se passará neste final do século XX, em praticamente todas as esferas, desde a da conduta pessoal até a das relações externas. É mais ou menos como se a visão do futuro exposta por um membro de um conselho do Yorkshire, ou da assembléia legislativa de New Jersey em 1986 fosse ser usada, de maneira bastante literal, para explicar atritos entre, digamos, o Canadá e a China, ou entre colônias da Terra no espaço, no século I ou II.

A terceira premissa subjacente ao fundamentalismo moderno envolve a mensagem específica de certas profecias. Segundo ela, é claro, o apocalipse está prestes a ocorrer. Para os fundamentalistas, o mundo está vivendo o "final dos tempos", como supostamente estava também na época de Jesus. O Anticristo aparecerá a qualquer momento (se é que ainda não o fez) e perpetrará determinados tipos de estrago. A isso se seguirá um período de "tribulação" que culminará na épica Batalha de Armagedon, quando o mundo será completamente destruído numa espécie de holocausto. Após essa derrocada, ocorrerá a Segunda Vinda - Jesus descerá em glória dos céus, os mortos se erguerão dos túmulos e o novo Reino será inaugurado. É escusado dizer que nele só os "eleitos" ou os "salvos" terão visto de residência.

Essa é, em geral, a perspectiva divisada pelos pregadores fundamentalistas. Sobre determinados aspectos, aqui e ali, alguns deles se tomam mais precisos. Assim, por exemplo, o Anticristo é freqüentemente identificado com a União Soviética - o "império do mal" fustigado por Ronald Reagan. Uma das mais ricas e poderosas organizações fundamentalistas, no entanto, identifica a temível "Besta" dez vezes coroada do Apocalipse - isto é, o Anticristo - muito precisamente como a Comunidade Econômica Européia e seus dez países membros. (O fato de hoje eles serem doze é presumivelmente um novo, pernicioso e traiçoeiro estratagema da "Besta".) Está previsto que as nações da Comunidade Européia vão fazer guerra contra os Estados Unidos e o Reino Unido, derrotá-los e em seguida escravizá-los.

A Grã-Bretanha e os Estados Unidos se tornarão satélites de uma nova potência mundial com sede na Europa e essa potência vai desencadear a Terceira Guerra Mundial - presumivelmente contra a União Soviética. Com base em profecias bíblicas, prevê-se que a guerra vai durar dois anos e meio e custar a vida de dois terços da população da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, tudo para que as pessoas se conformem à maneira de pensar de Deus. "Nesta terrível, apavorante era atômica, a Terceira Guerra Mundial *começará* com a devastação nuclear, que será desencadeada em Londres, Birmingham, Manchester, Liverpool, Nova York, Washington, Detroit, Chicago e Pittsburg, sem aviso!" Curiosamente, as grandes cidades da costa oeste dos Estados Unidos, que sem dúvida parecem aptas a representar Sodoma e Gomorra do mundo contemporâneo, são excluídas deste rol de retaliação destrutiva. Novamente, porém, já que o Antigo Testamento jamais mencionou nenhuma das cidades em questão, o mais provável é que o erro seja do intérprete atual. Teria sido uma desconsideração de Jeremias não dizer nada sobre Hollywood, deixando seus residentes incertos quanto ao seu destino.

No clímax da Terceira Guerra Mundial, a Batalha de Armagedon será travada em algum lugar do Oriente Médio. O Anticristo voltará a aparecer então - ou talvez um outro Anticristo - e lutará contra as forças de Deus. Como o resultado já está decidido de antemão, as forças de Deus, comandadas por Jesus no papel de marechal-de-campo, vão evidentemente triunfar - mas a coisa toda terá sido bastante confusa. No entanto, se nos arrependermos *agora*, se nos deixarmos "salvar", e sobretudo se dermos uma contribuição financeira para a igreja, seremos poupados de toda a carnificina e removidos para um local seguro até que o tumulto tenha passado. Numa variação deste tema, alguns pregadores fundamentalistas falam de um momento na geração atual em que os que têm fé serão "transportados" deste mundo. Sem aviso, todos os verdadeiros crentes vão subitamente se desmaterializar, evaporar, desaparecer num piscar de olhos de seus escritórios, casas, campos de golfe, automóveis (que ficarão largados pelas ruas e estradas, sem motorista) e subirão como foguetes para uma entrevista com Jesus. De sua posição protegida, em sua ambiência celeste, poderão observar imparcialmente o desenrolar do cataclismo, como se fosse uma partida de futebol.

É obviamente muito fácil zombar de convicções como estas, diante das quais as crenças de muitas das chamadas "sociedades primitivas" parecem sem dúvida sofisticadas. No entanto, um número extraordinário e cada vez maior de pessoas nos Estados Unidos hoje as levam muito a sério, e não só estão resignadas a um apocalipse iminente mas efetivamente o desejam, em certo sentido, na expectativa de uma eternidade bem-aventurada no Reino milenário da Segunda Vinda. Foi sugerido que, entre estes, estaria o presidente Ronald Reagan. Num artigo publicado tanto no *Post* de Washington quanto no *Guardian*, por exemplo, Ronnie Dugger, um destacado jornalista americano, escreve: "... Os americanos teriam razão em conjecturar que seu presidente... está pessoalmente predisposto pela teologia fundamentalista a esperar que uma espécie de Armagedon se inicie com uma guerra nuclear no Oriente Médio."16 E mais adiante: "Caso surja uma crise no Oriente Médio e ameace se converter num confronto nuclear, estaria o presidente Reagan predisposto a acreditar que está assistindo à chegada de Armagedon e que essa é a vontade de Deus?"

Segundo o próprio presidente, "teólogos" inespecíficos e não identificados lhe teriam dito que em nenhuma ocasião anterior da história mundial "tantas profecias se cumpriram ao mesmo tempo".18 Numa entrevista transmitida pela tevê durante sua campanha pela indicação de seu partido, em 1980, ele disse: "Talvez sejamos a geração que verá Armagedon. " Durante a mesma campanha, num discurso a eminentes judeus de Nova York, consta que teria dito: "Israel é a única democracia estável em que poderíamos confiar caso o Armagedon pudesse ocorrer" .

Em 1983, o presidente declarou que, quando leu os profetas do Antigo Testamento e "os sinais que anunciam o Armagedon", teve dificuldade em deixar de pensar na semelhança da batalha que estava ocorrendo na geração atual. Não havia dúvida, acrescentou, de que os antigos profetas haviam descrito precisamente os tempos que o mundo contemporâneo estava agora experimentando. Segundo o *Times* de Washington, James Mills, um político da Califórnia, se lembra de uma conversa em que o presidente discorreu longamente sobre o Armagedon. Após citar profecias de Ezequiel, ele teria dito: "Tudo está se encaixando. Não vai demorar muito. "

Numa carta que nos escreveu em março de 1986, Ronnie Dugger declara a respeito de Reagan: "... agora estou convencido de que sua ideologia Armagedon está na raiz de suas políticas externa e militar nuclear em relação à União Soviética." Ironicamente, a conclusão de Dugger fora antecipada por Jerry Falwell, um dos mais destacados pregadores fundamentalistas, e presidente da *soi-disant* "Maioria Moral" dos Estados Unidos (agora absorvida pela "Federação da Liberdade"), que desempenhou importante papel nas campanhas eleitorais de Reagan: Reagan é um grande homem. Ele acredita no que a Maioria Moral acredita, no que Deus nos revela." Quando um entrevistador lhe perguntou se o presidente aceitava o uso da profecia bíblica como guia para o futuro, Falwell respondeu: "Sim, ele aceita. Ele me disse, na época da campanha: 'Jerry, às vezes acredito que estamos caminhando muito rapidamente para o Armagedon neste instante mesmo. '"

O presidente não é o único que dá a impressão de pensar em termos de um próximo Armagedon. Na Universidade de Harvard, perguntaram a Casper Weinberger se esperava o fim do mundo e, em caso afirmativo, se achava que viria pelas mãos do homem ou de Deus. Weinberger respondeu que conhecia as profecias bíblicas, "... e, sim, acredito que este mundo vai acabar - por um ato de Deus, espero mas a cada dia penso que o tempo está se esgotando". O escritor americano Christopher Reed relata que Weinberger chegou a declarar onde achava que o Armagedon ocorreria. Citou a colina de Megido, cerca de 24 quilômetros a sudeste de Haifa, em Israel - embora não tenha explicado como um conflito de proporções cósmicas poderia ser confinado numa área tão restrita. A menos que tenha em mente um combate singular, em que Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev se enfrentariam com espadas a *laser* saídas de *Guerra nas Estrelas*.

Outro adepto do pensamento apocalíptico parece ser James Watt, ex-secretário do Interior de Reagan, que se notabilizou por fazer declarações sutis como uma locomotiva. A um comitê da Casa Branca, Watt declarou: "Não sei quantas gerações futuras poderemos contar antes do retorno do Senhor". E Simon Winchester reporta no *Sunday Times* uma conversa com um auxiliar graduado de um senador

americano, que teria dito: "Dezenas de jovens, homens e mulheres, no Capitólio, no Pentágono, nos vários ministérios, insistem em que somos a geração que terá a sorte de ver a volta de Cristo." Em declarações públicas, o almirante James Watkins, chefe de Operações Navais dos Estados Unidos, culpou as "forças do Anticristo" pelos bombardeios suicidas do Líbano, enquanto o general John Vessey, chefe do Comando Conjunto do Estado-Maior, conclamou os jovens a "se alistarem no Exército de Deus". Consta ainda que, num café da manhã com jornalistas, foi tomado por tal fervor messiânico que começou a dar "Hurras a Deus!"

Mais uma vez, tudo isto seria cômico se não fosse tão sinistro. Todas as premissas subjacentes ao fundamentalismo levam a ver a auto-imolação coletiva como moral e teologicamente aceitável, até desejável. Um fundamentalista muçulmano no Líbano, que o almirante Watkins rotula de agente do Anticristo, está plenamente convicto de que, ao destruir ao mesmo tempo seus inimigos e a si mesmo, está desferindo um golpe na sua versão de "Satã" - e, ao fazê-lo, ganhando uma passagem expressa para o paraíso. O fundamentalista cristão está convencido exatamente da mesma coisa, de um ponto de vista diametralmente oposto. Um é a imagem especular do outro e ambos, se acossados, reagirão da mesma maneira. Mas quando um homem tem o dedo num botão nuclear, seu ato de auto-imolação em nome de seu Deus arrastará com ele a humanidade inteira.

Mesmo excluindo-se o Armagedon, a imagem dominante para o fundamentalista é a imagem da guerra, racionalizada e justificada como uma cruzada. Entre as vítimas dessa guerra, incluem-se livros. Se pode servir para veicular a vontade de Deus, a palavra impressa pode também, acredita o fundamentalista, veicular a vontade do inimigo de Deus. Conseqüentemente, os últimos anos assistiram a uma nova onda de censura nos Estados Unidos. Em comunidades de mais de trinta estados, grandes obras, de ficção ou não, foram banidas - não só de escolas, currículos e bibliotecas escolares, mas também de bibliotecas públicas, de tal modo que nem adultos têm acesso a elas. Tudo isso é parte do que a entidade fundamentalista "Federação da Liberdade", a antiga "Maioridade Moral", chama de sua cruzada contra a "religião do humanismo secular". Teoricamente, as únicas bases para se impetrar uma ação judicial contra um livro seriam obscenidade, pornografia ou "inconveniência para menores". Na prática, livros foram condenados por conter sexo explícito (mesmo em manuais de biologia), por apresentar "modelos de família não ortodoxos", por representar as autoridades americanas de maneira pouco favorável, por criticar a ética empresarial, por expor idéias políticas questionáveis e por "especular acerca de Cristo". A lista de obras que estiveram sob ataque inclui *Slaughterhouse-Five*, de Kurt Vonnegut, *Soul on Ice*, de Eldridge Cleaver, *The Naked Ape*, de Desmond Morris, *The Bell Jar*, de Sylvia Plath, *Goodbye, Columbus* e *Complexo de Portnoy*, de Philip Roth, *Jaws*, de Peter Benchley, *The Abortion* e outros romances de Richard Brautigan, *Manchild in the Promised Land*, de Claude Brown, *Kramer vs. Kramer*, de Avery Corman, *O poderoso chefe*, de Mario Puzo, *Ardil 22*, de Joseph Heller, 1984, de George Orwell, *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, *As vinhas da ira*, de John Steinbeck, *A arte da amar*, de Erich Fromm, *The Electric Kool-Aid Acid Test*, de Tom Wolfe, *O senhor das moscas*, de William Golding, *Adeus às armas* de Ernest Hemingway, *O apanhador no campo de centeio*, de J.D. Salinger, clássicos do século XIX da autoria de Mark Twain, Robert Louis Stevenson, Nathaniel Hawthorne e Edgar Allan Poe e (ainda mais espantosamente) *Um dia na vida de Ivã Denisovich*, de Aleksandr Soljenitzyn ... para não falar do *The American Heritage Dictionary* e do *The Dictionary of American Slang*.

Como dissemos, os fundamentalistas se consideram engajados numa guerra contra o Anticristo, que em geral vêm como encarnado pelo comunismo e a União Soviética. No entanto, paradoxalmente, as conseqüências de muitas políticas fundamentalistas tendem a favorecer precisamente os objetivos do próprio "Anticristo" que dizem combater. Ao pregar o isolacionismo norte-americano, por exemplo, e ao fazer pronunciamentos desastrosos sobre a Comunidade Econômica Européia, o fundamentalismo está na verdade procurando afastar os Estados Unidos de seus mais importantes aliados, introduzindo uma cunha na OTAN. Ao proscrever livros como os listados acima, o fundamentalismo está de fato

alienando os Estados Unidos da sua própria herança cultural e dos seus mais inteligentes cidadãos - senão, na verdade, da inteligência em geral. Nenhum plano deliberado poderia ser mais propício aos objetivos da KGB. Não seria despropositado dizer que o fundamentalismo está de fato fazendo o serviço da KGB.

O Absurdo do Apocalipse

Apesar de estar "salvo" há 2 mil anos, o mundo de hoje não é consideravelmente mais seguro, sensato ou humano do que no tempo de Jesus, nem o homem está consideravelmente mais responsável ou maduro. Dizer isto não é, evidentemente, desabonar o cristianismo ou a sua validade no nível da fé individual. Contudo, no nível dos fatos históricos, é difícil contestar que Jesus, como "salvador", revelou-se um retumbante fracasso. É claro que isso não deve ser culpa dele, já que não teve a intenção de atuar como um "salvador" no sentido em que mais tarde passou a ser visto. Durante 2 mil anos, porém, as pessoas depositaram nele uma expectativa impossível e lançaram mão de racionalizações para explicar sua incapacidade de preenchê-la. Foi preciso procurar alguém ou alguma coisa à qual pudessem culpar por sua frustração.

Sob este aspecto, muito pouca coisa mudou, muito poucas "lições da história" foram aprendidas, e a mentalidade dominante no "final dos tempos" do século I está mais vigorosa do que nunca. Hoje, como então, é impossível não perceber que alguma coisa está deploravelmente errada. Agora, como então, conclui-se instintivamente que se a culpa não pode ser de Deus, tem que ser da humanidade. O resultado é que agora, como então, há um sentimento difuso de culpa. Essa culpa, porém, as pessoas a transferem, a projetam em outras, cujos valores e atitudes diferem dos seus e que podem portanto ser rotuladas de "más" sem perigo. Inocentando-se, a consciência culpada condena o resto da humanidade a sofrer o destino que, secretamente, teme para si mesma. "Que os maus vão para o inferno", proclama-se como lema, mas não eu.

Falamos antes sobre a distinção entre mitos tribais e arquetípicos. Discutimos como os mitos arquetípicos nos induzem a olhar para dentro de nós, à auto-confrontação e ao reconhecimento do que os homens têm em comum, ao passo que os mitos tribais, ao fabricar um bode expiatório para servir de "inimigo" nos levam a olhar para fora, à autoexaltação, à auto-glorificação, ao conflito e à acentuação das diferenças. Qualquer mito, como dissemos, pode se tornar tribal ou arquetípico, dependendo dos aspectos que se enfatize e do uso que dele se faça.

Em seu caráter essencial, a mitologia do cristianismo é arquetípica. É nessa dimensão arquetípica que reside fundamentalmente a mais profunda validade do cristianismo. Quer se acredite ou não na divindade de Jesus, a sua história - e seus ensinamentos, tais como contados nos Evangelhos e no Atos dos Apóstolos - é um manancial de implicações arquetípicas. Nesse nível o cristianismo tem muito a ensinar - sobre a natureza e o significado do sacrifício, sobre a relação da humanidade com seus deuses, sobre integridade pessoal, sobre a solidão do visionário, sobre a incompatibilidade de aspirações espirituais com o mundanismo, sobre decência, caridade, perdão, humanidade e inúmeros outros valores que representam ou refletem o que há de melhor no homem. Quando esses aspectos do cristianismo são enfatizados - como o são, para citar apenas um exemplo, por uma mulher como madre Teresa de Calcutá -, o próprio cristianismo se torna arquetípico, algo que visa e engloba toda a humanidade. Tornase uma genuína religião no sentido estrito da palavra, dando sentido ao caos da experiência, promovendo a compreensão, conduzindo o homem não só ao conhecimento mas a uma sabedoria muito real sabedoria sobre si mesmo, sobre os outros, sobre o mundo.

Por outro lado, é igualmente possível sublinhar os aspectos tribais do cristianismo - os elementos que reforçam no homem um impulso autocrático a impor aos outros seus próprios valores, que reforçam sua convicção elitista da própria superioridade, que reforçam um senso de hipocrisia, santimônia e auto-contentamento. Esta é a tendência do fundamentalismo dos Estados Unidos e das crenças congêneres em outros países. O fundamentalismo se funda não nas virtudes

cristãos reconhecidas da caridade, do perdão e da compreensão, mas na guerra - num conflito épico imaginário entre as pretensas "forças de Deus" e as de Seu inimigo. A realidade é reduzida a uma simples questão de "nós" e "eles". A crença se define em função do seu oposto, são seus aliados tudo e todos que não estão do outro lado. Qualquer coisa que pareça se opor a certos preceitos básicos - não de Jesus, em geral, mas da congregação e baseado na sua própria interpretação idiossincrática das Escrituras - é, *ipso facto*, amaldiçoada.

Por força desse processo, o cristianismo é de fato esvaziado de sua aplicabilidade universal. Torna-se, ao contrário, uma mera ratificação de algo muito mais limitado. Passa a ser, na verdade, sinônimo dos valores da classe média norte-americana; Deus é percebido como um protetor de, digamos, Peoria, Illinois, e um lugar como esse passa a ser visto como um projeto, por assim dizer, do Paraíso. A famosa parábola de Dostoiévski sobre o Grande Inquisidor torna-se até mais apropriada do que há mais de cem anos, quando *Os irmãos Karamazov* foi escrito. Se Jesus voltasse, aparecesse nas ruas de Peoria e começasse a pregar, seria imediatamente preso como não-americano e subversivo (entre outras coisas). Mesmo que o reconhecessem e o identificassem, seria fatalmente despachado para longe, amordaçado, contido. Não há dúvida de que, no mínimo, ele representaria um grave estorvo para o credo promulgado em seu nome. Como instituição social, cultural e política, esse credo não poderia correr o risco de ser comprometido por sua presença, ou, o que seria mais provável, de ser publicamente repudiado por ele.

Mas ainda que o fundamentalismo de hoje tenha muita coisa que o próprio Jesus - seja o Jesus histórico, seja o Jesus da fé - acharia abominável, estarrecedor, claramente blasfemo e positivamente imoral segundo seus próprios preceitos, há de todo modo uma coisa que ele haveria de reconhecer e julgar familiar. Trata-se da expectativa messiânica, da histeria apocalíptica que lembra o Final dos Tempos em que ele viveu. É assim, de um modo quase pitorescamente simplista - um modo que tem 2 mil anos de idade e há muito foi superado pelos desenvolvimentos históricos -, que boa parte dos americanos de hoje procuram infundir sentido no mundo contemporâneo. O mero fato de poderem fazê-lo reflete a penúria de alternativas, de outros princípios para conferir coerência a uma realidade que parece estar saindo fora de controle.

Como observamos, a histeria apocalíptica pode desempenhar um papel funcional, proporcionando um mito norteador a uma época e algum tipo de sentido a uma realidade sob outros aspectos fragmentada. Não há dúvida de que fez isso no passado, com maior ou menor eficácia, segundo as circunstâncias. Mas não podemos tolerar que se tome o mito norteador da nossa própria época porque, como observamos antes, a humanidade hoje é perfeitamente capaz de criar seu próprio apocalipse, seu próprio Armagedon, e de lançar a culpa da tragédia sobre Deus. Se permitirmos que a histeria do fundamentalismo norte-americano se tome uma dessas profecias que promovem a própria realização, adotada ou perfilhada em níveis tão altos quanto os da Casa Branca, o resultado poderia ser, muito literalmente, o fim do mundo - na forma não de um esplêndido retomo de zadoquitas há muito falecidos a saltitar de mãos dadas pelos Campos Elísios, mas da lenta e asfixiante agonia de um inverno nuclear. O fato de nós, os autores, podermos escrever sobre essa possibilidade sem nos sentirmos excessivamente dramáticos indica até que ponto a humanidade, como um todo, passou a aceitar, e até a esperar, a eventualidade de um suicídio coletivo. Se esse for o único sentido que pode ser encontrado na atualidade, a humanidade está de fato falida, e Deus - não importa na concepção de que crença - terá simplesmente perdido Seu tempo.

No entanto, devemos ser mais precisos. O que está em jogo, em última análise, não é a possibilidade de "a humanidade se destruir a si mesma". A "humanidade" não tem nenhum desejo de fazer tal coisa. Se a "humanidade" for destruída, isso não será obra do "homem", mas de um punhado de indivíduos cujo poder, derivado da confiança neles depositada, foi malbaratado e mal usado. Os árabes "em massa" não desejam destruir Israel, nem os israelenses "em massa" desejam ocupar o Líbano. Os argentinos não decidiram coletivamente invadir as Ilhas Malvinas, nem os russos o Afeganistão, nem os americanos lutar no Vietnã. Aliás, os americanos também não apóiam "em massa" todos os atos de

Ronald Reagan, ou os russos os de Mikhail Gorbachev, os britânicos os de Margaret Thatcher, os franceses os de François Mitterrand. Em última análise, não é a "humanidade", mas um conclave assustadoramente pequeno de políticos - alguns eleitos de maneira mais ou menos "democrática", outros não - que detêm poder de vida e morte sobre todo o planeta. Alguns deles são inteligentes e responsáveis; outros, porém, carecem de imaginação, de sensibilidade, ou são pura e simplesmente obtusos. Alguns são obviamente incompetentes. Outros parecem insanos, em maior ou menor grau. No entanto são eles que, assinando um documento, ou mesmo dizendo uma única palavra, podem nos enviar para o campo de batalha, determinar nossa nacionalidade, ditar as circunstâncias em que vivemos, decretar onde podemos ou não podemos ir, o que podemos ou não podemos fazer. São eles que podem, por exemplo, traçando uma linha num mapa de papel, fabricar uma "fronteira", barreira tão restritiva e intransponível quanto um muro. Podem até ordenar a construção de um muro de verdade para marcar as "fronteiras" fictícias que inventaram. São eles, não a "humanidade", que vão produzir o apocalipse, se ele vier de fato a ocorrer.

Nem é preciso dizer que essa situação envolve algo de monstruosamente absurdo. Há algo intrinsecamente *errado*, no mais profundo sentido moral da palavra, no fato de se permitir que pessoas como essas, e em número tão pequeno, não apenas representem a "humanidade", mas efetivamente lhe determinem o futuro - em especial quando elas têm sido sistematicamente incapazes de demonstrar sua aptidão ou qualificação para o ofício. Ao mesmo tempo, é muito pouco provável que haja alguma mudança no atual estado de coisas. Muitos regimes, passados e presentes, não oferecem o luxo da escolha; e mesmo ali onde houve escolha, esta freqüentemente ficou circunscrita a diferentes formas de mediocridade. Nas "democracias" ocidentais, passamos a aceitar cada vez mais a nossa impotência, mais ou menos como aceitamos as vicissitudes do clima. Quanto mais distante e inacessível se toma, mais o governo assume o caráter inexorável de uma força da natureza. Conformamo-nos) resmungando) com uma escassez de sentido e de "espírito", assim como nos conformamos com uma estiagem.

Mas ali onde elas são afortunadas o bastante para ter pelo menos alguma voz na questão) as pessoas não deveriam sancionar, com seu silêncio) a inépcia. Mesmo secas (ou fomes) causadas pelo clima podem ser amenizadas, como demonstra, por exemplo, a cruzada "LiveAid", de Bob Geldof - uma cruzada válida) proclamada em favor do que a humanidade em seu conjunto partilha, e não de diferenças tribais, ou contra algum bode-expiatório. Se somos capazes de despertar a energia exemplificada pelo "Live-Aid" para enfrentar a enormidade de um "desastre natural", por que não poderíamos mobilizar esforço semelhante para enfrentar os desastres que nós, com a nossa própria negligência, criamos em nossos próprios assuntos? Isto não significa, é claro, "revoluções", greves, marchas, petições ou outros "movimentos de massa" baseados essencialmente em *slogans* - *slogans* tão vazios quanto a política retórica a que pretendem se opor. Significa assumir responsabilidade pessoal pela criação e disseminação de sentido.

Em sua maioria, os líderes religiosos e políticos de hoje estão eles próprios atemorizados, inseguros, carentes de uma noção de sentido. Muitos só podem oferecer aos seus seguidores substitutos fáceis para o sentido. Se aceitarmos esses substitutos de maneira acrítica, continuaremos presos à nossa própria impotência. Se for conferida de maneira demasiado negligente e pródiga, a confiança será traída e o poder se dilatará em detrimento daqueles que, através de sua confiança, o estabeleceram. É tempo de as pessoas assumirem a responsabilidade de criar sentido para si próprias, a partir de si próprias, deixando de aceitar passivamente sucedâneos de segunda mão. Quanto mais passarmos a tomar nossas próprias decisões, menos espaço haverá para que outros as tomem por nós.

Ao mesmo tempo, nós, como autores, reconhecemos que exortações como estas vêm sendo feitas "desde tempos imemoriais", e não serviram para mudar coisa alguma. Não somos ingênuos a ponto de pensar que as nossas próprias exortações podem ter um grau maior de sucesso. A sociedade continuará a desejar que suas realidades, e o sentido de suas realidades, sejam pré-fabricadas. Continuará a buscar atalhos. Continuará a se valer de uma ou outra "muleta". Diante disto, que pelo

menos essas "muletas" sejam escolhidas com sabedoria. O que resta definir é o tipo de muleta que o Prieuré de Sion pode ter a oferecer, se é que tem algum.

III A CABALA

17 FRAGMENTOS NO CORREIO

Enquanto *O santo graal e a linhagem sagrada* estava no prelo, já nos chegavam novas informações - informações que só puderam ser incluídas no livro como notas de última hora ou simplesmente ficaram de fora. Algumas provinham das próprias fontes do Prieuré de Sion, particularmente de uma série de panfletos da autoria do marquês Philippe de Chérisey. Outras eram resultado de nossas próprias investigações. Outras ainda foram fornecidas por pessoas que, estando a par do nosso projeto, haviam feito suas próprias-pesquisas e nos apresentavam suas conclusões.

Depois da publicação, o afluxo de informação começou a ganhar proporções torrenciais. O material procedente do Prieuré de Sion adquiriu contornos mais nítidos, menos difusos. Nossa própria pesquisa, é claro, continuou. E alguns dos nossos leitores nos ofereceram prontamente os dados de que por acaso dispunham. Na verdade, o simples volume da correspondência que recebemos nos surpreendeu e seu teor geral nos encantou. Em sua grande parte, era inteligente, racional e ponderada; e certas cartas continham novos e valiosos elementos de prova, extraídos de uma multiplicidade de fontes.

Não é preciso dizer, contudo, que a publicação inaugurou também uma temporada não prevista de disparates, e algumas das cartas mais excêntricas que recebemos mereceriam um livro à parte. Pelo menos uma dezena de pretensos messias se apressaram em entrar em contato conosco, por razões que nenhum deles elucidou satisfatoriamente. Um deles, irritado, se plantou nos escritórios dos nossos editores. Outro nos enviou uma foto sua em que aparentemente pairava no ar, as mãos agarradas a uma trave de futebol... "para não ser carregado pelo vento". Um terceiro encaminhou-nos uma genealogia que pretensamente provaria a sua descendência não só de Jesus como também de Robin Hood. "Sou a pessoa que os senhores estão procurando", declararam vários deles, embora nós mesmos não soubéssemos que estávamos procurando alguém. Outros ainda, mergulhados no eterno jogo de "localizar o Anticristo"; acusaram-nos de ser seu(s) avatar(es). Alguns nos rogaram pragas, não só nos acusando de blasfêmia como nos responsabilizando por males sociais e morais de toda sorte, do desemprego a praias de nudismo. Alguns reivindicaram, de maneira cortês ou presunçosa, um ou outro tipo de "direito" - uma parte de um suposto "tesouro", um percentual dos nossos *royalties* ou simplesmente, num dos casos, uma inespecífica "participação nos lucros". Alguns queriam de nós uma confirmação ou reconhecimento oficial, ou um certificado ou selo de aprovação. Em meio às impertinências dos candidatos ao messiado, foi um prazer receber uma carta do próprio Deus, que nos escreveu em inglês de uma cidade do litoral da Inglaterra. Seu nome mundano, informou-nos ele, era Ian. Embora um pouco deficiente em ortografia, Deus se mostrou de um comedimento impecável - e, no conjunto, muito mais simpático do que certas figuras públicas que aspiram à divindade sob um ou outro disfarce altruísta.

Além dos pretensos messias, muitos correspondentes afirmaram pertencer à linhagem merovíngia, em geral com base num sobrenome derivado ou derivável de alguma palavra francesa - ou, num dos casos, com base num pergaminho ilegível do século XVIII, que finalmente se revelou um documento que ratificava o engajamento de alguém no exército de Luís XV. Alguns desses neomerovíngios também pediram uma participação em qualquer "tesouro" que pudesse estar envolvido, declarando-se

seus legítimos donos. Um insistiu em que o ajudássemos a divulgar seu direito ao trono francês. Outros pediram simplesmente uma carta de apresentação ao Prieuré de Sion e ao seu grão-mestre, Pierre Plantard de Saint-Clair.

Fomos também incomodados por caça-tesouros e por ocultistas. Os primeiros tinham enchido as vizinhanças de Rennes-Le-Château, munidos de todo tipo de equipamento, de detectores de metal a pás. Ao que saibamos, nada encontraram no chão além de buracos, e alguns sem dúvida cavaram novos. Várias pessoas nos escreveram, ou entraram em contato conosco por intermediários, para anunciar a descoberta de uma caverna. Uma vez que a região é toda pontilhada de cavernas, minas abandonadas e passagens subterrâneas, esses achados não chegavam a constituir um grande feito.

Certa vez, nós mesmos estivemos explorando as ruínas encobertas por vegetação de umas construções antigas, talvez fragmentos de um tempo romano, ou mesmo pré-romano, num local de acesso particularmente difícil da região. Fizemos uma pausa para preparar um café com um pequeno aquecedor a combustível sólido. De repente ouvimos, vindo das moitas do abrupto talude coberto de vegetação da colina abaixo de nós, um forte ruído que se aproximava num ritmo regular. Descobrimos que se tratava de dois senhores idosos, ainda que em boa forma, um deles brandindo furioso um facão e segurando à sua frente uma velha bússola de latão que poderia ter feito parte do *kit* distribuído para a Linha Maginot. Tendo lançado um olhar casual para nós, passaram e seguiram animadamente floresta acima, abrindo caminho a golpes de facão em meio ao emaranhado da vegetação, interessados não em meras ruínas mas em alguma outra coisa - presumivelmente coordenadas que os pudessem conduzir a algum tipo de "tesouro". Voltamos a encontrá-los depois, na mesma tarde. Dessa vez pararam para conversar. Confirmaram que de fato havia anos que mourejavam nas florestas e montanhas dos arredores em busca de um "tesouro". Tinham usado todo tipo de equipamento, inclusive detectores de metal e *walkie-talkies*. Tinham rastejado por centenas de metros por galerias de antigas minas romanas adentro, sob a constante ameaça do desabamento de um teto, em locais de não mais que setenta centímetros de pé-direito. Tinham enfrentado precipícios, fendas e penhascos. Tinham esquadrinhado inúmeras cavernas. Até aquela data, seu empenho não lhes permitira encontrar nada de mais sensacional do que ossos de cabra no entulho de uma velha mina. Embora admitissem isso de bom grado, continuavam inabaláveis na sua tenaz procura e logo a recomençoariam.

Os ocultistas, por sua vez, se recusavam a acreditar que não estávamos a par de algum hermético segredo místico que teríamos deliberadamente ocultado dos nossos leitores, contentando-nos em espalhar, aqui e ali, algumas pistas pressagas para os "iniciados". Nesse caso, também, recebemos uma carta de um pretenso "mágico" quedeclarando ter aprendido seu ofício com certo ilustre mentor (cujo nome não nos disse nada) - se dizia disposto, em vista do nosso louvável trabalho, a nos aceitar como seus aprendizes. Uma semana depois, recebemos uma carta do citado ilustre mentor, que nos perguntava se o poderíamos aceitar como nosso aprendiz. Se fosse nossa intenção implantar o nosso próprio culto, cabala ou sociedade secreta, recrutas não nos teriam faltado.

Houve também muitas pessoas que, de maneira bastante inexplicável, insistiram em nos confrontar com o sudário de Turim. "Que dizer sobre o sudário de Turim?", perguntaram-nos várias vezes. (De fato, que dizer?) Ou: "Como o sudário de Turim afeta sua tese?"

A frequência com que esse *non sequitur* ocorreu é extraordinária. É verdade, sem dúvida, que um de nós tinha participado do premiado filme de David Rolfe sobre o sudário, *The Silent Witness*, escrevendo o roteiro. É também verdade que há indícios de que o sudário esteve, em certa época, na posse dos Templários. Afora isso, porém, o sudário não tem relação alguma com o nosso assunto. O que ele prova ou refuta continua, até o momento, duvidoso. E que venha finalmente a provar ou refutar, seja o que for, não tem qualquer relevância para a atividade política de Jesus, ou a possibilidade de uma linhagem que dele descenda.

Houve também cartas de difícil classificação. Um exemplo veio de uma mulher dos Estados Unidos que vira a frase *Et in Arcadia Ego* aparecer em *flash* na tela de sua televisão. Tratava-se do *trailer* da

transmissão americana de *Brideshead Revisited*, mas a nossa correspondente estava convencida de que, através de mensagens subliminares lançadas no ar, o Prieuré de Sion estava iniciando uma tentativa de submeter a civilização ocidental a uma lavagem cerebral.

No conjunto, contudo, coisas desse gênero foram exceção. Em sua maioria, as cartas que recebemos eram sensatas, sérias e, mesmo quando nos criticavam, bastante coerentes. Não foram poucas, aliás, as que forneceram fragmentos de informação genuinamente valiosos.

O *santo graal* e a *linhagem sagrada* parece ter gerado também um modesto filão para os editores sobre o tema Rennes-le-Château. Poucas semanas após o lançamento de nosso livro, um volume fino mas com farta ilustração foi publicado na França. Intitulado *Rennes-le-Château: capitale secrete de l'histoire de France*, a obra teve uma tiragem de 200 mil exemplares e foi vendida nas bancas de jornal, como uma revista. Várias pessoas ligadas ao Prieuré de Sion participaram da sua produção. Segundo algumas declarações, a disposição das fotografias no livro é uma mensagem cifrada. Se for mesmo, ao que parece até agora ninguém a decifrou.

Em inglês, foi lançado um pequeno volume com o título *The Holy Grail Revealed* que, segundo a propaganda, era uma "contundente refutação" ao nosso trabalho. Na verdade, nem era contudente nem refutava coisa alguma. Ao contrário, simplesmente sugeria, de maneira bastante vaga, que o Graal poderia ser algum tipo de objeto concreto - talvez um estranho artefato ou uma "fonte de energia" criada por uma "tecnologia antiga, há muito esquecida", que teria sido trazido para a Terra por uma nave espacial.

Uma abordagem um tanto parecida foi adotada em *The Sion of the Dove*, de Elizabeth van Buren, que classificou a si mesma como uma espécie de neozoroastriana e o nosso livro como uma falsa interpretação da batalha cósmica entre a luz e as trevas. Jesus, a dinastia merovíngia e seus descendentes foram apresentados como agentes conscientes das forças da luz. Ao que parece, o quartel-general dessas forças estaria situado, em última análise, numa esfera transgaláctica. O "quinotauro", criatura marinha mítica que figura em lendas sobre os merovíngios, seria, segundo Elizabeth van Buren, "quase certamente um astronauta extraterrestre que aportou em um dos oceanos deste globo".

Noutro magro volume, *Rebirth of a Planet*, Ruth Leedy revelou uma preocupação diferente. Seu livro nos foi enviado com uma carta impressa que anunciava que o destinatário - no caso, nós mesmos - tinha sido "cuidadosamente escolhido" para ajudar a pôr fim "à maior e mais perniciosa farsa do nosso tempo". Essa farsa consistiria numa conspiração, da parte de autoridades constituídas, para ocultar a verdade da chamada "teoria da Terra oca". Em seu texto, a autora afirmava que nós, com nosso livro, podíamos ser vistos - se lidos "nas entrelinhas" - como defensores da teoria em questão. Grande parte do seu raciocínio derivava de uma meticulosa análise crítica do poema de Jehan l'Ascuiz que usamos como dedicatória em *O santo graal e a linhagem sagrada*.

Finalmente, numa obra luxuosamente produzida sob o título de *Genesis (sic)*, David Wood combinou um pouco de cálculo geométrico rigoroso com numerologia, mitologia egípcia, uma mistura de tradições esotéricas variadas e referências platônicas à Atlântida. Usando esses elementos como se compusessem um teste de Rorschach, passou a demonstrar que Rennes-le-Château é uma prova da existência histórica da Atlântida, bem como de uma "super-raça" - extraterrestre de que a humanidade descenderia.

De nossa parte, ficamos lisonjeados pela patente compulsão que parece ter conduzido tanta gente aos domínios da ficção científica. A nosso ver, os mistérios com que estávamos lidando estavam inteiramente contidos na esfera da história humana. O fato de não haver explicação documentada para alguns deles não autorizava um mergulho na crença em alguma outra dimensão. O certo é que nunca encontramos em nossa pesquisa qualquer indício que apontasse para o envolvimento de alguma coisa ou alguém fora do plano humano. O fato de tanta gente se mostrar tão ansiosa por acreditar na intervenção de algo sobre-humano - na forma de visitantes galácticos ou de mestres secretos do Himalaia - parece, na nossa opinião, ser mais uma prova da crise contemporânea de sentido. Como a

religião organizada e suas concepções dogmáticas de Deus continuam perdendo a credibilidade, as pessoas começam a buscar uma "inteligência superior" noutro lugar - fora da galáxia, se preciso for. É como se, sentindo-se abandonadas pelas divindades do passado, fossem impelidas pelo simples pânico a fabricar uma nova maneira de se convencerem de que "não estamos sós". É precisamente essa forma de "redirecionamento" do impulso religioso para a ficção científica que explica o sucesso de filmes como *Guerra nas estrelas*, com sua "força" mística, quase taoísta, e *Contatos imediatos do terceiro grau*. Mais uma vez, as pessoas estão buscando solução fora, quando deveriam estar olhando para dentro de si mesmas.

Um Copidesque Invisível

Como dissemos, muitas das cartas que recebemos continham elementos verdadeiramente importantes. Nossa investigação de alguns deles nos conduziu, por vezes, a um território intrigante, ainda que de natureza extremamente especializada. Contudo, como não é de espantar, o conjunto mais intrigante de novos materiais veio do próprio Prieuré de Sion, ou de fontes direta ou indiretamente ligadas a essa ordem.

No final de 1981, por exemplo, recebemos vários pacotes de documentos do marquês de Chérissey, amigo íntimo e colaborador do grão-mestre do Prieuré de Sion. Parte do material de Chérissey tinha interesse puramente histórico, referindo-se a eventos ou personagens específicos citados no livro que acabáramos de concluir. Outros itens, porém, tinham caráter mais contemporâneo e relevância mais imediata. Um deles se referia especificamente aos pergaminhos supostamente encontrados por Bérenger Sauniere na igreja de Rennes-leChâteau em 1891. Tínhamos ouvido histórias conflitantes sobre o que fora feito desses documentos, mas todas eram vagas demais para serem verificadas. Embora mais tarde tenha ficado claro que Chérissey não os vira pessoalmente, ele pelo menos apresentava pistas que pareciam ser tangíveis. Segundo Chérissey, as pistas em questão lhe haviam sido reveladas por um idoso aristocrata, Henri, conde de Lenoncourt. Segundo Chérissey, Lenoncourt teria dito, acerca da descoberta de Sauniere:

Sauniere os encontrou - e nunca se separou deles. Sua sobrinha, a sra. James, de Montazels, herdou-os em fevereiro de 1917. Em 1965, ela os vendeu para a Liga Internacional de Livreiros Antiquários. Nunca ficou sabendo que um dos dois respeitáveis advogados era o capitão Ronald Stansmore, do Serviço de Informações britânico, e o outro era sir Thomas Frazer, a "eminência parda" de Buckingham {sic}. Os pergaminhos de Branca de Castela encontram-se atualmente num cofre do Lloyds Bank Europe Limited. Desde o artigo publicado no Dai/y Express, um jornal com tiragem de 3 milhões de exemplares, ninguém na Grã-Bretanha ignora o pedido de reconhecimento dos direitos merovíngios feito em 1955 e 1956 por sir Alexander Aikman, sir John Montague Brocklebank, major Hugh Murchison Clowes e dezenove outros homens no tabelionato de P. F. J. Freeman, notário por designação real.

Com o desenrolar de nossa investigação, todos esses nomes viriam a assumir uma importância crescente. Mais tarde, ficou claro também que alguns dados obtidos por Chérissey (ou Lenoncourt), e pelo menos um nome, estavam embaralhados. Apesar disso, ele nos dera uma pista tangível a seguir, ainda que sua plena relevância não fosse imediatamente clara. Forneceu-nos também algo ainda mais intrigante e mais desconcertante.

Nosso primeiro encontro com Pierre Plantard de Saint-Clair, em 1979, fora arranjado por Jania Macgillivray, uma jornalista que morava em Paris e fazia pesquisas para a BBC. Em nossa primeira conversa com os representantes do Prieuré de Sion, Jania estivera presente. Estivera presente também durante a filmagem do nosso programa para *Chronicle*, da BBC, transmitido no outono de 1979 sob o título *The Shadow of the Templars*.

No final do verão de 1979, quando *The Shadow of the Templars* ainda estava sendo editado, Jania escreveu um artigo, segundo seu próprio ponto de vista. Mantendo um distanciamento jornalístico, cético mas intrigado, descreveu seu papel como intermediária e narrou as entrevistas que fizera por conta própria com representantes do Prieuré de Sion que se haviam disposto a recebê-la. Uma cópia desse artigo foi entregue a uma agência de notícias, que o passou a uma revista francesa, *Bonne Soirée*, para tradução em francês e possível publicação. Outra cópia da versão original em inglês foi enviada para nós, aos cuidados do nosso produtor na BBC - o qual, não sabemos por que, nunca o encaminhou para nós. Em consequência, ignorávamos o que Jania dissera, e mesmo que tinha escrito um artigo, até que, em 1981, o marquês de Chérissey nos enviou uma cópia da tradução francesa. O texto era espantoso. Entrando em contato com Jania, pudemos confirmar nossa suspeita - outras mãos haviam trabalhado nele.

Das doze páginas do texto francês, as onze primeiras correspondiam mais ou menos - embora incluíssem vários pequenos acréscimos - ao que Jania escrevera em inglês. A última, porém, absolutamente não era da jornalista. Segundo a página de rosto, a versão inglesa fora traduzida por um certo Robert Suffert - que até hoje não conseguimos encontrar, apesar de muito esforço. A revista *Bonne Soirée* e a agência de notícias, bem como a própria Jania, negaram conhecê-lo ou ter qualquer informação a seu respeito. Não está claro nem mesmo se Suffert realmente existe ou se não passa de um pseudônimo - talvez do próprio marquês de Chérissey. Também não está claro se as alterações no texto de Jania foram feitas por Suffert ou por outra pessoa. Seja como for, a última página do artigo era obra de uma mão inteiramente estranha. Nem nós nem Jania conseguimos descobrir em que momento um artigo inteiramente inocente oferecido a uma revista francesa teria podido sofrer tamanha adulteração.

Um ponto de grande interesse no texto adulterado dizia respeito a uma questão que nos desnorteara durante algum tempo - a saber, a identidade do grão-mestre do Prieuré de Sion entre 1963 e 1981. De acordo com declarações e documentos do próprio Prieuré de Sion, Jean Cocteau havia presidido a ordem na posição de grão-mestre de 1918 até sua morte, em 1963. Em 1981, Pierre Plantard de Saint-Clair fora eleito para o cargo, e isso fora noticiado pela imprensa francesa na época. Mas quem tinha sido o grão-mestre nesse intervalo - isto é, durante o período crucial em que rumores sobre a existência do Prieuré e muitos de seus documentos tinham "vazado" pouco a pouco para o público? Em 1979, tínhamos sido informados de que o grão-mestre era um influente eclesiástico e beletista francês, o padre François Ducaud-Bourget. Essa sugestão suscitava indagações e contradições de toda sorte, pois o próprio Ducaud-Bourget negara esse envolvimento, tanto para nós como para um entrevistador da *Bonne Soirée*. Por outro lado, o marquês de Chérissey, numa carta enviada a nós, afirmara que Ducaud-Bourget não fora eleito "por *quorum* pleno", tendo em seguida, de todo modo, se declarado incapacitado.

A última página introduzida no artigo de Jania respondia parcialmente à dúvida sobre a chefia suprema do Prieuré de Sion entre 1963 e 1981.

Não se sabe quem é o atual grão-mestre, embora se acredite que, desde a morte de Cocteau, o poder foi exercido por um triunvirato composto por Gaylord Freeman, Pierre Plantard e Antonio Merzagora.

Segundo o elusivo tradutor e copidesque do artigo de Jania, portanto, não houvera de fato um grão-mestre único nos dezoito anos que tanto nos interessavam. Ao contrário, as funções do cargo haviam sido desempenhadas aparentemente por três pessoas. Nessa altura, os nomes Gaylord Freeman e Antonio Merzagora nada nos diziam. Merzagora até hoje não diz. Gaylord Freeman, no entanto, não tardou a ganhar uma importância fundamental.

O acréscimo mais importante feito ao texto de Jania era talvez uma citação de uma pessoa referida apenas como "lorde Blackford". Jania jamais o havia entrevistado, jamais estivera com ele, jamais

ouvira falar dele. Segundo a versão alterada de seu texto, porém, havia feito as três coisas:

Alguns anos atrás, tive a oportunidade de entrevistar um dos 121 membros graduados do Prieuré de Sion, o Honourable lorde Blackford.

Na declaração que se segue, atribuída a ele, Blackford se revela inusitadamente familiarizado com o Prieuré de Sion, bem como inusitadamente disposto a falar a respeito. Chega até a insinuar um cisma potencialmente grave no interior da Ordem, datado de 1955 ou 1956:

Uma associação chamada Prieuré de Sion foi de fato constituída na França por volta de 1956, com objetivos específicos. Teve existência legal, foi registrada no Journal Officiel e dissolvida após os eventos de 1958 na França, quando Plantard de Saint-Clair foi secretário-geral dos Comitês de Salvação Pública. Essa nova organização de 1956 refletia uma crise interna do venerável Sionis Prioratus, fundado por volta de 1099 em Jerusalém. Foram as reformas introduzidas por Jean Cocteau em 1955, ao negar aos membros da ordem seu anonimato, que provocaram a criação [da nova organização]. Nessa ocasião, todos os membros foram compelidos a fornecer uma certidão de nascimento e uma assinatura registrada em cartório. Uma necessidade, talvez... mas uma violação da liberdade.

Quando lemos esta declaração pela primeira vez, em 1981, o nome Blackford, assim como Antonio Merzagora e Gaylord Freeman, nos eram inteiramente desconhecidos. Tanto Blackford quando as palavras a ele atribuídas, porém, logo se tomariam de fato extremamente importantes.

Conversa com o sr. Plantard

Enquanto trabalhávamos em nosso livro, não revelamos nada do seu conteúdo aos representantes do Prieuré de Sion com quem tivemos contato. Não podíamos antecipar a reação deles, mas tínhamos todas as razões para acreditar que não seria de todo simpática. Pelo que sabíamos, talvez fôssemos divulgar coisas que o Prieuré não queria ver divulgadas; talvez fôssemos até perturbar algum cronograma segundo o qual a Ordem estaria trabalhando.

Uma vez concluído o livro, porém, ficamos naturalmente bastante curiosos para conhecer a reação do Prieuré. Chegamos a aventar, de brincadeira, a possibilidade de o sr. Plantard, o sr. Chérissey ou algum dos outros citados como possíveis descendentes sangüíneos de Jesus, tentar nos processar de algum modo. Em que base? Difamação? Seria possível interpretar como difamante para uma pessoa a sugestão de que ela é descendente de Jesus? Poderíamos criar um estranho precedente legal, para dizer o mínimo. E, de passagem, popularizar a palavra "merovíngio".

As primeiras reações que nos chegaram do Prieuré foram não só ambíguas como surpreendentemente desencontradas. Em 1979, em nosso primeiro encontro com o sr. Plantard, o contato fora feito pelo escritor Jean-Luc Chaumeil- que não era, segundo ele próprio declarou, membro da Ordem. Na época em que nosso livro foi lançado, o sr. Chaumeil não estava mais em cena e o papel de embaixador do Prieuré estava a cargo agora de um outro escritor, Louis Vazart. O sr. Vazart visitou um amigo nosso em Paris e, afirmando estar transmitindo as idéias do sr. Plantard, declarou que este estava "satisfeito". Mas, ao mesmo tempo em que o sr. Vazart endossava assim o livro, recebemos uma carta bastante rude do sr. Chérissey e outra, altivamente irritada, do próprio sr. Plantard. Este se dizia particularmente aborrecido porque havíamos reproduzido o moto de seu brasão erroneamente. Ele aparecia como *Et in Arcadia Ego*, quando na verdade, insistia o sr. Plantard, essas palavras deveriam ter sido seguidas por reticências: *Et in Arcadia Ego...* É claro que, num nível, esta objeção podia ser interpretada como insignificante. Noutro, porém, ela nos fornecia uma pista intrigante. Seguida de reticências, as palavras enigmáticas se tornavam, como assinalou o sr. Plantard, o início de uma frase. Evidentemente não estávamos nada dispostos a censurar, corrigir ou ajustar nosso livro de acordo

com os ditames do Prieuré de Sion. Por outro lado, não tínhamos objeção a que o sr. Plantard chamasse nossa atenção para quaisquer erros que pudéssemos ter cometido com relação à Ordem, de tal modo que os pudéssemos corrigir em edições futuras ou em língua estrangeira. Além disso, no correr de nossos encontros anteriores, tínhamos nos afeiçoado ao sr. Plantard; não desejávamos em absoluto contrariá-lo gratuitamente. Finalmente, queríamos manter aberto nosso canal de comunicação com ele, em proveito de futuras investigações. Assim, resolvemos tentar consertar as coisas com diplomacia.

Numa noite de fevereiro de 1982, telefonamos de Londres para o sr. Plantard. Esperávamos uma resposta arrogante e ríspida, mais ou menos no diapasão da sua carta. Para nossa surpresa, ele se mostrou extremamente cordial e pareceu genuinamente satisfeito em falar conosco. Criticou os mesmos pontos que levantara na carta, mas de uma maneira amistosa, quase paternal. Sua carta, insinuou, fora um documento oficial, cópias haviam circulado entre outros membros da Ordem. Pessoalmente, estava disposto a ser bem menos frio. Em seguida, para nossa surpresa, queixou-se de que a fotografia dele mesmo e de seu filho publicadas no nosso livro não era muito boa. Concordamos, explicando que fora feita pelo nosso produtor da BBC durante um dos nossos encontros de 1979. O sr. Plantard prometeu nos enviar uma melhor, para edições subseqüentes. Ao que parecia, até grãomestres do Prieuré de Sion podem estar sujeitos à vaidade.

Nos dois meses que se seguiram, tivemos várias outras conversas por telefone com o sr. Plantard, enquanto Louis Vazart continuava a se encontrar com nosso colega em Paris. Finalmente, no final de março, uma vez que a poeira levantada pela publicidade que acompanhou o lançamento do livro começava a baixar e já não tínhamos de estar à disposição para entrevistas, combinamos ir a Paris para um encontro pessoal. Nesse ínterim, foi publicado na *Newsweek* um artigo sobre o livro com citações de Jean-Luc Chaumeil. Como este havia saído de cena, aquilo nos intrigou bastante. Que interesse tinha ele na questão? Em nome de quem ou com que autoridade falava? Louis Vazart declarou que as afirmações de Chaumeil não deviam ser levadas a sério: o sr. Chaumeil, afirmou enfaticamente, não falava mais pelo Prieuré de Sion.

Em meados de abril encontramos-nos com o sr. Plantard em Paris. Como de costume, apresentou-se com um séquito, constituído dessa vez por Louis Vazart e dois jornalistas, Jean-Pierre Deloux e Jacques Bretigny, que havia escrito *Rennes-Ile-Château: capitale secrete de l'histoire de France*. Evidentemente, Jean-Luc Chaumeil não estava presente. Quando perguntamos por ele, Plantard e Vazard foram vagos, lacônicos, evasivos, por vezes agressivos. Insinuaram ambigüamente que o sr. Chaumeil estaria de posse de documentos provenientes do Prieuré de Sion e talvez disposto a vendê-los por uma soma exorbitante ninguém esclareceu, porém, que documentos eram esses ou de que modo o sr. Chaumeil tivera acesso a eles. O sr. Plantard acrescentou ainda que, na noite em que lhe havíamos telefonado para marcar aquele encontro, recebera um outro telefonema, de alguém que dissera ser um de nós e conseguira fazer uma boa imitação vocal. Dizendo que acabava de chegar a Paris, essa pessoa propusera ao sr. Plantard um encontro num hotel naquela mesma noite. Como acabara de receber nosso telefonema de Londres, o sr. Plantard não se deixou enganar. Movido pela curiosidade, contudo, enviou dois confrades para o encontro combinado. Mal estes haviam chegado, chegou também a polícia, atendendo a um chamado anônimo. Alguém telefonara, avisando sobre uma bomba nas vizinhanças.

Esse incidente nos deixou aturdidos. Havia de fato relação entre o falso telefonema ao sr. Plantard e a ameaça de bomba? Nesse caso, com que intenção? O sr. Plantard sugeriu que talvez alguém quisesse fotografá-lo no local do logro. Mas de que serviria isso? Aquele episódio, a menos que tivesse uma dimensão que ignorávamos por completo, nos parecia fora de propósito - uma provocação tola e infantil, que não causara nenhum dano real, só aborrecimento.

Nesse encontro de abril de 1982, o sr. Plantard adotou uma atitude ambivalente em relação ao nosso livro. Aprovou-o no conjunto e se dispôs a corrigir, para a edição francesa, algumas referências vagas ou imprecisas. Ao mesmo tempo, não quis confirmar nem refutar nossa tese de que a linhagem

merovíngia era descendente de Jesus. Não havia provas em nenhum dos dois sentidos, disse evasivamente. Tudo ocorrera "num passado remoto demais", "demasiado tempo atrás". No entanto, reconheceu que os merovíngios tinham ascendência judaica, sendo originários da linhagem real de Davi.

O sr. Plantard contestou também nossas sugestões relativas ao envolvimento do Prieuré de Sion na política contemporânea. O Prieuré de Sion, declarou secamente, não tinha ambições políticas. Perguntamos então: não as tivera no passado?

- No passado, sim - admitiu -, mas não atualmente. Hoje os objetivos do Prieuré de Sion são filosóficos.

- Que significa isso? - perguntamos. - A política é determinada pela filosofia ou a filosofia pela política?

- A política pela filosofia, é claro - respondeu o sr. Plantard com um sorriso irônico.

Durante esse encontro, dois outros elementos de interesse vieram à tona. A certa altura, o sr. Plantard mencionou, quase casualmente, de passagem, que, durante a guerra, emissários de Heinrich Himmler lhe haviam oferecido o título de duque da Bretanha, caso promettesse lealdade ao Terceiro Reich e que declinara o oferecimento. Em vez disso, como veremos, havia editado uma curiosa publicação intitulada *Vaincre*, que foi qualificada como "revista da Resistência"; constava ainda que fora preso e torturado pela Gestapo. Mas por que lhe teria sido oferecido o ducado da Bretanha, se é que isso de fato ocorrera? A primeira vista, a própria idéia podia parecer absurda. Na verdade contudo, não era de todo implausível. É sabido que os membros da SS tinham como objetivo final criar para si um Estado cujo território seria o principado medieval da Borgonha, erguido em bases nominalmente feudais ou cavaleirosas e subdividido em unidades menores, segundo antigas fronteiras políticas e no regionalismo tradicional. O restante da França passaria ser chamado de "Gália" e um ducado da Bretanha poderia perfeitamente ter tido lugar nos projetos da SS. Por que razão fora oferecido ao sr. Plantard, no entanto, era um outro problema.

O último ponto de interesse suscitado pelo nosso encontro com o sr. Plantard em abril de 1982 foi ainda mais vago. Várias vezes, no curso de nossa discussão, o sr. Plantard comentou o "momento" em que nosso livro fora lançado. Ao que parecia, julgara-o inoportuno. Nós o tínhamos publicado "cedo demais", disse-nos. E, pelo menos três vezes, repetiu: "Ainda não era o momento." Havia uma ponta de censura e rancor nesses comentários, como se tivéssemos de fato alterado algum cronograma segundo o qual o Prieuré de Sion estivesse trabalhando. De todo modo, admitiu o sr. Plantard, como que tentando ver a questão pelo melhor dos lados, nosso trabalho se mostraria valioso "quando chegasse o momento certo".

Qual seria o momento certo? Não recebemos resposta concreta para esta pergunta, só generalidades nebulosas. Em várias ocasiões posteriores, contudo, em encontros e conversas pelo telefone com o sr. Plantard e outros, foi enfaticamente sugerido que 1984 seria um ano crucial nos planos do Prieuré de Sion. Diante disso, em 1984 dedicamos especial atenção ao que se passava na França. Nada aconteceu que parecesse ter alguma relevância para o Prieuré de Sion. Pelo menos no tocante às questões públicas. Em contrapartida, no tocante às próprias questões internas do Prieuré de Sion, 1984 se revelou de fato um ano muito conturbado.

18

A CONEXÃO BRITÂNICA

As pesquisas que culminaram com *O santo graal* e a *linhagem sagrada* haviam começado a partir de um mistério aparentemente local no sul da França, na aldeia de Rennes-Ie-Château, nos contrafortes dos Pireneus. Ali, em 1891, Bérenger Sauniere, o pároco do lugar, descobrira uma coleção de pergaminhos antigos. Ao que tudo indica, em consequência dessa descoberta o padre se tomou extraordinariamente rico, ganhando e também gastando somas fabulosas de dinheiro. Podia-se

suspeitar a princípio - como fizemos, juntamente com outros que escreveram sobre o assunto - que os pergaminhos em questão tinham permitido a Sauniere chegar a algum tipo de tesouro. Havia de fato algum fundamento para acreditar que ele talvez tivesse encontrado o tesouro do Templo de Jerusalém, pilhado pelos romanos em 70 d.C., levado para Roma e depois novamente pilhado pelos visigodos em 410 d.C. e levado para as vizinhanças de Rennes-le-Château. A medida que fomos examinando mais atentamente todo o assunto, no entanto, foi ficando cada vez mais evidente que, mesmo que houvesse um tesouro envolvido, a descoberta fundamental de Sauniere fora um segredo - um segredo que, como dissemos, irradiando-se a partir de um vilarejo atrasado, acabava por envolver toda a cultura ocidental e remontava no tempo, projetando-se por sobre 2 mil anos de história.

Ao mesmo tempo, várias perguntas intrigantes continuavam sem resposta. Algumas diziam respeito muito especificamente aos pergaminhos supostamente encontrados por Sauniere. Segundo todos os relatos da história que ouvimos ou lemos, tanto em documentos do Prieuré de Sion quanto em fontes externas, Sauniere havia descoberto *quatro* pergaminhos. Três deles eram, com muita precisão, caracterizados como: (1) uma genealogia datada de 1244, com o sinete da rainha Branca de Castela, mãe do rei Luís IX, que confirma a sobrevivência da linhagem sanguínea dos merovíngios; (2) uma genealogia atualizada, abrangendo o período de 1244 a 1644, e datada de 1644, da autoria de François-Pierre d'Hautpoul, na época senhor de Rennes-le-Château; e (3) o chamado "testamento" de Henri d'Hautpoul, datado de 1695, que ao que se diz conteria um "segredo de Estado" oficial, que contudo nunca foi revelado. A razão por que esses itens particulares teriam tamanha importância permanecia obscura. Quem sabe havia alguma coisa de grande interesse escrita no verso dos pergaminhos? Ou, quem sabe, eles conteriam outras informações explosivas além de duas simples genealogias e um "testamento"?

Fosse qual fosse a resposta a estas perguntas, os três documentos eram sempre e invariavelmente citados. Ao mesmo tempo, ainda em 1967, o Prieuré de Sion deixara "vazar" o que seria o conteúdo de *dois* dos pergaminhos supostamente descobertos por Sauniere. Tratava-se dos enigmáticos textos bíblicos contendo mensagens cifradas que foram reproduzidos em livros sobre o caso, em artigos de revista e em nossos próprios filmes para a televisão. Um deles é um extrato do Evangelho de João, consistindo do capítulo 12, versículos 1-12. O outro é uma combinação de Lucas 6:1-5, Mateus 12:18 e Marcos 2:23-28. Em ambos os textos, as palavras aparecem emendadas umas às outras, embora quebradas por vezes, de maneira aparentemente arbitrária, no final das linhas. Pontos misteriosos aparecem sob certas letras. Outras se elevam ligeiramente acima das vizinhas, ou são deliberadamente menores. Há letras supérfluas interpoladas. Quando decifrado, o texto do Evangelho de João transmite a seguinte mensagem:

A DAGOBERT II ROI ET A SION EST CE TRESOR ET IL EST LA MORT.
(A DAGOBERTO II, REI, E A SIÃO PERTENCE ESTE TESOURO E ELE ALI JAZ MORTO.)

O texto composto de Lucas, Mateus e Marcos, cifrado de maneira muito mais intrincada, revela por fim a seguinte mensagem:

BERGERE PAS DE TENTATION QUE POUSSIN TENIERS GARDENT LA CLEF PAX DCLXXXI PAR LA CROIX ET CE CHEVAL DE DIEU J'ACHEVE CE DAEMON DE GARDIEN A MIDI POMMES BLEUES. (PASTORA, NENHUMA TENTAÇÃO. QUE POUSSIN, TENIERS, GUARDAM A CHAVE. PAZ 681. PELA CRUZ E ESTE CAVALO DE DEUS EU ACABO [OU DESTRUO] ESTE DEMÔNIO GUARDIÃO AO MELODIA. MAÇÃS AZUIS.)

Em 1979, no nosso primeiro encontro com o sr. Plantard, ele nos disse que os textos cifrados eram na verdade contrafações forjadas em 1956 pelo marquês de Chérissey para um curto programa de televisão. Contestamos essa afirmação. O assombroso esforço necessário para urdir as chaves do

código parecia incongruente, certamente ridículo, para um objetivo como esse. O sr. Plantard admitiu então que as contrafações tinham sido baseadas muito estreitamente nos originais. Em outras palavras, não tinham sido completamente "forjadas" pelo sr. Chérissey. Tinha sido *copiadas*, tendo o sr. Chérissey feito apenas alguns acréscimos. Suprimidos esses acréscimos, o que restava eram os textos originais encontrados por Sauniere.

Mas se esses dois textos bíblicos eram autênticos, e se havia três outros pergaminhos - duas genealogias e o "testamento" de Hautpoul -, isso perfazia um total de cinco. Cinco documentos diferentes, quando se afirmava que Sauniere descobrira apenas quatro.

Uma segunda questão, ainda mais decisiva, era o que fora feito desses pergaminhos. Segundo uma versão, teriam sido "extorquidos" e ido parar nas mãos da Liga dos Livreiros Antiquários - ou, de qualquer maneira, nas mãos de determinados indivíduos, em geral identificados como "Roland Stansmore" e "sir Thomas Frazer", que se tinham feito passar como representantes dessa entidade. Segundo outra versão, teriam sido roubados da biblioteca do padre Émile Hoffet, em Paris, pouco após sua morte em 1946. Dizia-se que depois teriam chegado aos arquivos dos Cavaleiros de Malta. Em nossos primeiros encontros, o sr. Plantard confirmara uma afirmação repetida em várias fontes específicas do Prieuré de Sion: que àquela altura (1979) os documentos estavam em segurança numa caixa-forte do Lloyds International, em Londres. O sr. Plantard não explicou, porém, como tinham ido parar ali. Finalmente, outro misterioso acréscimo feito ao artigo de Jania Macgillivray afirmava que os pergaminhos tinham sido removidos de Londres para um cofre de segurança num banco parisiense, localizado na Place de México nº 4. Se isso fosse verdade, os pergaminhos, naquele final de 1979, estavam de novo na França. Não havia qualquer indicação, porém, de quem os transferira ou por que, de quem tivera acesso a eles, de quem fora responsável pelas nebulosas transações a eles associadas.

Documentos Autenticados

Em nosso encontro de 17 de maio de 1983, o sr. Plantard deu mais detalhes sobre duas questões fundamentais relativas aos pergaminhos de Sauniere - e, como era típico dele, aumentou com isso a nossa perplexidade. Os documentos descobertos por Sauniere, disse ele, eram de fato quatro. Três eram aqueles a que várias fontes aludiam repetidamente: uma genealogia datada de 1244, com o sinete de Bran

ca de Castela, uma genealogia de Hautpoul, datada de 1644, e o "testamento" de Hautpoul, datado de 1695. O quarto pergaminho, disse ele, era o original a partir do qual o marquês de Chérissey forjara sua contrafação. Segundo o sr. Plantard, havia uma mensagem cifrada de cada lado da página. Ao que parecia, esses dois textos se relacionavam de algum modo entre si - isso, por exemplo, se a folha fosse dobrada e os textos olhados contra a luz, em superposição. Na verdade, ele insinuou que a principal "modificação" feita pelo marquês de Chérissey consistira simplesmente em reproduzir os dois lados da mesma página em páginas diferentes e sem respeitar a escala original.

Isso, é claro, fez ressurgir imediatamente uma questão com que nos entretêramos ocasionalmente no passado. Não seria possível que os três outros pergaminhos encontrados por Sauniere fossem importantes não por causa do seu conteúdo, mas por alguma outra razão alguma coisa relacionada com a realidade física das folhas em que estavam inscritos? Ou com algo que estivesse no verso, por exemplo? Uma genealogia da família Hautpoul, mesmo para quem os conhecesse e soubesse que tinham sido proprietários de Rennes-Ie-Château, dificilmente poderia justificar todo o alvoroço aparentemente gerado. Mas, e se houvesse outra coisa no verso do pergaminho?

É verdade que há um documento sobre a genealogia Hautpoul de 1644 que sugere sua efetiva importância. É sabido que ele foi autenticado em 23 de novembro de 1644, por Captier, notário da cidade de Esperanza, perto de Rennes-le-Château. Após desaparecer durante algum tempo, esse

documento foi novamente encontrado por JeanBaptiste Siau, notário de Esperanza, em 1780. Por alguma razão não explicitada, este o considerou tão importante que se recusou a devolvê-lo à família Hautpoul. Declarou tratar-se de um documento de "grande importância", que não poderia sair de suas mãos. Ofereceu-se para viajar com ele e mostrá-lo pessoalmente a qualquer autoridade competente, mas insistia em devolvê-lo depois à sua casa-forte.² Vez por outra, a expressão "segredo de Estado" foi empregada em referência a esse documento. Algum tempo depois do ano 1780, ele voltou a desaparecer. Ou, o que é mais provável, foi escondido por causa da eclosão da Revolução Francesa. Há indícios de que, mais tarde, membros da família Hautpoul que sabiam da sua existência tentaram localizá-lo, ao que parece sem êxito.

O sr. Plantard se recusou a comentar tanto os pergaminhos Hautpoul quanto a genealogia de 1244 com o sinete de Branca de Castela. Afirmou simplesmente que o quarto pergaminho encontrado por Sauniere consistia dos dois textos bíblicos cifrados, um de cada lado da página. Mas, ato contínuo, sem qualquer preâmbulo ou aviso, puxou subitamente de sua pasta e depositou sobre a mesa à nossa frente dois documentos que impressionavam pela profusão de fitas e sinetes. O texto, quando o lemos, pareceu arrancar abruptamente toda a questão dos pergaminhos do reino da hipótese e da especulação e ancorá-lo num território muito concreto, muito especificamente britânico.

Os documentos que o sr. Plantard nos mostrou, e de que nos deu fotografias, tinham sido oficialmente autenticados em cartório. O primeiro, datado de 5 de outubro de 1955 e dirigido ao consulado da França em Londres, requeria autorização para a exportação de três pergaminhos: uma genealogia datada de 1244 com o sinete de Branca de Castela, uma genealogia datada de 1644, por François-Pierre d'Hautpoul e o "testamento" de Henri d'Hautpoul de 1695. O texto se iniciava assim:

Eu, Patrick Francis Jourdan Freeman, tabelião (...) atesto (...) que a assinatura R.S. Nutting que se encontra subposta à petição anexa é de fato a do capitão Ronald Stansmore Nutting (...).

O sr. Freeman declarava também ter verificado a autenticidade da certidão de nascimento, que dizia estar anexa - embora na fotografia a certidão de nascimento anexa seja não a do capitão Nutting, mas a de um certo visconde Frederick Leathers.

Àquela altura, o nome Leathers era desconhecido para nós. Parecia claro, no entanto, que o capitão Nutting era a pessoa cujo nome fora deturpado, aparecendo como "Roland" ou "Ronald Stansmore" em várias referências que tínhamos encontrado antes. Em 1981, por exemplo, o marquês de Chérisey, numa passagem citada acima, mencionara o "capitão Ronald Stansmore, do Serviço de Informações britânico", que, fazendo-se passar por um "respeitável advogado", comprara os pergaminhos de Sauniere, pretensamente em nome da Liga Internacional dos Livreiros Antiquários. Na mesma passagem, havia menção a:

(..) o pedido de reconhecimento dos direitos merovíngios feito em 1955 e 1956 por *sir* Alexander Aikman, *sir* John Montague Brocclbank, major Hugh Murchison Clowes e dezenove outros homens no tabelionato de P. F. J. Freeman, tabelião por designação real.

A primeira página dos documentos que o sr. Plantard nos mostrou trazia o cabeçalho "Pedido de Autorização ao Consulado-Geral da França". No texto que se seguia, três ingleses eram citados: o *Right Honourable* visconde Leathers, CH, nascido em 21 de novembro de 1883 em Londres; o major Hugh Murchison Clowes, DSO, nascido em 27 de abril de 1885 em Londres; e o capitão Ronald Stansmore Nutting, OBE, MC, nascido em 3 de março de 1888 em Londres. Esses três cavalheiros solicitavam ao consulado-geral da França permissão para exportar daquele país:

(...) três pergaminhos cujo valor não pode ser calculado, confiados a nós, para fins de investigação histórica, por Madame James, residente na França em Montazels (Aude). Ela entrou na posse legal

desses itens em virtude de um legado de seu tio, o padre Sauniere, vigário de Rennes-leChâteau (Aude).

Segue-se a descrição específica dos três itens em questão - a genealogia de 1244, a genealogia de 1644 e o "testamento" de 1695. Depois disso, o texto prossegue declarando:

Essas genealogias contêm prova da descendência direta, através da linha masculina de Sigeberto IV, filho de Dagoberto II, rei da Austrásia, através da Casa de Plantard, condes de Rhédae, e não devem ser de modo algum reproduzidas.

O texto traz as assinaturas do visconde Leathers, do major Clowes e do capitão Nutting. No alto da página está o selo e a chancela, datada de 25 de outubro de 1955, de Olivier de Saint-Germain, o cônsul francês. Na verdade, contudo, o que Saint-Germain certifica é apenas que a assinatura e o timbre do tabelião, P. F. J. Freeman, estão corretos.

O sr. Plantard mostrou ainda outros documentos, semelhantes ao primeiro mas datados de um ano depois. Estes introduziam um novo e, à sua maneira, augusto personagem, cuja certidão de nascimento estava em anexo. A certidão era de Roundell Cecil Palmer, conde de Selbome. No frontispício, Patrick Freeman, tabelião associado a John Newman and Sons, 27 Clements Lane, Lombard Street, Londres, confirmava que a assinatura subposta à petição anexa era realmente a de lorde Selbome, aposta na presença do próprio tabelião. O sr. Freeman confirmava ainda a autenticidade e validade da certidão de nascimento de lorde Selbome. O atestado era datado de 23 de julho de 1956. Sob a assinatura do sr. Freeman estavam o selo e a chancela do cônsul-geral francês em Londres, que agora, um ano mais tarde, não era mais Olivier de Saint-Germain e sim Jean Guiraud. Sua assinatura e chancela eram datados de 19 de agosto de 1956.

No verso desse atestado lia-se "Terceira cópia original" - o que implicava haver pelo menos outras duas. Abaixo lia-se: "Requerimento ao cônsul-geral da França em Londres para a retenção de pergaminhos franceses." No texto que se seguia, lorde Selborne, "nascido em 15 de abril de 1887, em Londres", declarava que, do tabelionato de Patrick Freeman, tabelião, estava encaminhando uma petição ao cônsul-geral da França para reter certos documentos franceses. Passava então a especificar, "sob palavra de honra", os documentos em questão. Lorde Selborne afirmava ainda que, em conformidade com os desejos de madame James, que os havia "doados", esses documentos reverteriam legalmente, passados 25 anos, ao sr. Plantard, conde de Rhédae e conde de Saint-Clair, nascido em 18 de março de 1920. Caso o sr. Plantard não os reclamasse, seriam entregues aos Arquivos Nacionais da França.

No parágrafo seguinte, lorde Selborne declarava que os documentos em questão, depositados pelo capitão Nutting, o major Clowes e o visconde Leathers junto à Liga Internacional de Livreiros Antiquários, 39 Great Russell Street, Londres, seriam depositados "neste dia" num cofre-forte do Lloyds Bank Europe Limited. Não se faria qualquer divulgação deles. No pé da página havia a assinatura de lorde Selborne.

Com base nessas duas declarações autenticadas em cartório, é possível compor uma espécie de enredo. Ao que parece, em 1955, o visconde Leathers, o major Clowes e o capitão Nutting conseguiram três dos quatro pergaminhos encontrados por Sauniere em 1891. Afirmam ter obtido os pergaminhos da sobrinha de Sauniere, madame James, então residente na aldeia de Montazels, onde o próprio Sauniere nascera, nas proximidades de Rennes-le-Château. Pediram e presumivelmente obtiveram permissão para exportar esses três pergaminhos para a Inglaterra. Em 5 de outubro de 1955, os três ingleses compareceram ao tabelionato de Patrick Freeman e autenticaram sua petição para exportar - ou, senão a própria petição, autenticaram algo relativo a ela, ainda que apenas certidões de nascimento e assinaturas.

Em 1956, lorde Selborne pediu autorização para conservar os pergaminhos na Inglaterra. Sua petição,

ao que parece, foi novamente autenticada por Patrick Freeman, em 23 de julho, e assinada pelo cônsul-geral francês em 29 de agosto. Os pergaminhos, originalmente confiados à Liga Internacional de Livreiros Antiquários, foram então depositados no Lloyds Bank Europe. Dentro de 25 anos - isto é, em 1980 ou 1981 - eles deveriam reverter a Pierre Plantard de Saint-Clair e, caso este não os reclamasse, seriam destinados ao governo francês.

Cavalheiros da City Londrina

Desde os nossos primeiros passos na investigação do mistério de Rennes-le-Château, tínhamos encontrado referências a dois ingleses que teriam supostamente se apoderado dos pergaminhos de Sauniere. Como foi dito anteriormente, seus nomes tinham sido citados anteriormente como *sir* Thomas Frazer e o capitão Roland ou Ronald Stansmore, que agora revelava ser o capitão Ronald Stansmore Nutting. A deturpação do nome de Nutting sugeria que as fontes responsáveis por seu "vazamento", anos antes, eram elas próprias pouco sólidas, baseando-se em informação imprecisa.

Em 1981, na versão adulterada do artigo de Jania Macgillivray, havíamos encontrado outro nome inglês, o de um certo lorde Blackford. Além disso, também em 1981, o marquês de Chérissey havia suplementado a lista de figuras inglesas relacionadas com a trama. Através de elementos fornecidos pelo sr. Chérissey, havíamos chegado aos nomes de *sir* Alexander Aikman, *sir* John Montague Brocklebank e major Hugh Murchison Clowes, que, com outros dezenove homens, teriam "feito um pedido de reconhecimento dos direitos merovíngios", lavrado "no tabelionato de P. F. J. Freeman, tabelião".

Agora, em 1983, em face dos documentos autenticados que o sr. Plantard nos mostrava, o papel de pelo menos alguns desses homens se tornava mais palpável, mais identificável. Além disso, a confusão em torno do nome de Nutting fora esclarecida. E dois nomes haviam sido acrescentados: o visconde Frederick Leathers e o conde de Selborne. Assim, a partir de várias fontes, viamo-nos diante dos nomes de oito ingleses que estariam de algum modo ligados com os pergaminhos descobertos por Sauniere: Frazer, Nutting, Aikman, Brocklebank, Clowes, Blackford, Leathers e Selborne. Havia também o tabelião P.F.J. Freeman. E uma alusão a "dezenove outros".

Quem eram essas pessoas? Qual poderia ter sido a natureza do seu interesse nos pergaminhos encontrados em Rennes-le-Château em 1891? Por que esses pergaminhos tinham tido tanta importância para esse grupo particular de ingleses? E que deveríamos nós fazer diante do indício de uma conexão com espionagem e a comunidade de informações? Convém lembrar que Nutting tinha sido qualificado como membro do Serviço de Informações britânico, enquanto Frazer fora chamado de "eminência parda de Buckingham". (A expressão, traduzida do francês, provavelmente pretende aludir ao palácio de Buckingham.) Frazer havia recebido o grau de OBE e fora nobilitado em 1947. Suas atividades, tanto quanto pudemos apurar, pareciam restringir-se essencialmente ao mundo dos negócios. Entre outros cargos ocupados por ele estava o de diretor da North British and Mercantil e Insurance.

Ex-capitão da Guarda Irlandesa, Nutting se destacara também nos negócios, sobretudo no comércio marítimo e nas finanças. Tinha participado dos conselhos diretores de nada menos que catorze empresas, entre as quais a Arthur Guinness and Guardian Assurance. Fora presidente do conselho diretor da British and Irish Steam Packet Company. E até 1929 fora um dos diretores do Banco da Irlanda. Segundo um dos sócios, pessoalmente entrevistado por nós, Nutting trabalhara também para o MI5, antigo nome da National Security Division of Military Intelligence, da Grã-Bretanha.

Sir Alexander Aikman presidira o conselho diretor da EMI de 1946 a 1954 e participara da implantação da Independent Broadcasting Authority (ITV). Entre as empresas a cujos conselhos diretores pertencera estavam a Dunlop e, de novo, a Guardian Assurance.

Como Nutting, *sir* John Brocklebank estivera envolvido em comércio marítimo e também em seguros. De fato, sua família era envolvida com navegação mercante havia dois séculos e ele próprio

presidia o conselho diretor da Cunard. Tinha sido também presidente do conselho diretor da Liverpool Steamship Owners' Association e participara da direção de duas companhias de seguros, uma delas subsidiária da Guardian Assurance.

O major Hugh Murchison Clowes trabalhara na firma impressora da família, William Clowes and Son, especializada na produção de Bíblias. Entre as empresas de que era diretor estava a Guardian Assurance.

Antes da Segunda Guerra Mundial, o visconde Frederick Leathers era considerado um especialista internacional em navegação mercante. Durante a guerra fora amigo íntimo de Wiston Churchill e servira como ministro do Transporte de Guerra, cargo para o qual sua competência em comércio marítimo o qualificava particularmente. Trabalhara no planejamento logístico da invasão da Normandia. Entre as empresas a cujo conselho diretor pertencera estavam P & O, National Westminster Bank e Guardian Assurance.

Durante a Primeira Guerra Mundial, Glyn Mason, barão Blackford, exercera um posto de comando sob o general Allenby, na Palestina. De 1922 a 1940, representara o Partido Conservador no Parlamento. Durante a Segunda Guerra Mundial, comandara um setor da Guarda Nacional. Mais tarde, fora vice-presidente da Câmara dos Lordes. O barão Blackford era presidente do conselho diretor da Guardian Assurance.

O conde de Selborne era amigo íntimo de Churchill, assim como o visconde Leathers, e certamente deve ter trabalhado com este último. De 1942 a 1945, foi ministro da Economia de Guerra e, nessa condição, também colaborador íntimo de *sir* William Stephenson, o "homem chamado Intrépido". A função primordial do ministério de Selborne era recusar ao inimigo todo e qualquer material que pudesse ser útil no esforço de guerra. Além disso, como ministro da Economia de Guerra, Selborne fora o chefe geral da SOE - a Special Operations Executive -, que infiltrava agentes em territórios ocupados, colaborava com grupos locais de resistência, plantava alvos para ataques aéreos, empreendia ações de sabotagem e desarticulação por trás das linhas do inimigo. A SOE atuava em íntima colaboração com o OSS norte-americano, precursor da CIA. Além disso, a uma esquina do quartel-general da SOE, no n° 64 da Baker Street, ficava o quartel-general secreto de todos os agentes especiais da "França livre", também sob a autoridade de Selborne.

Muitos membros da SOE provinham das áreas de finanças, navegação, jornalismo... e seguros. O cargo que lorde Selborne ocupou durante a guerra obrigava-o necessariamente a manter contato íntimo com companhias seguradoras. Segundo *sir* William Stephenson:

Quando se tem acesso aos fichários das companhias de seguros, dispõe-se de estudos detalhados sobre o ponto fraco de cada processo de manufatura ou mineração. As seguradoras podem perder fortunas em consequência de um acidente e por isso empregam especialistas para avaliar todos os modos possíveis de as coisas darem errado. Seus relatórios servem de guias para sabotadores.

E o sr. Colin Gubbins, o último diretor executivo da SOE, fez questão de reunir à sua volta liquidantes de seguros: "Em tempo de paz, eles lidam com pedidos de indenização por danos, feitos por fábricas. Portanto, sabem o que pode fazer uma máquina parar de funcionar. .. rapidamente."

Depois da guerra, lorde Selborne passou a se interessar cada vez mais por assuntos religiosos, pelas relações entre a Igreja e o Estado e os procedimentos adotados pela Igreja da Inglaterra na designação de bispos. Chefiou o Comitê do Laicato Eclesiástico na Câmara dos Lordes. No final da década de 1950, começou a se mostrar cada vez mais conservador - por vezes a um grau que se poderia classificar de assustador, excêntrico, ou ambos. Em 1956, por exemplo, apresentou um projeto de lei para o controle da imprensa, que visava submeter todos os jornais britânicos aos padrões refletidos por *The Times* em maio daquele ano. Segundo sua filha, que entrevistamos, ele pensava estar "travando um combate de retaguarda pelo império". Ao que parece, sua luta se ampliou a ponto.

abarcam todos os movimentos monarquistas no continente. A filha de lorde Selborne declarou ainda que ele tinha profundo interesse por genealogias e várias vezes passara férias na região dos Pireneus. Entre suas atividades empresariais, lorde Selborne foi diretor da North British and Mercantile Insurance Company - a companhia de que *sir* Thomas Frazer era também diretor.

Poderia lorde Selborne ter ficado sabendo de alguma coisa relacionada ao pergaminho de Sauniere graças ao trabalho de sua organização na França durante a guerra? Afinal, dizia-se que o sr. Plantard e o Prieuré de Sion tinham participado na Resistência e ajudado De Gaulle de uma maneira ou outra. Se isso fosse verdade, Selborne sem dúvida os teria conhecido, e a SOE teria certamente tido algum grau de contato com eles. Esse contato podia perfeitamente ter-se dado através de André Malraux, que desempenhou papel decisivo nas operações da Resistência, que estava em contato com os serviços de informações e as redes de sabotagem britânicos durante a guerra, cujo irmão integrava a SOE, e que várias vezes fora apontado como membro graduado do Prieuré de Sion. Mas por que lorde Selborne se teria enredado nos assuntos do Prieuré de Sion mais de dez anos depois?

Fosse como fosse, parecia haver uma espécie de padrão orientando o envolvimento dos ingleses cujos nomes havíamos encontrado. Havia conexões documentadas entre vários deles e conexões muito prováveis entre os outros. Vários tinham estado engajados não só em planejamento de alto nível durante a guerra como também em operações clandestinas de um ou outro tipo. Todos os oito atuavam na esfera da navegação comercial e/ou dos seguros. Dois deles - Selborne e Frazer - tinham sido diretores na North British and Mercantile Insurance. Os outros seis estavam ligados à Guardian Assurance (hoje Guardian Royal Exchange Assurance) - quatro como diretores, um como presidente do conselho diretor, e um como diretor de uma companhia subsidiária.

Mas esse padrão, assim configurado, só suscitava novas questões. O que estivera fazendo, por exemplo, a Guardian Assurance nos idos de 1955 e 1956? Teria servido de fachada a algo clandestino? Ou teria sido usada como fachada por certos membros do seu conselho diretor? Como situar Frazer e Selborne, que não estavam ligados à Guardian Assurance? De qualquer modo, por que oito homens, todos diretores de companhias seguradoras, se teriam interessado, como parecia, por obter genealogias que estabeleciam a legitimidade da pretensão merovíngia ao trono francês? Seria possível encontrar uma explicação nos assuntos franceses, ou anglo-franceses, da época?

Aquele foi sem dúvida um período turbulento. Um ano antes, em maio de 1954, o exército francês fora derrotado em Dien Bien Phu, na Indochina. Internamente, a França estava convulsionada, com ameaças de queda do governo, golpes de Estado e talvez até de guerra civil avolumando-se agourentamente no horizonte. No início de 1955, já tinham sido enviados para a Argélia 20 mil soldados franceses, e estava se tomando difícil manter a situação sob controle. Ondas de choque geradas pela escalada da crise na África do Norte começavam a reverberar na França. Nesse ínterim, a Grã-Bretanha mergulhava cada vez mais na situação de Chipre, que foi declarada de emergência em 1955. No mesmo ano, Churchill renunciou e Anthony Eden tomou-se primeiro-ministro. Em julho de 1956, Nasser anexou o canal de Suez. Em outubro a Hungria se sublevou e foi esmagada pela invasão soviética. Menos de um mês depois, irrompeu a crise do canal de Suez e tropas britânicas e francesas, juntamente com as de Israel, invadiram o Egito.

A época foi marcada por outros eventos que só se tomaram públicos mais tarde mas que já se armavam nos bastidores durante os anos de 1955 e 1956. Em janeiro de 1957, por exemplo, foi descoberto um complô do exército francês para tomar parte da Argélia. Estavam sendo traçados os planos para a Comunidade Econômica Européia, que levariam ao Tratado de Roma em 1957.

Finalmente, é digno de nota que 1956 parece ter sido um ano decisivo para os assuntos internos do Prieuré de Sion. Em 1956, a existência da ordem "veio a público" pela primeira vez e ela se registrou no *Journal Officiel*. No mesmo ano, material pertencente à ordem começou a ser depositado na Bibliothèque Nationale.

Poderia a transação que trouxera os pergaminhos de Sauniere para a Inglaterra ter tido relação com certos acontecimentos da época particularmente com desdobramentos dos assuntos franceses e/ou do

Prieuré de Sion? Nesse caso, porém, de que modo? Para que fim? Os pergaminhos de Sauniere teriam sido levados para a Inglaterra para que ficassem fora do alcance de alguém? Nesse caso, quem? Para serem usados para algum fim? Nesse caso, qual? Ou, ao contrário, para assegurar que *não* fossem usados para algum fim? Nesse caso, mais uma vez, qual? E no interesse de quem estavam trabalhando Selborne, Nutting, Leathers e seus colegas? Eram movidos por interesses estritamente pessoais - o interesse de estudiosos de antiguidades, desejosos de obter os pergaminhos por razões puramente acadêmicas? Ou havia algum envolvimento oficial, relacionado com a política internacional de alto nível?

Dadas as suas atividades durante a guerra, não seria de espantar que, dez anos depois, Selborne, Nutting e Leathers e associados ainda mantivessem relações com, digamos, a comunidade de informações e continuassem a se ocupar, mesmo que apenas ocasionalmente, com questões de governo. É possível também que seu trabalho se encaixasse em alguma estrutura formal, à margem da comunidade de informações oficial. No fim da guerra, Colin Gubbins, da SOE, formou uma Associação de Membros para ex-agentes desse serviço. Era mais do que uma organização convencional de veteranos. Seu objetivo era assegurar que, numa emergência futura, pessoas com especial talento e perícia pudessem ser rapidamente contactadas e reunidas. André Malraux - cujo irmão, Roland, fora agente da SOE - criou uma unidade similar na França. Na verdade, em 1947 ele já mobilizara um verdadeiro exército privado - o RPF, ou Rassemblement du Peuple Français - para assegurar a posição de De Gaulle e neutralizar as tentativas comunistas de tomar o poder na França. O RPF, que era integrado basicamente por ex-combatentes da Resistência, transformou-se em 1958 na Associação de Apoio ao General De Gaulle, e procurou impedir que o retomo de De Gaulle ao poder naquele ano gerasse qualquer perturbação. Consta que a associação de Malraux trabalhou em estreita colaboração com os Comitês de Salvação Pública na França metropolitana, organização que também desempenhou importante papel no retomo de De Gaulle ao poder e da qual Pierre Plantard dizia ter sido secretário-geral. Em 1962, a organização de exmilitantes da Resistência criada por Malraux foi rebatizada de Associação pela Quinta República. Se Malraux era de fato, como se afirmava, membro do Prieuré de Sion, ele e suas associações teriam sido com toda probabilidade os canais para os interesses do Prieuré de Sion na Inglaterra. E, é claro, podia ter havido ligações entre Malraux e a organização de ex-agentes da SOE criada por Colin Gubbins. A partir de Gubbins, bastava dar um passo para chegar a Selborne.

De todo modo, logo iríamos descobrir, em nossa investigação, indícios convincentes de que forças misteriosas trabalhavam nos bastidores. Essas forças não se reduziam às do Prieuré de Sion. Tomou-se cada vez mais difícil para nós não suspeitar do envolvimento de um ou outro serviço secreto - da Grã-Bretanha, da França, ou até talvez dos Estados Unidos.

Investigações Preliminares

Antes que pudéssemos tirar nossas próprias conclusões, tínhamos, é claro, de confirmar a autenticidade dos documentos autenticados e nos informar melhor sobre a transação que, ao que parecia, trouxera os pergaminhos para a Inglaterra em 1955. A informação de que já dispúnhamos sugeria várias pistas. Tratava-se de explorar sistematicamente uma por uma.

Uma pista era o Lloyds Bank International, onde, segundo o documento autenticado em 1956 e assinado por lord Selborne, os pergaminhos de Sauniere tinham sido depositados - e de onde, segundo informação recebida em 1981 do marquês de Chérissey, tinham sido recentemente retirados e transferidos para a caixa-forte de um banco de Paris. Em conversa com dois contatos nossos no mundo bancário, obtivemos informações importantes.

A primeira era que o tabelionato de Patrick J. Freeman era o mesmo usado pelo próprio Lloyds Bank International. Se a transação em jogo de fato envolvera um depósito no banco e houvera necessidade de um tabelionato, com toda probabilidade se teria recorrido ao do sr. Freeman.

A segunda informação importante obtida de nossos contatos foi que o Lloyds deixara de manter caixas-fortes para a guarda de valores em 1979 - o ano em que, segundo o sr. Chérissey, os pergaminhos tinham sido transferidos de volta para a França. Desde 1979, o bando dispunha simplesmente de uma sala-forte onde se podiam guardar envelopes. Ao que parecia, muitas pessoas haviam retirado seus pertences após essa mudança no procedimento do banco. Era perfeitamente plausível, portanto, que os pergaminhos, se estivessem no Lloyds, tivessem sido retirados em 1979 e transferidos para Paris. Obviamente, teríamos gostado de confirmar se esse depósito fora realmente feito no Lloyds, mas isso se mostrou impossível, porque não tínhamos como saber em nome de que pessoa - real ou fictício - ele poderia ter sido registrado.

No documento de 1956 assinado por lorde Selborne, dizia-se que os pergaminhos tinham sido inicialmente depositados junto à Liga Internacional dos Livreiros Antiquários. Já tínhamos investigado a Liga antes, e nossas diligências renovadas nos forneceram pouca informação adicional. O documento autenticado de 1956 dava como endereço da Liga o nº 39 da Great Russell Street - exatamente em frente ao Museu Britânico. Em 1956, esse imóvel era ocupado por um livreiro, Henry Stevens, Sons & Stiles e na época sua loja de fato funcionava como quartel-general da Liga Internacional de Livreiros Antiquários e da filial britânica. Essa pista, no entanto, estava lá há muito tempo.

O pessoal do consulado francês se mostrou ansioso por ajudar. Mostramos fotografias dos documentos autenticados pelo tabelião a uma vice-consulesa. Ela confirmou que, tanto quanto podia julgar, o selo oficial e a assinatura de Jean Guiraud no documento de 1956 eram autênticos. A assinatura do documento de 1955 lhe era desconhecida. Uma rápida verificação, contudo, revelou que Olivier de Saint-Germain, o nome que constava no documento, trabalhara de fato no consulado na época, e a vice-consulesa não via motivo para desconfiar da autenticidade de sua assinatura. Por outro lado, pareceu-lhe curioso que o consulado se tivesse de algum modo imiscuído naquele assunto. Em geral, explicou, esse tipo de transação envolvendo manuscritos antigos tinha de ser autorizada não pelo consulado, mas pelo Ministério da Cultura da França, em Paris.

A nosso pedido, a vice-consulesa concordou em verificar se havia algum registro de uma reunião no consulado envolvendo algum dos homens especificados nas datas relevantes de 1955 e/ou 1956. Lamentavelmente - e isso se repetiu em outros pontos da nossa investigação -, registros de época tão remota haviam há muito sido destruídos. Não havia a mínima esperança de encontrar nada relativo a uma transação ocorrida mais de um quarto de século antes.

No tocante ao consulado francês, como no tocante ao Lloyds e à Liga de Livreiros Antiquários, tudo *parecia* bastante plausível, e provas circunstanciais pareciam apoiar a autenticidade dos documentos autenticados. O próprio tempo, no entanto, conspirara para nos privar tanto de maior esclarecimento quanto de provas cabais. Elementos novos estavam nos chegando na proporção direta em que se revelavam inverificáveis. Pistas estariam sendo apagadas ou aquilo era simplesmente uma consequência inevitável da passagem dos anos?

Um Tabelião Inglês

Uma vez que Patrick J. Freeman, o homem que autenticara os documentos, continuava em atividade, fomos entrevistá-lo. Após examinar nossas fotografias coloridas, o sr. Freeman ficou perplexo. O papel parecia igual, disse. O timbre era positivamente o seu, como também a assinatura e, ao que parecia, a máquina de escrever. Os documentos pareciam sem dúvida ter sido lavrados em seu tabelionato. Mas ele não tinha a menor lembrança de qualquer transação envolvendo pergaminhos trazidos da França para a Inglaterra.

Pouco tempo depois, estivemos uma segunda vez com o sr. Freeman. Nessa altura, um exame de seus arquivos revelara que em 5 de outubro de 1955 houvera de fato uma transação com Nutting, Clowes e Leathers - os homens cujas assinaturas figuraram no documento datado daquele ano. Segundo os

registros, o sr. Freeman havia assinado e selado para cada um deles, individualmente, uma declaração que confirmava que suas assinaturas, em anexo, eram autênticas. Esse era, explicou-nos o sr. Freeman, o procedimento normal na época. Em 1955 o governo francês decretara que toda pessoa que representasse legalmente uma companhia de seguros na França devia possuir firma registrada. O sr. Freeman pôde confirmar portanto que um aspecto do documento que nos interessava - isto é, o fato de que ele registrara as assinaturas - era autêntico. Mas seus arquivos não continham menção a nada relacionado aos pergaminhos de Sauniere, a genealogias ou à importação desses itens para a Inglaterra.

O sr. Freeman confirmou também que em 23 de julho de 1956, data do registo do segundo documento, houvera de fato uma transação com lorde Selborne. Mais uma vez, porém, os registros indicavam que isso envolvera apenas a autenticação de uma assinatura. Mais uma vez, não havia menção a nada além disso.

O sr. Freeman continuou a expressar sua perplexidade com relação a todos os demais aspectos dos documentos em questão - a solicitação feita em 1955 para importar os pergaminhos de Sauniere para a Inglaterra, a solicitação em 1956 para conservá-los na Inglaterra durante 25 anos. Aquilo não fazia sentido, insistiu ele, que tinha boa memória, especialmente para transações inusitadas como aquelas pareciam ser. Revelou também que guardava cópias a carbono de tudo que era lavrado sob seus auspícios. Admitia que pelo menos parte dos documentos em questão só podia ter sido lavrada por ele. No entanto, nem sua memória nem seus registros podiam lhe revelar mais coisa alguma sobre o assunto.

Tínhamos chegado a um impasse. Por um lado, o sr. Freeman admitia que os documentos só podiam ter sido produzidos em seu tabelionato, com o uso de seu papel, sua máquina de escrever, seu timbre. Por outro, negava qualquer conhecimento de seu conteúdo, insistindo em afirmar que nada fizera além de assinar um reconhecimento de firma para cada um dos homens envolvidos. Aventamos a possibilidade de que ele tivesse sido enganado de algum modo poderia ter sido solicitado a assinar algo de inócuo, por exemplo, e alguma coisa mais importante ter sido posteriormente datilografada no verso da página. Explicações desse tipo não pareciam muito plausíveis. O texto referente aos pergaminhos e aquele em que o sr. Freeman reconhecia as assinaturas pareciam indubitavelmente ter sido datilografados na mesma máquina. Tampouco parecia possível que a página pudesse ter sido introduzida depois numa máquina de escrever sem quebrar o timbre do' tabelião. Nesse caso, como teria sido possível acrescentar posteriormente ao texto uma passagem espúria? O que antes parecia uma mera charada a decifrar começava a assumir dimensões inesperadas.

Suspeitas de Falsificação

Havíamos feito averiguações junto ao Lloyds Bank, à Liga de Livreiros Antiquários, ao consulado francês e a Patrick J. Freeman. Restava, é claro, a própria Guardian Assurance - a companhia a cujo conselho diretor haviam pertencido tantos dos homens envolvidos. Em 1968, a Guardian Assurance Company fundira-se com a Royal Exchange, formando a hoje chamada Guardian Royal Exchange Assurance. Em outubro de 1983, encontramos com o secretário desta e lhe mostramos fotografias dos documentos autenticados, juntamente com as assinaturas dos ex-diretores da companhia. Nem é preciso dizer que ele ficou absolutamente perplexo e sugeriu que falássemos com um ex-vice-presidente do conselho diretor, sr. Ernest Bigland, que fora secretário da companhia em 1955 e 1956. Um encontro nosso com o sr. Bigland foi acertado. Nesse meio tempo, entramos em contato com o diretor administrativo da companhia. Este, que havia lido nosso livro anterior, conhecia a história e ficou encantado com a oportunidade de nos ajudar na nossa investigação. Encarregou-se de checar pessoalmente antigos registros da companhia. Estes revelaram fatos curiosíssimos. No dia em que o primeiro documento fora autenticado - 5 de outubro de 1955 - ocorrera uma reunião especial não programada do conselho diretor da Guardian Assurance.

Alguns dias depois, a Guardian Royal Exchange Assurance nos forneceu fotocópias das páginas do Livro de Presença dos diretores relativas ao outono de 1955 - inclusive do dia 5, data da reunião não programada. As fotocópias mostravam as assinaturas apostas no livro pelos diretores da companhia antes do início da reunião. No alto da página figurava a assinatura do presidente, lorde Blackford. Seguiam-se as assinaturas do visconde Leathers, do major Clowes e do capitão Nutting. Para nossa consternação, elas não correspondiam em absoluto às que constavam dos documentos autenticados. Não eram nem sequer aproximações grosseiras, nem sequer tentativas de imitação. Eram inteiramente diferentes!

Ficamos pasmos. De um instante para outro, nossa investigação era desviada, senão descarrilada, por alguma coisa para a qual parecia não haver explicação lógica. Os documentos reconhecidos em cartório eram falsificados ou autênticos? Se eram falsificados, qual era o objetivo da fraude? Por que ela era tão flagrante? Quando se quer falsificar uma assinatura, busca-se alcançar alguma semelhança, uma imitação aceitável. Não se faz uma assinatura que nada tem a ver com a original. Certamente teria sido bastante fácil encontrar as assinaturas originais - na Câmara das Companhias, nos relatórios anuais da Guardian Assurance, em várias outras fontes possíveis. Ademais, se as assinaturas que constavam dos documentos eram falsas, por que Patrick J. Freeman não declarara isso? Ele não fizera nada de parecido. Pelo contrário, confirmara que, nas datas especificadas pelos documentos, havia certificado a autenticidade das assinaturas em questão.

Além disso, se os documentos autenticados eram falsificações, quem as poderia ter feito? E por quê? O que poderia explicar a escolha daquele grupo particular de ingleses? Seria mera coincidência o fato de tantos deles estarem associados à Guardian Assurance ou esse vínculo entre eles tinha alguma importância para o fraudador?

O Enigma Equacionado

Em fevereiro de 1984, encontramos-nos com o sr. Ernest Bigland, exsecretário da Guardian Assurance. O sr. Bigland ficou fascinado com a história. Mais ainda, ela fazia algum sentido para ele - ou, pelo menos, não lhe parecia inteiramente inexplicável.

Antes de mais nada, estava menos disposto do que nós a suspeitar de falsificação. Não se impressionou com as discrepâncias entre as assinaturas no Livro de Presença dos diretores e as que figuravam nos documentos autenticados. Discrepâncias como aquelas, disse, nada indicavam. Homens como os que estavam envolvidos freqüentemente usavam mais de uma assinatura. Em assuntos rotineiros ou puramente internos, podiam usar uma garatuja descuidada, desleixada. Em ocasiões importantes ou oficiais, podiam usar algo mais formal - como as assinaturas apostas aos documentos autenticados. Era possível até que uma versão especial de uma assinatura fosse usada para alguma transação específica - e ser assim registrada. O sr. Bigland, que conhecera todos os homens envolvidos e lidara amplamente com eles, disse estar inclinado, em princípio, a aceitar as assinaturas nos documentos autenticados como genuínas. E fez eco à questão que já levantáramos: se as assinaturas eram falsificadas, por que o tabelião, Patrick J. Freeman, não o assinalara?

Mas isso não foi tudo. O sr. Bigland disse ter uma vaga lembrança - necessariamente vaga, pois o incidente se passara, afinal de contas, trinta anos antes - de que lorde Blackford mencionara certa vez documentos ou pergaminhos de extrema importância vindos da França. Lembrava também de ouvir lorde Blackford falar da necessidade de depositá-los numa caixa-forte. Essas referências, se não lhe falhava a memória, haviam sido feitas informalmente, numa conversa após uma reunião do conselho. Parecia tratar-se de um assunto particular. Evidentemente nada daquilo significara coisa alguma para o sr. Bigland na época. Ele imaginara que a coisa tinha interesse simplesmente como antiguidade. Assuntos desse tipo eram freqüentemente discutidos entre diretores da Guardian Assurance na década de 1950. O sr. Bigland citou outros dois membros do conselho que tinham especial interesse por antiguidades. Um deles possuía um castelo no sul da França e era um entusiástico colecionador

de antiguidades e manuscritos valiosos. O segundo, também colecionador, possuía, entre outros tesouros, uma cópia original da Magna Carta que valia meio milhão de libras.

Finalmente, o sr. Bigland falou do capitão Ronald Stansmore Nutting. Segundo ele, entre os diretores da Guardian Assurance, Nutting estava ligado sobretudo a *sir* Alexander Aikman, ao major Hugh Clowes e a lorde Blackford. Era também muito amigo de *sir* John Montague Brocklebank of Cunard. O sr. Bigland declarou que o capitão Nutting era de fato ex-agente do MI5 - como também o fora pelo menos um dos presidentes do conselho departamental da Guardian Assurance. Concluindo, o sr. Bigland acrescentou que o representante da companhia na França nessa época tinha sido agente da SOE.

Embora vagas, as informações do sr. Bigland pareciam confirmar a autenticidade dos documentos. Se o ex-secretário da companhia se dispunha a aceitar as assinaturas como genuínas, nada nos obrigava a fazer diferente. No que nos dizia respeito, o pêndulo oscilava da aceitação para a dúvida e de novo para a aceitação. Mas ele haveria de oscilar mais uma vez, ainda que parcialmente.

Impasse

Encontramo-nos mais uma vez com Patrick J. Freeman. Mais uma vez, ele negou enfaticamente ter qualquer conhecimento da transação a que se referiam os documentos autenticados. Mais uma vez professou sua própria perplexidade diante do assunto. Mais uma vez aventou e nós também - a possibilidade de o conteúdo dos pergaminhos ter sido, de algum modo, acrescentado posteriormente, ter sido anexado, talvez anos mais tarde, a outro texto legítimo e rotineiro. Até aquele momento, havíamos descartado essa possibilidade por causa do timbre do sr. Freeman. Ao que parecia, teria sido impossível inserir a página numa máquina de escrever sem danificar esse timbre. Teria sido ainda mais impossível datilografar nela. Isso parecia excluir a hipótese de os documentos terem sofrido qualquer alteração datilográfada depois de deixarem as mãos do sr. Freeman. Dessa vez, contudo, interrogamos muito especificamente o tabelião sobre seu timbre. Não, disse ele, não era um lacre, mas mesmo assim ele não acreditava que fosse possível inseri-la numa máquina de escrever e datilografar no papel. De todo modo, mostrou-nos um. Na verdade, consistia de um fino disco de papel colado à página e depois gravado em relevo. Usando o papel e a máquina de escrever do próprio sr. Freeman, fizemos o teste. Com cuidado, era na verdade possível inserir a página com o timbre na máquina e datilografar nela.

Enquanto refletíamos sobre este novo resultado, o sr. Freeman contemplava os textos que ele, e nós, havíamos lido tantas vezes antes. De repente, alguma coisa lhe chamou a atenção. Era uma falha aparentemente trivial, sem importância, que a maioria das pessoas, inclusive nós mesmos, jamais teria percebido. Ao mesmo tempo, contudo, era uma pista decisiva que, pelo menos no caso do documento de 1956, matava a charada.

O documento de 1956 trazia a assinatura de lorde Selborne. Seu texto dizia que os pergaminhos de Sauniere estavam depositados numa caixa-forte do Lloyds Bank Europe. Mas, como o sr. Freeman percebeu subitamente, e como pudemos confirmar pessoalmente junto ao banco, o Lloyds Bank Europe não existia em 1956. Nesse ano, as filiais européias do Lloyds compunham o Lloyds Bank Foreign. Este só passou a se chamar Lloyds Bank Europe em 29 de janeiro de 1964. Conseqüentemente, essa parte do texto do documento não podia datar de 1956. Só podia ter sido escrita em algum momento a partir de 1964.

Assim pôde ser definitivamente assentado que pelo menos um dos dois documentos que o sr. Plantard nos mostrara não era de todo autêntico. Evidentemente, isso punha sob suspeita também o documento anterior, de 1955, mas nesse caso nada pôde ser provado num sentido ou noutro. Tudo que podíamos dizer com segurança era que parte do documento de 1956 fora forjada de algum modo após o fato e pré-datada. O timbre, a assinatura do sr. Freeman, a assinatura do cônsul francês, o selo do consulado

francês - tudo isso parecia bastante genuíno. Pelo menos oito anos depois, a esses aspectos válidos do documento anexara-se um texto espúrio. Mas para que fim?

E, antes de mais nada, como o falsificador obtivera a parte válida do documento? Além disso, se o fizera, tinha uma amostra da assinatura habitual do capitão Nutting diante de si. Por que, então, fizera uma assinatura tão flagrantemente diferente?

Uma possível solução

Em *O santo graal* e a *linhagem sagrada*, publicamos o texto do que supostamente seriam os estatutos do Prieuré de Sion. Ele trazia o título "Sionis Prioratus", era datado de 5 de junho de 1956 e assinado pelo suposto grão-mestre da Ordem na época, Jean Cocteau. Os estatutos continham 22 artigos. Em sua maioria, eram complicados, por vezes burocráticos, por vezes ritualísticos, mas um deles, o Artigo X, se destacava por sua simplicidade mundana: "No ato de sua admissão, o membro deve fornecer certidão de nascimento e uma amostra de sua assinatura".

Em última análise, era evidentemente isso que os documentos autenticados por Patrick J. Freeman envolviam: uma certidão de nascimento e uma assinatura oficialmente autenticados. Parte do documento de 1956 provava-se inequivocamente fraudulenta. A parte correspondente do documento de 1955 estava agora necessariamente sob suspeita, mesmo que nada pudesse ser provado ou refutado a seu respeito. Uma coisa, porém, era indiscutível: Patrick J. Freeman *tinha* autenticado as certidões de nascimento e as assinaturas em questão.

Com isto em mente, devemos retomar à citação atribuída a lorde Blackford no texto adulterado do artigo de Jania Macgillivray e citado anteriormente, na p. 223. Segundo esse texto, lorde Blackford diz:

Foram as reformas introduzidas por Jean Cocteau em 1955 que provocaram a criação [da nova organização], ao negar o anonimato aos membros da Ordem. Nessa ocasião, todos os membros foram obrigados a fornecer certidão de nascimento e uma assinatura registrada em cartório. Uma necessidade, talvez... mas uma violação da liberdade.

Cabe lembrar que essa declaração veio à luz pela primeira vez quando o artigo de Jania foi adulterado, em algum momento entre 1979 e 1981. Tínhamos recebido uma cópia dele do marquês de Chérissey em 1981 - dois anos antes que o sr. Plantard nos mostrasse os documentos autenticados com as assinaturas de homens vinculados à Guardian Assurance, de cujo conselho diretor lorde Blackford era presidente.

Seria possível que os ingleses envolvidos no caso fossem membros já veteranos do Prieuré de Sion? Talvez se tivessem associado à Ordem através de suas ligações com a Resistência francesa durante a Segunda Guerra Mundial. Talvez essa ligação fosse ainda mais antiga. E ainda que lorde Blackford, nas declarações a ele atribuídas, aparentemente protestasse contra o Artigo X dos estatutos de Cocteau, era possível que seus companheiros o tivessem acatado, mesmo que com relutância. Isso certamente explicaria as certidões de nascimento e as assinaturas autenticadas.

Várias fontes, inclusive algumas oriundas do próprio Prieuré de Sion, haviam falado reiteradamente de uma crise ou sublevação no seio da Ordem em 1955 e 1956. Ao que diziam, um cisma completo só pudera ser evitado graças ao talento diplomático de Pierre Plantard de Saint-Clair, que teria "reintegrado" a Ordem. Seria possível que o atrito de 1955-1956 tivesse levado certos membros da Ordem, por razões que provavelmente nunca serão conhecidas externamente, a seqüestrar certos documentos de valor, entre os quais os pergaminhos de Sauniere? Quando menos, isso lhes forneceria um elemento de barganha.

Essa possibilidade não nos parece inteiramente descartável. Mas há também uma outra. Se homens como o visconde Leathers, o major Clowes e o capitão Nutting tivessem acatado o Artigo X dos estatutos, eles teriam fornecido - como de fato parecia ter ocorrido - cópias autenticadas de suas

certidões de nascimento e assinaturas. Na prática, isso significaria que a hierarquia do Prieuré de Sion teria recebido e acumulado grande número de certidões de nascimento e assinaturas. Presumivelmente, estas teriam sido arquivadas. Em qualquer momento no futuro, e especialmente depois que os homens que as tinham fornecido estivessem seguramente mortos, teria sido possível "reciclá-las". Lorde Selborne, por exemplo, morreu em setembro de 1971. A partir de então, em qualquer momento, teria sido possível exumar dos arquivos sua certidão de nascimento e assinatura, acrescentar um texto e datá-lo de 1956, e teria sido absolutamente impossível detectar a fraude, não fosse por uma única falha: a menção ao Lloyds Bank Europe.

Havia nisso, sem dúvida, vagos vestígios de um padrão. O Artigo X dos estatutos, a crítica a esse artigo atribuída a lord Blackford e o aparente acatamento do Artigo X por Nutting, Clowes, Leathers e Selborne - tudo isso não podia ser mera coincidência. O roteiro que havíamos imaginado, porém, pressupunha que toda fraude porventura existente nos documentos autenticados tinha sido perpetrada pelo Prieuré de Sion - ou, de todo modo, por alguns de seus membros. Ao mesmo tempo, por mais que esse cenário nos parecesse plausível, não podíamos ignorar os indícios de que outra mão estava envolvida - e esta parecia estar trabalhando não a favor, mas contra o Prieuré de Sion.

Embora tivesse havido referências anteriores aos documentos autenticados, o sr. Plantard nunca afirmou tê-los visto; frisou que os adquirira apenas em 1983, pouco tempo antes de os mostrar a nós. Estávamos inclinados a acreditar nisso. A alteração do nome do capitão Nutting antes de 1983, e a falta de precisão geral, sugeriam de fato que os membros do Prieuré de Sion na França não tinham visto os documentos, só os conhecendo de ouvir falar. Além disso, quando apontamos a incongruência ligada ao Lloyds Bank Europe, o sr. Plantard ficou visivelmente chocado e perturbado. Praticamente nos implorou que levássemos nossa investigação à frente e lhe comunicássemos qualquer novo resultado. Fez também diligências por conta própria, após as quais reconheceu prontamente, ainda que a contragosto, que o documento de 1956 era espúrio. A partir disso, ficou cada vez mais evidente que, se tinha havido qualquer tentativa de nos enganar, esta não partira do sr. Plantard. Ao contrário, estava claro que o embuste se destinara a ele próprio e que o nosso papel fora inteiramente secundário. Ao que parecia, havíamos simplesmente nos deixado enredar numa intriga obscura, num jogo de xadrez invisível, entre o Prieuré de Sion e mais alguém.

Quando lidamos com problemas como esse suscitado pelos documentos autenticados, tendemos instintivamente a polarizar as possibilidades, a reduzir a questão a uma proposição elementar do tipo "ou sim ou não". Ou os documentos são legítimos ou não são. Se não são, não podem ser levados a sério e devem ser imediatamente descartados. Nesse caso, contudo, era óbvio que as coisas não eram tão confortavelmente simples. Um dos documentos, pelo menos em parte, era sem dúvida espúrio. Por outro lado, estava em jogo um número tão grande de aspectos - as afirmações do sr. Bigland, para citar só um exemplo que tinham um fundamento suficientemente sólido para justificar pesquisas adicionais. Quanto mais examinávamos a questão, mais nos dávamos conta de que não estávamos lidando nem com documentos plenamente legítimos, nem com "simples" falsificações. Ao contrário, estávamos lidando com alguma outra coisa, algo que recaía numa categoria situada em algum ponto entre a verdade e a falsidade. Essa categoria é muito conhecida pelos serviços de espionagem. Na verdade, é o objeto de uma de suas atividades básicas. Chama-se *desinformação*. Envolve a disseminação deliberada, planejada de dados equívocos, parcialmente verdadeiros, parcialmente errôneos, no intuito de ocultar algo, tirar a atenção das pessoas de algo, desviar a atenção numa ou noutra direção periférica ou tangencial. As melhores mentiras, porém, são sempre ampliações ou variações da verdade, não puras invenções. A desinformação mais eficaz estrutura-se sempre em torno de um núcleo de validade. É a partir desse núcleo que o labirinto de becos sem saída e pistas que não levam a lugar algum invariavelmente se difunde.

Tanto nós quanto o sr. Plantard tínhamos sido vítimas de uma *desinformação*. Quem quer que a tivesse forjado sabia muito exatamente o que o sr. Plantard esperava encontrar nos documentos autenticados - a ponto de convencê-lo de que ele de fato o encontrara. Quem quer que fosse o

responsável conhecia extremamente bem não só o sr. Plantard como também o Prieuré de Sion, conhecia extremamente bem o pano de fundo da questão e dispunha de recursos impressionantes. A fraude não podia ter sido-trabalho de um amador. Era extremamente sofisticada, extremamente profissional.

Inevitavelmente, nossas suspeitas se voltaram para os serviços secretos - da Grã-Bretanha, da França, ou até (embora não pudéssemos imaginar por que razão) dos Estados Unidos. Segundo um sócio do capitão Nutting, ele pertencera ao Serviço de Informações britânico. Tínhamos bases também para suspeitar do envolvimento do Serviço de Segurança Interna francês. Um jornalista conhecido nosso, numa ocasião em que estava trabalhando em Paris, recebera de um oficial da Segurança Francesa a sugestão de que lesse *O santo graal e a linhagem sagrada* - "porque diz respeito a questões políticas contemporâneas", insinuara enigmaticamente o oficial. Além disso, convém lembrar que representantes de companhias seguradoras que faziam negócios na França em meados dos anos 50 estavam legalmente obrigados a fornecer ao governo certidões de nascimento e assinaturas autenticadas. O governo francês tinha portanto fácil acesso às certidões e assinaturas que figuravam nos documentos que nos interessavam.

Havia, porém, um outro serviço de informações que se tornou também objeto de fortes suspeitas. Esse serviço tinha trabalhado tanto com o serviço britânico quanto com o OSS norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial. Continua ativo até hoje, mantendo estreito vínculo tanto com a CIA quanto com o Vaticano. Tinha, por sua própria natureza, um interesse direto e profundo em tudo que dissesse respeito ao cristianismo em geral e a Jesus em particular. Incluía pelo menos segundo o que nos contaram mais tarde - certos membros do Prieuré de Sion, ainda que as duas organizações parecessem, sob muitos aspectos, diametralmente opostas. E, ao que se dizia, era nos seus arquivos que os pergaminhos de Sauniere tinham ido parar. O serviço de informações em questão era o dos Cavaleiros de Malta.

19

O PANFLETO ANÔNIMO

Na primavera de 1983, quando nos mostrou pela primeira vez os originais dos documentos autenticados, o sr. Plantard determinou que não deveríamos discuti-los com ninguém, nem imprimi-los. Se vazasse algum rumor a respeito deles, disse, as conseqüências seriam embaraçosas. Algumas partes interessadas - uma das quais, sugeriu, era o governo francês -- poderiam conseguir se apoderar dos pergaminhos descobertos por Sauniere ou obtê-los por meio de trapaça, e eles talvez nunca mais fossem vistos. Simplesmente desapareceriam em algum arquivo, como segredos de Estado. Ao contrário dos arquivos ingleses e norte-americanos, os da França tendem a permanecer fechados.

Atendemos ao pedido do sr. Plantard. Concordamos em não discutir publicamente os documentos até que o Prieuré de Sion, ou pessoas ligadas a ele, o tivessem feito em primeiro lugar. Concordamos em não os reproduzir ou divulgar seu texto até que já fossem de domínio público.

Em novembro de 1983, Louis Vazart nos enviou um texto que acabara de concluir sobre Dagoberto II e vários aspectos históricos do caso. Consistia do original datilografado de um livro, fotocopiado e encadernado. Para nosso espanto, continha - sem que sequer houvesse muita discussão a respeito - fotografias borradas dos documentos autenticados.

Ficamos perplexos. Por que o sr. Vazart publicara os documentos se eles eram adversos aos interesses do Prieuré de Sion? E por que o sr. Plantard nos fizera prometer segredo acerca desses documentos se, muito antes de termos qualquer oportunidade de reproduzi-los num livro nosso, o sr. Vazart iria fazê-lo num livro seu? Não nos passava pela cabeça que o sr. Vazart tivesse tomado uma iniciativa como essa sem o conhecimento e a aprovação do sr. Plantard. E estávamos nos preparando para fazer essas perguntas ao sr. Plantard quando os acontecimentos sofreram uma reviravolta completa e tomaram rumo inteiramente diverso.

Em meados de dezembro de 1983, recebemos pelo correio um panfleto anônimo - um pasquim do

tipo não incomum na política da França e da Itália. Ficamos sabendo posteriormente que o panfleto em questão não fora enviado somente a nós, tendo circulado amplamente na França. Compunha-se de uma só página, muito desleixadamente datilografada e depois fotocopiada. O texto pretendia ser uma propaganda do próximo lançamento de um livro de Jean-Luc Chaumeil, o homem que atuava como emissário do Prieuré de Sion quando de nossos primeiros contatos com a Ordem em 1979. Como foi dito anteriormente, mais tarde o sr. Chaumeil fora desautorizado pela Ordem.

Embora nada no próprio panfleto prove que ele foi escrito pessoalmente pelo sr. Chaumeil, isso é fortemente sugerido. É nítido o desejo de dar ao leitor essa impressão. No canto superior esquerdo da página há um logotipo - um punho cerrando uma rosa -, o símbolo convencional do Partido Socialista Francês. Em letras maiúsculas no alto, há o seguinte anúncio: "EM JANEIRO PRÓXIMO EM TODAS AS LIVRARIAS: A DOCTRINA DO PRIEURÉ DE SION (CINCO VOLUMES) JEAN-LUC CHAUMEIL.» Abaixo, o texto a seguir:

"Por manipulação do Prieuré de Sion, fui induzido a escrever meu livro Le trésor du trianple d' or" - declara J. - L. Chaumeil. - "Agora vou revelar toda a verdade sobre este caso."

O livro vai revelar que L'Enigme sacrée [tradução francesa de O santo graal e a linhagem sagrada] não passa de uma grande fraude sem qualquer fundamento sério. Além disso, desde 1981 Pierre Plantard não é mais grão-mestre [e] o Prieuré está sob a direção de uma inglesa chamada Ann Evans, a verdadeira autora dessa ficção paranóide!

Pierre Plantard não passa de um ... [segue-se uma afirmação injuriosa sobre o sr. Plantard, o sr. Vazart e o curador do museu de Stenay, que pode certamente ser injustificada.

É preciso lembrar que, em 1952, Pierre Plantard transferiu ilicitamente, da França para a Suíça (para a Union des Banques Suisses), lingotes de ouro no valor de mais de 100 milhões [de francos]...

Segue-se um violento libelo pessoal contra o sr. Plantard, que não seria legítimo reproduzir aqui e que, de todo modo, não tem qualquer relação com a nossa história. Depois disso, o texto diz:

Este caso, como os outros, foi varrido para debaixo do tapete porque Pierre Plantard trabalhou, no início de 1958, como agente secreto de De Gaulle, assumindo o secretariado dos Comitês de Salvação Pública. Em 1960, associou-se a... Gérard de Sede, tenho obtido também o apoio de André Malraux para levar a cabo o negócio de Gisors em que... outro... indivíduo, Philippe de Chérissey, esteve envolvido...

Em 1980, um certo J. P. Deloux e Brétigny lançaram [as revistas] Inexpliqué, Atlas e Nostra, sob a égide de um membro do Prieuré de Sion, Gregory Pons, e publicaram Rennes-le-Château: capitale secrete, brochura em cores com tiragem de 220 mil cópias. Feito esse trabalho, foi a vez de Nostra proclamar Plantard futuro Grande Monarca, e agora a Hebdo-Maaazine apóia Jacques Chirac, que de fato se amolda muito bem à estrepitosa atração do Prieuré...

Como se pode ver, só o parágrafo de abertura desse texto é uma citação pretensamente direta do sr. Chaumeil. Tudo que se segue pretende se passar por expressão do que ele tem a dizer. Nada indica, porém, se as palavras são do próprio sr. Chaumeil ou lhe estão sendo atribuídas pelo autor anônimo do panfleto.

Alguns pontos do texto obviamente exigem uma explicação e o leitor as encontrará nas notas no fim deste volume. Há também pontos que obviamente exigem correção. Num caso, pelo menos, podemos afirmar que o autor não se limita a tirar conclusões apressadas. Ele simplesmente inventa. Nos agradecimentos da edição original de *O santo graal e a linhagem sagrada*, destacamos especialmente Ann Evans, nossa agente literária - "sem a qual", dissemos, "este livro não poderia ter sido escrito". Presumivelmente com base nessa declaração, o autor do panfleto concluiu que uma elusiva inglesa chamada Ann Evans foi de fato a fonte primária de nossas informações e, de fato, a verdadeira autora do livro. Um equívoco como este põe imediatamente em questão a veracidade do que se segue.

Mesmo assim, alguns pontos são dignos de nota.

Em primeiro lugar, o panfleto seria patentemente passível de ação judicial. Se quiséssemos, nós mesmos poderíamos tê-la movido. Ann Evans também. Os insultos e acusações lançados contra os srs. Vazart, Chérissey e Plantard davam ainda mais base para um processo. O autor do texto, fosse quem fosse, certamente devia saber que se expunha a um risco considerável e que sua identificação poderia ter graves conseqüências. Por que, então, o texto fora escrito e distribuído? Rara apresentar o ponto de vista do sr. Chaumeil? Ou para incriminá-lo? Neste caso, por quê?

O segundo ponto é que a intenção explícita do panfleto é desacreditar o sr. Plantard e o Prieuré de Sion. No entanto, seja por total inépcia, seja por uma astuta estratégia, consegue fazer exatamente o oposto. A despeito das transgressões morais a ele atribuídas, o sr. Plantard emerge como um personagem poderoso - um "agente secreto de De Gaulle", um homem capaz de exercer o cargo de secretário-geral dos Comitês de Salvação Pública, que conseguiu obter a ajuda de ninguém menos que André Malraux, que é capaz de traficar com grandes somas de dinheiro. Ainda que imagem do sr. Plantard possa parecer mais sinistra em face dessas acusações, certamente não é diminuída. Tampouco o Prieuré de Sion. Segundo o panfleto, o Prieuré é capaz de "manipular" - de maneira não especificada - um homem a ponto de induzi-lo a escrever um livro. É capaz de orquestrar o conteúdo de várias revistas e divulgar ou ocultar informações a seu talante. Parece ter acesso à mídia e, presumivelmente, recursos consideráveis. Desperta uma reação favorável em Jacques Chirac. Mais uma vez, fica-se com a impressão de uma organização mais ameaçadora do que talvez se imaginasse, mas nem por isso menos influente ou poderosa. Se a intenção do panfleto era desmascarar e depreciar o sr. Plantard e o Prieuré de Sion, seu autor anônimo tinha procedido de maneira decididamente curiosa.

Arquivos Roubados

A nosso pedido, um dos nossos colaboradores em Paris telefonou para o sr. Chaumeil, marcou encontro com ele e perguntou sobre o panfleto. Num encontro posterior, nós próprios fizemos o mesmo. Em ambas as ocasiões, o sr. Chaumeil protestou veementemente sua inocência. Não era responsável pelo panfleto, insistiu. Não repudiava nenhuma das alegações feitas ali, mas negava tê-las escrito. Estavam tentando incriminá-lo, afirmou. Essa era uma possibilidade que não podia ser descartada. O sr. Chaumeil tem o hábito de ser bastante desastrado, para não dizer desastroso, em suas declarações, tanto em particular quanto em público. Em um de seus livros (*Du premier au dernier templier*), de que gentilmente nos deu um exemplar, ele nos havia atacado num palavreado de fazer ruborizar um cura. Outras vítimas do seu calão que não tivessem nosso senso de humor poderiam estar mais do que satisfeitas em pô-lo em maus lençóis.

Em seu encontro com nosso colaborador, ele se mostrou nervoso. Ao que parecia, o sr. Plantard havia ameaçado processá-lo, e o sr. Chaumeil, embora fanfarrão, estava evidentemente assustado. Se era inocente, como alegava, podia agora se ver obrigado a provar isso nas barras do tribunal.

Alguns dias depois de recebermos o panfleto de uma fonte anônima, chegou-nos um pacote de textos do sr. Plantard. Aparentemente ignorando que tínhamos recebido o panfleto, o sr. Plantard anexou uma cópia do mesmo. Incluiu também uma resposta a ele, na forma de uma folha bem impressa intitulada *La Camisole Bulletin "TorchonRéponse" N° 1*, com um texto de Louis Vazart - vazado numa linguagem quase tão ofensiva quanto a do panfleto, mas mais coerente. Fora incluída também a cópia de uma carta em que o sr. Plantard, acusando o sr. Chaumeil de ser o autor do panfleto, exigia dele uma retratação pública formal das acusações. Se esta não fosse feita rapidamente, declarava o sr. Plantard, iria processá-lo por difamação. O mesmo fariam Louis Vazart e o marquês de Chérissey.

Seguiu-se uma pausa, tendo os feriados do Natal imposto uma paz passageira, senão no mundo em geral, pelo menos entre as partes contendoras em Paris. As hostilidades recomeçaram com o ano novo. Na primeira semana de fevereiro, recebemos outro pacote de documentos do sr. Plantard,

destinado, como o anterior, a nos manter a par dos acontecimentos. O mais importante item no novo maço de papéis era um texto de duas páginas datado de 17 de janeiro de 1984. No alto da primeira página estava impresso um cabeço oficial do Prieuré de Sion - o primeiro que jamais víamos. Este era acompanhado por um timbre com as letras R +C, presumivelmente denotando a Rosa Cruz. Havia também o que parecia ser um selo oficial impresso com um carimbo de borracha - o timbre R +c fechado em dois círculos concêntricos com a inscrição "Prieuré de Sion - Secretariado Geral" e, abaixo, a assinatura do sr. Plantard. No canto superior esquerdo havia uma espécie de número de referência 3/3/6/84. O documento, intitulado "Mise en Garde" ("Advertência"), estava assim endereçado, com abreviaturas tipicamente maçônicas: "CONFIDENTIELLE à nos F .' ." ("Confidencial, aos nossos confrades"). Por que, perguntamos a nós mesmos, aquilo fora enviado a estranhos como nós? Por que estavam tentando nos envolver na disputa entre o sr. Plantard com o sr. Chaumeil?

O texto da "Mise en Garde" entrava flagrantemente em choque com as pomposas formalidades do alto da página. Consistia, mais uma vez, de uma torrente de invectivas e ofensas dirigidas a Jean-Luc Chaumeil. Pretendia ser uma espécie de relação de imputações ou acusações, para a elucidação de todos os membros do Prieuré de Sion. Assim, começava nos seguintes termos:

Vemo-no obrigados a enviar a presente "Mise en Garde" contra o (...) indivíduo conhecido como Jean-Luc Chaumeil, nascido em 20 de outubro de 1944, em Lille (...) contra quem uma ação por libelo foi impetrada junto ao foro em Nanterre 92000 por nosso G.M .' (GrãoMestre) em 16 de dezembro de 1983.

Seguia-se uma lista selecionada das "calúnias" de que Chaumeil era acusado - e, para anular seus protestos de inocência, passagens fotocopiadas com o que se afirmava ser sua própria caligrafia. Na segunda página havia outras dessas passagens; em seguida o texto da alegação era retomado, falando sobre duas caixas dos arquivos do Prieuré de Sion datados de 1935 a 1955.

Essas duas caixas foram roubadas em 1967 da então residência do nosso irmão Philippe de Chérisey. Por quem? (...) Esse modesto pacote continha cartas do nosso falecido G M [grão-mestre] Jean Cocteau, de nossos confrades Alphonse Juin, André Malraux, etc. Teria então o profano J. L. Chaumeil sido o receptor desses bens roubados? Seja como for, ele tentou também impingir-Ios ao nosso amigo Henry Lincoln...

Nem é preciso dizer que isso era flagrantemente falso. Em seu encontro conosco, Chaumeil negara possuir quaisquer documentos do Prieuré, ou mesmo alimentar qualquer outro interesse pelo Prieuré. E nem nesse encontro, nem em qualquer outra ocasião, tentara nos vender, nos dar ou nos impingir qualquer tipo de documento. Sendo assim, por que estávamos sendo mais uma vez enredados no caso? De todo modo, o Prieuré parecia estar suficientemente incomodado com o assunto para lançar uma advertência:

o Prieuré de Sion e seus membros não têm qualquer interesse nas arengas de (...) l-L. Chaumeil, e aqueles que se acumpliciarem como esse tráfico de documentos e libelos correm o risco de se verem eles mesmos inculcados nessa questão perante o foro.

Desse ponto em diante, o texto renovava a diatribes contra o sr. Chaumeil. Mas uma incongruência gritante aparecia. Por um lado, a perspectiva de o sr. Chaumeil escrever um livro sobre o Prieuré de Sion era ridicularizada. O sr. Chaumeil, afirmava-se, não tinha condições de dizer nada de válido sobre o Prieuré. Ao mesmo tempo, contudo, afirmava-se que duas caixas dos arquivos do Prieuré, abrangendo os anos 1935-1955, tinham sido roubadas e sugeria-se enfaticamente que o sr. Chaumeil

tivera acesso a elas. Nesse caso, como se podia ter tamanha certeza de que tudo que ele dissesse não passaria de fato de "mistificação" e de "pura invenção"? Aos nossos olhos, o Prieuré talvez estivesse protestando um pouquinho demais. Estava claro que alguma coisa realmente os perturbava. Por alguma razão, que nada tinha a ver com injúria e difamação pessoal, eles estavam obviamente atemorizados.

O texto da "Mise en Garde" dava muito o que pensar. Mas o documento tinha ainda um outro aspecto mais significativo e mais intrigante que qualquer coisa contida no próprio texto. No pé da segunda página, os dois selos - um do Prieuré de Sion como tal e outro do seu Secretariado-Geral - apareciam de novo. Abaixo deles havia quatro assinaturas, apostas "em nome do Prieuré de Sion". As assinaturas, da esquerda para a direita, eram de: John E. Drick, Gaylord Freeman, A. Robert Abboud e Pierre Plantard.

Na versão adulterada do artigo de Jania Macgillivray, feita em algum momento entre 1979 e 1981, havia uma referência a Gaylord Freeman. Após a morte de Jean Cocteau, em 1963, declarava aquela versão, o poder no Prieuré de Sion fora exercido por um triunvirato integrado por Pierre Plantard, Gaylord Freeman e Antonio Merzagora. Graças a essa referência, o nome de Gaylord Freeman, pelo menos, nos era conhecido. Os de John E. Drick e A. Robert Abboud, não. Nunca os havíamos encontrado antes.

O Encontro no La Tipia

Recebemos o pacote contendo a "Mise en Garde" em 3 de fevereiro de 1984, uma sexta-feira. Na segunda-feira, 6 de fevereiro, íamos voar para Paris, para um encontro marcado com o sr. Plantard. Não houve tempo, antes de partir, de rastrear as identidades dos srs. Drick, Freeman e Abboud.

A pedido do sr. Plantard, fomos encontrá-lo num restaurante chamado La Tipia, situado na rua Rome, pegada à estação Saint-Lazare. O sr. Plantard observou que o local lhe era muito conveniente. Vinha para a cidade de trem e, após estar conosco, podia partir imediatamente, sem ter de deixar a vizinhança imediata da estação ferroviária. Nos meses seguintes, voltaríamos a nos encontrar com o sr. Plantard no La Tipia, na rua Rome. Foi só mais tarde que o local veio a adquirir um significado muito intrigante.

Ao contrário do que sempre ocorrera até então, o sr. Plantard foi ao nosso encontro sozinho, sem o seu costureiro séquito de colaboradores. Mais ainda, pareceu genuinamente aflito com uma série de coisas e ansioso não só por nos fazer confidências como para, em certos aspectos, obter nossa ajuda. No curso de nossa conversa, muitas questões diferentes foram levantadas. Como de costume, as respostas que recebemos suscitaram novas saraivadas de perguntas.

1. Obviamente, perguntamos ao sr. Plantard quem eram Gaylord Freeman, John E. Drick e A. Robert Abboud. Ele replicou bruscamente, com uma leve nota de pedido de desculpa na voz, que não estava em condições de responder a essa pergunta específica. Ela dizia respeito, disse ele, a assuntos internos do Prieuré de Sion, que não podia discutir com estranhos. Tentamos insistir na questão, perguntando se aqueles homens eram ingleses ou norte-americanos. O sr. Plantard limitou-se a repetir o que acabara de dizer - não podia discutir os problemas internos do Prieuré de Sion.
2. No entanto, ele de fato continuou discutindo os problemas internos do Prieuré de Sion, ou pelo menos um aspecto deles. O assunto pareceu escapar num momento de conversa amena, quando o sr. Plantard tinha relaxado a guarda. Ser grão-mestre às vezes era uma amolação, disse em tom jocoso, como um pai afetuoso que se queixa ironicamente da paternidade. Expressamos uma vaga surpresa e ele se explicou brevemente. Não se tratava de um problema grave, falou descuidadamente, mas exatamente naquele momento havia certo grau de atrito nas fileiras da

Ordem, e ele tinha de impedir que isso se convertesse numa luta intestina. A principal dificuldade, disse, estava sendo causada pelo "contingente anglo-americano" do Prieuré, que aparentemente desejava assumir uma direção diversa da adotada por seus confrades continentais. O sr. Plantard se recusou a ir além disso. Na verdade, ficou reticente sobre o assunto, como se tivesse percebido que já tinha falado demais. O resultado foi que não conseguimos nenhuma indicação sobre quem, precisamente, poderia formar esse "contingente anglo-americano", nem sobre qual podia ser o pomo da discórdia. Restou-nos especular no escuro sobre a possível causa da dissensão nas fileiras do Prieuré de Sion, com base no que compreendíamos dela.

3. Pouco depois desse fragmento de conversa, o sr. Plantard fez uma pausa e pôs-se a ruminar. Havia naquele momento duas vagas na Ordem, disse pensativo. Seria uma grande vantagem ter essas vagas ocupadas por "estrangeiros" simpáticos à posição francesa e continental. Isso serviria para contrabalançar a influência do "contingente anglo-americano". Seguiu-se uma longa e sugestiva pausa. Não dissemos nada. Em seguida a conversa desviou para outro tópico. Por um momento, porém, realmente pareceu que o sr. Plantard estava prestes a nos convidar para ingressar na Ordem. Se essa impressão foi correta e ele de fato pensou nisso, por que não o fez? Provavelmente se deu conta de que não era possível que aceitássemos, não era possível que prometêssemos guardar o segredo que tal admissão implicaria. Além disso, o sr. Plantard dissera haver duas vagas e nós éramos três. De todo modo, o momento veio e passou. Permaneceu por muito tempo em nossas mentes, como um instante sedutor - um instante em que, pelo menos por uma frincha, uma porta se abriu, voltando depois a fechar-se.
4. O sr. Plantard confirmou a verdade - ou pelo menos a meia verdade - de uma das acusações feitas no panfleto atribuído a Jean-Luc Chaumeil. Segundo o panfleto, o sr. Plantard havia transferido ilegalmente uma quantidade de ouro da França para a Suíça em 1952. Ele admitiu que de fato transferira fundos substanciais para a Suíça. Mas, embora esse tipo de transação fosse ilícita em 1984, no governo do presidente Mitterand, nos anos 50 fora perfeitamente legal. Além disso, explicou, não fora feita em seu proveito pessoal. Os recursos envolvidos nada tinham a ver com a sua pessoa e ele de modo algum não se beneficiara deles. Ao contrário, compreendiam um fundo especial a ser usado pelos Comitês de Salvação Pública; e ele, na qualidade de secretário-geral dos comitês, fizera a transação em benefício dos comitês, por ordem expressa de Charles de Gaulle. Mas isso não era tudo. O negócio, disse o sr. Plantard, fora estritamente confidencial. De que modo o autor do panfleto pudera se inteirar dele, mesmo que de maneira equivocada ou distorcida? Segundo o sr. Plantard, só podia ter sido por meio de alguma fonte oficial no governo francês da época. Além disso, acrescentou, naqueles últimos meses somas adicionais tinham sido transferidas para essa conta na Suíça. Por quê? Presumivelmente para desacreditá-lo pessoalmente, senão para incriminá-lo vez, o aparente acesso a "informação confidencial" sobre a transação, o valor das somas recém-transferidas e o conhecimento do número da conta em que deviam ser depositados provavam, afirmou o sr. Plantard, o envolvimento de um ou outro órgão ou agência do governo.
5. O sr. Plantard nos entregou uma resenha publicada numa revista. Fora escrita por alguém que se assinara simplesmente "Bayard". Tratava-se de um livro escrito (como viemos a saber depois) por um padre franco-canadense, o reverendo padre Martin. O livro, publicado pelas Éditions du Rocher, se intitulava *Le livre des compagnons secrets du Général De Gaulle* ("O livro dos companheiros secretos do general De Gaulle"). Seu objetivo era investigar um suposto grupo de conselheiros e colaboradores secretos de De Gaulle, organizados numa coesa cabala ou ordem que Martin chamou de "les Quarante-Cinq" ("os Quarenta e Cinco"). De fato, como descobrimos ao ler o texto de Martin, "les Quarante-Cinq" parecem não ter tido ligação alguma com o Prieuré de Sion. Em sua resenha, porém, "Bayard" acusava explicitamente Martin de tentar deliberadamente semear confusão na mente do leitor, misturando "les QuaranteCinq" com o Prieuré. Valendo-se desse estratagema bastante

engenhoso, o próprio resenhista conseguiu divulgar informações sobre o Prieuré como se elas fossem de conhecimento geral. Citamos a última coluna da resenha de "Bayard", que constitui o trecho mais relevante:

Podemos também suspeitar de que esse livro tem uma intenção oculta, que parece ser a de confundir "les Quarante-Cinq" com o Prieuré de Sion. Há muitas referências a esta última ordem, jamais mencionada por quem quer que seja que se assina R. P. Martin (e que não é, contudo, membro dela), como se, ao falar de "les Quarante-Cinq", desejasse nos remeter aos 45 membros franceses do Prieuré de Sion durante o período em que Jean Cocteau foi o grão-mestre e em que o marechal Juin e André Malraux foram "Croisés" ("Cruzados", isto é, membros seniores do Prieuré).

Após a morte de Cocteau em 1963 e a do marechal Juin em 1967, restaram apenas 43 membros franceses. Foi nessa ocasião que, por insistência do general De Gaulle (que não era membro do Prieuré de Sion), Pierre Plantard de Saint-Clair foi alçado ao grau de "cruzado".

Após a morte de André Malraux em 1976, quando os norte-americanos estavam tentando conquistar a supremacia na Ordem, continuou havendo apenas 43 membros franceses.

Assim - ainda que só pelo jogo feito com o número dos membros franceses -, não deveríamos entender que um dos objetivos de R. P. Martin é também indicar, aos que conhecem os mistérios contemporâneos, que ele está aludindo ao ramo francês do Prieuré de Sion e, ao mesmo tempo, atribuindo à Ordem uma posição política específica?

Trata-se de um jogo esperto: começando com fatos fidedignos (na verdade, uma das comendadorias de Sion na França pertence a uma mulher), ou mais ou menos fidedignos, o autor passa a utilizá-los para corroborar a idéia de uma certa visão "gaullista" do mundo.

Mas não será isso uma tentativa de influenciar o equilíbrio interno do Prieuré de Sion, atribuindo ao ramo francês uma política que não é a sua - exatamente no momento em que ele está tentando contrabalançar a influência norte-americana e inglesa e restabelecer um equilíbrio natural?

Perguntamos ao sr. Plantard se as afirmações feitas sobre o Prieuré de Sion eram corretas. Ele respondeu que sim. Perguntamos-lhe quem era "Bayard". "Talvez o próprio R. P. Martin", respondeu o sr. Plantard, com uma risadinha que sugeria que "Bayard" podia perfeitamente ser também ele mesmo. Mas, fosse "Bayard" quem fosse, as declarações que lhe eram atribuídas eram extremamente interessantes. Em primeiro lugar, ele enfatizava exatamente aquilo para o que o sr. Plantard chamara nossa atenção verbalmente: a existência de atritos no interior do Prieuré de Sion, gerados por um "contingente anglo-americano". Fazia eco também à ambígua afirmação feita pelo sr. Plantard em outras circunstâncias de que o Prieuré não era político. Afirmava categoricamente, pela primeira vez ao que soubéssemos, que o marechal Juin e André Malraux eram membros do Prieuré e especificava a posição que tinham na Ordem - a de "cruzados". Segundo os estatutos, o grau de "cruzado" era o segundo mais elevado na Ordem, imediatamente abaixo do grau de grão-mestre. Havia três "cruzados" e, no grau imediatamente inferior, nove "comendatários".

O comentário de "Bayard" sobre De GauHe era particularmente interessante. Ele afirmava taxativamente que o próprio De GauHe não era membro do Prieuré de Sion. Ao mesmo tempo, deixava claro que De GauHe não só estava a par dos assuntos do Prieuré como tinha suficiente influência sobre a ordem para insistir na promoção do sr. Plantard ao grau de "cruzado" após a morte do marechal Juin. Se isso era verdade, contudo, significava que, até 1967, o sr. Plantard pertencera a um grau inferior. Por outro lado, segundo o marquês de Chérissey, já em 1956 o sr. Plantard tinha impedido, com sua diplomacia, um grande cisma na Ordem. E, segundo o texto adulterado de Jania Macgillivray, o poder no Prieuré fora exercido, após a morte de Cocteau em 1963, por um triunvirato integrado por Plantard, Gaylord Freeman e Antonio Merzagora. É verdade que não é de todo inusitado que um subordinado assumo o papel de liderança, especialmente num momento de crise. No entanto, se esse fosse o caso do sr. Plantard, isto significava que, em tudo que fizera entre 1957 e 1967, atuara como um subordinado - um subordinado que não era nem sequer do segundo escalão,

mas do terceiro ou ainda inferior.

6. Questionamos insistentemente o sr. Plantard sobre os documentos autenticados com as assinaturas do visconde Leathers, do capitão Nutting, do major Clowes e de lorde Selborne. Lembramos-lhe que nos pedira para não discutir ou publicar esses documentos, e que no entanto Louis Vazart estampara fotos dos mesmos em seu livro sobre Dagoberto II. Uma vez que os documentos estavam prestes a se tornar públicos, por que nos pedira segredo? O sr. Plantard pareceu sinceramente embaraçado. Não sabia, disse com amargura, que o sr. Vazart ia publicar reproduções dos documentos. Se tivesse sabido de antemão, teria evitado. Então o sr. Vazart não o consultara? Não, respondeu o sr. Plantard. Sabia que o sr. Vazart estava escrevendo o livro, mas não tinha idéia de que este incluiria qualquer referência aos documentos. Mas, insistimos nós, fora certamente o sr. Plantard quem dera ou pelo menos mostrara os documentos ao sr. Vazart. Não lhe pedira segredo, como a nós? O sr. Plantard respondeu que *não* dera os documentos para o sr. Vazart. Não tinha idéia de onde ele os conseguira. A primeira indicação de que sabia alguma coisa sobre eles surgira já impressa, como um *fait accompli*.

Ficamos perplexos. O sr. Plantard nos mostrara os originais dos documentos em abril do ano anterior. Se não os mostrara também ao sr. Vazart, ficava evidente que mais alguém tinha cópias. Onde o sr. Vazart as obtivera? O sr. Plantard deu de ombros, impotente. Não sabia, disse. Toda a situação lhe parecia extremamente inquietante. Praticamente nos implorou que continuássemos investigando o assunto. Ficaria grato, afirmou, por qualquer informação que nossas pesquisas pudessem fornecer. Estes foram os tópicos básicos abordados em nossa conversa com o sr. Plantard em fevereiro de 1984. Nada fora esclarecido, nenhuma das nossas indagações fora satisfatoriamente respondida. Ao mesmo tempo, viamo-nos às voltas com um verdadeiro emaranhado de novas perguntas. Quem eram John E. Drick, Gaylord Freeman e A. Robert Abboud? Qual era o papel do "contingente norte-americano" no Prieuré de Sion e por que eram uma fonte de atrito dentro da Ordem? O sr. Plantard estivera mesmo prestes a nos oferecer o ingresso no Prieuré para contrabalançar a influência desse "contingente"? Por que alguém do governo francês estaria transferindo fundos para uma conta secreta na Suíça com o objetivo de desacreditar o sr. Plantard? Que valor devíamos atribuir às informações fornecidas por "Bayard" em sua resenha do livro do R. P. Martin? E, se não fora do sr. Plantard, de quem o sr. Vazart obtivera os documentos autenticados com as assinaturas do visconde Leathers, do capitão Nutting, do major Clowes e de lorde Selborne?

Durante nossa estada em Paris, tivemos também uma série de encontros com Louis Vazart. Ele fez eco às declarações do sr. Plantard. Não, afirmou, não havia recebido os documentos autenticados do sr. Plantard. Nesse caso, como os conseguira? Eles lhe haviam sido enviados, respondeu. Anonimamente. Num "simples envelope de papel pardo". Com selos britânicos e carimbo postal de Londres! Mais uma vez ficamos pasmos. Quem estava brincando de quê? Estaria alguém tentando nos incriminar, tentando nos desacreditar junto ao sr. Plantard e ao Prieuré de Sion? Fosse como fosse, se o sr. Vazart estava dizendo a verdade, uma coisa era evidente: alguém em Londres estava a par de toda a questão, estava acompanhando todos os desdobramentos e, em determinados momentos-chave, estava intervindo misteriosamente.

20

O ELUSIVO "CONTINGENTE AMERICANO"

Provou-se bastante fácil determinar as identidades de Gaylord Freeman, John Drick e A. Robert Abboud. Todos os três estavam listados em diversos catálogos e outras fontes padrão. Diante disso, a evasiva do sr. Plantard se tomava ainda mais intrigante. Por que se recusar a falar sobre homens cujas vidas e atividades eram matéria de registro público?

Todos os três eram, ou tinham sido, ligados ao First National Bank de Chicago. John Drick trabalhara no banco desde 1944. Tendo começado como caixa adjunto, em três anos passou a vice-presidente

adjunto. Em 1969, tornou-se presidente do banco e, ao mesmo tempo, um de seus diretores. Participava também do conselho diretor de várias outras companhias americanas: Stepan Chemical, MCA Incorporated, Oak Industries e Central Illinois Public Service.

Gaylord Freeman, originalmente um advogado, inscreveu-se no foro de Illinois em 1934. Em 1940 ingressou no First National Bank of Chicago como procurador. Em 1960 tomou-se presidente do banco. Ocupou a vice-presidência do conselho diretor do banco de 1962 a 1969, a presidência de 1975 a 1980. Foi também presidente do conselho diretor da First Chicago Corporation e membro dos conselhos diretores da Atlantic Richfield, Bankers Life and Casualty Company, Baxter Travenol Labs e Northwest Industries. Em 1979-80, participou de uma "força-tarefa" sobre inflação para a American Bankers' Association. Era membro da MacArthur Foundation e curador do Aspen Institute of Humanistic Studies. O Aspen Institute fora fundado em 1949 para familiarizar executivos de alto nível com disciplinas humanísticas, especialmente a literatura. Hoje, compreende um quartel-general em Nova York, uma propriedade de oito quilômetros quadrados na baía de Chesapeake e centros de conferência no Havaí, em Berlim e em Tóquio.

Robert Abboud sucedeu a Gaylord Freeman na presidência do conselho diretor do First National Bank of Chicago, mas alguns anos depois foi exonerado. Posteriormente tomou-se presidente da Occidental Petroleum Corporation. Em 1980, ele e outros foram processados por acionistas sob a acusação de enganar investidores no tocante à situação financeira do banco em meados dos anos 70. Segundo o *Herald Tribune*, em sua defesa Abboud afirmou que o banco atravessava graves dificuldades financeiras quando ele assumiu a presidência do conselho diretor - de fato, declarou, os problemas de 1974 tinham sido ocultados para evitar uma crise de confiança no sistema bancário".

Pertenciam esses homens ao "contingente anglo-americano" a que o sr. Plantard aludira? Nesse caso, esse contingente se estendia pelas esferas rarefeitas das altas finanças, presumivelmente não só nos Estados Unidos como também em outros países. Ao mesmo tempo, se os "contratempos" do sr. Abboud com o banco indicavam alguma coisa, o contingente estava ele próprio ameaçado pela luta entre facções.

Pouco depois de descobrirmos a identidade dos srs. Drick, Freeman e Abboud, telefonamos para o sr. Plantard. Muito casualmente, mencionamos o que ficáramos sabendo acerca da ligação deles com o First National Bank of Chicago. *Vraiment?* (É mesmo?), respondeu laconicamente o sr. Plantard, com certa ironia na voz, como se nos estivesse cumprimentando pela nossa meticulosidade. Declaramos que, obviamente, teríamos de entrar em contato com os três homens em questão. No mesmo instante o sr. Plantard ficou visivelmente nervoso. Havia questões muito importantes em jogo, declarou, pedindonos que, por favor, *não* entrássemos em contato com aqueles homens até que tivéssemos outro encontro pessoal com ele. Com muita relutância concordamos, mas lhe fizemos uma série de outras perguntas. O sr. Plantard pediu que não lhe perguntássemos nada por telefone. Todo o problema teria de ser discutido em detalhes, "face a face". Insistimos: ele não podia adiantar alguma coisa? "*Face à face*", repetiu o sr. Plantard.

Sentimo-nos obrigados a honrar a promessa feita ao sr. Plantard e abstinemo-nos de tentar entrar em contato direto com os srs. Drick, Freeman e Abboud. Ao mesmo tempo, porém, contatamos rapidamente amigos nos Estados Unidos e pedimos todas as informações que pudessem obter sobre os três, bem como sobre as várias companhias, negócios e instituições a que estavam ligados. Poucos dias depois, recebemos um telefonema de Nova York. Nosso informante declarou que não tinha certeza absoluta, teria de verificar o assunto, mas, se não lhe falhava a memória, John Drick morrera cerca de dois anos antes. Nesse caso, como a assinatura do homem podia constar de um documento datado de 17 de janeiro de 1984... a menos que os poderes do Prieuré de Sion fossem de fato excepcionabilíssimos!?

Se John Drick estava morto, as assinaturas no "Mise en Garde" eram falsas. Como o sr. Plantard também assinara o "Mise en Garde" e nos enviara uma cópia dele, só nos restava desconfiar que

tivesse algum envolvimento nisso. Mas, a partir do que tínhamos apurado sobre ele, parecia extremamente improvável que pudesse cometer um erro tão grosseiro e desastroso. Apor a assinatura de um morto num documento que parecia ter sido amplamente divulgado não era apenas um descuido espantoso. Era também algo obviamente perigoso, que expunha quem o fizesse a todo tipo de repercussão legal. Embora nunca tivéssemos ouvido falar de John Drick antes, ele era, afmal de contas, uma figura de destaque no mundo das finanças. Nem sua identidade nem sua morte eram segredo, e quem urdira a "Mise en Garde" devia saber disso.

Além do mais, se as assinaturas eram falsas, por que tinham sido escolhidas aquelas em particular? Aqueles nomes não tinham sido invocados irrefletidamente, nem escolhidos por sorteio. O nome de Gaylord Freeman já aparecera na versão adulterada do texto de Jania Macgillivray alguns anos antes. Por alguma razão estávamos sendo impelidos muito especificamente na direção do First National Bank of Chicago.

Telefonamos para a filial do First National Bank em Londres. Nossa pergunta certamente pareceu esquisita: John Drick estava mesmo morto? Fomos passados de ramal em ramal, até que finalmente nos puseram em contato com um dos diretores executivos do banco, que quis saber o porquê da pergunta. Respondemos que tínhamos ouvido falar que John Drick morrera alguns anos antes, mas, ao mesmo tempo, tínhamos em mãos um documento aparentemente assinado por ele em 17 de janeiro de 1984. O homem do outro lado da linha tornou-se cautelosamente vago. Sim, disse, também ele tinha a impressão de lembrar algo sobre a morte de Drick, mas não tinha certeza. Mais tarde, naquele dia, iria falar com alguém capaz de esclarecer definitivamente a questão. Se pudéssemos deixar um número, diria a essa pessoa que ligasse para nós.

Naquela tarde, recebemos uma chamada internacional dos Estados Unidos. Nosso interlocutor - que, atendendo a um pedido seu, chamaremos simplesmente de "Samuel Kemp" - se apresentou como um dos diretores seniores do banco. Tinha também um envolvimento especial com a área de segurança bancária, estando em estreita ligação com a Interpol.

Explicamos a situação - que, como era de se esperar, aguçou o apetite do "sr. Kemp". Seguiu-se uma conversa extremamente enfadonha, em que tentamos explicar o pano de fundo tanto quanto as circunstâncias o permitiam. O "sr. Kemp" mostrou-se franco, sem malícia, bastante intrigado e mais do que disposto a fazer todas as averiguações que lhe pudéssemos confiar. Desde logo, contudo, podia confirmar com segurança que John Drick realmente morrera, em 16 de fevereiro de 1982. No curso de nossa conversa com o "sr. Kemp", outro item de interesse veio à tona: até 1983, o First National Bank of Chicago havia partilhado suas instalações em Londres com a Guardian Royal Exchange Assurance!

Isso dificilmente podia ser uma coincidência. Mas o que significava? Alguém ligado ao banco teria surrupiado documentos e assinaturas da companhia seguradora? Ou alguém ligado à companhia seguradora surrupiara assinaturas do banco? Fosse qual fosse a explicação, havia discrepâncias na cronologia. As assinaturas da Guardian Assurance datavam, pretensamente, de 1955 e 1956. Mesmo que tivessem sido apostas mais tarde, isso não poderia ter ocorrido depois de 1971, porque naquele ano o Lloyds Bank Europe tomara-se o Lloyds Bank International. Além disso, o major Hugh Murchison Clowes morrera em 1956. Por outro lado, a participação conjunta de Gaylord Freeman, John Drick e A. Robert Abboud no First National Bank of Chicago tivera início em meados dos anos 70. Fossem quais fossem as respostas a estas questões, uma coisa parecia evidente: alguém interessado no caso estava agindo em Londres.

Nas semanas seguintes, mantivemos contato telefônico permanente com o "sr. Kemp". Depois da nossa primeira conversa, ele tratara de adquirir um exemplar do nosso primeiro livro, para se familiarizar com o pano de fundo. De nossa parte, enviamos-lhe um copioso dossiê de documentos relativos tanto ao conteúdo do primeiro livro quanto à nossa investigação atual - incluindo, é claro, tudo que dizia respeito à conexão da Guardian Assurance com o First National Bank of Chicago. Isso compreendia, além da "Mise en Garde" com as assinaturas de John Drick, Gaylord Freeman e A.

Robert Abboud, a versão adulterada do artigo de Jania Macgillivray, em que tínhamos visto o nome de Gaylord Freeman pela primeira vez.

Depois de examinar todo esse material, o "sr. Kemp" ficou não só perplexo como intrigado. Ele tinha considerável experiência em desmascarar fraudes. Aquilo dava à história um tom excitante e sua curiosidade tornou-se tão grande quanto a nossa. Concordeu em fazer investigações por conta própria e também, assim que se apresentasse o momento propício, falar pessoalmente com Gaylord Freeman. Nesse ínterim, pôde confirmar uma coisa para nós. As assinaturas eram genuínas. Não havia dúvida de que coincidiam com todas as outras amostras que se tinha podido encontrar das assinaturas dos três homens.

Continuamos fornecendo ao "sr. Kemp" documentos adicionais e novas informações, à medida que vinham à luz. Ele levava adiante a sua própria investigação, mantendo-nos a par de seus progressos, e fez um relatório minucioso. Este parecia comprometer irremediavelmente o sr. Plantard e o Prieuré de Sion.

Dos anos em que os srs. Drick, Freeman e Abboud tinham trabalhado juntos no banco, o "sr. Kemp" só conseguiu encontrar um único documento de que constavam as assinaturas dos três. Tratava-se do Relatório Anual de 1974 do First National Bank of Chicago e da First Chicago Corporation, que dera origem ao banco. O relatório fora publicado em 10 de fevereiro de 1975 e distribuído a todas as filiais do banco, bem como aos acionistas. Nele, as assinaturas de John Drick, Gaylord Freeman e A. Robert Abboud apareciam juntas. Não só isso. Apareciam exatamente na mesma sequência que na "Mise en Garde".

O "sr. Kemp" medira as assinaturas em ambos os documentos. Verificou que as do Relatório Anual de 1974 eram exatamente do mesmo tamanho que as da "Mise en Garde". Este era sem dúvida um indício incriminador. É praticamente impossível alguém conseguir fazer cada letra, cada volta e cada floreio de sua assinatura exatamente do mesmo tamanho em duas ocasiões diferentes. Era inconcebível que os três homens tivessem conseguido tal proeza nos mesmos dois documentos. Não havia dúvida de que as assinaturas na "Mise en Garde" tinham-se baseado numa fotocópia. Evidentemente alguém fotocopiara a última página do Relatório Anual de 1974 e posteriormente reproduzira as assinaturas na "Mise en Garde".

Mais uma vez, no entanto, restava a questão do motivo. Por que exatamente aqueles homens? E por que correr o risco legal que o uso das assinaturas daqueles homens implicava? Pelo que sabíamos, a "Mise en Garde" tivera uma circulação bastante ampla - fora enviada não só aos membros do Prieuré de Sion, mas para nós e para outras pessoas que pesquisavam o assunto na França, além de integrar um dossiê apresentado ao judiciário francês. Parecia inacreditável que o sr. Plantard ousasse se expor dessa maneira, ousasse se tornar tão vulnerável às consequências da fraude. Outras pessoas poderiam sem dúvida fazer averiguações tão rápidas quanto as nossas. Nesse caso, o desmascaramento da fraude não era mera questão de tempo? "Roubar" três assinaturas, uma delas pertencente a um morto, era coisa séria. Já não se tratava de uma brincadeira para gerar confusão. Em matéria de desinformação, aquela não era tampouco das mais habilidosas.

O "sr. Kemp" informou que estivera com Gaylord Freeman. Mostrara-lhe a "Mise en Garde" com as três assinaturas. Mostrara-lhe outros documentos pertencentes ao Prieuré de Sion e ao sr. Plantard. Perguntara-lhe, de maneira bastante direta e explícita, se era ou tinha sido membro do Prieuré de Sion, se já tinha ouvido falar dele ou de Pierre Plantard de Saint-Clair.

No dossiê que enviáramos ao "sr. Kemp", tínhamos incluído uma cópia do estatuto do Prieuré. Segundo o Artigo XXII desse estatuto, "A negação da condição de membro do Prieuré de Sion, feita publicamente ou por escrito, sem causa ou perigo pessoal, acarretará a exclusão do membro, que será pronunciado pelo Convento". Se o sr. Freeman fosse de fato filiado ao Prieuré, raciocinamos nós e também o "sr. Kemp", esse estatuto o obrigava a admiti-lo.

Segundo o "sr. Kemp", o sr. Freeman havia negado qualquer conhecimento do assunto. Não era membro do Prieuré de Sion. Nunca fora membro do Prieuré de Sion. Nunca ouvira falar do Prieuré de

Sion nem de Pierre Plantard de Saint-Clair.

Ao mesmo tempo, a atitude do sr. Freeman parecera um tanto curiosa. Mostrara-se, disse-nos o "sr. Kemp", levemente irônico, ligeiramente aturdido com as perguntas que lhe foram feitas, mas tudo de maneira fria. No conjunto, mostrara-se desconcertantemente *blasé*. Não manifestara qualquer surpresa - nem com as perguntas, nem diante do fato de seu nome ocorrer num contexto tão singular. Não expressara absolutamente raiva ou indignação diante do modo como seu nome e sua assinatura estavam sendo usados. Não tinha nem mesmo pedido maiores informações e não reagira com mais intensidade do que teria feito se as indagações se referissem a negócios puramente rotineiros.

Embora essa despreocupação pudesse parecer chocante, o "sr. Kemp" disse não duvidar das negativas do sr. Freeman. Isso, disse ele, só vinha tomar o assunto mais desconcertante aos seus olhos. Suspeitava de que havia algo de grave envolvido naquilo tudo, mas não conseguia atinar o quê. Graças à sua ligação com a Interpol, comentou, tivera oportunidade de investigar literalmente milhares de fraudes. Segundo todos os critérios que estava habituado a aplicar nessas circunstâncias, o caso presente não tinha nenhum sentido. O que leva geralmente à fraude, explicou, é a sede do poder, o ganho financeiro ou ambos. No que dizia respeito ao Prieuré de Sion, no entanto, e especialmente no que dizia respeito ao caso específico da "Mise en Garde", nenhuma dessas motivações parecia estar em jogo. Era difícil imaginar como o negócio podia envolver alguma manobra em busca de poder. Na verdade, o Prieuré ficava comprometido, e não fortalecido, pelo uso de assinaturas claramente espúrias, de falsidade tão facilmente comprovável. Tampouco era possível discernir um componente de ganho financeiro. Como havíamos descoberto muito tempo antes, a indiferença que o Prieuré manifestava por dinheiro era um dos seus traços mais convincentes. Longe de procurar acumular rendas, o Prieuré parecia bastante disposto a abrir mão de dinheiro, ou mesmo a gastar dinheiro em troca da divulgação de algum material.

O "sr. Kemp" disse que, certa feita, encontrara falsificações absurdas e enigmáticas. Vez por outra, mencionou, agentes aposentados da comunidade de informações podem, por exemplo, criar um esquema complicado para se divertir e pôr à prova os colegas mais jovens. Mas isso também não parecia se aplicar ao presente caso. O Prieuré atual vinha praticando seus ardis havia quase trinta anos, desde 1956, quando o sr. Plantard tinha 36 anos. Além disso, o envolvimento de nomes como os de Malraux, Juin e De Gaulle depunha contra um *jeu d'esprit* meramente frívolo.

Em suma, estava acontecendo alguma coisa desnorteante não só para nós, mas para um profissional especialista nessas questões, com anos de experiência nas costas. O "sr. Kemp" concluiu essa conversa conosco com uma nota de ambigüidade cuidadosamente dosada: "Não confiem em ninguém", disse. "Nem em mim."

Nesse meio tempo, tínhamos insistido em marcar com o sr. Plantard o encontro "face a face" que ele próprio dissera ser necessário. Por razões que mais tarde ficaram claras, ele se mostrou esquivo. Freqüentemente não conseguíamos contatá-lo nem ao telefone. Quando isso era possível, ele se queixava de uma agenda carregada, ou tinha de tratar de algo relacionado aos estudos do filho, ou ia ficar fora de Paris, ou estava gripado. No passado, sempre mostrara prazer em nos encontrar. Agora parecia claramente relutante. Evidentemente, tínhamos outras coisas de que tratar; estávamos mergulhados na pesquisa da história do Novo Testamento, do cristianismo celta e do material que compõe a primeira parte deste livro. Mesmo assim, estávamos frustrados ao ver que o tempo ia passando e o encontro com o sr. Plantard continuava sendo adiado. Tanto ele quanto o Prieuré de Sion estavam começando a parecer cada vez mais suspeitos.

Também nas outras frentes não estava acontecendo grande coisa. Nossas indagações sobre o processo judicial contra o sr. Chaumeil só nos permitiram concluir que ele continuava pendente. Um livro do sr. Chaumeil foi publicado, mas de fato não passava de uma reedição de um trabalho anterior, com introdução e posfácio novos. Não continha quaisquer revelações escandalosas como as prometidas pelo panfleto anônimo.

Finalmente, recebemos uma carta do sr. Plantard. Num tom friamente formal, ele consentia na tão esperada entrevista, mas com uma ressalva: "Será um prazer estar com os senhores no final de setembro em bases amigáveis; lamento informar, porém, que não poderei fornecer qualquer informação para a publicação dos senhores."

Na mesma carta, o sr. Plantard declarava ter comprovado a autenticidade do documento de 1955 - aquele que tinha as assinaturas do visconde Leathers, do major Clowes e do capitão Nutting. O documento, dizia, fora examinado e validado por "especialistas". Por outro lado, reconhecia que o documento de 1956 - o que tinha a assinatura do lorde Selborne e a referência ao Lloyds Bank Europe - era fraudulento. Em seguida, em letras maiúsculas, repetia que os documentos autenticados deviam "permanecer confidenciais e não ser publicados" - insistência ainda mais desconcertante uma vez que os mesmos, como ele próprio admitia, já tinham sido publicados por Louis Vazart e já não tinham coisa alguma de confidencial. E acrescentava: "Proibi na França qualquer publicação sobre o Prieuré de Sion e sobre minha pessoa, e isso desde o mês de março de 1984..."

O fraseado dessa declaração era interessante. Não podíamos acreditar, é claro, que o sr. Plantard possuísse tão amplos poderes de censura. O que ele queria dizer, provavelmente, é que instruíra os membros do Prieuré de Sion a manter silêncio. Sua interdição não podia envolver o conjunto da imprensa, mas certamente abrangia as várias fontes internas que vinham vazando material para o público havia quase trinta anos.

A carta do sr. Plantard continha outra declaração de interesse. Fora acrescentada como um pós-escrito: "Oponho-me também expressamente à publicação da correspondência trocada entre mim e o general De Gaulle, bem como com o marechal Juin ou com Henri, conde de Paris. Esses documentos, roubados da rua St. Lazare, 37, Paris, são confidenciais e continuam sendo 'segredo de Estado', ainda que estejam à venda..."

Estaria o sr. Plantard, por acreditar que tínhamos acesso a essa correspondência, revelando inadvertidamente que ela existia - e que talvez tivesse algo de comprometedor? Ou simplesmente queria que pensássemos isso? A essa altura, estávamos desconfiando de tudo. Nada parecia inequívoco; nada podia ser tomado por seu valor aparente; tudo admitia uma explicação alternativa. Começávamos a ver o Prieuré de Sion como uma imagem holográfica, que se transformava como um prisma, segundo a luz e o ângulo de que era vista. De uma perspectiva, parecia ser uma influente, poderosa e rica sociedade secreta internacional, cujos membros incluíam figuras eminentes nas artes, na política e nas altas finanças. De outra, parecia uma mistificação engenhosa, urdida por um grupelho para obscuros fins próprios. Talvez, de certo modo, fosse as duas coisas.

Confrontação com o sr. Plantard

Como nosso encontro com o sr. Plantard se aproximava, reunimos as provas que tínhamos acumulado. Elas incluíam três itens bastante condenatórios. Não podíamos imaginar como o sr. Plantard conseguiria explicar qualquer delas, muito menos as três. Evidentemente, ele não devia ter idéia dos rumos que déramos às nossas investigações, nem do que havíamos desenterrado. Estávamos confiantes de que conseguiríamos pegá-lo desprevenido.

O primeiro item era a morte de John Drick. Como o sr. Plantard explicaria a assinatura de um documento pelo sr. Drick em 17 de janeiro de 1984, se o homem tinha morrido dois anos antes?

O segundo ponto também dizia respeito às assinaturas na "Mise en Garde". Como o sr. Plantard explicaria o fato de serem absolutamente idênticas às que figuravam no Relatório Anual de 1974 do First National Bank of Chicago?

O terceiro item envolvia um assunto completamente diferente. Em 1979, o sr. Plantard - que até então era conhecido simplesmente como Pierre Plantard - começara a usar um nome bem mais bombástico: Pierre Plantard de Saint-Clair, conde de Saint-Clair e conde de Rhédae (o antigo nome de Rennes-le-Château). Em *O santo graal e a linhagem sagrada*, fizemos um comentário mordaz sobre tal

aquisição aparentemente súbita de foros de nobreza e o sr. Plantard ficara ofendido com nossa insinuação. Para provar que não estava simplesmente se apropriando de títulos de maneira espúria ou inventando-os, mostrara-nos seu passaporte e nos dera uma fotocópia da sua certidão de nascimento. Em ambos os documentos, constava de fato o nome Plantard de Saint-Clair, conde de Saint-Clair e conde de Rhédae, e no segundo seu pai também era assim chamado. Pouco depois, porém, tínhamos solicitado uma cópia da certidão de nascimento à prefeitura da VII Circunscrição Administrativa de Paris. A certidão assim obtida trazia informações idênticas, sob quase todos os aspectos, às daquela que o sr. Plantard nos dera. Com a diferença de que no certificado fornecido pela prefeitura não constava título algum, e o pai do sr. Plantard não era citado como conde de SainteClair ou conde de Rhédae. Era referido simplesmente como *valet de chambre*.

É claro que isso, por si só, não provava coisa alguma. E mesmo que a certidão do *valet de chambre* fosse válida, algumas questões ficavam em aberto. Como, por exemplo, o sr. Plantard conseguira fabricar com tanta perfeição uma "cópia oficial" do original? Como fora possível reproduzir daquela maneira o papel, os selos oficiais e as assinaturas - se isso de fato ocorrera? De todo modo, a incongruência entre um camareiro e um conde de Saint-Clair e Rhédae merecia uma explicação. Parecia-nos que isso poderia despertar uma reação reveladora, especialmente se fosse apresentado ao sr. Plantard de repente, inopinadamente, sem lhe dar tempo para preparar uma resposta. Um breve momento de confusão poderia traí-lo.

Tivemos de enfrentar mais um enigma antes da nossa confrontação com o sr. Plantard. Conseguiríamos um efeito muito maior, pensamos, se levássemos conosco uma cópia do Relatório Anual de 1974 do First National Bank of Chicago - de posse da fonte original das assinaturas dos srs. Drick, Freeman e Abboud, poderíamos pô-la diante dos olhos do sr. Plantard. Assim, uma semana antes do dia da nossa viagem para Paris, telefonamos ao "sr. Kemp" e perguntamos se podia nos enviar uma fotocópia do documento, explicando-lhe por que o queríamos. O "sr. Kemp" respondeu que não havia problema e que uma fotocópia seguiria pelo correio no dia seguinte.

Na tarde do dia seguinte, recebemos uma chamada telefônica um tanto aflita da secretária do "sr. Kemp". Ele a instruíra, disse ela, a nos enviar uma fotocópia da última página do Relatório Anual de 1974a que trazia as três assinaturas em questão. Ela havia tentado várias vezes cumprir a instrução... mas era impossível conseguir a cópia! Tentara em todas as máquinas do banco, mas as assinaturas não eram reproduzidas.

No dia seguinte, falamos de novo com o "sr. Kemp". Ele tinha investigado o problema pessoalmente e a explicação parecia bastante simples. As assinaturas no Relatório Anual - possivelmente como medida de segurança, para evitar reprodução espúria - tinham sido impressas em tinta azul-clara, sem nenhum teor de grafite. Sem algum teor de grafite não era possível obter uma fotocópia.

Sem dúvida isso era bastante simples. Mas suscitava uma questão inteiramente nova. Juntamente com o "Sr. Kemp", havíamos concluído, de maneira bastante taxativa, que as assinaturas na "Mise en Garde" do Prieuré de Sion tinham sido simplesmente reproduzidas do Relatório Anual de 1974. Mas como o sr. Plantard conseguira fazê-lo, se era impossível fotocopiá-las?

Com certeza havia outras explicações possíveis. As assinaturas no Relatório Anual poderiam ter sido fotografadas, e em seguida teria sido possível fotocopiar a fotografia. Mas por que se dar tanto trabalho para obter exatamente aquelas três assinaturas? Por que não usar outras, que pudessem ser simplesmente fotocopiadas sem dificuldade? Por que um fraudador desleixado ou negligente a ponto de usar a assinatura de um homem morto dois anos antes ter-se-ia dado tanto trabalho para obtê-la, quando qualquer outra teria servido igualmente bem ao seu propósito?

Nos dias que se seguiram, esse enigma nos importunou. Apesar disso, ainda tínhamos três elementos de prova bastante eloqüentes para apresentar ao sr. Plantard. Como a assinatura de Jonh Drick pudera aparecer num documento dois anos depois de sua morte? Como o sr. Plantard podia explicar a absoluta identidade entre as assinaturas na "Mise en Garde" do Prieuré de Sion e as que figuravam no Relatório Anual de 1974? E como podia explicar que uma certidão de nascimento obtida da própria

fonte oficial qualificasse seu pai não como um conde, mas como camareiro? Munidos dessas perguntas, lançamo-nos ao que, entre nós, chamávamos zombeteiramente de "hora da verdade".

Hora da Verdade

No domingo, 30 de setembro, tivemos nosso encontro com o sr. Plantard em Paris no que se tomara o local de costume, o restaurante La Tipia, na rua Rome. Nos encontros anteriores, sempre chegávamos cedo e esperávamos por ele. Dessa vez, porém, embora tenhamos sido bastante pontuais, ele estava à nossa espera. Em poucos minutos ficou claro que estava à nossa espera também em outros sentidos. Respondeu às nossas perguntas comprometedoras, antes mesmo que tivéssemos podido formulá-las. Após trocar os cumprimentos de praxe, pedimos café. Pegamos um pequeno gravador e o pusemos sobre a mesa. O sr. Plantard lançou-lhe um olhar um tanto dubio mas não fez objeção. Tiramos então de uma pasta o "Mise en Garde" do Prieuré de Sion com as assinaturas de John Drick, Gaylord Freeman e A. Robert Abboud. Antes que pudéssemos dizer uma palavra a respeito, o sr. Plantard apontou para as três assinaturas.

- Foram feitas com um clichê, vocês sabem - disse, fazendo com a mão o gesto de carimbar alguma coisa.

Trocamos olhares furtivos. Essa possibilidade nunca nos ocorrera antes, e tampouco ao "sr. Kemp". Mas, sim, não havia dúvida, um clichê podia explicar que as assinaturas no "Mise en Garde" e no Relatório Anual fossem exatamente do mesmo tamanho. Grandes empresas, órgãos governamentais e outras instituições, que têm de produzir um número muito grande de documentos, de fato usam clichês. Um diretor de empresa em geral não assina centenas de cheques de pagamento um a um. Por outro lado, o sr. Plantard estava dando a entender claramente que possuía o clichê em questão, ou tivera acesso a ele - o mesmo clichê que fora usado no Relatório Anual de 1974.

Mas, replicamos, passando rapidamente a atacar em outra frente, um dos homens cujas assinaturas apareciam ali...

Estava morto, interrompeu-nos tranqüilamente o sr. Plantard, tirando as palavras das nossas bocas. Sim, John Drick morrera no início de 1982. Contudo, num procedimento de rotina, o Prieuré continuava a usar sua assinatura em documentos internos até que a vacância aberta na Ordem com a sua morte fosse preenchida.

Esta não nos pareceu ser a mais plausível ou a mais satisfatória das explicações. Continuar usando desse modo a assinatura de um morto está longe de ser uma prática comum em qualquer tipo de instituição. Mas não tínhamos como contestar a afirmação do sr. Plantard. Não tínhamos condições de discutir com ele sobre diretrizes e procedimentos internos do Prieuré de Sion, por menos ortodoxos que fossem.

Não tínhamos contado coisa alguma ao sr. Plantard sobre nosso contato com o "sr. Kemp", nem sobre a entrevista deste com Gaylord Freeman. Tampouco o sr. Plantard revelou explicitamente saber alguma coisa a respeito. Em vez disso, como se para evitar que suscitássemos a questão - ou talvez simplesmente para deixar claro que, apesar de tudo, estava muito bem informado -, observou em tom casual que, já no mês de dezembro anterior, o Artigo XXII do estatuto do Prieuré fora oficialmente revogado. Nos últimos nove meses, os membros do Prieuré não estavam mais obrigados a reconhecer sua afiliação. Agora, ao contrário, estavam instruídos a negar qualquer conhecimento da Ordem e a não divulgar qualquer tipo de informação.

Ficamos efetivamente desarmados. Contrariando todas as nossas expectativas, o sr. Plantard fornecera uma explicação para cada um dos pontos com que estávamos certos de lhe passar uma rasteira. Tinha apresentado essas explicações sem titubear, sem parar para pensar e sem se mostrar sequer ligeiramente desconcertado. Mais ainda, havia claramente antecipado cada um dos pontos, antes que tivéssemos podido levantá-las. Parecia só haver duas maneiras de explicar isso. Ou o homem era realmente vidente, o que nos parecia pouco provável, ou alguém lhe "dera o serviço". Mas as fontes a

que poderia ter recorrido eram extremamente limitadas, e ainda confiávamos na discrição do "sr. Kemp".

Restava o problema das certidões de nascimento contraditórias. Posto diante delas, o sr. Plantard continuou soberbamente *blasé*. Mais uma vez, não houve um instante de pausa, uma só expressão de incerteza ou embaraço. Deu-nos um breve sOrrisinho, ligeiramente irônico, ligeiramente melancólico - como se nos cumprimentando pela aplicação, ainda que isso implicasse a invasão da sua privacidade e o revolvimento da sua vida pessoal. Sim - disse, apontando para o certificado em que seu pai figurava como camareira -, aquele documento fora introduzido nos arquivos da prefeitura durante a guerra. Essa tinha sido, comentou com ar negligente, uma prática comum. Obviamente a Gestapo examinara todos os documentos. Não era de todo raro - sobretudo se a pessoa estava ligada de algum modo à Resistência - falsificar informações para enganar os alemães.

Essa explicação, pelo menos, pôde ser confirmada. No dia seguinte fomos pessoalmente à prefeitura e apresentamos as certidões de nascimento discrepantes aos funcionários de lá. Muitos documentos tinham sido falsificados, disseram-nos, para enganar ou dar pistas falsas ao alemães durante a guerra. Muitos registros originais tinham sido destruídos, dispersas ou removidos. A repartição podia atestar a autenticidade de tudo que fosse posterior à guerra. No tocante a tudo que remontava a antes de 1945, porém, simplesmente não havia como saber. O que podiam era apenas informar se um documento estava de acordo com o que tinham nos seus arquivos. Se o pai do sr. Plantard era um conde, teria sido perfeitamente natural ocultar esse fato da Gestapo, que punha grande empenho em descobrir aristocratas. O sr. Plantard podia perfeitamente ter tido sua certidão de nascimento retirada e substituída por outra. Se ele não tinha retificado seus documentos nos arquivos da prefeitura depois da guerra, obviamente só existiriam ali informações falsas.

Os Planos do Prieuré para o Futuro

No decorrer da nossa conversa no La Tipia, vários outros pontos foram abordados de passagem. Como em ocasiões anteriores, o sr. Plantard assumiu um tom profético ao falar sobre eventos públicos de grande escala. Agora tudo estava no lugar, disse a certa altura. Todas as peças estavam alinhadas no tabuleiro nas posições requeridas. Nada poderia deter "isso" agora, declarou, sem se dignar a explicar o que vinha a ser "isso". Mitterrand, acrescentou, tinha sido um degrau necessário. Agora, no entanto, ele já cumprira seu papel e se tomara dispensável. Chegara a hora de avançar, e nada poderia impedir "isso" de fazê-lo.

Sem meias palavras, perguntamos ao sr. Plantard se conhecia pessoalmente Gaylord Freeman. Respondeu muito enfaticamente que sim, tendo ao mesmo tempo plena consciência de que a conversa estava sendo gravada. Perguntamos que interesse podia ter um importante financista norte-americano como Gaylord Freeman na restauração merovíngia na França. O sr. Plantard hesitou. Para homens como o sr. Freeman, respondeu em seguida, o objetivo primordial era a unidade européia - os Estados Unidos da Europa, que fundiriam as nações do continente num bloco de poder coeso e independente, comparável à União Soviética e aos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, o sr. Plantard falou também rapidamente sobre uma espécie de Mercado Comum ampliado - uma organização financeira ou econômica semelhante à Comunidade Econômica Européia, mas que incluiria também os Estados Unidos. Depois de mais uma pausa, o sr. Plantard acrescentou, com certa relutância, o que soou como um comentário amargurado. Naquele momento, disse, seria um erro da nossa parte confundir os objetivos imediatos do Prieuré de Sion com uma restauração merovíngia.

Este último ponto era algo de novo, um desdobramento que parecia ter ocorrido em algum momento posterior à publicação do nosso primeiro livro. Seria essa, cogitamos, a fonte da dificuldade causada pelo "contingente anglo-americano" no seio do Prieuré de Sion? Quem sabe teria havido uma disputa intema, com os membros ingleses e norte-americanos insistindo numa mudança de prioridades - um distanciamento da idéia monárquica original, tão cara ao sr. Plantard, e uma adoção de princípios

econômicos e políticos mais mundanos, mais imediatamente práticos? Insistimos para que desenvolvesse a idéia, mas o sr. Plantard se recusou.

E quanto ao Vaticano? Lançamos a pergunta, tentando dar uma deixa capaz de estimular o sr. Plantard a revelar mais alguma coisa. O papa atual era um aliado potencial ou um adversário potencial nos esquemas que pudessem estar em andamento? Não havia "bons papas" nem "maus papas", respondeu o sr. Plantard. Isso - o que quer que "isso" fosse envolvia antes uma política permanente para o Vaticano, à qual os papas deviam se sujeitar. De todo modo, concluiu o sr. Plantard, conseguira-se uma reaproximação com o Vaticano. Roma iria cooperar. Em troca, fora necessário fazer algumas concessões, mas elas eram essencialmente nominais.

Aliás, nosso livro causara certo alvoroço no Vaticano, acrescentou o sr. Plantard - só para nos mostrar, pareceu-nos, que tinha acesso a esse tipo de informação.

21

O PANORAMA SE AMPLIA

Por mais que os comentários do sr. Plantard tivessem sido vagos, estávamos impressionados com o desembaraço com que discutira os interesses políticos do Prieuré de Sion. No passado, ele não só se recusava a discutir esses interesses. Negava que sequer existissem. Por que se teria mostrado tão loquaz agora? Confiava verdadeiramente em nós ou havia algum outro fator envolvido?

O que nos deixava ainda mais perplexos era o fato de o sr. Plantard ter desmontado todas as provas potenciais com que tínhamos pretendido confrontá-lo. Não só isso. Não se deixara em absoluto surpreender por essas provas. Tudo parecia indicar que fora avisado de antemão. No entanto, não tínhamos como tirar isso a limpo e o "sr. Kemp", quando lhe narramos a conversa, mostrou-se igualmente aturrido.

De todo modo, agora nos sentíamos liberados da promessa feita meses antes. Naquela época, em conversa telefônica, prometêramos ao sr. Plantard não entrar diretamente em contato com os signatários da "Mise en Garde" antes de ter com ele a conversa "face a face" que pedia. A conversa, por mais inconcludente que tivesse sido, ocorreria. Assim, escrevemos para Gaylord Freeman em Chicago, mencionando seu encontro com o "sr. Kemp" e perguntando se confirmaria, por escrito, a posição que adotara naquela entrevista. Recebemos uma resposta um tanto arrogante. Na carta, como na entrevista com o "sr. Kemp", o sr. Freeman negou pertencer ao Prieuré de Sion, negou ter conhecimento do sr. Plantard, negou envolvimento nos eventos que nos haviam levado a contatá-lo. Reconhecia as assinaturas como "tendo sido tomadas" do Relatório Anual de 1974 do First National Bank of Chicago. Não queria ser citado em livro algum. Na carta, como na entrevista com o "sr. Kemp", mostrou não estar disposto a levar o assunto adiante. Não pediu qualquer informação adicional sobre o uso que estava sendo dado ao seu nome e à sua assinatura.

Três semanas depois do nosso encontro com o sr. Plantard em Paris, recebemos um pacote dele. Continha um bilhete a nós endereçado e cópias de duas cartas dirigidas aos membros do Prieuré de Sion. A primeira trazia o timbre da Ordem que aparecia na "Mise en Garde". Era datada de Cahors, 10 de julho de 1984 - isto é, dois meses e meio antes do nosso encontro no La Tipia.

No texto, o sr. Plantard anunciava aos membros do Prieuré que renunciara formalmente à dignidade de grão-mestre e à sua própria condição de membro da Ordem. Tendo sido eleito grão-mestre em Blois, em 17 de janeiro de 1981, sentia-se obrigado agora, dizia, "por razões de saúde" e "de independência pessoal e familiar", a renunciar aos seus direitos, e aos de sua família, no Prieuré de Sion. Essa renúncia entraria em vigor dentro de sessenta dias, "de acordo com os regulamentos internos da Ordem". No pé da página ele citava "o decreto de 16 de dezembro de 1983" pelo qual, ao que parecia, o Artigo XXII dos estatutos fora revogado. Todos os membros do Prieuré passavam agora a ser "obrigados a manter seu anonimato" e a "responder negativamente" a quaisquer perguntas

sobre seu envolvimento na Ordem. Seguia-se a enigmática declaração de que "o reconhecimento de documentos será feito apenas pelo código" - embora não ficasse claro se isso designava uma cifra ou um código de conduta.

A segunda carta era datada do dia seguinte, 11 de julho, também em Cahors. Dessa vez, o papel trazia o cabeçalho pessoal do sr. Plantard, com seu timbre em carmesim, com um círculo encerrando uma flor-de-lis em ouro e, embaixo, as palavras *Et in Arcadia Eoo...* No texto que se seguia, dirigido aos "caros confrades" do Prieuré, o sr. Plantard repetia que acabara de apresentar sua renúncia com o grão-mestre, tendo passado os últimos 41 anos na Ordem - na qual fora introduzido, dizia, em 10 de julho de 1943 por recomendação do padre François Ducaud-Bourget. Durante os três anos e meio em que fora grão-mestre, explicou, tivera de assumir enorme carga de trabalho, bem como viajar muito, o que seu atual estado de saúde já não lhe permitia.

Acrescentava que sua renúncia fora ditada também por outros fatores. Renunciara, dizia, por não poder aprovar "certas manobras" executadas por nossos "confrades ingleses e americanos" e também para assegurar a independência dele próprio e de sua família. Um motivo adicional, afirmava, contribuía para sua decisão: a publicação "na imprensa, em livros e em panfletos fotocopiados depositados na Bibliotheque Nationale", de vários "documentos falsos ou falsificados" pertencentes a ele. Como exemplos, citou certidões de nascimento, reproduções de papéis do Prieuré de Sion trazendo assinaturas de mais de dez anos antes e difamações da sua pessoa que o haviam levado a apresentar queixa em Nanterre em 16 de dezembro de 1983. Encerrava expressando aos confrades seus melhores votos "de êxito na implantação de uma sociedade melhor".

Que fazer dessas duas cartas? Na aparência, pareciam bastante francas. No entanto, um dos aspectos notáveis de ambas era o modo como abordavam, de maneira muito precisa, praticamente todos os pontos suscitados verbalmente em nosso encontro, três semanas antes encontro em que, como agora se evidenciava, o sr. Plantard não falava mais como grão-mestre ou mesmo como membro do Prieuré de Sion. Dir-se-ia que as cartas de renúncia tinham sido escritas *depois* daquele encontro. Por outro lado, não havia dúvida de que alguma coisa estivera no ar nos últimos sete meses e meio. Tinha havido referências anteriores à dificuldade com o "contingente anglo-americano". Tinha havido referências anteriores à revogação do Artigo XXII dos estatutos. A enorme dificuldade que tivéramos para entrar em contato com o sr. Plantard durante a primavera e o verão, e mais ainda para marcar um encontro com ele, podia também ter sido reflexo de alguma conturbação no seio do Prieuré.

Sob esse aspecto, o bilhete a nós endereçado que o sr. Plantard anexou às duas cartas de renúncia era particularmente interessante. Escrevia-nos, dizia ele, para enviar cópias de seus documentos confidenciais de renúncia e para confirmar *que desde março de 1984 recusara oficialmente todo e qualquer encontro ou entrevista cujo objetivo se relacionasse de algum modo com o Prieuré de Sion*. Esta afirmação em itálico era enfaticamente sublinhada no texto do bilhete. Parecia que este constituía uma declaração oficial, para ser vista e aprovada (ou desaprovada) por outros membros da Ordem. O sr. Plantard estava deixando claro não só para nós, mas para mais alguém, que não discutira coisa alguma sobre o Prieuré desde o último mês de março. Quando se encontrara conosco no fim de setembro, os sessenta dias requeridos para que sua renúncia tivesse efeito já tinham transcorrido. Falara conosco já não mais como grão-mestre e nem mesmo como membro do Prieuré, mas em caráter meramente pessoal. Enquanto conversávamos a uma mesa no La Típi, um novo grão-mestre já fora presumivelmente escolhido, ou pelo menos proposto.

A renúncia do sr. Plantard foi acompanhada de uma escassez geral de informação. Louis Vazart, para quem telefonamos ao receber a notícia, mostrou-se visivelmente transtornado. Nada disse, porém, a não ser que fora um duro golpe e que agora provavelmente ocorreriam mudanças significativas, "nem todas boas". O marquês de Chérissey se recusou a responder qualquer de nossas muitas cartas e também não conseguimos lhe falar por telefone. O sr. Plantard tornou-se igualmente arisco, exceto por um protocolar cartão com votos de feliz ano novo.

Explicações Contraditórias

A nosso ver, havia pelo menos quatro explicações possíveis para a renúncia do sr. Plantard:

1. Tínhamos documentado um Prieuré de Sion histórico desde o século XII até o século XVI. A partir de 1619, contudo, a Ordem se tornara cada vez mais clandestina, por vezes atuando sob os nomes de outras organizações, por vezes sumindo de vista por completo. Talvez ela tivesse deixado de existir e o Prieuré de Sion atual, registrado em 1956, fosse mera invenção - algum tipo de *jeu d'esprit*, perpetrado por razões desconhecidas pelo sr. Plantard e alguns amigos mais chegados, que se tinham valido de documentos oriundos do Prieuré original. Fosse qual fosse o jogo, fossem quais fossem seus objetivos, ele fora levado adiante pelo menos nos últimos trinta anos, embora não tivesse havido nenhuma tentativa óbvia de tirar proveito das possibilidades financeiras que gerara. Mas (se esse cenário estivesse correto), em algum momento no curso de 1984, o sr. Plantard concluíra que fora longe demais - talvez em decorrência de nossas investigações, talvez em decorrência de alguma outra coisa. Os nomes associados com a Guardian Assurance, e mais ainda os nomes associados com o First National Bank of Chicago, podem ter representado uma extrapolação dos limites da prudência e suscitado o espectro de sérias repercussões legais ou talvez de exposição pública embaraçosa. Em consequência, o sr. Plantard concebera uma manobra para tirar de cena todo o caso. Afirmando ter renunciado ao Prieuré, podia sustentar nada mais saber sobre suas atividades. A verdade seria, contudo, que, com a "renúncia" do sr. Plantard o Prieuré de Sion simplesmente deixara de existir.

2. O Prieuré de Sion existia como organização genuína e legítima, com recursos e influência indeterminados, mas o próprio sr. Plantard caíra em descrédito. Talvez tivesse passado dos limites ao nos enviar o documento com as assinaturas dos srs. Drick, Freeman e Abboud, revelando assim alguma coisa sobre o funcionamento da Ordem que não estava autorizado a divulgar. Talvez o sr. Chaumeil ou outra pessoa possuísse materiais que, se publicados, poderiam ser seriamente comprometedores, no plano político ou em outro. Talvez o governo francês, ou quem quer que estivesse pretensamente depositando fundos na conta do banco suíço, estivesse dificultando as coisas. De todo modo, o sr. Plantard se teria tornado uma ameaça, real ou potencial, para a Ordem, e o que de melhor pudera fazer no interesse desta fora afastar-se. Era possível até que tivesse sido pressionado a fazê-lo - seja por fatores externos, como as maquinacões de um ou outro serviço de informações, ou por facções internas, com'o o "contingente anglo-americano".

3. Devíamos tomar as cartas de renúncia ao pé da letra, sem lhes atribuir qualquer outro significado adicional. Pelas razões nelas declaradas, o sr. Plantard decidira voluntariamente renunciar. Seus confrades estariam tão perplexos quanto Louis Vazart e nós mesmos, e logo um novo grão-mestre seria escolhido, se é que já não fora.

4. O Prieuré de Sion registrado em 1956 podia ter sido uma invenção do sr. Plantard. Podia ter sido uma influente sociedade secreta internacional. Podia ter sido qualquer coisa entre esses dois extremos. Fosse como fosse, naquele momento o sr. Plantard considerava aconselhável se esquivar da curiosidade de estranhos, inclusive da nossa. Em consequência, montara uma espécie de charada. Apesar da sua pretensa renúncia, continuaria exercendo suas funções como antes; e era plausível admitir que, embora permanecendo como membro ativo da Ordem, e talvez até seu grão-mestre, negasse qualquer conhecimento das suas atividades. Em dezembro de 1983, ele revogara o Artigo XXII do~ estatutos. Na verdade, invertera-o, ordenando a todos os membros do Prieuré que negassem e repudiassem sua afiliação. Ao redigir uma carta ostensiva de renúncia, estaria simplesmente pondo-se ele próprio em conformidade com seu novo edito. Nesse caso, sua renúncia era uma farsa.

Pelo que podíamos ver, havia essas quatro possibilidades. Havia também, é claro, variações e combinações delas. Sem dúvida o sr. Plantard parecia estar sofrendo pressão a partir da própria Ordem - provavelmente do "contingente anglo-americano". Parecia também estar sujeito a pressão vinda de fora, na forma de intervenções externas não identificadas. Havia ainda a questão da desinformação deliberada. Sem dúvida, em parte ela fora disseminada pelo próprio sr. Plantard, mas em parte tinha também outras origens. Havíamos suposto de início que a desinformação destinava-se especificamente a nós, quando de fato parte dela tivera por alvo também o sr. Plantard. PANORAMA SE AMPLIA 291

A medida que refletíamos sobre a situação, outra explicação possível para a renúncia do sr. Plantard ficou clara de repente; se provasse ter algum fundamento, ela seria a mais explosiva e sensacional de todas. Uma semana depois de recebermos o pacote do sr. Plantard, chegou-nos um outro panfleto anônimo - ou melhor, sob pseudônimo. Era assinado simplesmente "Cornelius" e, como no caso do primeiro panfleto, pretendia noticiar o próximo lançamento de um livro, da autoria de "Cornelius" e intitulado *Os escândalos do Prieuré de Sion*. Lamentavelmente, não podemos citar esse panfleto.

No momento, ele é um documento extremamente perigoso já que nenhuma de suas alegações foi provada e ele contém pelo menos uma dezena de libelos contra personalidade internacionais muito conhecidas. Podemos, no entanto, apresentar um resumo de alguns dos pontos principais.

1. O ex-banqueiro Michele Sindona estava nessa época cumprindo pena de prisão na Itália por fraude e sob outras acusações de cumplicidade no assassinio de um investigador italiano, Giorgio Ambrosoli. (Sindona morreu em 1986, após beber uma xícara de café envenenado.) Segundo "Cornelius", o assassinio de Ambrosoli foi de fato cometido a mando de um destacado político italiano, ainda ativo nos negócios do país. Esse homem, alega "Cornelius", é também membro graduado do Prieuré de Sion, tendo contribuído para a eleição de Pierre Plantard como grãomestre em 1981. Insinua que o assassino está envolvido no escândalo do Banco Ambrosiano, o ex-banco do Vaticano, e com o caso que culminou na misteriosa morte do banqueiro italiano Roberto Calvi, encontrado enforcado sob a Blackfriars Bridge em Londres em 1982.

2. O próprio Michele Sindona estaria, segundo "Cornelius", implicado em certas transações financeiras duvidosas envolvendo, direta ou indiretamente, o Prieuré de Sion. Outros bancos dos Estados Unidos também teriam participado.

3. Em maio de 1974, o cardeal Jean Danielou, principal porta-voz do Vaticano na época sobre a questão do celibato clerical, foi encontrado morto em circunstâncias que deram margem a muitos boatos e rumores maliciosos. Um *strip-teaser* de boate estava envolvido. Uma soma substancial de dinheiro também. Quando jovem, o cardeal Danielou fora muito ligado a Jean Cocteau, cujo *Oedipus rex* traduziu para o latim, o que o projetou nos círculos intelectuais franceses. Por meio de sua ligação com Cocteau, é provável que o cardeal tenha conhecido Pierre Plantard de Saint-Clair. Segundo "Cornelius", o cardeal estava envolvido em transações financeiras secretas com o Prieuré de Sion. Teria também desempenhado um papel nas maquinações de Michele Sindona e outros banqueiros. Sua morte - oficialmente atribuída a um ataque cardíaco - é evasivamente imputada por "Cornelius" a causas não acidentais.

4. "Cornelius" alega ainda que o Prieuré de Sion estaria estreitamente associado tanto com a Máfia italiana como com a loja maçônica italiana conhecida como P2, que provocou enorme sensação quando sua existência, atividades e composição foram descobertas e tomadas públicas em 1981. Há menção específica ao assassinio de um general italiano - general Dalla Chiesa pela Máfia e a dois grandes escândalos financeiros italianos.

5. Em 19 de janeiro de 1981 - isto é, dois dias depois que Pierre Plantard de Saint-Clair foi eleito grão-mestre do Prieuré de Sion -, um membro graduado da Ordem teria tido, segundo "Cornelius", um encontro com Licio Gelli, grão-mestre da P2. O encontro teria ocorrido no restaurante La Tipia, na rua Rome, em Paris.

É preciso frisar que, apesar de intensas investigações, não nos foi possível confirmar de modo algum qualquer das alegações de "Cornelius". Em face disso, seu panfleto só pode ser encarado como torpemente calunioso e está, como dissemos, sujeito a efeitos penais. Pelo que sabemos, foi amplamente distribuído. Suas alegações estão sem dúvida sendo investigadas neste momento por jornalistas - ou já foram descartadas como carentes de fundamento. Mas, se vier a ser provado que qualquer das alegações de "Cornelius" tem algum grau de validade, estaremos bulindo num vespeiro especialmente assustador. Seja como for, e por força apenas de seu panfleto, "Cornelius" conseguiu enfiar no mesmo saco o Prieuré de Sion, a Máfia e a P2. Mesmo que só na mente das pessoas, situou as atividades do Prieuré de Sion no obscuro submundo dos negócios europeus - em que a Máfia se imbrica com sociedades secretas e agências de espionagem, em que grandes empresas se aliam ao Vaticano, em que imensas somas de dinheiro são gastas para fins clandestinos, em que as linhas de demarcação entre política, religião, espionagem, altas finanças e crime organizado começam a se dissolver. Isso por si só poderia ter levado o sr. Plantard a renunciar, ou a mergulhar na obscuridade, junto com o Prieuré de Sion.

O Prieuré Desaparece

Com a renúncia do sr. Plantard, as informações sobre o Prieuré de Sion cessaram por completo. O próprio sr. Plantard tomou-se mais arredo do que nunca, ficando cada vez mais difícil contatá-lo, mesmo por telefone. Louis Vazart tomou-se claramente mais reticente que antes, ao passo que outras pessoas pareciam ter sumido. Em julho de 1985, como todos os que o conheciam, ficamos pesarosos com a notícia da morte de Philippe, marquês de Chérissey. Fosse qual fosse a natureza do Prieuré de Sion, e fosse qual fosse o papel do sr. Chérissey nele, era ele sem dúvida a pessoa mais sociável, mais dotada de talento criativo, mais original e talvez mais brilhante que tínhamos encontrado no curso da nossa investigação. Era também um romancista extraordinariamente bem-dotado, merecendo, num nível puramente literário, mais reconhecimento do que recebeu.

Após a renúncia do sr. Plantard, o Prieuré de Sion se tomou de fato invisível. Desde 1956 ele fora mais ou menos acessível aos que o investigavam com suficiente empenho. Desde 1979, tínhamos tido um canal direto de comunicação com ele e com seu grão-mestre; durante algum tempo, após a publicação do nosso livro anterior, o Prieuré parecera disposto a assumir um perfil de razoável destaque. Agora, de repente, ele voltava a mergulhar na sombra, correndo um véu sobre suas atividades, sem deixar pista. Fossem quais fossem os objetivos e prioridades do "contingente anglo-americano" no interior da Ordem, e os interesses externos que pudessem estar envolvidos, eles pareciam ter tido êxito em comprometer, senão em depor, o sr. Plantard - conseguindo ao mesmo tempo mergulhar todo o Prieuré na obscuridade.

Ao mesmo tempo, nossas próprias pesquisas já haviam começado a nos conduzir em certas direções não de todo incompatíveis com aquelas apontadas por "Cornelius". Não podíamos dar crédito às alegações que vinculavam o Prieuré com a P2 e a Máfia. Não havia nenhum indício que comprovassem essas afirmações. Não podíamos dizer nem mesmo se essas organizações, caso estivessem envolvidas, estavam ao lado do Prieuré ou contra ele. O panfleto de "Cornelius" - anunciando um livro que na verdade nunca foi publicado - podia sem dúvida ter sido uma tentativa de desacreditar o Prieuré por meio de puras falsidades, e não pela revelação de algum de seus segredos.

Apesar disso, ficava cada vez mais claro que o Prieuré de Sion tinha de fato interesses e realmente atuava numa esfera um tanto dúbia uma esfera em que partidos democrata-cristãos da Europa, vários

movimentos em prol da unidade européia, grupelhos monarquistas, variantes atuais das ordens de cavalaria, seitas maçônicas, a CIA, os Cavaleiros de Malta e o Vaticano se enredavam, se uniam temporariamente para um ou outro fim específico, voltando depois a se separar. A questão fundamental era onde, precisamente, o Prieuré se encaixava nessa trama de organizações e interesses frouxamente articulados. Era uma das muitas pequenas associações manipuladas como peões por forças mais poderosas, mais obscuras? Pusera-se conscientemente à disposição dessas forças, com base numa hierarquia de valores genuinamente partilhada ou por força de uma comunhão temporária de interesses? Ou era na verdade uma das forças que puxavam os cordões?

22

RESISTÊNCIA, CAVALARIA E OS ESTADOS UNIDOS DA EUROPA

Em nossa pesquisa anterior, tínhamos procurado seguir o rasto do Prieuré de Sion em séculos passados e assim confirmar a sua existência. Em outras palavras, tínhamos tentado verificar a correção, ou pelo menos a plausibilidade, das alegações feitas hoje pela Ordem no tocante à sua própria linhagem. Tivemos um êxito surpreendente, que desarmou nosso ceticismo inicial.

O próprio Prieuré afirmava ter sido criado com o nome "Ordre de Sion", em 1090 - ou, segundo outros relatos, em 1099. Pudemos apurar, com base em evidências documentárias de primeira mão, que uma abadia foi de fato fundada em 1099 no monte Sião, em Jerusalém, e confiada aos cuidados de uma misteriosa mas explícita ordem de *religieux*. Em 19 de julho de 1116 o nome Ordre de Sion já figurava em cartas régias e outros documentos oficiais. Encontramos outra carta régia, datada de 1152 e com o selo do rei Luís VII da França, que conferia à Ordem a sua primeira sede na Europa, em Orleães. Uma outra carta, datada de 1178 e com o selo do papa Alexandre III, confirmava certas propriedades fundiárias da ordem não só na Terra Santa, como na França, na Espanha e por toda a península italiana - na Sicília, em Nápoles, na Calábria e na Lombardia. Fomos informados de que, até a Segunda Guerra Mundial, havia vinte documentos referentes especificamente à Ordre de Sion nos Arquivos Municipais de Orleães, mas dezessete deles tinham sido perdidos durante um bombardeio aéreo.

Pudemos assim confirmar as afirmações do Prieuré atual com relação a suas origens e ao primeiro século de sua existência. De maneira semelhante, pudemos confirmar outras alegações relativas à história posterior da Ordem. Além de simples datas e listas de propriedades fundiárias, pudemos também conferir as ligações do Prieuré com uma entremeada rede de famílias nobres, que se pretendiam todas descendentes da dinastia merovíngia, que reinou na França entre os séculos V e VIII. Assim, por exemplo, a família descendente de um cavaleiro bastante obscuro, um tal Jean de Gisors, que desempenhou papel de relevo nas atividades da Ordem, provou-se ligada à família de Hugues de Payn, primeiro grão-mestre dos Templários. De importância comparável na história da Ordem, e também ligada a Payn por parentesco, era a família Saint-Clair, ancestral de Pierre Plantard de Saint-Clair, atual porta-voz da Ordem e seu grão-mestre de 1981 a 1984. Na verdade, nossa pesquisa verificou cabalmente algo apenas insinuado nas afirmações da Ordem atual: que o Prieuré de Sion, ao longo de sua história, foi em grande parte uma questão de família, uma organização centrada em determinadas casas reais e aristocráticas.

O Prieuré era nominalmente citado em fontes que iam desde o século XII até o início do século XVII. Nessa altura, segundo documentos datados de 1619, a Ordem teria caído no desagrado do rei Luís XIII de França, que a expulsou de sua sede em Orleães e transferiu suas instalações para os jesuítas.⁵ Depois disso, o Prieuré de Sion parece desaparecer dos registros históricos, pelo menos sob esse nome, até 1956, quando surge novamente, registrado no *Journal Officiel* francês. No entanto, a Ordem fazia repetidas menções a certas atividades que teria desenvolvido entre 1619 e o século XX, a certos eventos históricos em que teria desempenhado um papel, a certos desdobramentos históricos

em que teria tido algum tipo de interesse. Quando examinamos os eventos e desdobramentos em questão, encontramos irrefutável evidência do envolvimento de um núcleo organizado e coeso trabalhando de maneira orquestrada nos bastidores, por vezes usando outras instituições como fachada. Esse núcleo não era especificamente nomeado, mas tudo indicava tratar-se realmente do Prieuré de Sion. Mais ainda, ele revelava envolver precisamente a mesma rede de famílias interligadas que reivindicavam descendência merovíngia. Quer se tratasse das intrigas e das guerras de religião do século XVI, da insurreição conhecida como Fronda no século XVII ou das conspirações maçônicas do século XVIII, sucessivas gerações precisamente das mesmas famílias tinham estado implicadas, atuando segundo um modelo único e constante.

Com base nisso, foi-nos possível concluir que de fato havia um tipo de conexão linear direta entre o Prieuré de Sion do presente e a Ordem do mesmo nome que fora expulsa de sua sede em Orleães em 1619. Parecia claro que, durante aquele intervalo de cerca de 330 anos, o Prieuré tinha sobrevivido e continuado a atuar, ainda que sob diferentes fachadas ou por meio de várias outras organizações. Foi possível associá-lo, por exemplo, à Compagnie du Saint-Sacrement do século XVII na França, a um conclave de clérigos extremamente heterodoxos, senão heréticos, baseado na igreja de Saint-Sulpice em Paris, aos misteriosos e elusivos "rosa-cruz" alemães do início do século XVII, a certos ritos da franco-maçonaria do século XVIII, a conspirações políticas e sociedades secretas esotéricas do século XIX. Através de organizações como essas e dos vínculos recorrentes que as mesmas famílias mantinham com elas, um contínuo ininterrupto se estendia desde 1619 até a época atual.

Mas, o que dizer sobre o presente? No nosso primeiro encontro com o sr. Plantard, em 1979, ele definira sua posição inequivocamente. Disse não ter qualquer objeção quanto a discutir a história da Ordem. Quanto ao futuro, porém, só faria alusões veladas, não estando disposto a dizer coisa alguma sobre o presente. É verdade que alterara ligeiramente essa posição durante os anos de 1983 e 1984 - pelo menos a ponto de nos mostrar os documentos autenticados que pretensamente teriam trazido os pergaminhos de Saunier para a Inglaterra, e o exemplar da "Mise en Garde" com as assinaturas dos srs. Drick, Freeman e Abboud. Estes nos haviam levado ao conselho diretor da antiga Guardian Assurance Company e ao First National Bank of Chicago. Nada, porém, pudera ser conclusivamente elucidado, definitivamente provado. Tínhamos simplesmente andado às cegas em meio a um nevoeiro de desinformação, e nossas diligências suscitavam tantas questões quantas respondiam, senão mais. Ao investigar o Prieuré hoje, tínhamos às vezes a impressão de estar investigando uma quimera ou uma miragem. Ele sempre recuava quando nos aproximávamos.

Tomava-se intangível no exato momento em que tínhamos a impressão de tê-lo agarrado, só para se materializar em outro ponto, alguns passos à nossa frente. Surgiam indícios que, quando examinados, se anulavam uns aos outros, ou só aumentavam a confusão, ou se espiralavam, formando um prisma de espelhos refrativos.

Não fomos os únicos a ter esse tipo de impressão. No ano seguinte ao da renúncia do sr. Plantard, contratamos os serviços em tempo integral de uma pesquisadora profissional. A mulher em questão tinha mais de 35 anos de experiência, tendo trabalhado em projetos de vários autores renomados. Tanto ela quanto seu marido, um ex-militar que lutara na Resistência, tinham muitas relações bem-situadas e acesso a esferas em que nós, como estrangeiros, não podíamos penetrar. Não há dúvida de que ela tinha mais habilidade do que nós no trato com as instituições francesas, fossem bibliotecas e arquivos ou órgãos do governo. Residindo na França, tinha obviamente melhores condições de passar semanas inteiras perseguindo uma única pista num ou noutro labirinto específico. Se determinado órgão estava fechado em dado momento, ou determinada pessoa não podia ser contatada, ela podia sempre retomar no dia seguinte, ou na semana seguinte se necessário.

Ela nos forneceu um conjunto de informações extremamente valioso. Exumou fragmentos de informação de fontes muitas vezes improváveis e conduziu suas investigações com admirável firmeza. Recusava-se a se deixar desencorajar, intimidar ou deter por fanfarronadas, cavalações ou evasivas. Apesar de tudo isso, confessou-nos que nunca, em toda a sua experiência, havia encontrado

tantos impasses, portas fechadas, negativas hipócritas e contradições misteriosas. Praticamente em todas as entrevistas que fizera para nós, a cortesia e o desejo de ajudar se transformavam em reticência, reserva ou mesmo hostilidade tão logo ela abordava certas áreas. Perguntamos tanto a ela quanto ao marido como viam todo aquele caso, a que conclusões as investigações que tinham feito os levavam. Foram bastante enfáticos. Inquestionavelmente, disseram, havia algum tipo de farsa.

A Revista Vaincre

Apesar de tudo, foi possível exumar pelo menos alguma informação, não só do próprio Prieuré de Sion mas de fontes independentes. A despeito da atitude evasiva do sr. Plantard e da barreira de desinformação e de reticência das autoridades, conseguimos saber alguma coisa sobre a Ordem e seu antigo grão-mestre. Os dados que obtivemos nos permitiram monitorar algo das suas atividades, pelo menos desde a Segunda Guerra Mundial.

Pouco depois do nosso primeiro encontro com o sr. Plantard, ele nos enviara uma declaração datada de 11 de maio de 1955 e feita em Paris por um certo Poirier Murat, que se apresentava como cavaleiro da Légion d'Honneur, detentor da Médaille Militaire e ex-oficial da Resistência francesa. O sr. Murat declarava conhecer o sr. Plantard desde 1941. Declarava ainda que o sr. Plantard, entre 1941 e 1943, editara uma "revista da Resistência", intitulada *Vaincre*. O documento declarava ainda que o sr. Plantard fora mantido pela Gestapo na prisão de Fresnes de outubro de 1943 até fevereiro de 1944. Procuramos checar a veracidade das afirmações do sr. Murat. Assim, escrevemos para o Exército francês, que respondeu dizendo não possuir os arquivos relativos e sugerindo que entrássemos em contato com o diretor-geral dos Archives de France. O exército encaminhou também nossa carta para a Préfecture de Police de Paris, que nos aconselhou entrar em contato com o diretor da prisão de Fresnes. Quando escrevemos para o diretor-geral dos Archives de France, fomos instruídos a entrar em contato com os Arquivos Departamentais, em Paris. Os Arquivos Departamentais também nos aconselharam a escrever diretamente para a prisão de Fresnes. Em resposta às nossas indagações, Fresnes quis saber por que nós as estávamos fazendo e pediu detalhes sobre a nossa pesquisa. Escrevemos de volta, anexando detalhes concementes e fotocópias, entre as quais a declaração de Poirier Murat. Não recebemos resposta.

Era esse tipo de coisa que havíamos encontrado reiteradamente no curso de nossas investigações. Mas foi também esse tipo de coisa que nossa pesquisadora se revelou particularmente capaz de enfrentar. A força de persistência, ela acabou por arrancar uma resposta de Fresnes. Esta não foi, contudo, muito esclarecedora: "... após pesquisar as fichas dos que estiveram presos em Fresnes, não encontramos qualquer sinal de que o sr. Plantard tenha passado por este estabelecimento entre outubro de 1943 e fevereiro de 1944." Teria Poirier Murat - cavaleiro da Legião de honra, detentor da Medalha Militar e ex-oficial da Resistência francesa - mentido em sua declaração? Se mentira, por quê? Se não mentira, por que não havia registro da prisão do sr. Plantard em Fresnes? Teria o registro sido removido? Ou, por alguma razão desconhecida, o registro nunca fora feito?

Nossas tentativas de localizar *Vaincre*, a "revista da Resistência" a que o sr. Plantard estivera ligado, foram muito mais bem-sucedidas. Encontramos seis números da *Vaincre* e, ao que parece, só esses foram publicados. Contrariando nossas expectativas, não se tratava de um jomaleco feito às ocultas e mal produzido. Aqueles exemplares nada tinham de clandestinos. Eram impressos em papel de excelente qualidade, o que não era fácil de obter na França na época, e incluía ilustrações e fotografias. No primeiro número era claramente declarado que a revista fora impressa pela firma de Poirier Murat, com uma tiragem de 1.379 exemplares. No sexto número a tiragem declarada era de 4.500 exemplares. No conjunto, a *Vaincre* representava um empreendimento que não poderia ter-se realizado sem algum conhecimento por parte das autoridades. Representava também um empreendimento necessariamente sustentado por uma verba substancial.

Com base nos seis números que conseguimos obter, era difícil encarar a *Vaincre* como uma "revista

da Resistência". Os artigos nela publicados, de colaboradores identificados e em alguns casos muito conhecidos, tratavam basicamente de uma combinação de esoterismo, mito e pura fantasia. Falava-se muito sobre a Atlântida, por exemplo. Dava-se particular ênfase a uma antiga "sabedoria tradicional" celta e os temas e imagens míticos em que ela sobrevivera. Havia também o tempero liberal de uma espécie de teosofia neozoroástrica, com iniciados tibetanos e cidades ocultas no Himalaia. Acima de tudo, no entanto, a *Vaincre* se propunha ser o órgão de uma organização, ou ordem, específica, chamada Alpha Galates.

Sob a ocupação alemã e o governo de Vichy, sociedades secretas, inclusive a franco-maçonaria, foram estritamente proibidas, e a afiliação a qualquer delas estava sujeita a penas rigorosas. Por isso, a Alpha Galates não se qualificava em absoluto como uma sociedade secreta, embora, evidentemente, não fosse outra coisa. Em vez disso, apresentava-se, de maneira muito explícita, como uma ordem de cavalaria, ou de neocavalaria. Os princípios da cavalaria eram enfaticamente repetidos e a maior parte dos artigos da *Vaincre* tratava de temas ligados à cavalaria: tanto da França como fonte suprema da cavalaria quanto do papel da cavalaria no mundo moderno. Segundo a *Vaincre* e a Alpha Galates, a cavalaria seria o instrumento de uma renovação nacional da França: "... uma cavalaria é indispensável, porque nosso país não pode renascer exceto por meio de seus cavaleiros".

Quando a cavalaria surgiu, durante a chamada Idade das Trevas, ou Idade Média, a instituição repousava em bases especificamente espirituais. Títulos convencionais de nobreza - por exemplo, barão, conde, marquês, duque - denotavam posição social e política, terras, linhagem. O cavaleiro, no entanto, conquistava suas esporas e sua espada mediante sua própria virtude pessoal - ou, mais precisamente, sua *vertu* - e pureza moral. Mais tarde o conceito de cavalaria foi progressivamente degradado, acabando por reduzir-se a uma pequena recompensa por algum tipo de serviço, ou até a verniz na imagem pública de um primeiro-ministro. A *Vaincre* e a Alpha Galates, no entanto, insistiam na cavalaria em seu sentido original e tradicional: "O *Chevalier* não pode viver sem o ideal espiritual, que será o manancial de força moral, intelectual e espiritual através das gerações vindouras."

Segundo a *Vaincre*, a Alpha Galates tinha sido registrada no *Journal Officiel* francês em 27 de dezembro de 1937. Uma verificação nesse órgão de julho de 1937 a abril de 1938, contudo, não revelou essa entrada. Do Ministério da Defesa francês, quando lhes escrevemos, disseram que nunca tinham ouvido falar nem da *Vaincre* nem de Alpha Galates e não tinham registro desses nomes. A Chefatura de Polícia francesa negou qualquer conhecimento - embora mais tarde tenhamos sabido que o equivalente francês de uma Divisão Especial possuía na verdade um dossiê sobre a Alpha Galates e seus líderes. De todo modo, e a despeito das negativas oficiais, a *Vaincre* realmente existiu, como existiram seus colaboradores, entre os quais se incluíam, ao que tudo indica, vários membros da Alpha Galates.

Um dos colaboradores da *Vaincre* foi Robert Amadou, agora um conhecido escritor sobre temas esotéricos e maçônicos, martinista e oficial de uma loja maçônica pertencente à Grã-Loja Suíça Alpina. Outro destacado colaborador foi o professor Louis Le Fur, conhecido publicista de direita antes da guerra. Posteriormente, é claro, caiu em descrédito em razão de seu apoio ao governo de Vichy. Durante a ocupação alemã, contudo, gozou de certa reputação como comentador de assuntos culturais e foi nomeado por Pétain para um importante cargo na área da educação. Na época, Louis Le Fur era um nome de peso. Ele não se teria associado publicamente a uma revista como a *Vaincre* a menos que a considerasse uma iniciativa séria e louvável. Em um de seus artigos, o próprio Le Fur declara ter sido membro da Alpha Galates durante oito anos. Entre os outros membros da Ordem, ele cita Jean Mermoz, aviador falecido antes da guerra, e Gabriel Trarieux d'Egmont, escritor sobre temas esotéricos e poeta místico sem grande expressão, cujo nome ainda desperta certo respeito.

Segundo a *Vaincre*, os membros da Alpha Galates se dividiam em duas grandes categorias, a "Legião" e a "Falange". O papel da Legião não é especificado. O da Falange é definido como de pesquisa filosófica e de instrução de futuros cavaleiros. O interessante é que, segundo os estatutos de

1956 registrados na Chefatura de Polícia francesa em Annemasse, o Prieuré de Sion também era dividido nessas duas categorias de Legião e Falange.

Baseados em parte nisso, supusemos de início que Alpha Galates podia ser apenas mais uma fachada do Prieuré de Sion. Verificamos, contudo, que provavelmente não era esse o caso. O sr. Plantard nos afirmou pessoalmente que só entrou no Prieuré em 10 de julho de 1943. Na carta que acompanhou sua renúncia, repetiu essa afirmação e acrescentou que ingressara no Prieuré sob os auspícios do padre François Ducaud-Bourget. Sua ligação com a *Vaincre* e com a Alpha Galates, por outro lado, datava de pelo menos um ano antes. A partir dessa cronologia, a Alpha Galates e o Prieuré de Sion pareciam ser duas organizações independentes - a menos, é claro, que a primeira fosse uma espécie de extensão, ou talvez um serviço de recrutamento, da primeira. Fosse como fosse, se o Prieuré admitira o sr. Plantard, devia apreciar o que a Alpha Galates fazia. E, sob muitos aspectos, a orientação das duas ordens parecia muito similar, senão idêntica. Isso fica particularmente evidente na ênfase dada à cavalaria. Além disso, alguns colaboradores da *Vaincre* figuram mais tarde em publicações vinculadas ao Prieuré.

Já no primeiro número da *Vaincre*, seu editor e diretor é chamado de "Pierre de France" e tem sua fotografia publicada. A fotografia é indubitavelmente a de um jovem sr. Plantard, na época com 22 anos. Em 21 de setembro, a *Vaincre* noticia que Pierre de France tomara-se grão-mestre da Alpha Galates. No quarto número, de 21 de dezembro de 1942, o nome Pierre de France é emendado, aparecendo como Pierre de France-Plantard. Seu endereço - rua Leboutoux nº 10, Paris 17º - é dado como o endereço do quartel-general ou escritório central da Alpha Galates.

Apesar de seu caráter mítico e cavaleiroso, a *Vaincre* não deixa de ter uma orientação política. Como parece indicar o envolvimento de Louis le Fur, a revista é explicitamente pró- Vichy e por vezes efusivamente ardorosa na defesa de Pétain. O primeiro número contém um hino a Pétain, e a Alpha Galates é qualificada como "uma Grã-Ordem de Cavalaria", "a serviço da pátria" e "com o marechal". Ocasionalmente, aparecem também nas páginas da *Vaincre* torpes afirmações anti-semitas que fazem eco aos mais fanáticos delírios da propaganda nazista. "Para restaurar nossa pátria em sua grandeza... é preciso erradicar... falsos dogmas... e os princípios corruptos da outrora democrática maçonaria judaica."

Por outro lado, é preciso lembrar a época e as circunstâncias em que a *Vaincre* foi publicada. A maior parte da França estava ocupada por tropas alemãs, a Gestapo estava por toda parte e não era possível publicar quase nada que escapasse às autoridades alemãs e a seus sabujos franceses. O sr. Plantard dificilmente teria podido publicar uma revista bem produzida como a *Vaincre* e apoiar De Gaulle. Tudo que aparece nas páginas da revista deve ser encarado com cautela, porque ela era impressa na expectativa de ser lida por olhos alemães. Para sobreviver, tinha forçosamente de fazer certas afirmações conciliatórias, não se desviando de maneira muito acentuada da linha oficial do regime. Quando o questionamos a respeito de certas afirmações potencialmente conciliatórias da *Vaincre*, o sr. Plantard, sem demonstrar maior embaraço, enfatizou esse ponto. Insinuou que, sob sua pátina pró-Vichy e petainista, a *Vaincre* continha mensagens e instruções que só a Resistência podia decifrar.

Mesmo que isso seja verdade, é difícil qualificar a *Vaincre* como uma "revista da Resistência". É igualmente difícil, porém, tomá-la por seu valor declarado e desprezá-la como nada mais que uma bizarra publicação esotérica, com claras simpatias por Vichy e Pétain. Embora conservador na política e na religião, o padre François Ducaud-Bourget desempenhou papel ativo na Resistência francesa, tendo mesmo recebido a Medalha da Resistência. Se ele de fato patrocinou o ingresso do sr. Plantard no Prieuré de Sion, é muito pouco provável que o sr. Plantard, a Alpha Galates ou a *Vaincre* fossem tão propensos a colaborar com os alemães como podia parecer à primeira vista. Além disso, a *Vaincre* tinha sido impressa por Poirier Murat, cavaleiro da Legião de Honra, detentor da Medalha Militar e oficial da Resistência francesa. Não era provável que Murat tivesse endossado uma revista como a que *Vaincre* parecia ser, a menos que ela tivesse realmente outro plano de atuação e prestasse serviço à Resistência. Por fim, havia, como veremos em breve, as relações posteriores do sr. Plantard

com Charles de Gaulle. A inabalável hostilidade de De Gaulle aos excolaboracionistas é bastante conhecida. Se o sr. Plantard tivesse realmente sido um colaboracionista, não teria podido desfrutar mais tarde da amizade com De Gaulle.

Um outro elemento de prova pesa bastante em favor do sr. Plantard, da Alpha Galates e da *Vaincre*. Uma das mais abjetas publicações da França ocupada durante a guerra foi uma corrupta revista satírica intitulada *Au Pilon*. Tratava-se de uma publicação ardorosamente prônazista, fanaticamente anti-semita e antimaçônica. Dedicava-se a denunciar judeus e maçons, ou supostos judeus e maçons, publicando nomes e endereços, tudo fazendo para ajudar, e até bajular a Gestapo. Qualquer pessoa atacada pela *Au Pilon* não podia ser "de todo má". E, em 19 de novembro de 1942, *Au Pilon* publicou um comentário satírico debochado sobre o sr. Plantard, a Alpha Galates e a *Vaincre*. Não fez qualquer acusação explícita, mas procurou, da maneira mais maliciosa, ridicularizar os três. Publicou também o endereço do sr. Plantard - o que, naquelas circunstâncias, equivalia a encorajar atos de hostilidade e vandalismo por capangas partidários, senão pela Gestapo.

Todo o terceiro número da *Vaincre* foi uma defesa contra o ataque da *Au Pilon*. Declarava que um membro da Alpha Galates fora expulso e sugeria que fornecera informações à *Au Pilon*. Na tentativa de refutar *Au Pilon*, *Vaincre* reafirmou os objetivos da Alpha Galates. Estes foram assim expressos:

1. a unidade da França em suas fronteiras geográficas e a abolição da linha de demarcação entre as zonas de ocupação alemã e aquelas sob o controle de Vichy;
2. a mobilização de toda a energia e os recursos da França para a defesa da nação e, particularmente, a conclamação dos jovens para o serviço militar obrigatório;
3. a criação de uma "nova ordem ocidental", um "cavalaria jovem européia", cuja tônica seria a "Solidariedade". Em cada nação européia, essa organização, conhecida como "Solidariedade", deveria representar "o primeiro passo dos Estados Unidos do Ocidente".

A julgar pelas circunstâncias, a defesa da *Vaincre* contra *Au Pilon* não foi convincente nem bem-sucedida. Após a publicação de mais três números a revista parou de circular, e tudo indica que o fez sob pressão. Com o desaparecimento da *Vaincre*, as atividades e a carreira do sr. Plantard parecem ter atravessado um período de temporária obscuridade. Alguns dos temas enunciados pela *Vaincre* voltariam de novo à tona, porém, sob os auspícios não só do Prieuré de Sion como de outras organizações.

Para os nossos fins, o mais importante desses temas é o dos Estados Unidos da Europa. Como vimos, a *Vaincre*, ao se defender contra *Au Pilon*, declarou que os Estados Unidos da Europa - ou "Estados Unidos do Ocidente" - eram um dos objetivos primordiais da Alpha Galates. De fato, a idéia dos Estados Unidos da Europa volta à baila reiteradamente nas páginas da *Vaincre*. Ao lado da idéia de uma nova cavalaria européia, é um dos temas predominantes da publicação. No primeiro número, por exemplo, há a ilustração de um cavaleiro seguindo a cavalo por uma estrada rumo ao sol, que desponta no horizonte. A estrada, ao longo da qual se lê a inscrição "Estados Unidos do Ocidente", tem seu início demarcado pela data 1937. No sol que se levanta na sua extremidade está inscrito 1946. Um lado da estrada é denominado Bretanha, o outro, Baviera.

Muito antes da guerra, o professor Louis Le Fur fora oco-fundador de um pequeno grupo chamado "Énergie". Entre os membros desse grupo, e entre os mais íntimos colaboradores de Le Fur, estava um homem chamado Robert Schuman, que mais tarde veio a ser um destacado político francês. Schuman sonhava com a união das indústrias de carvão e aço da Europa ocidental. Via nisso, contudo, apenas um passo preliminar para a criação de uma entidade política muito mais ampla - uma federação européia, oi! os Estados Unidos da Europa. Nos anos seguintes, Schuman, fazendo eco às idéias expressas por Le Fur e outros na *Vaincre*, tornou-se um dos principais arquitetos e inspiradores

da Comunidade Econômica Européia.

O Círculo Kreisau

O quinto número da *Vaincre*, datado de 21 de janeiro de 1943, contém um artigo de Louis Le Fur em louvor ao novo grão-mestre da Alpha Galates, Pierre de France-Plantard. Nesse texto, Le Fur cita "um grande alemão, um dos mestres da nossa Ordem". O "grande alemão" em questão, então com 58 anos, faz uma declaração extraordinária a propósito de Pierre de France, com seus 23 anos:

Tenho o prazer de dizer, antes de minha partida para a Espanha, que nossa Ordem finalmente encontrou, na pessoa de Pierre de France, um chefe digno.

É portanto com plena confiança que parto para cumprir minha missão; pois, embora não me iluda com relação aos perigos que corro no exercício de minha tarefa, sei que até o meu último suspiro minha divisa será o reconhecimento da Alpha e a fidelidade ao seu chefe.

Esta declaração é atribuída a Hans Adolf von Moltke, diplomata de carreira e membro de uma das mais prestigiosas e influentes famílias da aristocracia alemã. Em 1934, von Moltke fora embaixador da Alemanha na Polônia. Em 1938, seu nome foi cogitado como próximo embaixador alemão na Grã-Bretanha. Na ocasião da declaração que lhe é atribuída, acabava de ser designado embaixador na Espanha, onde morreu em 1943.

Embora ostensivamente em bons termos tanto com Hitler quanto com Himmler, von Moltke era, de fato, um "bom alemão". Era primo em primeiro grau e amigo íntimo do conde Helmut James von Moltke. Era primo também de Claus von Stauffenberg. Casara-se com a irmã de um outro primo, Peter Yorck von Wartenburg. Helmut James von Moltke, juntamente com Peter Yorck von Wartenburg, foi o líder do chamado Círculo Kreisau, a ala civil da resistência alemã a Hitler. O conde Claus von Stauffenberg foi o arquiteto e inspirador da conspiração militar contra o Reich, que culminou no atentado a bomba de 20 de julho de 1944 - a tentativa de assassinar Hitler em seu quartel-general de Rastenburg.

Em suma, o homem que apoiava o sr. Plantard na *Vaincre* e se declara membro da Alpha Galates estava na linha de frente do esforço surgido dentro da Alemanha para derrubar o regime nazista. Na época em que foi designado para a Espanha, seu primo, Helmut James von Moltke, estava fazendo sondagens secretas junto aos Aliados, através da Suécia, tendo em vista a paz, buscando obter o apoio deles para a deposição de Hitler e empenhando-se em assegurar termos de paz favoráveis ao novo governo alemão democrático que se seguiria. De seu posto de embaixador na Espanha, Hans Adolf von Moltke logo iniciaria negociações clandestinas semelhantes. Embora isso só tenha vindo a público depois da guerra, era essa a "missão" que ele estava partindo para desempenhar; e tinha toda razão em não se iludir quanto aos perigos que corria.

Hoje, Claus von Stauffenberg, Helmut James von Moltke, Peter Yorck von Wartenburg e seus companheiros de conspiração contra o Terceiro Reich são considerados heróis, tanto na Alemanha quanto no exterior. O dia 20 de julho, aniversário do atentado a bomba, é feriado nacional e oficialmente chamado Dia de Stauffenberg. Até hoje, no entanto, nunca surgiu qualquer indício de que a Resistência alemã tinha algum tipo de vínculo com qualquer outro movimento de resistência no continente. Os historiadores consideram que ela foi totalmente independente da rede de operações clandestinas que se estendia por outros lugares da Europa. Realmente pode ter sido. Mas a declaração de Hans Adolf von Moltke na *Vaincre* indica que ele era membro da Alpha Galates - uma espécie de sociedade secreta que atuava sob o disfarce de uma moderna ordem esotérica de cavalaria. Indica também que seu compromisso fundamental era com a Alpha Galates e seu grão-mestre. Poderia a Alpha Galates ter de fato atuado como elo de ligação entre a Resistência alemã a Hitler e os movimentos de resistência na França, e quem sabe também em outros países?

Numa carta, Helmut James von Moltke admite que não houve contato entre seu círculo de

conspiradores e qualquer organização francesa antes do final de 1942. Após grandes dificuldades, conta ele, tinham conseguido estabelecer ligações com grupos".. .nos vários territórios ocupados, com exceção da França, onde, pelo que sei, não há oposição efetiva baseada em princípios fundamentais". Pouco depois, no entanto, ele começa a aludir ao "nosso homem em Paris", embora a história ainda não tenha descoberto a identidade desse homem. Talvez por coincidência, mas talvez de maneira significativa, o primeiro número da *Vaincre* só foi publicado no final de 1942 - em outubro daquele ano.

Não há dúvida de que os objetivos da Alpha Galates, tal como expostos na *Vaincre*, tinham muito em comum com os objetivos do Círculo Kreisau, de Moltke. Ambas as organizações se concentravam em movimentos de juventude e em mobilizar os recursos da juventude européia. Ambas insistiam numa hierarquia moral e espiritual de valores como base para uma renovação da Europa - uma oposição, nas palavras de Moltke, "baseada em princípios fundamentais". Ambas tinham uma orientação essencialmente inspirada na cavalaria. E ambas tinham como meta final a criação dos Estados Unidos da Europa. Mesmo antes da guerra, uma federação nesses moldes fora exaltada e patrocinada por membros do Círculo Kreisau. Mais tarde, essa idéia se tornou, para Moltke e seus companheiros, a pedra angular de qualquer política do pós-guerra. Segundo um comentarista, o Círculo Kreisau "tinha como objetivo a longo prazo uma federação européia de Estados, os Estados Unidos da Europa".

Na busca desse objetivo, no início de 1943 o Círculo Kreisau já estava em contato com representantes do British Foreign Office baseados na Suíça. Estava também em estreito contato com um importante funcionário norte-americano também baseado na Suíça - Allen Dulles, que chefiava ali o posto do Office of Strategic Services, o OSS, precursor da CIA.

23

A VOLTA DE DE GAULLE

Com o desaparecimento da *Vaincre* no início de 1943, sumiram também quaisquer vestígios do sr. Plantard. Nós, pelo menos, não conseguimos encontrar nenhum sinal dele nos doze anos que se seguiram. Então, em 1956, o Prieuré de Sion se registrou formalmente no *Journal Officiel* da França. Ao mesmo tempo, depositou, junto à subprefeitura de Saint-Julien-en-Genevois, perto de Annemasse, na fronteira com a Suíça, uma pretensa reprodução de seu estatuto, da qual conseguimos uma cópia. Mais tarde nos disseram que aquele estatuto era espúrio e nos deram uma cópia do supostamente verdadeiro. Mas, espúrio ou não, o estatuto registrado na subprefeitura pôs novamente o sr. Plantard em evidência. Ele é citado especificamente como secretário-geral do Prieuré de Sion. O Prieuré é apresentado como composto, do mesmo modo que a Alpha Galates, pela "Legião" e a "Falange". A primeira é definida como "encarregada do apostolado". A segunda é qualificada como "guardiã da tradição". Pelo estatuto, a ordem se compõe de nove graus, todos conferindo títulos cavaleirosos. A organização, no bombástico e enigmático jargão do estatuto, é descrita assim:

A assembléia geral é composta de todos os membros da associação. Ela consiste de 729 províncias, 27 comandos e um arco designado Kyria. Cada um dos comandos, bem como os arcos, deve consistir de quarenta membros, cada província de treze membros.

Os membros são divididos em dois grupos efetivos:

- a) *A Legião, encarregada do apostolado.*
- b) *A Falange, guardiã da Tradição.*

Os membros compõem uma hierarquia de nove graus, que consiste de:

- a) *em 729 províncias:*

1. *Noviços: 6.561 membros*
2. *Cruzados: 2.187 membros*

b) em 27 comandos:

3. *Valetes: 729 membros*
4. *Escudeiros: 243 membros*
5. *Cavaleiros: 81 membros*
6. *Comandantes: 27 membros*

c) no Arco Kyria:

7. *Condestáveis: 9 membros*
8. *Senescais: 3 membros*
9. *Nautonnier: 1 membro*

Nem na *Vaincre*, nem em qualquer outro documento ou publicação há qualquer coisa que sugira que o sr. Plantard ou o Prieuré de Sion fossem especificamente católicos. Na *Vaincre*, a orientação do sr. Plantard parecia ser esotérica, pagã e teosófica. Em fontes posteriores, tanto ele quanto o Prieuré se valem de um amplo espectro de tradições, entre as quais o gnosticismo e várias formas de cristianismo heterodoxo ou herético. Segundo esse estatuto de 1956, no entanto, o Prieuré de Sion é uma ordem de cavalaria especificamente católica. A Ordem é ali apresentada com o subtítulo "Chevalerie d'Institutions et Regles Catholiques, d'Union Indépendante et Traditionaliste" [Cavalaria de Instituições e Regras Católicas, de União Independente e Tradicionalista]. A abreviatura disto é CIRCUIT, o nome de uma revista que, segundo o estatuto, é publicada internamente pela Ordem e circula entre seus membros.

Ainda não foi possível definir se o estatuto de 1956 é genuíno ou não. Para nossos propósitos aqui, ele é relevante, em primeiro lugar por causa da ênfase que dá à cavalaria e em segundo por causa de sua semelhança com o estatuto da Alpha Galates tal como publicado na *Vaincre*. Além disso, ele trouxe a público, pela primeira vez em doze anos, o nome do sr. Plantard. Dali em diante, este e o Prieuré de Sion estariam cada vez mais relacionados ao crescente interesse pelo enigma de Bérenger Sauniere e Rennes-le-Château. Pouco tempo depois, no entanto, o sr. Plantard deveria figurar num contexto muito mais conhecido e de muito maior ressonância.

Comitês de Salvação Pública

Em 7 de maio de 1954, o exército francês na Indochina sofreu, na batalha de Dien Bien Phu, uma derrota calamitosa e definitiva que levou à perda do império francês no sudeste da Ásia. Seis meses depois dessa *débâcle*, uma implacável e cruel campanha terrorista irrompeu na Argélia sob os auspícios do nacionalismo argelino. Determinada a não sofrer outra derrota humilhante, a França enviou em um mês 20 mil soldados para sua colônia norte-africana. Ao fim e ao cabo esse número chegaria a 350 mil. Apesar disso, a situação na Argélia continuou a se deteriorar, levando a uma luta selvagem que se prolongou por oito anos.

Diferentemente da Indochina, a Argélia ficava perto da França, logo ali, do outro lado do Mediterrâneo. A população francesa na Argélia não constituía um núcleo isolado de estrangeiros, mas uma comunidade há muito estabelecida. As cidades argelinas eram, sob muitos aspectos, mais francesas do que norte-africanas. A Argélia não era vista como uma possessão estrangeira, mas como parte integrante da França. Em consequência, os acontecimentos na Argélia tiveram maior repercussão na França.

À medida que crescia a confusão na Argélia, o mesmo se passava na França. No final de 1957, o país estava não só em confusão mas num estado de crise crônica. Governos caíam com apavorante

rapidez. Por duas vezes a França ficou sem governo por períodos de mais de quatro semanas, enquanto os partidos se digladiavam, sem conseguir negociar coalizões. Um sentimento de pânico começou a reinar enquanto, como pano de fundo, assomava o espectro sinistro da guerra civil declarada.

Em meio à disseminação do caos, floresciam as conspirações. O exército, em particular, estava envolvido em muita intriga clandestina. Na Argélia, começou a se formar uma rede de sociedades semisecretas: os Comitês de Salut Public [Comitês de Salvação Pública]. Organizada nos moldes dos Comitês de Salvação Pública da época da Revolução Francesa, a rede argelina tinha por objetivo associar os interesses franceses, o exército francês e a população francesa da África do Norte numa força unida que pudesse constituir um baluarte contra a independência da Argélia e mantê-la como colônia francesa. Ao mesmo tempo, os comitês começaram a procurar na França uma liderança forte que pudesse ser simpática à sua causa. Uma única pessoa era considerada capaz de exercer tal liderança: Charles de Gaulle. Assim, os comitês na Argélia começaram a fazer insistente pressão para que De Gaulle assumisse o poder na França, se necessário por meio de um golpe militar. Receberam o apoio de muitos militares graduados, entre os quais o marechal Alphonse Juin, que é apresentado como tendo sido um importante membro do Prieuré de Sion. Foram apoiados também por um movimento pró-gaullista que ganhava corpo na França, o Partido Social Republicano, entre cujos líderes estava Michel Debré, que se tornou ministro da Justiça de De Gaulle e, pouco depois, entre 1959 e 1962, primeiro-ministro da França. Outra importante figura pró-gaullista foi Georges Bidault, ex-herói da Resistência. Entre 1945 e 1954, Bidault trabalhara em estreita ligação com Robert Schuman - o velho amigo do professor Le Fur - na elaboração do projeto da Comunidade Econômica Européia.

Talvez ingenuamente, os comitês argelinos consideravam evidente que podiam contar com De Gaulle para manter a Argélia nas mãos da França. De Gaulle nada fez para desencorajar essa crença. Contudo, como eventos subseqüentes provariam, não era essa a sua intenção.

Em abril de 1958, o governo recém-eleito da França manifestou desejo de resolver a crise argelina concedendo independência à colônia. Em 13 de maio, os Comitês de Salvação Pública na Argélia reagiram promovendo um golpe de Estado em Argel e formando seu próprio governo. Ao mesmo tempo, fizeram a De Gaulle um apelo para que assumisse o poder na França, reunificasse o país e preservasse a condição de colônia da Argélia. Num manifesto de 15 de maio, De Gaulle declarou simplesmente que se manteria de prontidão para o caso de ser convocado. A França continuava em situação caótica.

Em 23 de maio circulavam notícias de que já se estavam formando Comitês de Salvação Pública na França metropolitana. Em 24 de maio, um comitê assumiu o poder na Córsega, enquanto rádios na Argélia conclamavam a França e seu povo a "escolher entre a estrela de Moscou e a cruz de Lorena". Ao se opor à independência da Argélia e apoiar De Gaulle, antigos militantes da Resistência e das forças francesas livres viram-se lado a lado com ex-oficiais de Vichy e com elementos de direita ainda mais extremada.

Em algum momento durante aquela semana, parece ter vazado a notícia de que um golpe militar estava planejado para o dia 28 e que o exército tomaria o poder na França. Multiplicavam-se os rumores de uma iminente descida de tropas de pára-quedistas em Paris.! De fato, em 28 de maio o governo renunciou, deixando o campo livre para De Gaulle. Em 29 de maio, todos os Comitês de Salvação Pública de Paris foram mobilizados e milhares de gaullistas tomaram as ruas. No fim da tarde, De Gaulle apareceu na capital, aceitou a presidência da Quinta República Francesa e começou a formar seu governo, com Michel Debré e André Malraux em seu gabinete. Os Comitês de Salvação Pública tinham obviamente desempenhado um papel-chave no processo que arrastara o novo presidente para o cargo - e, ao que parecia, tinham bloqueado efetivamente qualquer oposição séria. Em 29 de maio - o dia em que De Gaulle assumiu o poder - um porta-voz declarou que havia 120 comitês ativos na França metropolitana.

Na medida em que se pode fazer uma generalização como essa, os Comitês de Salvação Pública na Argélia tinham prioridades diferentes dos da França. Para os comitês argelinos, o objetivo básico era assegurar que o *status* da colônia permaneceria inalterado, e De Gaulle era visto como um meio para a consecução desse objetivo. Em contrapartida, pelo menos para uma parte dos comitês franceses, o objetivo básico parece ter sido instalar De Gaulle na presidência; a Argélia talvez fosse inteiramente secundária, senão irrelevante. É difícil, contudo, ter certeza quanto a isso, pela simples razão de que os próprios comitês, especialmente na França, eram obscuros. Eram obviamente muito difundidos, obviamente muito bem organizados - um verdadeiro "exército secreto", com muitas ligações com o exército regular. Mas é praticamente impossível obter informação segura sobre eles, e praticamente inexistente uma documentação confiável. Ninguém duvida de que os comitês existiram, com também não há dúvida alguma sobre a natureza geral do seu papel. Mas sabe-se muito pouco além disso. Considera-se provável que o próprio De Gaulle se mantivesse pessoalmente em contato com a estrutura de comando dos comitês, pois sempre manteve suas opções em aberto. É igualmente provável, porém, que ele tenha destruído todos os registros de tais contatos, se é que tais registros existiram. Na verdade, um biógrafo de De Gaulle nos disse que ele mantinha contatos desse tipo valendo-se de intermediários e nada era escrito.

Seja como for, De Gaulle, tendo assumido o poder, viu-se numa posição extremamente delicada com relação aos comitês. Em grande parte devia a eles a sua posição de chefe do Estado. Estimulara-os a acreditar que, sob seus auspícios, a Argélia permaneceria francesa. Agora estava prestes a descumprir sua parte na "barganha" implícita e negociar a independência da colônia com líderes nacionalistas argelinos. Isso, evidentemente, o exporia a acusações de traição.

De Gaulle deve certamente ter antecipado o repuxo dos comitês argelinos. Este não tardou a vir. Tomou a forma da OAS, a Organisation de l' Armée Secrete, ou Organização do Exército Secreto, que se dava por missão vingar o que via como a traição de De Gaulle. Formada por oficiais radicais, veteranos do conflito argelino e excolonizadores e oficiais franceses radicados na Argélia, a OAS, foi responsável, nos anos que se seguiram, por uma série de tentativas de assassinio do presidente francês. Até hoje existem ex-membros da OAS para quem o simples nome de De Gaulle é uma maldição.

No fim das contas, contudo, os comitês argelinos não chegaram a representar uma grande ameaça para a estabilidade do novo regime de De Gaulle na França. Já os comitês franceses eram coisa completamente diferente. Se tivessem se empenhado numa campanha intensa de oposição, poderiam ter constituído um problema muito mais sério. Em consequência, seus membros tinham de ser controlados, convencidos a debandar ou canalizar sua energia para algum outro objetivo e acabar aceitando a guinada do novo presidente com relação à Argélia. Isso deve ter exigido um substancial esforço de relações públicas. A julgar pelos registros existentes, esse esforço parece ter sido orquestrado por Pierre Plantard.

No nosso primeiro encontro com o sr. Plantard em 1979, ele nos contou que De Gaulle lhe pedira pessoalmente para assumir a direção dos Comitês de Salvação Pública na França e, depois que estes haviam completado sua tarefa de instalar o general no poder, presidir sua dissolução. Num panfleto mimeografado depositado na Bibliotheque Nationale em 1964, Anne Lea Hisler - a primeira mulher do sr. Plantard - declara:

Sob a autoridade do marechal Alphonse Juin, a sede do Secretariado Geral dos Comitês de Salvação Pública na França metropolitana ficava em Aulnay-sous-Bois [subúrbio de Paris]. Esse comitê era dirigido por Michel Debré, Pierre Plantard, conhecido como Way, e André Malraux.

A sra. Hisler cita também uma carta que teria sido enviada por De Gaulle ao sr. Plantard em 3 de agosto de 1958, cerca de dois meses após a formação do novo governo:

Meu caro Plantard,

Em minha carta de 29 de julho de 1958, disse-lhe o quanto apreciei a participação dos Comitês de Salvação Pública no trabalho de renovação que empreendi. Agora que foram estabelecidas novas instituições que vão permitir ao nosso país redescobrir a posição que lhe é de direito, acredito que os membros dos Comitês de Salvação Pública podem se considerar liberados das obrigações que até o momento assumiram, e se desmobilizar.

O panfleto de Anne Lea Hisler não teve circulação ampla. Na verdade, a cópia que está na Bibliothèque Nationale talvez seja a única existente. Ambas as citações acima, no entanto - o depoimento da sra. Hisler sobre o papel do sr. Plantard nos Comitês de Salvação Pública e a passagem da carta atribuída a De Gaulle -, foram posteriormente reproduzidas por Louis Vazart num livro que vem tendo sucessivas reedições há sete anos. Ao que saibamos, ninguém jamais impugnou, contestou ou mesmo pôs -em questão a autenticidade ou a veracidade de ambas as citações.

Nós mesmos, contudo, não ficamos plenamente satisfeitos. Assim, procuramos obter alguma confirmação adicional e, se possível, mais informação. Checamos todas as coletâneas publicadas de cartas, notas e agendas de De Gaulle. Como talvez não seja de espantar, não há qualquer referência ao sr. Plantard, ao pseudônimo "Way" ou a cartas, seja de 29 de julho ou 3 de agosto. O Institut Charles De Gaulle, depositário de todos os arquivos pertencentes ao general, tampouco sabe de qualquer contato entre ele e um homem chamado Plantard ou Way. Os historiadores ligados ao Institut que consultamos se mostraram céticos. Parecia-lhes inacreditável que um assunto suficientemente importante para levar De Gaulle a escrever duas cartas em quatro dias não tivesse deixado qualquer vestígio nos registros oficiais. O diretor dos Archives do Institut declarou que, pelo que sabia, estava de posse de toda a correspondência de De Gaulle e que os nomes Plantard e Way não apareciam nela. Já começávamos a duvidar da confiabilidade da sra. Hisler quando recebemos uma carta do Institut. O diretor ainda não encontrara registro das cartas citadas, mas de fato, e finalmente, encontrara referências aos nomes "Plantard" e "Way". Para seu embaraço, essas referências apareciam não em seu próprio arquivo, mas em cópias antigas do *Le Monde*, em geral considerado o mais confiável dos jornais franceses.

Em sua edição de 18-19 de maio de 1958, *Le Monde* publicou um pequeno artigo intitulado "Um Comitê de Salvação Pública clandestino em Paris?" O texto era o seguinte:

A agência norte-americana United Press divulgou o texto de um apelo lançado por um "Comitê de Salvação Pública na região de Paris" em apoio ao general De Gaulle. Comunicados desse comitê estão reservados a agências estrangeiras "desde que o acordo (provavelmente de sigilo) sobre sua fonte seja respeitado". O apelo não traz endereço nem assinatura.

No dia 6 de junho, foi publicado um artigo mais longo: "Quantos Comitês de Salvação Pública existem na França?" Relata que um dos líderes do golpe na Argélia revelara a dois jornalistas que os comitês na França metropolitana somavam não menos de 320. O artigo continua, citando um comunicado do Comitê Central de Salvação Pública:

Os Comitês de Salvação Pública devem expressar os desejos do povo, e é em nome da liberdade, da unidade e da solidariedade que todos os cidadãos franceses devem participar da tarefa de reconstrução do nosso país. Todos os voluntários que responderam aos nossos apelos durante os últimos quinze dias devem estar presentes hoje para ajudar o general De Gaulle... Patriotas, assumam seus postos e tenham confiança no homem que já salvou a França...

Esse comunicado, especifica o artigo do *Le Monde*; trazia a assinatura de certo "capitão Way", o que se supunha ser um pseudônimo.

Em 8-9 de junho, *Le Monde* publicou um terceiro artigo: "Comitês de Salvação Pública estão bem implantados em Paris, na região de Paris e em catorze Departamentos". O artigo cita um comunicado que deixa claro que já havia um Comitê de Salvação Pública em Paris por ocasião do golpe de Estado na Argélia, em 13 de maio. Entre 16 e 18 de maio, esse comitê implantara outros em seis circunscrições administrativas de Paris, em 22 comunas do Departamento do Sena e em catorze departamentos metropolitanos. O comunicado enfatiza que o objetivo primordial dos comitês é a "reabilitação nacional" sob os auspícios do general De Gaulle. Afirmar que os comitês estão trabalhando em harmonia com "várias associações de veteranos de guerra". Após citar esse comunicado, o artigo do *Le Monde* volta a se referir ao comunicado citado em 18-19 de maio, que trazia a assinatura do "capitão Way":

Após sua publicação, seu autor se deu a conhecer por nós mediante uma carta em que afirmou:

"O comitê central foi criado em 17 de maio, e seu objetivo era propaganda e estabelecer uma ligação entre todos os Comitês de Salvação Pública em Paris.

"Considerando que a França é uma terra da liberdade, onde todos têm o mais absoluto direito às suas convicções, nossa ação deve ser situada acima de toda política, num nível exclusivamente patriótico, para reunir o máximo de nossos recursos para a renovação da França.

"Como declaramos em carta de 29 de maio ao general De Gaulle, 'acatamos estritamente as orientações que nos são dadas pelas autoridades públicas'."

Essa carta, informa o artigo em seguida, era assinada pelo sr. Plantard. Ao que parecia, ele podia ser contatado em seu número de telefone pessoal, discando-se as palavras "WAY" e "PAIX".

Em 29 de julho - o dia em que supostamente De Gaulle enviou sua carta de agradecimento ao sr. Plantard -, *Le Monde* publicou mais um artigo, em que era anunciada a dissolução do comitê central para a região de Paris:

Recebemos o seguinte comunicado:

"A efetiva dissolução do Comitê Central de Salvação Pública para a região de Paris, que acarreta a dissolução do Comitê de Salvação Pública em Paris e outras localidades, desobriga assim os militantes que responderam ao apelo de 17 de maio.

"Os responsáveis pelo Comitê Central resolveram instituir federações para (...) um movimento nacional cujo programa assegura a defesa do país e da liberdade.

Pelo secretariado do comitê,

Capitão Way"

O signatário deste comunicado, "capitão Way", já publicou, durante o mês de maio, vários apelos e declarações em nome do "Comitê Central de Salvação Pública para a região de Paris". Como já indicamos, trata-se do sr. Pierre Plantard ... que, com alguns amigos, tomou a iniciativa de implantar esse comitê.

O "Movimento" que sucederá ao comitê é dirigido pelo sr. Bonerie-Claros, um jornalista. Seu tesoureiro é o sr. Robin; o sr. Pierre Plantard é o secretário e encarregado da propaganda...

De tudo isso começava a emergir gradualmente um padrão. De Gaulle certamente vira com satisfação o apoio dos Comitês de Salvação Pública, tanto na Argélia quanto na França metropolitana. Ao mesmo tempo, como já dissemos, devia estar atemorizado ante a perspectiva de uma reação violenta quando sua posição no tocante à Argélia ficasse clara. Além disso, a Revolução Francesa, e os destinos de Danton, Desmoulins e Robespierre, haviam demonstrado que os Comitês de Salvação

Pública eram potencialmente muito perigosos, podendo voltar-se contra aqueles que antes haviam apoiado. Diante disso, era necessário criar uma forma de diretório que (1) pudesse unificar e coordenar os comitês na França metropolitana; (2) promovesse o acordo dos comitês da França com o programa do novo governo; e (3) dissolvesse os comitês da França quando necessário, deixando assim os comitês argelinos isolados. Ao que parecia, fora por essas razões que o sr. Plantard fundara o Comitê Central de Paris, que se impôs como uma espécie de autoridade *ad hoc* sobre os demais comitês já existentes e passou, de fato, a controlá-los. Nesse Ínterim, De Gaulle pôde manter uma serena e olímpica distância do movimento aparentemente "popular" que o alçou ao poder - bem como do processo potencialmente delicado de ter de desmontar pessoalmente o aparelho organizacional desse movimento antes que este pudesse voltar-se contra ele.

Admitindo que esta análise da situação é mais ou menos correta, a manobra foi bastante engenhosa - um exemplo da mais sofisticada estadística maquiavélica. Não teria sido possível implementá-la sem um conluio muito Íntimo, e muito secreto, entre De Gaulle e o sr. Plantard..

Circuit

Como observamos, o Prieuré de Sion, segundo os estatutos de 1956 depositados junto à polícia francesa, identificava-se pelo acrônimo CIRCUIT, que, ao que se dizia, era também o nome da revista de circulação interna da Ordem. Há, de fato, duas séries da revista *Circuit*, a primeira datada de 1956, a segunda de 1959.¹⁰ A série de 1956 é, à primeira vista, de uma irrelevância desconcertante. Há um artigo sobre astrologia, exaltando o uso de um décimo terceiro signo, em vez do zodíaco tradicional de doze signos. Afora isso, a revista não parece ter mais substância que a publicação de uma associação de condôminos. Contém intermináveis discussões sobre moradia de baixo custo, palavras cruzadas, jogos para crianças num condomínio, anúncio de lápis. Uma única nota que parece ter alguma importância informa que a associação de condôminos a que a revista é dirigida mantém estreito contato com uma rede de outras associações de condôminos. É razoável suspeitar que as associações de condôminos funcionam na *Circuit* como fachada para alguma outra coisa, e que a própria revista usava códigos complexos como aqueles supostamente usados na *Vaincre*. Essas "associações de condôminos" podem até ter sido o aparelho organizacional que, dois anos mais tarde, emergiu para regular os Comitês de Salvação Pública na França. Mas, se não era possível refutar essas hipóteses, tampouco havia como confirmá-las. Elas permanecem confinadas ao reino da mera especulação.

A série de 1959 da *Circuit* é coisa inteiramente diversa. O primeiro número é datado de 10 de julho de 1959, e o diretor é identificado como Pierre Plantard. A própria revista, porém, não pretende estar associada ao Prieuré de Sion. Ao contrário, declara-se o órgão oficial de algo denominado Federação das Forças Francesas. Havia inclusive um timbre, e os seguintes dados:

Publication périodique culturelle de la Fédération des Forces Françaises
116 rue Pierre Jouhet, 116
Aulnay-sous-Bois - (Seine-et-Oise)
Tél.: 929-72-49

No início dos anos 70, um pesquisador suíço checkou o endereço acima. Pelo que pôde averiguar, nenhuma revista fora jamais publicada ali. O número do telefone também se mostrou falso. ¹¹ Todas as tentativas feitas para seguir a pista da Federação de Forças Francesas, pelo pesquisador em questão, por nós mesmos e por outros se provaram inúteis. Até hoje não surgiu nenhuma informação sobre qualquer organização parecida. É difícil, porém, atribuir a mera coincidência que o endereço, Aulnay-sous-Bois, seja o mesmo em que Anne Lea Hisler situou o Secretariado-Geral dos Comitês de Salvação Pública na França metropolitana. Além disso, o segundo número da revista noticia que o sr.

Plantard recebera mais uma carta de agradecimento de De Gaulle, essa datada de 27 de junho de 1959 - onze meses após as cartas discutidas acima. Parece evidente que a Federação das Forças Francesas era uma espécie de prolongamento da máquina administrativa dos comitês, talvez um meio de manter os membros em contato uns com os outros. Se isso é verdade, indica que o Prieuré de Sion estava usando sua revista para algo alheio aos seus assuntos internos.

A série de 1959 do *Circuit* remete o leitor reiteradamente a *Vaincre*, o que indica que esta continuava disponível na época. Na verdade, *Circuit* faz eco a muitos dos temas e questões suscitados na *Vaincre*. Como esta, dedica muito espaço a esoterismos, mitologia e matérias sobre cavalaria. Há artigos assinados por Anne Lea Hisler e outros, inclusive Pierre Plantard, que por vezes escreve também sob o pseudônimo "Chyren". O texto inclui afirmações como esta: "Todas as coisas se encontram em forma simbólica. Aquele que sabe interpretar o significado oculto compreenderá. A humanidade está sempre apressada, preferindo que as soluções lhes sejam sempre entregues...";] . "O lugar que parece o mais sólido talvez seja o mais instável. Tendemos a esquecer que vivemos num vulcão, no centro de forças extremamente poderosas..."; "... tudo se realiza segundo ciclos bem determinados. Um 'Timoneiro' guia a arca ['arche'] no dilúvio". E finalmente:

Não somos estrategistas e estamos acima de todas as crenças religiosas, perspectivas políticas e questões financeiras. Damos aos que vêm a nós auxílio moral e o indispensável maná do espírito. Não somos senão mensageiros, dirigindo-nos igualmente aos que crêem e aos que não crêem com o único intuito de transmitir fragmentos de verdade. Não endossamos a astrologia convencional e errônea. As estrelas por si mesmas não exercem influência. Elas não passam de pontos de referência no espaço.

Segue-se outra defesa do zodíaco de treze signos, que o sr. Plantard usa para prever algo do futuro da França. Muito curiosamente, ele previu que 1968 seria um ano cataclísmico.

Esse não é, contudo, o único tipo de matéria encontrado na *Circuit*. Há artigos sobre vinhos e vinicultura - o enxerto de videiras – e intermináveis explicações sobre o comércio de vinho. Há também declarações patrióticas que fazem eco ao tom tanto da *Vaincre* quanto dos comunicados emitidos pelos Comitês de Salvação Pública. Uma dessas declarações, por exemplo, assinada por Adrian Sevrette, afirma que não será possível encontrar solução para os problemas existentes.

...a não ser através de novos métodos e novos homens, pois a política está morta. O curioso é que os homens não querem reconhecer isso. Existe apenas uma questão: a organização econômica. Mas acaso existem ainda homens capazes de pensar a França, como durante a Ocupação, quando os patriotas e os combatentes da Resistência não se importavam com as tendências políticas de seus companheiros de luta?

E, em outro artigo:

Desejamos que os 1.500 exemplares da Circuit sejam um contato que acenda uma luz; desejamos que a voz dos patriotas possa transcender obstáculos como em 1940, quando eles deixaram a França invadida para vir bater à porta do gabinete do Líder da França Livre. Hoje, a situação é a mesma. Antes de tudo, somos franceses. Somos a força que luta de uma maneira ou de outra para construir uma França purificada e nova. Isso deve ser feito no mesmo espírito patriótico, com a mesma vontade e solidariedade de ação. Por isso apresentamos aqui o que declaramos ser uma antiga filosofia.

Segue-se um detalhado plano de governo para devolver à França o esplendor perdido. Ele insiste, por exemplo, na extinção dos departamentos e na restauração das províncias:

O departamento não passa do fruto de um sistema arbitrário, criado na época da Revolução, ditado e determinado pela época, segundo as exigências de locomoção (o cavalo). Hoje, já não representa nada. A província, ao contrário, é uma porção viva da França; é um vestígio intacto do nosso passado, a própria base em que tomou forma a existência da nossa nação; ela tem seu próprio folclore, seus costumes, seus monumentos, muitas vezes seus dialetos locais, que desejamos restaurar e promulgar. A província deve ter sua própria organização específica de defesa e administração, adaptada às suas necessidades específicas, dentro na unidade nacional.

O projeto que se segue é ordenado em nove tópicos: Conselho das Províncias; Conselho do Estado; Conselho Parlamentar; Impostos; Trabalho e Produção; Assistência Médica; Educação Nacional; Maioridade; Habitação e Escolas.

No entanto, a despeito dessas preocupações especificamente, e até obsessivamente, francesas, o sr. Plantard, em mais um artigo da *Circuit*, enfatiza um outro tema proclamado na *Vaincre*:

... a criação de uma Confederação de Países toma-se uma Confederação de Estados: os Estados Unidos da Euro-África, que representam economicamente (1) uma comunidade africana e europeia de intercâmbio baseada num mercado comum, e (2) a circulação da riqueza de modo a servir ao bem-estar de todos, sendo este o único fundamento estável em que a paz pode ser construída.

24

PODERES SECRETOS DE GRUPOS CLANDESTINOS

É lugar-comum que a política favorece estranhas alianças. Uma nação ou instituição que se vê sob pressão, lutando por seus objetivos ou mesmo por sua sobrevivência, fará alianças quando e onde for possível - e muitas vezes, se isso for conveniente, com nações ou instituições teoricamente inimigas. A História, em certo nível, é um compêndio de coalizões disparatadas, casamentos grotescamente descombinados. Na maior parte dos últimos setenta e tantos anos, a União Soviética foi percebida pelo Ocidente como uma ameaça e um adversário, potencial ou real; isso não impediu que houvesse um intervalo, entre 1941 e 1945, em que o Ocidente se uniu à União Soviética contra um inimigo que ambos percebiam como mais perigoso. Em escala menor, há muitos outros exemplos. Em 1982, a junta militar radicalmente anti-soviética da Argentina anunciou sua disposição de receber armas e equipamentos soviéticos para fazer guerra contra a Grã-Bretanha pela posse das ilhas Malvinas. Atualmente, na Guerra do Golfo, o Irã vitupera Israel e no entanto sabe-se que recebe armas desse país, porque Israel considera o Iraque uma ameaça potencialmente maior. Após seu encontro com Mikail Gorbachev em 1985, Ronald Reagan, reduzindo as relações internacionais ao nível da Disneylândia, como é típico dele, afirmou ter apontado o caminho pelo qual todos os povos do mundo, inclusive os dos Estados Unidos e União Soviética, se uniriam em face de uma invasão por outro planeta. Até Ronald Regan pode ter rasgos de lucidez. Confrontado com os violáceos comedores de gente de Sírio, a desferir raios mortais capazes de carbonizar o adversário, até Ian Paisley e Gerry Adams poderiam se convencer a unir suas forças (embora pessoalmente, diante da perspectiva dessa aliança, nós talvez nos inclinássemos a apoiar os comedores de gente).

Segundo todos os indícios que pudemos colher, bem como as informações que conseguimos do sr. Plantard, o Prieuré de Sion deseja os Estados Unidos da Europa em parte como um baluarte contra o império soviético, mas basicamente como um bloco de poder independente, um bloco de poder auto-suficiente e neutro, capaz de equilibrar a balança de poder entre a União Soviética e os Estados Unidos. Sob esse aspecto, a posição do Prieuré de Sion parece quase idêntica à da PanEuropa, a

organização pela unidade européia atualmente dirigida pelo dr. Oto de Habsburgo, que, como o Círculo Kreisau e outras entidades, usa como símbolo uma cruz celta dentro de um círculo. Ao mesmo tempo, outras organizações e instituições desejam uma Europa unida basicamente como baluarte contra o império soviético, buscando vinculá-la estreitamente aos Estados Unidos. Até que ponto cada um desses campos subordinará suas divergências com o outro às finalidades comuns? Até que ponto cada um fará concessões com o simples objetivo de chegar a uma Europa unida, dispondo-se a deixar a discussão das prioridades e lealdades para depois?

Na medida em que perseguia a idéia de uma Europa unida de algum tipo, ou de alguma maneira, o Prieuré de Sion deve necessariamente ter estabelecido contatos, e muito provavelmente acordos, com um espectro diversificado de outras organizações. Quando se tenta retraçar a história da idéia da Europa unida, encontra-se um emaranhado de alianças e casamentos de conveniência. Assim como a crise da Argélia induziu ex-combatentes da Resistência e veteranos da Forças Francesas Livres a se aliar a ex-oficiais de Vichy e colaboracionistas, assim também o sonho de uma Europa unida impeliu por vezes conservadores moderados ou democratas-cristãos a se unir temporariamente com grupos de direita muito mais ameaçadores, muito mais radicais e até "neonazistas". Não surpreende, portanto, que nossa investigação sobre o Prieuré de Sion nos tenha conduzido ao tenebroso território do pan-fleto assinado por "Cornelius" - o território em que "os bons moços", agindo com o que julgam ser as melhores intenções, demonstram estar trabalhando em estreita ligação com organizações como a P2.

O Movimento Europeu

Como vimos, a idéia dos Estados Unidos da Europa foi promovida durante a guerra pela *Vaincre* na França e pelo Círculo Kreisau de Helmut James von Moltke na Alemanha. Evidentemente, estas não foram as únicas fontes de apoio à idéia, nem as mais influentes. A idéia foi amplamente acatada em meio à Resistência francesa, por exemplo, especialmente em áreas de fronteira como as Ardenas, onde as lealdades nacionais dos indivíduos estavam muitas vezes divididas entre a França, a Bélgica, Luxemburgo e a Alemanha. A idéia foi entusiasticamente patrocinada por André Malraux, que, já em 1941, defendia "um *New Deal* europeu, uma Europa federal que excluísse a URRS". Foi defendida pelo marechal Alphonse Juin, que, como Malraux, haveria de entrar em grave conflito com De Gaulle a propósito da Argélia. Foi defendida por Georges Bidault, que, como chefe da OAS, na esteira da reviravolta de De Gaulle na Argélia, iria tramcar o assassinio do general. Foi patrocinada também por Winston Churchill, que, num discurso feito em 19 de setembro de 1946 na Universidade de Zurique, declarou: "Devemos construir uma espécie de Estados Unidos da Europa." Na verdade, já em outubro de 1942, Churchill escrevera ao British War Cabinet: "Por mais difícil que seja dizê-lo agora, acredito que a família européia pode agir em conjunto como uma unidade sob um Conselho da Europa. Aspiro aos Estados Unidos da Europa."

Terminada a Segunda Guerra Mundial, a Europa estava exausta, devastada e desiludida. Ao mesmo tempo os europeus, fossem quais fossem seus vínculos, sentiam que tinham sido unidos por aquela tragédia partilhada e coletiva - uma tragédia que cada vez mais parecia uma guerra civil em escala colossal. Para a Europa do após-guerra, a prioridade fundamental era evitar a todo custo mais um conflito como aquele, outra luta fratricida como aquela. Talvez o meio mais óbvio de assegurar isso fosse a unidade européia; e assim um apelo por essa unidade ergueu-se de uma multiplicidade de campos, os mais diversos.

No final de 1947, as várias pessoas e instituições empenhadas na unidade européia formaram, por iniciativa própria, um comitê para coordenar sua ação. Em maio de 1948, esse comitê já organizara um Congresso da Europa, semelhante ao conselho que Churchill advogara cinco anos e meio antes. Reunido em Haia, ele incluiu representantes de dezesseis países. O presidente de honra foi Winston Churchill. Um comunicado emitido na sessão final declarava: "Desejamos uma Europa unida em cujo território a livre circulação de pessoas, idéias e bens seja restaurada."

Pouco depois, foi criado o Movimento Europeu - um organismo não oficial, mas de caráter permanente, para perseguir e promover o ideal de uma Europa unida. Mais uma vez, Winston Churchill foi um dos presidentes de honra.

Em julho de 1948, Georges Bidault, então ministro das Relações Exteriores da França, tornou-se o primeiro membro de um governo a propor oficialmente a criação de um parlamento europeu. Bidault, ao lado de Jean Monnet, hoje considerado o pai da Comunidade Econômica Européia, e Robert Schuman, o antigo colaborador de Louis Le Fur, passaram a trabalhar em conjunto pelo que chamavam de uma "federação do Ocidente".

Outra figura de grande importância no movimento em prol da unidade européia foi um polonês, dr. Joseph Retinger. Desde os anos 20, Retinger atuara na defesa da unidade européia e, ao que parece, tinha tido contato tanto com Helmut James von Moltke, líder do Círculo Kreisau, quanto com Hans Adolf von Moltke, que se dissera membro da Alpha Galates. Durante a Segunda Guerra Mundial, Retinger esteve baseado na Inglaterra, tendo trabalhado de início como conselheiro político do general polonês Sikorski - que também parece ter estado ligado a Hans Adolf von Moltke quando este foi embaixador da Alemanha na Polônia. Em 1943, Retinger ingressou na Special Operations Executive britânica e, aos 56 anos, desceu de pára-quedas na Polônia como agente da SOE. Depois da guerra, voltou a assumir papel ativo na promoção da unidade européia. Em maio de 1948, ajudou a organizar o Congresso da Europa em Haia. Em julho do mesmo ano, viajou para os Estados Unidos com Winston Churchill, Duncan Sandys e o ex-primeiro-ministro da Bélgica, Paul-Henri Spaak, para angariar auxílio financeiro para o recém-criado Movimento Europeu. A viagem resultou na criação, em 29 de março de 1949, do American Committee on a United Europe [Comitê Americano por uma Europa Unida], ou ACUE. Com o ACUE, inaugurou-se um processo pelo qual sucessivas organizações empenhadas na luta pela unidade européia passaram a ser, na prática, controladas por órgãos americanos, empenhados na promoção de interesses americanos.

Assim foram lançadas as sementes para o crescimento de uma nebulosa subcultura subterrânea, em que sociedades secretas e semisecretas - religiosas, políticas e financeiras - logo começaram a florescer. No final dos anos 50, essa subcultura adquirira impulso próprio, envolvendo um ambiente que, embora invisível para o público em geral, começou a exercer influência cada vez mais difusa nos negócios públicos.

Manobras da CIA

O principal responsável pelo despertar do interesse americano nos movimentos em prol da união européia foi talvez o conde Richard Coudenhove-Kalergi, que fundara em 1922 a Pan-Europa, na forma da União Pan-Européia. Embora pouco tenha realizado no plano prático, a Pan-Europa foi uma organização prestigiosa no período entre as guerras. Entre seus membros incluíam-se várias figuras políticas respeitadas, como Léon Blum e Aristide Briand na França e Eduard Beness na Tchecoslováquia, bem como Winston Churchill. Dela participavam ainda Albert Einstein e luminares da cultura como Paul Valéry, Miguel de Unamuno, George Bernard Shaw e Thomas Mann.

Obrigado a sair da Áustria pela *Anschluss* alemã de 1938, Coudenhove-Kalergi fugiu para os Estados Unidos em 1940. Ali, empreendeu uma incansável campanha por seu ideal pan-europeu, insistindo em que a unidade européia devia ser uma prioridade da política dos Estados Unidos depois da guerra. Seus esforços serviram para convencer vários importantes políticos norte-americanos, como William Bullitt e os senadores Fulbright e Wheeler. Quando os Estados Unidos entraram na guerra, algumas das idéias de Coudenhove-Kalergi forneceram um esquema de ação. Esse esquema foi adotado como tal pelo OSS, o precursor da CIA.

O OSS, ou Office of Strategic Services [Agência de Serviços Estratégicos], foi criado nos moldes da M16* e da SOE britânicas, e com seu auxílio. Seu primeiro diretor foi o general William ("Wild Bill") Donovan. Depois da guerra, os agentes de Donovan constituiriam o núcleo da CIA. Um deles,

Allen Dulles, foi diretor da CIA de 1953 até 1961, quando a *débâcle* da Baía dos Porcos o obrigou a renunciar. Dulles, que durante a guerra estivera baseado na Suíça, mantinha os contatos que lá estabelecera com Helmut James von Moltke e o Círculo Kreisau.

Como diretor do OSS, William Donovan não tardou a perceber o valor potencial do Vaticano para operações de espionagem. Milhares de sacerdotes católicos se espalhavam pela Europa, em todos os países, todas as cidades, praticamente em cada aldeia e vilarejo. Milhares de sacerdotes católicos serviam também como capelães nas forças armadas de todas as nações em luta. Essa rede já estava engajada em atividades de espionagem, transmitindo grandes volume de informação ao departamento interno de informações do próprio Vaticano. Um dos quatro chefes de setor do serviço de informações do Vaticano era o monsenhor Giovanni Montini - mais tarde, papa Paulo VI. Diante disso, Donovan empenhou-se em estabelecer laços estreitos com o Vaticano.

Pouco depois da entrada dos Estados Unidos na guerra, Donovan promoveu uma aliança com o padre Felix Morlion, fundador de um serviço de informações católico europeu chamado Pro Deo [Por Deus], com sede em Lisboa. Sob os auspícios de Donovan, o Pro Deo transferiu seu quartel-general para Nova York e passou a ter suas atividades financiadas pelo OSS. Em 1944, quando Roma foi libertada, Donovan e o padre Morlion conseguiram instalar o Pro Deo no próprio Vaticano. Ali, o serviço estava particularmente bem-situado para obter informações de sacerdotes católicos que tinham estado ou ainda estavam na Alemanha ou com as forças armadas alemãs. Os jesuítas, com sua formação sofisticada, disciplina rigorosa e organização coesa, mostravam-se uma fonte de informações especialmente valiosa.

No período que se seguiu à guerra, os Estados Unidos se apressaram em tirar proveito do aparelho montado por Donovan, particularmente na Itália. Em 1948, com as eleições italianas marcadas, a recém-criada CIA lançou-se num complexo de operações clandestinas para impedir qualquer possibilidade de uma vitória comunista. Sob os auspícios de James Angleton, ex-chefe do posto do OSS em Roma e mais tarde chefe de contra-informação da CIA, milhões de dólares foram secretamente canalizados para os democratas-cristãos, enquanto verbas adicionais eram despejadas nos jornais e outros veículos de propaganda. Esse procedimento foi também muito útil na França.

Como foi dito acima, a viagem do dr. Joseph Retinger aos Estados Unidos no interesse do Movimento Europeu levou à criação, em 29 de março de 1949, do Comitê Americano por uma Europa Unida, ou ACUE. Seu conselho era presidido por William Donovan. O vice-presidente era o ex-chefe do posto do OSS na Suíça, Allen Dulles. O secretário era George S. Franklin, também diretor do Private Council on Foreign Relations [Conselho Privado de Relações Exteriores], que mais tarde se tornou coordenador da Comissão Trilateral. O diretorexecutivo do ACUE era Thomas Braden, na época chefe do Departamento de Organizações Internacionais da CIA. Sob os auspícios desses homens, o ACUE decidiu financiar o Movimento Europeu de Joseph Retinger. Verbas oriundas do Departamento de Estado norte-americano foram discretamente canalizadas para o quartel-general do Movimento Europeu, em Bruxelas. Com a expansão da influência da União Soviética na Europa oriental, teve início a "Guerra Fria". Concebido originalmente para promover a unidade européia, o Movimento Europeu foi-se limitando gradualmente a auxiliar na construção de um "baluarte contra o comunismo" - e isso gerou uma atmosfera propícia ao surgimento de organizações clandestinas.

Agora parcialmente financiado pela CIA, Joseph Retinger e outros membros do Movimento Europeu estabeleceram ligações com o príncipe Bernhard, dos Países Baixos, com o primeiro-ministro italiano e com *sir* Colin Gubbins, ex-diretor da SOE britânica. Juntamente com o então diretor da CIA, general Walter Bedell Smith, esse grupo criou um *think tank*, ou conselho consultor, que se reuniu pela primeira vez em maio de 1954 no Hotel de Bilderberg, na cidade alemã de Oosterbeek. Assim nasceram as Conferências de Bilderberg.

Nesse ínterim, a CIA estivera atuando também por iniciativa própria, dando início a um amplo programa de ações secretas de apoio a qualquer instituição que pudesse ajudar na consolidação do "baluarte contra o comunismo". Líderes e partidos políticos, grupos de pressão, sindicatos, jornais e

editoras eram todos pesadamente subsidiados, desde que sua orientação fosse suficientemente pró-ocidental e anticomunista. Consta que, na década de 1950, a cada ano 20 a 30 milhões de dólares em média foram gastos na Itália em apoio a atividades culturais, organizações de jovens, iniciativas editoriais e grupos católicos de um tipo ou outro. Projetos patrocinados pela Igreja, inclusive missões e orfanatos, foram muitas vezes co-financiados pela CIA. Essa agência distribuía dinheiro entre muitos bispos e monsenhores, entre os quais o futuro papa Paulo VI. E, evidentemente, o Partido Democrata Cristão da Itália continuou sendo foco de uma atenção especial. Na verdade, em 1919 Giorgio Montini, pai do futuro papa Paulo VI, fora co-fundador do que veio a se chamar Partido Democrata Cristão, partido pelo qual, aliás, seu irmão mais velho foi senador.

O Movimento Europeu do dr. Joseph Retinger, patrocinado pela CIA, era também ativo na Itália, ajudando a consolidar os laços entre a agência norte-americana de informações e o Vaticano. Retinger contava com o apoio do dr. Luigi Gedda, seu velho amigo pessoal, que além de médico conselheiro do papa Pio XII era chefe da Azione Cattolica, ou Ação Católica, o poder subjacente ao Partido Democrata Cristão. Por meio de Gedda, Retinger pôde também angariar os serviços do futuro para Paulo VI, e assim a Ação Católica tornou-se uma privilegiada destinatária de fundos da CIA.

A relação entre a CIA e o Vaticano estreitou-se em 1963, quando o papa João XXIII morreu, sucedendo-lhe Paulo VI, anteriormente Giovanni Montini, arcebispo de Milão. Como observamos antes, Montini já estava ligado à agência e já recebia fundos dela. Ainda durante a guerra, havia trabalhado com os serviços de espionagem dos Estados Unidos, passando informações do Vaticano para o OSS e vice-versa. Após a guerra, como arcebispo de Milão, entregou à CIA abrangentes dossiês sobre sacerdotes politicamente atuantes. Estes viriam a ser usados para influenciar as eleições italianas de 1960.

A relação entre o Vaticano e a CIA perdura até hoje. Segundo Gordon Thomas e Max Gordon- Wits, em novembro de 1978 houve um encontro privado entre o papa João Paulo II e o chefe do posto da CIA em Roma. Em decorrência desse encontro, chegou-se a um acordo pelo qual o Papa receberia regularmente, todas as semanas, informes da CIA. O que a CIA recebeu em troca não foi especificado, mas não é difícil adivinhar.

Outro dos mais influentes aliados da CIA dentro da Igreja foi o cardeal Fralclis Spellman, de Nova York. Em 1954, ele trabalhou diretamente para a CIA na Guatemala, ajudando a preparar ali um golpe orquestrado pela própria agência. Mas Spellman estava também profundamente envolvido em questões italianas. Desempenhou papel decisivo na obtenção de grandes somas de dinheiro sujo para uso da Igreja Católica. Era intimamente ligado a Bernardino Nogara, o cérebro por trás do Banco do Vaticano, e com o conde Enrico Galeazzi, que, ao lado de Michele Sindona, cuidava dos investimentos e das finanças do Vaticano no início dos anos 60. E foi o cardeal Spellman quem, em 1963, primeiro chamou a atenção do Papa para o padre Paul Marcinkus, de Chicago. Em 1971, Marcinkus, já na condição de bispo, era diretor do Banco do Vaticano, amigo íntimo de membros da P2, como Michele Sindona e Robert Calvi e, ao que se afirma, membro ele próprio da P2.

As origens da loja maçônica P2 são obscuras, mas acredita-se que ela tenha-se formado no início dos anos 60. Quaisquer que tenham sido suas prioridades e objetivos originais, seu grão-mestre Licio Gelli, de ultradireita, logo a inseriu na falange dos grupos e organizações que formavam o "baluarte contra o comunismo". Alguns de seus membros recebiam generosos subsídios da CIA. E, por intermédio de indivíduos como Calvi e Sindona, a P2 fornecia um instrumento para fazer chegar a instituições anticomunistas na Europa e na América Latina verbas tanto do Vaticano quanto da CIA. Calvi afirmou também que ele pessoalmente conseguira transferir 20 milhões de dólares do Vaticano para o Solidariedade na Polônia, embora se acredite que a soma total enviada ao Solidariedade tenha ultrapassado 100 milhões de dólares. Antes de ser condenado à morte, Michele Sindona era não só financista da P2 como também conselheiro do Vaticano para assuntos de investimento, ajudando a Igreja a vender ativos seus e reinvestir nos Estados Unidos. Os serviços de Sindona para a CIA incluíam a transferência de verbas para "amigos" na Iugoslávia, bem como aos coronéis gregos, antes

que tomassem o poder em 1967. Sindona canalizou também milhões de dólares para os fundos do Partido Democrata Cristão da Itália.

Em 1981, quando a existência da P2 foi manchete internacional pela primeira vez, o escândalo em torno da sua influência nos escalões mais altos do governo, da polícia e das finanças ficou basicamente limitado à Itália. No entanto, segundo David Yallop,

... ainda há ramificações em atividade na Argentina, Venezuela, Paraguai, Bolívia, França, Portugal e Nicarágua. Há também membros ativos na Suíça e nos Estados Unidos. A P2 está ligada com a Máfia na Itália, em Cuba e nos Estados Unidos. Está ligada com vários regimes militares da América Latina e com diversos grupos neofascistas. Está também intimamente ligada à CIA. Penetra até o cerne do Vaticano. Ao que parece, o interesse comum central de todos esses elementos é o ódio e o temor ao comunismo.

Atualmente, é do conhecimento geral que a P2, por mais influente e poderosa que possa ter sido, era (e provavelmente ainda é) controlada por um poder ainda mais alto, mais nebuloso, que lhe transmite suas instruções por meio de Licio Gelli, o grão-mestre da Ordem. Segundo uma comissão parlamentar italiana, a organização por trás da P2 situa-se "além das fronteiras da Itália".] Fizeram-se muitas especulações, mais ou menos plausíveis, sobre essa organização. Alguns a identificaram com a Máfia americana. Alguns sugeriram a KGB ou alguma outra agência de informações da Europa oriental. Alguns sugeriram até o Priuré de Sion. Em 1979, no entanto, um egresso da P2 - um jornalista chamado Mino Pecorelli - acusou a CIA. Dois meses depois de fazer essa acusação, Pecorelli foi assassinado.

Em março de 1981, a polícia italiana invadiu a *villa* de Licio Gelli. Descobriu extensas listas dos membros da loja. Descobriu também um fichário dos arquivos de Licio Gelli - embora os próprios arquivos tivessem desaparecido, sendo aparentemente mais importantes que as listas de membros. Alguns dos tópicos do fichário foram publicados nos jornais italianos. Incluía a Opus Dei. Incluía Giulio Andreotti, ex-ministro das Relações Exteriores da Itália e apontado, num documento que recebemos, como membro do Priuré de Sion. Incluía também a organização oficialmente conhecida como Ordem Soberana e Militar do Templo de Jerusalém - isto é, a organização que se proclama hoje descendente em linha direta dos cavaleiros Templários.

A Ordem dos Cavaleiros

A Ordem Soberana e Militar do Templo de Jerusalém, em sua forma atual, data de 1804, quando se anunciou publicamente e foi oficialmente reconhecida por várias outras instituições. Ela reivindica, contudo, uma linhagem muito mais antiga. Segundo o que a própria Ordem afirma, Jacques de Molay, o último grão-mestre dos Templários, deixou, quando de sua execução em 1314, um carta designando seu sucessor. Embora oficialmente dissolvidos pelo papado, os Templários se teriam perpetuado através dos séculos, em obediência aos termos dessa carta. A autenticidade desse documento continua gerando controvérsias entre os historiadores, embora haja certo corpo de provas a seu favor. A questão nunca assumiu maior importância porque a Ordem Soberana e Militar jamais reivindicou explicitamente qualquer tipo de poder, nem procurou ativamente recuperar as prerrogativas, privilégios e posses dos cavaleiros que proclama serem seus predecessores. Atualmente, ela se dedica sobretudo a pesquisas de antiguidades e obras de caridade. Seus procedimentos internos lembram, por vezes, certos ritos da franco-maçonaria, por vezes os de outras ordens heráldicas, como as do Velocino de Ouro, do Santo Sepulcro e de São Maurício. Seu grão-mestre atual é o conde português Antônio de Fontes.

Em 1982, tivemos o primeiro de vários encontros com um funcionário da Ordem Soberana e Militar do Templo. Ao longo de nossas conversas, ele nos descreveu a luta de facções e o cisma que, na

última década, reinara na instituição que ele representava. Uma facção dos membros havia-se desligado da Ordem para formar sua própria ordem neo-Templária na Suíça. Essa facção, por sua vez, gerara mais uma dissidência, que, sob a liderança de Anton Zapelli, adotara um perfil novo e mais conspícuo e um programa mais agressivo. O quartel-general de Zapelli era também na Suíça - em Sion. Consta que, entre os membros da organização de Zapelli, havia várias pessoas ligadas à Grã-Loja Alpina, da Suíça, cujo nome aparecera anteriormente em alguns documentos do Prieuré de Sion. Nada disso teria qualquer interesse particular para nós, não fosse pelo fato de que já tínhamos encontrado o nome de Zapelli em outro contexto. Em 1979, na nossa primeira tentativa de entrar em contato com o Prieuré de Sion e com o sr. Plantard, um informante em Paris o tinha mencionado. Nessa ocasião, Zapelli fora apontado como o verdadeiro poder por trás do Prieuré de Sion - embora essa afirmação possa certamente ter sido fruto de simples confusão, já que a organização templária de Zapelli tinha sede em Sion e se intitulava Grand Prieuré de Suisse.

Impressionados com o reaparecimento do nome de Zapelli em conexão com a Ordem Soberana e Militar do Templo, aventamos a possibilidade de ele estar de fato relacionado ao Prieuré. O representante da Ordem Soberana e Militar não sabia. Tinha conhecimento, disse, do Prieuré de Sion. Dentro da sua própria organização, o Prieuré de Sion era conhecido por sua atuação na Resistência francesa durante a guerra. Não tinha nenhum conhecimento, porém, de qualquer ligação que Zapelli pudesse ter com essa Ordem. Na verdade, declarou, ficaria muito grato se conseguíssemos descobrir e o informássemos. Parecia temer que o Prieuré, trabalhando através de Zapelli, pudesse talvez estar tentando assumir o controle da sua própria Ordem.

Quando perguntamos ao sr. Plantard se conhecia Zapelli, ele se limitou a dar um sorriso enigmático, dizendo: "Conheço todo mundo." Mais tarde, contudo, chegou a nós um documento destinado a circular dentro da organização de Zapelli. Nele se destacavam dois temas de interesse fundamental. Um eram negócios bancários e finanças internacionais. Ao que parecia, em 1982 a organização de Zapelli fundara seu próprio banco ou "sociedade de participação mútua". O outro tema de importância capital era a Europa unida e "o papel dos Templários modernos na unificação da Europa". Os Templários originais, afirmava o documento de Zapelli, tinham-se empenhado em criar uma Europa unida. Seus sucessores atuais viam-se agora compelidos a emergir da sombra, a se dedicar a algo mais importante que meras antiguidades, envolver-se na política, trabalhar pela unidade européia e promover "o conceito europeu". A estrutura defendida por Zapelli era, em linhas gerais, similar à da Confederação Suíça. A Europa era definida como se estendendo do Atlântico e do Mediterrâneo até os Urais.

Não encontramos qualquer prova confiável que ligasse Zapelli ao Prieuré de Sion. Tampouco encontramos prova de ligação entre Zapelli e Licio Gelli ou outros membros da P2. Como estes, contudo, ele parece mover-se numa espécie de região penumbrosa, em que sociedades secretas se misturam às altas finanças e à política pan-européia, em que as fronteiras nacionais não constituem obstáculo e em que não vigora nenhuma regra legal definida. Resta ainda o fato de que o índice dos arquivos de Licio Gelli revela que a P2 tem algum interesse na Ordem Soberana e Militar do Templo.

O papel preciso e o poder efetivo dos Templários de hoje permanecem duvidosos. Por outro lado, há uma outra organização, historicamente relacionada de maneira muito estreita com os Templários, cujo papel e poder são muito mais amplamente documentados e tangíveis. Trata-se da organização que foi tradicionalmente rival dos Templários: a dos cavaleiros Hospitalários de São João - ou, como hoje é conhecida a sua principal ramificação, a Soberana Ordem Militar de Malta.

A Ordem de São João teve origem em um hospital dedicado a São João, fundado em Jerusalém por mercadores italianos por volta de 1070, cerca de trinta anos antes da Primeira Cruzada, com a finalidade de servir aos peregrinos. Parece ter-se constituído oficialmente como ordem por volta de 1100, logo após a Primeira Cruzada, quando teve seu primeiro grão-mestre. Os Hospitalários são portanto anteriores aos Templários, mas de início não estavam envolvidos em atividades militares,

limitando-se ao trabalho do hospital. Em 1126, contudo, cerca de oito anos depois que os Templários apareceram publicamente em cena, os Cavaleiros de São João já começavam a assumir um caráter cada vez mais militar, que logo iria eclipsar, embora não suplantando inteiramente, seus serviços hospitalares. Nos anos que se seguiram, passam a representar, juntamente com os Templários e mais tarde com os Cavaleiros Teutônicos, o maior poder militar e financeiro na Terra Santa, e um dos maiores em toda a cristandade. Como os Templários, os Hospitalários tornaram-se imensamente ricos. Sua ordem transformou-se numa vasta estrutura militar, eclesiástica e administrativa, com centenas de cavaleiros, um exército permanente, numerosos serviços subsidiários, uma rede de castelos e fortalezas e enormes extensões de terra, não só na Palestina como em todo o mundo cristão. Ao mesmo tempo, a Ordem permaneceu fiel às suas origens hospitalares, mantendo hospitais bem administrados e limpos, onde seus próprios médicos atendiam.

Em 1307, os Templários foram acusados de uma lista de ofensas contra a ortodoxia católica, e em 1314 já tinham sido oficialmente extintos. Entre 1309 e sua secularização em 1525, os Cavaleiros Teutônicos sofreram periodicamente acusações semelhantes - embora seu teatro básico de operações, na Prússia e ao longo da costa báltica, os pusesse fora do alcance de qualquer autoridade disposta a atacá-los. Em contrapartida, os Cavaleiros Hospitalários de São João nunca incorreram nesse tipo de estigma. Continuaram a gozar das boas graças do papado. Na Inglaterra e, em menor grau, em outros países, terras antes pertencentes aos Templários lhes foram transferidas.

Após a queda da Terra Santa em 1291, os Cavaleiros de São João recolheram-se durante algum tempo em Chipre. Depois, em 1309, estabeleceram sua sede e quartel-general na ilha de Rodes, que governavam como um principado exclusivo. Ali permaneceram por mais de dois séculos, resistindo a dois grandes cercos dos turcos. Finalmente, em 1522, um terceiro cerco forçou-os a abandonar a ilha e, em 1530, eles se instalaram em Malta. Em 1565, Malta foi por sua vez sitiada pelos turcos numa das operações mais audaciosas da história militar. Numa defesa épica, 541 Cavaleiros Hospitalários e sargentos, auxiliados por uma guarnição de cerca de 9 mil soldados montados e fortemente armados, repeliram os repetidos ataques de algo entre 30 e 40 mil homens. Seis anos mais tarde, em 1571, a esquadra da Ordem, juntamente com navios de guerra da Áustria, Itália e Espanha, obteve uma vitória decisiva na Batalha naval de Lepanto, dizimando definitivamente o poderio marítimo dos turcos no Mediterrâneo.

Os cercos de Rodes e Malta e a Batalha de Lepanto foram os pontos altos da história dos Hospitalários, sobrepujando até mesmo suas façanhas na Terra Santa durante as Cruzadas. Em meados do século XVI, eles ainda constituíam uma das maiores potências militares e navais do mundo cristão, com força e recursos financeiros comparáveis aos da maioria dos reinos. As sementes do declínio, porém, já haviam sido plantadas. Na Alemanha, Suíça, Holanda, Escócia e Inglaterra, a Reforma protestante começara a quebrar a unidade da Europa católica; e as fissuras que surgiam por toda a cristandade ocidental eram espelhadas, em microcosmo, dentro da Ordem de São João. Os membros ingleses e alemães da Ordem abandonaram e criaram suas próprias instituições. No século XVII, os cavaleiros que ainda residiam em Malta tinham sido deixados para trás pela maré da história, formando um fervoroso enclave ainda apegado a preceitos cavaleirosos obsoletos, enquanto o resto da Europa avançava para a nova era do mercantilismo, da industrialização e da hegemonia das classes médias.

Em 1798, no entanto, os cavaleiros continuavam em Malta, ainda que reduzidos à condição de um esquisito anacronismo, impotentes e dirigidos por um grão-mestre inepto, cuja fidelidade ao catolicismo estava corroída pela franco-maçonaria. Foi então que Napoleão varreu o Mediterrâneo a caminho da sua desastrosa campanha no Egito. Os cavaleiros, que outrora tinham sido capazes de resistir aos turcos por quase dois séculos e meio, estavam agora incapazes de oferecer resistência. Foram sumariamente expulsos por Napoleão, que reivindicou Malta para a França, só para perdê-la de novo para a esquadra britânica comandada por Horatio Nelson. Para a Ordem de São João, seguiu-

se um período confuso. Finalmente, em 1834, os cavaleiros puderam implantar uma nova base para si em Roma. Apesar da perda de sua ilha pátria, adotaram o título de Ordem de Malta para se distinguir das ordens protestantes de São João que então começavam a se formar na Inglaterra e na Alemanha. Voltaram a se dedicar ao trabalho hospitalar, o que, nos 150 anos seguintes, lhes valeu crescente prestígio. Logo após a Segunda Guerra Mundial, antes da criação do Estado de Israel, chegou-se até a falar da entrega da soberania sobre Jerusalém aos Cavaleiros de Malta.

Em 1979, a Ordem contava 9.562 cavaleiros plenos, dos quais cerca de mil eram norte-americanos e mais de 3 mil italianos.¹⁷ Atualmente, do seu quartel-general no Palazzo Malta, na Via Condotti, em Roma, os Cavaleiros de Malta mantêm uma organização hospitalar de abrangência mundial. Há um setor de primeiros socorros para atuar em casos de catástrofes naturais. Hospitais e leprosários dirigidos pela ordem distribuem-se por vários países. E, como as ordens protestantes congêneres de São João na Grã-Bretanha, Alemanha, Holanda e Suécia, a dos Cavaleiros de Malta tem seu próprio serviço de ambulâncias. Na Irlanda do Norte, as ambulâncias da ordem inglesa de São João e as dos Cavaleiros de Malta estão nas ruas ao mesmo tempo, atendendo às necessidades dos respectivos credos e comunidades.

Pelas normas do direito internacional, a condição atual dos Cavaleiros de Malta é a de um principado soberano independente.¹⁸ O grão-mestre é reconhecido como chefe de Estado, com posição secular equivalente à de um príncipe e posição eclesiástica correspondente à de um cardeal. A Ordem mantém relações diplomáticas formais com vários países, especialmente na África e na América Latina, e seus representantes nesses países gozam dos privilégios diplomáticos de praxe. Os graus mais elevados da Ordem mantêm-se até hoje fastidiosamente aristocráticos. Os cavaleiros mais graduados têm de exibir um brasão de pelo menos trezentos anos, em sucessão patrilinear ininterrupta.

Como já terá ficado evidente, a Ordem de Malta do século XX é idealmente talhada para o trabalho de espionagem. Sua rede de membros é internacional e bem organizada ao mesmo tempo. Seus hospitais e serviços médicos freqüentemente a situam estrategicamente em locais críticos - como a Irlanda do Norte. Seus membros incluem de pessoal médico e motoristas de ambulância a importantes figuras da política, dos negócios e das finanças, que têm acesso a esferas em que sacerdotes comuns não penetrariam. Conseqüentemente, os Cavaleiros de Malta se associaram estreitamente ao serviço de informações do próprio Vaticano. A Ordem parece não ter sido hostil a tal associação. Ao contrário, parece ter visto com bons olhos a oportunidade de retomar, num nível clandestino, o papel que começara a desempenhar pela primeira vez no século XII - o de ponta-de-lança de uma cruzada.

Acredita-se hoje que a Ordem de Malta é um dos principais canais de comunicação entre o Vaticano e a CIA. Há amplos indícios para tal asserção. Em 1946, James Angleton - ex-membro do OSS e então chefe do posto da CIA em Roma, que através de sua agência canalizou milhares de dólares para os democratas-cristãos italianos - recebeu uma condecoração da Ordem de Malta por trabalhos de contra-informação. Igualmente condecorado foi Luigi Gedda, o chefe do grupo chamado Ação Católica, que serviu de elo entre a CIA, o Movimento Europeu de Joseph Retinger e o futuro papa Paulo VI. Em 1948, os Cavaleiros de Malta conferiram sua mais elevada condecoração, a Grã-Cruz do Mérito, ao general Reinhard Gehlen, chefe do serviço secreto da Alemanha Ocidental, que na época era praticamente um departamento da CIA. Anteriormente, Gehlen tinha comandado os serviços de informação de Hitler para a Rússia. Vemos assim que desde fins da década de 1940 a Ordem de Malta já se envolvia na guerra secreta contra o comunismo que começava a se intensificar por toda a Europa.

O trabalho da Ordem no plano da informação deve ter sido naturalmente facilitado pela presença em suas fileiras de alguns funcionários norte-americanos de alto escalão. À medida que a Guerra Fria se intensificava, o contingente norte-americano da Ordem cresceu consideravelmente. A mais influente figura desse contingente foi, mais uma vez, o cardeal Francis Spellman, de Nova York - que havia trabalhado para a CIA na Guatemala e cuja rede de colaboradores pessoais levava diretamente à P2.

Spellman tornou-se "Protetor e Conselheiro Espiritual" dos cavaleiros americanos. Tornou-se também, de fato, seu chefe. Nessa condição, angariou fabulosas somas de dinheiro, uma vez que cada cavaleiro instituído a cada ano devia pagar 10 mil dólares como taxa de alistamento. Afirmou-se que somente uma parcela desse dinheiro foi um dia remetida para a Ordem em Roma, tendo sido a maior parte desviada para outros fins. Spellman estava associado também a um cardeal que, nos anos 50, fez uma tentativa de pôr a Ordem a serviço de seus próprios objetivos políticos.

Não é raro que diretores da CIA sejam cavaleiros de Malta. John McCone, por exemplo, foi um deles. O atual diretor da agência, William Casey, também. Consta que o ex-diretor William Colby foi convidado para ingressar na Ordem, mas teria declinado com as seguintes palavras: "Sou muito precavido." 22 Entre os membros da Ordem atualmente incluem-se William Wilson (embaixador dos Estados Unidos no Vaticano), Clare Boothe Luce (ex-embaixador dos Estados Unidos na Itália), George Rocca (ex-subchefe de contra-informações da CIA) e Alexander Haig.

Mas não é apenas nessas prestigiosas esferas dos Estados Unidos que a Ordem recruta seus membros. Licio Gelli, grão-mestre da P2, está ligado à Ordem, provavelmente como cavaleiro, embora isso não possa ser confirmado no momento. No entanto, o colaborador mais próximo de Gelli, Umberto Ortolani, é cavaleiro de Malta e serviu como embaixador da Ordem no Uruguai, onde foi dono de um banco. Também cavaleiros são Alexandre de Marenches (ex-chefe do serviço francês de informações), os generais Lorenzo e Allavena (ex-chefes do Serviço Secreto Italiano), o general Giuseppe Santovito (ex -chefe do serviço militar de informações italiano) e o almirante Giovanni Torrisi (chefe do Estado-Maior italiano). Os três últimos foram também membros da P2.

Evidentemente, seria equivocado e injusto ver a Ordem de Malta como mero "instrumento da CIA». A ordem continua sendo uma instituição autônoma, empenhada em trabalhos filantrópicos e diplomáticos próprios, em grande parte louváveis. Existe, contudo, um convincente conjunto de provas que atesta seu envolvimento em atividades de informação. Parte dessa atividade nem sequer decorre necessariamente da linha de ação oficial da ordem. Assim, por exemplo, um cardeal e um alto funcionário da área de informação que por acaso sejam cavaleiros podem se encontrar num ou noutro serviço social da Ordem. Um pode apresentar o outro a um banqueiro influente ou a um político destacado. Desse modo, um projeto pode ser implementado e coordenado no mais alto nível, sem diretrizes oficiais, sem instruções por escrito ou procedimentos formais que poderiam em última análise exigir prestação de contas. Não haveria nenhuma escrituração reveladora para ser descoberta mais tarde - escrituração que muitas vezes pode ser comprometedor e que é notoriamente difícil eliminar sem deixar vestígios. Assim como as lojas da maçonaria, a Ordem de Malta, por sua própria natureza, conduz a processos desse tipo. Funciona, de fato, como um canal ideal. E a sua margem de manobra é ampliada pelo seu prestígio diplomático, seu perfil relativamente discreto, sua rede internacional e o respeito gerado por suas atividades humanitárias.

A situação atual na América Central é considerada por alguns comentaristas indicativa do modo com a Ordem de Malta pode ser utilizada - indicativa, na verdade, do modo como qualquer organização do gênero pode ser subordinada aos objetivos desta ou daquela ideologia política. O atual chefe da Ordem nos Estados Unidos é um destacado homem de negócios, J. Peter Grace. Antes de 1971, Grace estava ligado à Radio Liberty e à Radio Free Europe, ambas fundadas por Reinhard Gehlen e financiadas pela CIA. Hoje, Grace - entre cujos auxiliares está um outro cavaleiro de Malta, William Simon, ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos - dirige uma organização chamada Americares, cujo conselho diretor preside. Um objetivo básico da Americares é levantar dinheiro para auxílio à América Central. A agência encarregada de distribuir esse auxílio é a Ordem de Malta, trabalhando através de suas ramificações em El Salvador, Guatemala e Honduras.

Ao mesmo tempo, a Americares parece ter alguns interesses em comum com a World Anti-Communist League (Liga Anticomunista Mundial), hoje dirigida pelo ex-general-de-divisão John Singlaub, afastado em 1978 por desafiar o presidente. Quando a Casa Branca fracassou na tentativa de obter o apoio do Congresso para financiar os *contras* na Nicarágua, Ronald Reagan obteve o apoio

da World AntiCommunist League e de outras entidades. A organização de Singlaub passou a fornecer abertamente aos *contras* dinheiro e implementos. Jornalistas americanos indagaram legitimamente que proporção desse dinheiro e implementos é na verdade fornecida pela Americares de Peter Grace e distribuída através dos Cavaleiros de Malta. Se essa colaboração existe em alguma medida, resta perguntar se Grace e a Americares estão simplesmente explorando os Cavaleiros de Malta, ou se a Ordem está envolvida como um todo, por força das suas próprias diretrizes.

o fator desconhecido

No nosso encontro com o sr. Plantard em outubro de 1984 - quando, sem que soubéssemos disso naquele momento, ele não estava mais falando como grão-mestre do Prieuré de Sion - a Ordem de Malta foi mencionada. O Prieuré de Sion, disse o sr. Plantard - com uma ponta de ressentimento, ao que nos pareceu -, contava alguns Cavaleiros de Malta entre seus membros. Isso não nos pareceu muito surpreendente. Àquela altura, já havíamos descoberto que os Cavaleiros de Malta pareciam estar em toda parte. Por que não também no Prieuré de Sion? De fato, o padre François Ducaud-Bourget - que era publicamente apresentado como tendo sido grão-mestre do Prieuré de Sion e patrocinara o ingresso do sr. Plantard na Ordem, segundo declaração do próprio - fora, de 20 de setembro de 1947 a 18 de novembro de 1961, capelão dos Cavaleiros de Malta. Dada a ligação dos Cavaleiros com o OSS durante a guerra, esse papel parecia perfeitamente condizente com as atividades do padre em prol da Resistência francesa - mesmo quando estava baseado em Paris, conseguia fornecer armas a grupos desta, feito recompensado após a guerra com uma medalha da Resistência.

A imprensa francesa, num breve artigo sobre a eleição do sr. Plantard como grão-mestre em 1981, afirmara: "Os 121 altos dignitários do Prieuré de Sion são todos eminências pardas das altas finanças e de organizações internacionais políticas ou filosóficas." Algo muito parecido podia sem dúvida ser dito sobre os Cavaleiros de Malta. Em virtude da natureza intrínseca das duas ordens, seria de esperar que ambas atuassem praticamente na mesma esfera, o submundo penumbroso para o qual convergem a política, as finanças, a religião e o trabalho de várias agências de informação. Não havia dúvida, também, de que a Ordem de Malta e o Prieuré de Sion tinham certos interesses e certos objetivos em comum. Ambas as ordens, embora talvez por razões diferentes e com prioridades diversas, pareciam empenhadas na criação de algum tipo de Estados Unidos da Europa. E, se admitíssemos a autenticidade da linhagem do Prieuré, as histórias de ambas tinham sido estreitamente entrelaçadas. Ambas reivindicavam uma herança que remontava às Cruzadas, e por força dessa herança seus caminhos se teriam cruzado em vários pontos ao longo dos séculos seguintes. Ambas eram explicitamente instituições da neocavalaria, e seria de se esperar que uma ocupasse lugar de destaque nos arquivos da outra. Seria de se esperar que uma tivesse antiga familiaridade com a outra e, provavelmente, considerável conhecimento dos segredos da outra. Esse passado partilhado teria, por si só, criado inevitavelmente algum vínculo entre elas.

Ao mesmo tempo, deve ter havido alguns pontos cruciais de disputa entre as duas ordens. Os Cavaleiros de Malta tinham-se mantido sempre inabalavelmente leais ao papado e à Igreja Católica, e essa lealdade persiste até hoje. O Prieuré, por outro lado, se apresentava tradicionalmente como hostil ao Vaticano e, de fato, parecia ter um papado próprio, alternativo. Além disso, na qualidade de guardião de uma linhagem descendente da Casa de Davi através de Jesus ou de sua família, o Prieuré tendia naturalmente a ser percebido como inimigo pela Igreja. Suas respectivas posições em face de Roma, portanto, situariam necessariamente o Prieuré e a Ordem de Malta como adversários.

Era possível também que houvesse uma disputa entre as duas ordens em torno de prioridades e palcos de operação atuais. Pelo menos na concepção do sr. Plantard, a esfera própria de interesse do Prieuré parecia residir basicamente na Europa. Embora os Cavaleiros de Malta conservassem obviamente um interesse vital pela Europa, ultimamente grande parte de sua energia - como a da Opus Dei, da P2 e da CIA - fora desviada para a América Latina. Pelo menos em certo sentido, os Cavaleiros de Malta tinham sido parcialmente cooptados pela CIA. Se o Prieuré de Sion incluía em suas fileiras alguns

cavaleiros de Malta, não temeria cair por sua vez no controle deles? Quem sabe o sr. Plantard se teria deixado perturbar, talvez a ponto de optar pela renúncia, por elementos de dentro da Ordem que defendiam um desvio da atenção da Europa para a América Latina? E quem sabe esses elementos, que talvez incluíssem alguns Cavaleiros de Malta, constituiriam o tal "contingente anglo-americano" a que o sr. Plantard culpara pela geração de dissensões nas fileiras do Prieuré?

Fosse isso verdade ou não, restava um outro grande ponto de divergência entre o Prieuré de Sion e a Ordem de Malta: o maço de pergaminhos encontrados por Bérenger Sauniere em Rennes-le-Château em 1891. Na medida em que fossem ser comprometedores para o papado, tendo talvez até ajudado o Prieuré na sua luta clandestina com o Vaticano, esses pergaminhos seriam do interesse dos Cavaleiros de Malta. Segundo declarações do próprio Prieuré, os pergaminhos em questão tinham sido obtidos e trazidos para a Inglaterra "por meio de fraude" e ido parar nos arquivos dos Cavaleiros de Malta.

Na tentativa de seguir a pista dos pergaminhos de Sauniere, nós nos tínhamos encontrado num desnorteante labirinto de fraudes, pistas falsas, documentos falsificados, assinaturas forjadas e desinformação cuidadosamente disseminada. Tínhamos chegado à inescapável conclusão de que alguma outra agência estava envolvida - de que nos havíamos metido, sem perceber, no meio de uma luta invisível entre o Prieuré e mais alguém. De início, tendemos a suspeitar do envolvimento de um ou outro serviço de informação. Mas por que não podia tratar-se dos Cavaleiros de Malta? Ou quem sabe de algum serviço de informação que atuasse através deles? Evidentemente, não podemos confirmar nossas suspeitas. Mas continua havendo uma incógnita na equação. É impossível não conjecturar que esse fator pode ser a Ordem de Malta, agindo no interesse de outrem ou no seu próprio interesse.

EPÍLOGO

Tentamos saber mais sobre o Prieuré de Sion nos dias de hoje. Buscamos apurar algo de preciso sobre seus membros, seu poder e seus recursos, seus objetivos específicos. A certa altura, alimentamos a esperança de conseguir chegar ao centro do labirinto, não necessariamente para destruir o Minotauro que porventura ali se emboscasse, mas pelo menos para encará-lo. Ao mesmo tempo, no entanto, não podíamos escapar à lamentável constatação de que freqüentemente nos víamos sendo manobrados por indivíduos que conseguiam, com grande sutileza e habilidade, estar sempre um passo à nossa frente.

Não há dúvida de que o Prieuré existe. Suas atividades, como as de seu ex-grão-mestre, são objeto de registro histórico. A revista *Vaincre* foi publicada durante a guerra, e provavelmente parecia tão enigmática às autoridades alemãs quanto nos parece hoje. A Alpha Galates gozou de alguma forma de existência, e parece ter reunido pessoas como Hans Adolf von Moltke. Por arredo e misterioso que seja, o sr. Plantard exerceu uma influência muito real e esteve associado a pessoas como Cocteau, Malraux, Juin e De Gaulle. Índícios documentais tornam impossível duvidar tanto do papel que o sr. Plantard exerceu nos Comitês de Salvação Pública como do papel que estes, por sua vez, exerceram na volta de De Gaulle ao poder em 1958. ~a verdade, o retorno de De Gaulle ao poder comprova a atividade de um aparelho extremamente sofisticado, engenhoso, bem-organizado e disciplinado, com experiência em manobras políticas.

Aos nossos olhos, a principal dúvida diz respeito não à existência ou à natureza do Prieuré, mas às suas atividades atuais e às ligações que parece manter hoje. Essas companhias não seriam pelo menos em parte claramente insalubres? E não teria o Prieuré, a despeito dos elevados objetivos que professa, se sujado e corrompido com isso?"

Como pode uma organização que se relaciona com congêneres da P2 manter a sua própria integridade? E como conciliar uma organização como essa com a imagem de si mesma que o Prieuré procura projetar?

Mas talvez tenha sido ingenuidade nossa esperar qualquer coisa de diferente. Afinal, alianças desse tipo estão longe de ser novidade na história do Priuré. Pelo que pudemos investigar, nem o Priuré nem seus grão-mestres jamais se esquivaram à nódoa do poder político. Ao contrário, tanto a Ordem quanto sua hierarquia dirigente parecem ter estado, ao longo dos séculos, constantemente envolvidos em maquinações e intrigas. No século XVI, durante as guerras de religião, por exemplo, e no século XVII, durante a insurreição conhecida como Fronda, o Priuré claramente tirou partido de todos os recursos, de todos os acordos possíveis na época. Foi, em suma, "realista". Para sobreviver, lançou mão das mesmas medidas e técnicas costumeiramente usadas por outras organizações e instituições que operam no "mundo real" - inclusive a Igreja Católica.

Se o Priuré de hoje opera num submundo insalubre, fazendo alianças à custa de concessões, sacrificando ideais a conveniências, isso não significa que tenha sido corrompido recentemente. Significa simplesmente que a Ordem está fazendo o que dela se podia esperar, e provavelmente não é hoje nem mais nem menos corrupta do que foi no passado. A sobrevivência, para uma organização como o Priuré de Sion, obriga necessariamente a sujar as mãos com o poder político. Admitindo-se que o envolvimento com o poder político é até certo ponto sinônimo de corrupção, o Priuré sempre foi corrupto. Igualmente corrupta foi a maioria das instituições do gênero que não se deixaram sucumbir por força da própria pureza. Como vimos, os Cavaleiros de Malta estão sujeitos às mesmas acusações que podem ser lançadas contra o Priuré, como também, aliás, o Vaticano, tanto no passado quanto no presente. Pode ser que o papa João Paulo II, a despeito da sua intransigência dogmática, esteja pessoalmente acima de críticas. Mas uma nuvem paira sobre o próprio Vaticano. Na verdade, o desmascaramento da P2, o escândalo em torno do Banco Ambrosiano e a misteriosa morte de Roberto Calvi - o "Banqueiro de Deus" - demonstram todos que a hierarquia e a administração do Vaticano estão operando precisamente nas mesmas esferas suspeitas, clandestinas, subterrâneas que a Ordem de Malta e, ao que parece, o Priuré de Sion. Se o Priuré está corrompido, o Vaticano não fica atrás.

Se tivessem ocorrido num governo democrático no estilo ocidental, as atividades do Vaticano no último quarto de século teriam indubitavelmente dado lugar a uma grande investigação, e provavelmente à queda de um governo. No caso de Roma, contudo, essas atividades causaram apenas perturbações superficiais, e a própria Igreja permaneceu fundamentalmente inabalada. Não só isso. Ela continua a desempenhar sua função pastoral tradicional. Continua sendo capaz de proporcionar alívio e conforto. Em certas áreas do mundo - por exemplo, na América Latina, na Polônia e na Tchecoslováquia, nas Filipinas -, ela pode representar um farol da liberdade e da esperança. E, embora seu rebanho possa estar minguando, sobretudo no Ocidente, ela ainda é capaz de constituir para ele um repositório de confiança e significado.

A questão é que, sob os acordos sórdidos da hierarquia temporal da Igreja em qualquer época dada, permanece o que se pode chamar de "a igreja arquetípica", a estrutura concebida como uma "barca", como "uma arca a arrostar o mar do tempo". Por trás de todas as vicissitudes passageiras permanece um ideal, uma estrutura de princípios elevados, uma "comunhão de almas", que por sua própria natureza é imune à corrupção. A idéia da Igreja permanecerá inconspicua, sejam quais forem as atividades do Vaticano ou do papado. Um papa como Alexandre VI, por exemplo, pode ter cometido todos os crimes, da simonia ao incesto e ao assassinio. Pode ter gracejado cinicamente, dizendo que "esse mito de Cristo nos foi bastante útil". A despeito de tudo isso, continuou sendo "o vigário de Cristo na Terra".

Algo similar se aplica ao Priuré de Sion. Como o papado, o Priuré de Sion tem séculos de sujeira em suas mãos, e ultimamente parece ter adquirido novas crostas de imundície. No entanto, assim como a Igreja arquetípica, por trás do papado, permanece por trás do Priuré de Sion uma concepção igualmente elevada - a de uma cabala cavaleirosa arquetípica. Sejam quais forem suas atividades num dado momento, o Priuré ideal, como a Igreja ideal, permanece superlativamente sobranceiro e

imune. Nesse nível superior, o Prieuré não é uma mera sociedade secreta a tramar e conspirar nos bastidores com outras sociedades secretas. É antes o guardião voluntário de uma tradição sublime, que muita gente está ansiosa por abraçar. É também, em sua ênfase na cavalaria, a encarnação de um código de conduta considerado capaz de ligar a humanidade ao divino.

A doutrina da cavalaria, tal como promulgada pelo Prieuré de Sion, é realmente arquetípica. Não esteve presente apenas na cavalaria da Europa cristã durante a Idade Média. Pode ser encontrada em instituições tão diversas como o patriciado da antiga Esparta, o Ramo Vermelho da antiga Ulster pré-cristã, as comunidades guerreiras de tribos como os *síoux* e os *cheyennes* do Oeste americano, os samurais do Japão - e os *sicarii* ou zelotes do tempo de Jesus. Todas essas instituições eram reguladas e governadas por um código que não era apenas ético ou moral, mas cosmológico - um código que visava pôr a atividade humana em harmonia com a ordem do cosmo. Envolviam uma disciplina não apenas social e militar, mas também espiritual. Pretendia-se que, em virtude dessa disciplina, o adepto agiria de acordo com a lei divina.

Como dissemos na Parte II deste livro, a política é atualmente, em grande parte, uma questão de embalagem convincente. Se bem apresentada - isto é, de maneira a aplacar ansiedade e suscitar confiança -, a cavalaria pode exercer forte atração sobre a mentalidade contemporânea. Pode proporcionar ritual, cor, pompa e espetáculo a um mundo cada vez mais desprovido dessas coisas e cada vez mais atormentado por sua ausência. Pode dar sentido de continuidade a um mundo que se sente desligado do passado e sem raízes. Pode oferecer dignidade e grandeza a pessoas cada vez mais oprimidas pela convicção da sua própria pequenez e insignificância. A indivíduos incomodados com a própria impotência, solidão e isolamento, a cavalaria pode oferecer a perspectiva de pertencer, de integrar uma comunidade, de participar de um empreendimento fraterno elevado. Pode atender ao desejo secreto que a maioria das pessoas alimenta de participar de uma "elite", por mais ultrapassada que esta palavra possa ser hoje. Pode oferecer uma hierarquia de valores e um código de conduta não arbitrários ou casuais, mas construídos sobre um fundamento tradicional sagrado - um fundamento que pretende representar um padrão ou plano divino. Pode oferecer um canal ritual, e por isso sancionado, de expressão emocional. Assim, a cavalaria pode ser transformada num princípio de coerência e num repositório de confiança e sentido. Nas circunstâncias apropriadas, é possível confiar nela e, de volta, obter sentido. O poder de uma cavalaria ressurrecta foi ilustrado durante a Segunda Guerra Mundial no Japão, onde o código samurai do Bushido infundiu um princípio norteador em toda uma cultura, o que culminou nos camicases e no seu - aos olhos ocidentais - aterrador "fanatismo".

Embora acentuadamente menos beligerante e militarista, o Prieuré de Sion está particularmente bem equipado para se apresentar como um veículo de ideais cavaleirescos. Está também particularmente bem equipado para se apresentar como algo mais que isso. Diferentemente de muitas outras instituições sociais, políticas e religiosas, o Prieuré, como observamos na Parte II deste livro, tem considerável sofisticação psicológica. Compreende a profundidade e a magnitude das necessidades internas da humanidade. Sabe como manipular arquétipos - imagens e temas arquetípicos - de modo a dotá-los da máxima atratividade.

Um dos símbolos arquetípicos de maior ressonância, por exemplo, é o do *roi perdu*, ou "rei perdido" - o monarca auxiliado por forças sobrenaturais que, tendo concluído sua missão na terra, em vez de morrer propriamente, muda-se para outra dimensão e ali aguarda o momento em que a necessidade do povo ditará o seu retomo. Os falantes da língua inglesa conhecem esse arquétipo através do rei Artur. No País de Gales, Owen Glendower se encaixa no mesmo padrão, assim como Frederico Barba-Roxa na Alemanha. O *roi perdu* que figura com mais relevo nos mitos do Prieuré de Sion é Dagoberto II, o último verdadeiro monarca merovíngio. Dagoberto é apresentado pelo Prieuré de tal modo que sua imagem se funde na mente das pessoas com a do supremo rei perdido, o próprio Jesus. Num nível psicologicamente simbólico, afora qualquer questão de descendência sangüínea, Dagoberto se torna

uma extensão de Jesus. Uma vez estabelecida essa ligação psicológica, mesmo que inconscientemente, a idéia de uma descendência literal e histórica toma-se muito mais facilmente propagável. É exatamente por meio de técnicas desse tipo que o mistério associado a Rennes-le-Château assumiu tamanha atração magnética, não só para nós autores como para os nossos leitores.

O Prieuré compreende também a íntima relação existente entre confiança e poder. Compreende a força do impulso religioso e sabe que esse impulso, se insuflado e canalizado, é uma força potencialmente tão grande quanto, digamos, o dinheiro - de fato, grande a ponto de representar talvez um princípio alternativo de poder. Finalmente, o Prieuré de Sion sabe como se vender, sabe como passar uma imagem de si condizente com seus objetivos. Como dissemos antes, é capaz de orquestrar e regular a percepção que o público em geral tem dele como uma cabala arquetípica, senão como a suprema cabala arquetípica. Seja qual for, em última análise, a autenticidade da sua linhagem, ele é capaz de transmitir a impressão de ser o que deseja que as pessoas pensem que é, porque compreende a dinâmica pela qual essas impressões se transmitem.

Mas sofisticação psicológica e talento para fazer o próprio *marketing* não são os únicos pontos que o Prieuré de Sion tem a seu favor. Em 1979, o sr. Plantard nos disse, de maneira bastante categórica, que o Prieuré estava de posse do tesouro do Templo de Jerusalém, saqueado pelos romanos durante a revolta de 66 d. C. e depois transportado para as vizinhanças de Rennes-le-Château, no sul da França. O tesouro, afirmou o sr. Plantard, seria devolvido a Israel "no momento certo". Se o Prieuré realmente possui o tesouro do Templo e é capaz de exibi-la hoje, as implicações são assombrosas. Não seria apenas um fenômeno arqueológico que eclipsaria descobertas como as das ruínas de Tróia. Teria também incalculáveis repercussões religiosas e políticas no mundo contemporâneo. Qual seriam, por exemplo, as implicações para o Estado de Israel atual, bem como para o judaísmo e o cristianismo, se - com base nos registros ou outras evidências provenientes do Templo de Jerusalém - Jesus fosse confirmado como o Messias? Não o messias da tradição cristã posterior, mas o Messias esperado pelo povo da Palestina 2 mil anos atrás - isto é, o homem que era o legítimo rei da sua nação, que se casou, teve filhos e, quem sabe, absolutamente não morreu na cruz. Os fundamentos das duas maiores religiões do mundo, e possivelmente também os do islame, não ficariam abalados? As diferenças entre o judaísmo e o cristianismo não seriam abolidas de um só golpe, e pelo menos parte da animosidade do islame?

Seja como for, e deixando de lado o tesouro do Templo, o Prieuré de Sion pode fazer uma reivindicação que gozaria de considerável aceitação, mesmo no mundo de hoje. No interesse das famílias que representa, pode revelar uma sucessão dinástica que remonta até a Casa de Davi do Antigo Testamento. Pode demonstrar, de maneira bastante definitiva e atendendo aos requisitos da mais exigente investigação genealógica, que a dinastia merovíngia pertencia à linhagem davídica - tendo sido formalmente reconhecida como tal pelos carolíngios, que lhes sucederam, por outros monarcas e pela Igreja católica da época. Auxiliado pelas modernas técnicas de relações públicas, propaganda e venda, o Prieuré poderia apresentar assim ao mundo contemporâneo uma pessoa que - segundo a mais estrita definição desse termo nas Escrituras - teria o direito de se dizer um Messias bíblico. Isso pode parecer absurdo. Mas certamente não é mais absurdo que, digamos, a crença das dezenas de milhares de norte-americanos que esperam ser "arrebataados" de seus carros para o céu em vários pontos da *freeway* entre Pasadena e Los Angeles.

Isso não significa, é claro, que podemos esperar ver qualquer dia desses o Prieuré numa entrevista coletiva, acompanhado pelo costureiro circo da mídia. Provavelmente não veremos, no momento, qualquer tipo de anúncio público. Uma descendência direta da Casa de Davi - ou, se isso puder ser provado, de Jesus e sua família - jamais poderia ser usada em si mesma como degrau para a obtenção de poder secular. O prieuré de Sion e/ou a linhagem merovíngia jamais poderiam simplesmente se revelar, divulgar sua identidade e confiar no fervor popular para fazer o resto. Haveria cétricos demais.

Haveria gente demais que simplesmente não estaria interessada. Mesmo entre as pessoas dispostas a reconhecer a legitimidade da descendência merovíngia, haveria opositores demais - muita gente que, independentemente de sua afiliação religiosa, não teria maior desejo de ser governada por um Messias do que por qualquer outra pessoa. E muitos homens que já estão no poder, ou manobrando para obtê-lo, estariam muito pouco dispostos a acolher de bom grado um novo desafio na arena. Em 679, a Igreja católica, traindo o pacto feito com Clóvis um século e três quartos antes, participou com conhecimento de causa da trama para assassinar Dagoberto II. Seria possível esperar seriamente dos que detêm ou buscam poder hoje no mundo algum grau maior de remorso, de escrúpulos inibidores? Mais uma vez, é impossível não lembrar da parábola do Grande Inquisidor de Dostoievski.

Além disso, é improvável que o próprio Prieuré tenha algum desejo de criar perturbação. Se nossa avaliação é correta, seu objetivo é criar os Estados Unidos da Europa, sob regime monárquico ou imperial, e não uma situação de caos em que as instituições atuais seriam comprometidas, solapadas ou destruídas. Pelo que podemos discernir, o Prieuré nada tem a ganhar com uma revolução, seja política ou de qualquer outro tipo. Ao que parece, estaria muito mais interessado em "herdar" uma ordem já estabelecida, ou talvez em assumir o controle dela, para transformá-la gradualmente a partir de dentro - de modo a causar o mínimo de agitação, o mínimo de desorientação, o mínimo de tumulto. Isso importaria, necessariamente, uma conduta de infiltração discreta, e não de contestação aberta - uma conduta como a que caracteriza organizações como a P2 e a Opus Dei.

Por todas estas razões, portanto, uma linhagem não pode ser usada como degrau para a obtenção do poder. Ela é antes um trunfo a ser usado apenas quando o poder já tiver sido obtido. Um homem não pode dizer "Vejam quem eu sou" e esperar, com base nisso, ser eleito ou promovido a papa, presidente, rei ou imperador. Mas se já fosse papa, presidente, rei ou imperador, estabelecido com mais ou menos segurança como tal, poderia então dizer "Vejam quem eu sou", e com isso não só consolidar sua posição mas também revesti-la de uma nova aura, uma nova credibilidade, um novo e mais profundo significado.

Conseqüentemente, no que diz respeito ao futuro imediato, é pouco provável que o Prieuré tome qualquer medida repentina, chocante ou sensacional. É muito mais provável que continue se valendo das técnicas que lhe serviam com maior ou menor eficácia no passado e das famílias que a ele têm estado associadas, como a casa de Lorena. Essas técnicas incluiriam um programa de infiltração gradual e metódica, mas discreta, nas instituições existentes. Incluiriam uma rede de casamentos interdinásticos de alto nível a atrair certas famílias influentes - não só reais e aristocráticas, mas também envolvidas na política, nas finanças e na mídia - para o seu "aprisco". Incluiriam também a manipulação de arquétipos, de modo a promover uma atmosfera favorável à implementação de certos objetivos a longo prazo. Assim, para tomar um exemplo extremo, um golpe de Estado repentino que restaurasse a monarquia na Grécia, digamos, ou em Portugal seria contraproducente. Mesmo que isso fosse exequível, muita gente se oporia e muita gente ficaria indiferente, vendo nisso apenas mais uma mudança de regime, a ser aceita com maior ou menor aprovação ou ceticismo. Por outro lado, se uma figura monárquica carismática fosse sensacionalmente conduzida ao poder por uma maré de aclamação popular, seu poder seria completamente diferente.

Desde a Primeira Guerra Mundial e a queda da maioria das dinastias reinantes na Europa, a democracia republicana tomou-se a norma geral na sociedade ocidental. Como vimos, no entanto, a monarquia não perdeu nem seu apelo arquetípico nem sua utilidade puramente funcional. Durante a Segunda Guerra Mundial, Churchill, ao lado de muitos outros, via o colapso do sistema monárquico como um dos fatores preponderantes da ascensão do totalitarismo e, em especial, do fenômeno do nazismo. Consta que, em discussões secretas, ele e Roosevelt teriam concordado em que a restauração da monarquia era o melhor meio não só de recompor a Europa estilhaçada do após-guerra, mas também de assegurar o não-ressurgimento das tendências que tinham culminado no Terceiro Reich.

Cogitaram da restauração dos Habsburgos no trono da Áustria e talvez da Hungria, com Oto de Habsburgo presidindo uma espécie de confederação imperial do Danúbio. Segundo o próprio Oto de Habsburgo, discutiram também a possibilidade de fazer de lord Louis Mountbatten o imperador de uma nova confederação alemã.

Aliás, o sonho da restauração monárquica não declinou, mesmo nos nossos dias. Na Espanha, o rei Juan Carlos está entrando na segunda década de seu reinado, presidindo a primeira democracia que seu país conheceu depois de cerca de 35 anos, e essa solução até agora tem-se mostrado bem-sucedida. Na França, os movimentos monarquistas continuam tão vigorosos como sempre, ao mesmo tempo em que o próprio presidente assume uma postura cada vez mais majestática. A ex-imperatriz Zita, mãe de Oto Habsburgo, uma mulher agora na casa dos oitenta anos, sempre que visita Viena atrai multidões que a aclamam com a deferência geralmente reservada ao papa. Em 1984 e 1985, certos jornais voltaram a especular sobre uma possível restauração Habsburgo na Áustria.

Se a própria monarquia continua exercendo tamanho apelo, quanto não poderia esse apelo ser aumentado se um monarca ou aspirante a monarca pudesse também se proclamar, em estrita conformidade com o significado original do termo, um Messias?

Nós, os autores, não desejamos ser vistos como prosélitos ou propagandistas do Prieuré de Sion. Na verdade, suspeitamos do Prieuré de Sion. Se vemos com simpatia alguns dos seus objetivos teóricos, somos claramente céticos, ou mesmo desconfiados, em relação a outros. E, deixando de lado todas as considerações teóricas, resta o fato de que toda concentração de poder nas mãos de um pequeno grupo de indivíduos - especialmente um grupo de indivíduos que opera basicamente em segredo - é potencialmente perigosa. É um truísmo o fato de que os maiores crimes e atrocidades da História foram em sua maioria perpetrados por pessoas que agiam segundo o que acreditavam ser as melhores intenções. Preferiríamos ver pessoas criando uma noção de sentido a partir do seu próprio íntimo a vê-las aceitar uma noção proposta a partir de fora, por mais nobre ou louvável que pareça.

Nossa época, no entanto, parece decidida a abraçar uma ou outra forma de mito messiânico para obter uma noção de sentido. Se isso for inevitável, preferiríamos ver um Messias mortal presidindo uma Europa unida a ver um Messias sobrenatural presidindo o Armagedon. O Prieuré de Sion não pode fornecer um Messias no sentido que a palavra assumiu erroneamente para, digamos, os fundamentalistas americanos. Temos nossas suspeitas de que só o departamento de efeitos especiais de um estúdio de Hollywood possa fazê-lo. Mas se estivermos certos em nossas avaliações, tudo indica que o Prieuré de Sion pode fornecer um Messias como o que o próprio Jesus, como personagem histórico, realmente foi.